



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JOSÉ DIRCEU CAMPOS GÓES

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE CIÊNCIAS NO
TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL**

Recife
2019

JOSÉ DIRCEU CAMPOS GÓES

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE CIÊNCIAS NO
TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientadora: Profa. Dra. Isaltina de Mello Gomes

Recife

2019

Catalogação na fonte
Bibliotecária Andréa Carla Melo Marinho, CRB-4/1667

G598p Góes, José Dirceu Campos
O processo de produção de notícias sobre ciências no telejornal
Repórter Brasil / José Dirceu Campos Góes. – Recife, 2019.
191 f.

Orientadora: Isaltina de Mello Gomes.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de
Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
2019.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Televisão pública. 2. Processos de produção. 3. Jornalismo científico.
4. Telejornal. I. Gomes, Isaltina de Mello (Orientadora). II. Título.

302.23 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2020-119)

JOSÉ DIRCEU CAMPOS GÓES

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE CIÊNCIAS NO
TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Aprovada em: 26/09/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Paula Reis Melo (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Diego Andes Salcedo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Ao povo brasileiro por manter a gratuidade do ensino público na Universidade Federal de Pernambuco e a excelência do seu quadro de professores, técnicos e estudantes.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas e gestores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pela permissão e incentivo concedidos para cursar o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE).

A Dr^a Isaltina de Mello Gomes, orientadora desta tese, pelo tempo e conhecimentos disponibilizados ao longo do doutorado.

Aos coordenadores, professores, funcionários e colegas do PPGCOM/UFPE, pela atenção e gentileza com que me trataram nos últimos quatro anos.

Aos diretores, funcionários e jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que me abriram os caminhos da TV Brasil, onde observei aspectos do processo de produção e o conteúdo de jornalismo científico do telejornal Repórter Brasil.

As amigas de Recife que moram no meu coração Luciana Pereira, Karolina Calado e Ana Paula Bandeira.

Aos colegas de Brasília Augusto Queiroz, Nilo Neto, Patrícia Maia, Patrícia Paiva e Eurico Tavares.

Ao professor Carlos Alberto “Ripe” Andrade Freitas, pela troca salutar de ideias.

A Celina, pela paciência de todo dia.

A Luz Divina que guia o meu caminho. Amém e obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a investigar o processo de produção de notícias sobre ciências no telejornal Repórter Brasil, produzido pela emissora pública TV Brasil, integrante do sistema Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A Metodologia utilizada para conduzir a pesquisa foi o Estudo de Caso, por intermédio do qual se revisou parte do estado da arte a respeito da implantação das televisões públicas no Brasil, bem como sobre as principais características que definem o jornalismo científico. Baseando-se ainda na mesma metodologia, nas oportunidades de coleta de material em campo se garantiu o acesso a documentos oficiais que remetem às circunstâncias de criação da EBC, registrou-se depoimentos por meio de entrevistas abertas, explorou-se o desenrolar das rotinas diárias de elaboração do telejornal; bem com foram observados *in loco* os processos de produção do referido produto televisivo, notadamente no que diz respeito à elaboração de reportagens sobre ciências. Ao término do trabalho se concluiu que a prática do jornalismo científico em televisão pública obedece os rituais do jornalismo tradicional, respeitando-se particularidades do suporte televisivo, de orientações para o conteúdo em emissora pública e dos acontecimentos gerados pelas ciências.

Palavras-chave: Televisão Pública. Processos de Produção. Jornalismo Científico. Telejornal.

ABSTRACT

This research aims to investigate the production process of news about science at the Repórter Brasil, a TV newscast produced by public broadcaster TV Brasil, a member of the company Empresa Brasil de Comunicação. The methodology used to conduct the research was Case Study, through which we reviewed part of the state of the art regarding the deployment of public television in Brazil, as well as the main characteristics that define scientific journalism. Based on the same methodology, the opportunities to collect material in the field ensured access to official documents that refer to the circumstances of creation of the EBC, testimonials were recorded through open interviews, the development of daily routines for the preparation of television news was explored and the production processes of this television product were observed in loco, especially regarding the elaboration of science reports. At the end of the work it was concluded that the practice of scientific journalism in public television obeys the rituals of traditional journalism, respecting particularities of television support, guidelines for content in public broadcaster and the events generated by the sciences.

Keywords: Public Television. Processes of Production. Scientific Journalism. Television News.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPEC	Associação Brasileira de Emissoras Públicas
ABTU	Associação Brasileira de Televisões Universitárias
ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANA	Agência Nacional das Águas
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ASTRAL	Associação Brasileira de Televisões e Rádio Legislativas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNU	Canal Universitário de São Paulo
DEM	Democratas
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ESA	Agência Europeia do Espaço
EUA	Estados Unidos da América
FCBTVE	Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FRP	Fundação Roquette Pinto
FUNTEVÊ	Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBS	<i>Public Broadcasting Service</i>
PPGCOM	Programa de Pós-graduação em Comunicação
PPS	Partido Popular Socialista
PRONTEL	Programa Nacional de Televisão Educativa
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RNCP	Rede Nacional de Comunicação Pública
RNTP	Rede Nacional de Televisões Públicas
RPTV	Rede Pública de Televisão
SACI	Projeto Satélite Avançado de Comunicação e Interdisciplinaridades

SEAT	Secretaria de Aplicações Tecnológicas
SECOM	Secretaria de Comunicação do Governo Federal
SESI	Serviço Social da Indústria
SINRED	Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa
SINTED	Sistema Nacional de Televisão Educativa
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	TELEVISÃO PÚBLICA: DEFINIÇÕES E UMA TRAJETÓRIA BRASILEIRA.....	19
2.1	MODELOS CONVENCIONAIS	23
2.2	PRIMÓRDIOS DA IMPLANTAÇÃO DA TELEVISÃO NO PAÍS	26
2.3	NO BRASIL A TELEVISÃO PÚBLICA NASCEU EDUCATIVA	31
2.4	CIRCUNSTÂNCIAS DO SURGIMENTO E FIXAÇÃO DA TV BRASIL ...	45
2.5	RELATÓRIO DE GESTÃO 2017.....	50
3	AS CIÊNCIAS NO NOTICIÁRIO COTIDIANO	54
3.1	OS PROPÓSITOS DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.....	58
3.2	A JORNADA PARTICULAR DO JORNALISMO CIENTÍFICO.....	62
3.3	ASPECTOS DO CONTEÚDO E DO DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS EM TELEJORNais BRASILEIROS.....	74
3.3.1	Do laboratório para o horário nobre da televisão.....	74
3.3.2	A cobertura de ciências e tecnologias em noticiários públicos e comerciais	77
4	A PERCEPÇÃO, O PROCEDIMENTO E A NARRATIVA DOS ACONTECIMENTOS SOBRE CIÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL	81
4.1	A ESTRATÉGIA DA PROGRAMAÇÃO	85
4.2	OS VALORES DO TELEJORNAL	88
4.3	A TESSITURA DA REDE DO REPÓRTER BRASIL	91
4.4	O COTIDIANO DOS BASTidores DO TELEJORNAL	94
4.5	AS CIÊNCIAS SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO DE PAUTAS	100
4.6	AS CIÊNCIAS NA SAGA VIVA DA REPORTAGEM	107
4.7	A PERCEPÇÃO DAS CIÊNCIAS SOB A PERSPECTIVA DA EDIÇÃO DE TEXTOS	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS.....	126

APÊNDICES	132
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	132
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS ABERTAS OU SEMIESTRUTURADAS	134
ANEXOS.....	135
ANEXO A – ENTREVISTA PATRÍCIA PAIVA – GERENTE DE REDAÇÃO TV BRASIL- BRASÍLIA.....	135
ANEXO B – ENTREVISTA PATRÍCIA MAIA – EDITORA-CHEFE DO “REPÓRTER BRASIL”	145
ANEXO C – ENTREVISTA MAYRLUCE VILELA – COORDENADORA DE JORNALISMO DA TV BRASIL.....	160
ANEXO D – ENTREVISTA COM LUCAS KRAUS – EDITOR DE TEXTO TV BRASIL	170
ANEXO E – ENTREVISTA COM MANUELA CASTRO – REPÓRTER TV BRASIL	175
ANEXO F – ENTREVISTA COM CARLOS NOVIS “CAÍQUE” – DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO TV BRASIL.....	181
ANEXO G – ENTREVISTA COM MÔNICA PEDROSO – CHEFE DE PRODUÇÃO DE PAUTAS DA TV BRASIL	187

1 INTRODUÇÃO

Ao resolver investigar o processo de produção de notícias sobre ciências na edição noturna do telejornal Repórter Brasil, principal noticiário da emissora pública TV Brasil, gerida pelo Governo Federal, deparei-me com perguntas que aguçaram a curiosidade a respeito do tema. Inicialmente, como forma de ordenar o pensamento sobre a condução da pesquisa, as perguntas foram por mim agrupadas em três planos distintos de questionamentos, denominados de contexto histórico, ação orientada e de especificidades do cotidiano.

Referindo-se ao primeiro plano, afinal, o que é televisão pública? Quais são os modelos tradicionais deste segmento da comunicação? De que forma surgiu no Brasil e como evoluiu através do tempo? Quais as circunstâncias políticas de criação da Empresa Brasil de Comunicação e, consequentemente, como a TV Brasil é mantida?

No plano da ação orientada perguntava-se: é possível estabelecer um paralelo entre a implantação do jornalismo industrial e os movimentos cílicos de divulgação científica? Onde encontrar fontes de informação para elaborar notícias sobre ciências? Como proceder diante dos registros de pesquisas e dos especialistas acadêmicos? Por sua vez, também não seria o ambiente da redação telejornalística uma espécie de laboratório com regras específicas de conduta?

Por fim, enquanto especificidades do cotidiano, indagava-se: ao que se propunha o fluxo de programação da TV Brasil? Quais os constrangimentos organizacionais a delimitar o trabalho dos jornalistas da televisão? Por quem e como se dispara a tessitura da rede de decisões hierárquicas que davam início ao processo de produção do Repórter Brasil? Quais os motivos que permitiam inserir ou recusar reportagens sobre ciências no telejornal? O entrosamento entre repórteres e cientistas é sempre pacífico ou existem conflitos a pontuar esta relação? Qual o perfil dos telespectadores para os quais se produzia o Repórter Brasil?

Concomitante à elaboração dos três planos de perguntas direcionadas, graças a leituras preliminares já se sabia que o *Jornalismo Científico* ou *Jornalismo sobre Ciências* poderia ser definido como uma especialidade informativa que divulga as atividades das ciências para o público leigo por meio dos veículos de comunicação, possibilitando a circulação social do conhecimento gerado pelos especialistas nos laboratórios, institutos de pesquisas ou nas universidades públicas e privadas. Este tipo de jornalismo se presta a “difundir o que o cidadão deve saber ou lembrar sobre os efeitos positivos e negativos do progresso científico e o desenvolvimento tecnológico sobre a cultura, a saúde, o meio ambiente e todas as outras dimensões da vida cotidiana” (HERNANDO, 1997, p. 36).

Ao ponderar sobre o conteúdo e os processos de produção do jornalismo científico no suporte televisivo, notadamente em televisões do campo público, refletia-se que não se poderia deixar de considerar os compromissos educativos e culturais deste segmento da comunicação. Desse modo, também se pensava que ao servir de lugar de referência para um público heterogêneo e massivo, o qual reconhece nos telejornais a continuidade de sua própria identidade (VIZEU, 2008), a televisão tinha chances de estimular nos telespectadores o desejo de aprender diferentes potencialidades das ciências e das tecnologias.

Nesse sentido, a contextualização das pautas, a preparação intelectual para traduzir documentos do campo científico, o cotejamento plural de conteúdos e o posicionamento vigilante dos jornalistas perante as fontes especializadas (BUENO, 2011), constituíam-se como requisitos indispensáveis para o exercício da atividade telejornalística, que notadamente pública se define como formadora de cidadãos.

Considerando-se tais prerrogativas e levando em conta que “aprender a discernir sobre os riscos e benefícios da ciência é exercício de cidadania urgente para que reflexões sobre as diferentes formas das aplicações científicas e tecnológicas façam parte do cotidiano das pessoas” (CALDAS, 2011, p. 23), a pesquisa propunha como objetivo geral identificar e analisar as possíveis conexões entre o processo de produção e a ocorrência de notícias sobre ciências no telejornal Repórter Brasil, da emissora pública TV Brasil, diante do qual não se pôde deixar de testar algumas questões norteadoras.

Dentre elas, como a equipe de produção percebe, procede e narra os acontecimentos inerentes às ciências no telejornal Repórter Brasil? Que constrangimentos organizacionais interferem na produção do jornalismo científico de autoria da emissora? Quais os critérios de inserção de reportagens sobre ciências no telejornal noturno da TV Brasil?

Com as respostas porventura encontradas, procurava-se confirmar a hipótese de que os profissionais envolvidos com a produção de jornalismo científico na TV Brasil seguiam os trâmites tradicionais do jornalismo exercido na imprensa como um todo, observando-se adaptações ao suporte televisivo, às orientações de conteúdo próprias à televisão pública e às especificidades dos acontecimentos gerados pelas ciências.

Em busca de fornecer respostas para as questões norteadoras e confirmar a hipótese aventada, a pesquisa se lastreou na observação participante do processo de produção cotidiano do conteúdo sobre ciências do telejornal noturno da principal emissora pública do país. Como se verá mais adiante, as circunstâncias de criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e, consequentemente, da TV Brasil, estão relacionadas aos reflexos primordiais da “Carta de

Brasília”, documento redigido ao final do I Fórum Nacional das TVs Públicas, que em maio de 2007 externava à sociedade nacional os anseios do campo público da televisão brasileira.

Antes de prosseguir, porém, é preciso lembrar que investigar o processo de produção e o conteúdo de jornalismo científico do Repórter Brasil se justificava por pelo menos dois motivos de interesse subjetivo. A pertinência do primeiro motivo remonta ao tempo de implantação da TV Educativa pública de sinal aberto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), entre os anos de 2007 a 2009, quando ocupei os cargos de diretor administrativo e diretor de jornalismo durante o processo de implantação da referida emissora. Indispensável informar que fui convidado a desempenhar estas funções por estar legalmente ligado à Instituição, onde ingressei por meio de concurso público como professor do curso de Comunicação/Jornalismo, em setembro de 2001.

Portanto, desde o tempo do nascimento da TV UESB nutria a vontade de saber como gerir as equipes de produção dos dois telejornais diários da emissora com mais eficiência e profissionalismo. Preocupava-me também em encontrar o equilíbrio que permitisse preencher os noticiários com os resultados de pesquisas desenvolvidas pelos cientistas da própria Instituição, em detrimento de outros tipos de acontecimentos pontuais gerados pela cidade de Vitória da Conquista, onde a televisão da Universidade está inserida, que requisitavam cobertura cotidiana.

Quanto à segunda justificativa, ela se incorpora na pretensão de dar continuidade, em nível um pouco mais diferenciado, à pesquisa desenvolvida durante o mestrado em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina, que culminou em 2013 com a defesa da dissertação “A Produção de Programas de Jornalismo Científico em TVs Universitárias”, sob a orientação da professora Dr^a Tattiana Gonçalves Teixeira.

À época, o presente pesquisador centrou sua atenção na análise dos processos de produção dos programas “A gente explica”, da TV Mackenzie; “Nova Stella”, da TV PUC; “Conexão Saúde”, da TV Unisa; e “PGM”, da TV USP. Tais programas foram transmitidos através do Canal Universitário de São Paulo (CNU), como produtos genuínos de jornalismo sobre ciências, conforme definido por seus editores.

Agora, no presente trabalho, recorda-se mais uma vez que o foco do pesquisador se ateve as questões que envolvem o processo de produção de notícias sobre ciências no Repórter Brasil. Aqui, pondera-se que o ineditismo da pesquisa pode estar ancorado no fato de ter sido a primeira, certamente até o momento da coleta de dados, a observar *in loco* a produção de jornalismo científico na TV Brasil. Uma observação que se deu à luz da cultura profissional dos jornalistas; dos constrangimentos organizacionais impostos pela instituição

no interior da qual este processo ocorre; dos comandos hierárquicos incidentes sobre as rotinas de elaboração do telejornal; do agendamento de temas sobre ciências negociados com as fontes de informação; bem como da elaboração das narrativas jornalísticas em geral.

Considerando-se o propósito de apreender e analisar parte da realidade em que ocorre o processo de produção do telejornal e das notícias sobre ciências no Repórter Brasil, ao ir a campo o pesquisador esteve por três vezes na sede da Empresa Brasil de Comunicação, em Brasília, totalizando 14 dias de vivências na TV Brasil, distribuídos entre os anos de 2017 e 2018.

Para abordar o objeto de estudo se apoiou na metodologia do Estudo de Caso, a fim de organizar e dar desdobramento a cada etapa subsequente da pesquisa. Por meio de técnicas prescritas pela referida metodologia revisou a literatura sobre os conceitos de televisão pública, de jornalismo científico e de produção telejornalística. Em seguida, acessou documentos institucionais que situaram com mais precisão as circunstâncias de implantação da TV Brasil, da mesma forma como esclareceram pormenores de manutenção da emissora e das regras de funcionamento do departamento de jornalismo da televisão.

Prosseguindo com as recomendações do Estudo de Caso, no ambiente reservado à produção telejornalística o pesquisador observou o procedimento hierárquico de comando das rotinas de produção próprias à equipe responsável pela elaboração do Repórter Brasil. Ainda no espaço da redação ouviu os jornalistas atentamente em conversas informais, para depois tomar notas e registrar em aparelho de gravação digital entrevistas abertas com a gerente de jornalismo, gerente de produção, chefe de produção de pautas, editor de texto, repórter, e editor geral do noticiário.

Posteriormente, o conteúdo das entrevistas foi transscrito para o computador e, em seguida, impresso no suporte papel para ser lido, rabiscado e rasurado inúmeras vezes. Com insistência, procurava-se estabelecer uma ordenação estrutural que permitisse criar categorias de análises em conformidade com o fluxo de produção e com as funções desempenhadas pelos jornalistas da TV Brasil. A partir da definição das categorias, os dados coletados nas observações a campo, as normas contidas nos documentos oficiais da Empresa Brasil de Comunicação e as falas dos jornalistas da televisão foram confrontados à luz da história e das teorias do Jornalismo. Deste ponto em diante, pretendeu-se destacar lugares de convergência, esclarecer desencontros e tecer considerações a respeito do processo de produção de notícias sobre ciências do telejornal Repórter Brasil.

Além de conter a introdução e as considerações finais, ao redigir este trabalho o presente pesquisador estruturou a tese em mais outros três seções, nesta ordem: “Televisão

pública: conceitos e uma trajetória brasileira”, “As ciências no noticiário do cotidiano” e “Percepção, procedimento e narrativa dos acontecimentos inerentes às ciências na produção do telejornal Repórter Brasil”.

Para definir o conceito e os modelos convencionais de televisão pública, apoiou-se na literatura produzida por autores como Valente (2009), Otundo (2012), Coutinho (2013), Franciscato (2014), Bucci (2015) e Williams (2016). Em seguida, resgatou os primórdios da radiodifusão no país; passou pela implantação da TV Tupi Difusora em São Paulo, o primeiro canal de televisão da América do Sul; situando as condições econômicas que possibilitaram a expansão de emissoras no governo de Juscelino Kubitschek; até chegar ao golpe militar de 1964, quando as rádios e televisões foram obrigadas a divulgar a ideologia de gestão do país oriunda da Escola Superior de Guerra.

Na mesma seção demonstrou que no Brasil a televisão pública foi implantada em 1967, com o propósito de educar milhares de trabalhadores enquanto mão de obra qualificada para atuar na indústria e no comércio no eixo Rio/São Paulo. Com propósito similar, ao longo da década de 1970, boa parte da população do Rio Grande do Norte e do Maranhão foi educada via teleaulas ministradas por meio das emissoras educativas instaladas naqueles dois Estados.

Com o passar das décadas a personalidade das TVEs definitivamente ganhou caráter público, com a programação voltada para atrações jornalísticas, culturais e recreativas. Neste aspecto, ressalta-se o papel da TVE do Rio de Janeiro e da TV Cultura de São Paulo, que se alternaram na liderança da produção e geração de programas para televisões congêneres em rede.

No terço final da seção “Televisão Pública: conceitos e uma trajetória Brasileira” o autor da tese descreveu o ambiente ao entorno do I Fórum Nacional de TVs Públicas, ocorrido em Brasília, no ano de 2007, que propiciou a criação da Empresa Brasil de Comunicação e, consequentemente, da TV Brasil durante o governo do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva.

O trabalho ainda traz o Relatório de Gestão da EBC para o exercício de 2017, que aponta a expansão da TV Brasil rumo a outras plataformas digitais de transmissão, ao mesmo tempo em que acusa a restrição de investimentos imposta pelo Governo Federal, incidindo diretamente sobre a produção jornalística da emissora.

Para resgatar o histórico e a trajetória da TV pública no país foram utilizadas as referências contidas nas obras de acadêmicos como Mendonça (1986), Leal Filho (1989), Mattos (2000), Priolli (2000), Jambeiro (2001), Lima (2004), Fradkin (2007), Milanez (2007), Sodré (2010), Aguiar (2012) e Angeiras (2018).

Já na seção “As ciências no noticiário do cotidiano” ficou patente que em meio à concorrência de temas atuais do panorama midiático os acontecimentos correlacionados às ciências e tecnologias demarcam tempo e lugar nos noticiários dos diversos veículos de comunicação. O espaço telejornalístico pode ser ocupado por intermédio de especialistas, pela divulgação da aplicabilidade de resultados de pesquisas laboratoriais e, principalmente, por notícias da área de Saúde patrocinadas pelo Estado ou por organizações privadas.

Nesta parte da tese se demonstra que a aparente simbiose pacífica estabelecida entre o jornalismo e as ciências teve que superar percalços de entendimento ao longo de décadas até que a imprensa pudesse se estruturar industrialmente e as associações científicas decidissem pela alfabetização da população europeia e norte americana quanto à utilização, benefícios e precauções para com os produtos resultantes de experiências laboratoriais.

A tese destaca os diversos modelos de divulgação científica desde o século XIX até os dias atuais, indicando também que o jornalismo sobre ciências encontra fontes privilegiadas de informação nas revistas acadêmicas especializadas, nos congressos e simpósios científicos, nas exposições itinerantes, nos museus, junto a entidades como a UNESCO e Ministérios do Governo Federal, assim como nos artigos e relatos de experiências provenientes do mundo científico.

O pesquisador acentua que o jornalista voltado para a cobertura dos acontecimentos provenientes das ciências não trabalha sozinho, muito pelo contrário, uma vez que está inserido no ambiente de uma organização pública ou comercial, denominado entre os pares de “redação jornalística”, onde se depara com constrangimentos técnicos e ideológicos que moldam o processo de produção dos noticiários. Todavia, ali tem a chance de perceber que o seu trabalho pode se destacar como via de transformação e desenvolvimento democrático ao estabelecer interlocução com as mais diferentes vozes da sociedade.

A terceira seção foi construído com base em escritos de diversos autores, dentre eles Calvo Hernando (1997), Latour (2000), Durant (2005), Traquina (2005), Jurdant (2006), Fleck (2010), Schudson (2010) Bueno (2011), Caldas (2011), e Shoemaker (2011).

Quanto aos assuntos abordados na seção denominada “Percepção, procedimento e narrativa dos acontecimentos inerentes às ciências na produção do telejornal Repórter Brasil”, o autor da tese inicia o texto relatando como convenceu os diretores da EBC a autorizar que o processo de produção e a ocorrência de reportagem sobre ciências fossem investigados na TV Brasil. Explica porque conquistou a confiança da equipe responsável pela elaboração do principal noticiário da emissora, detalhando os procedimentos adotados para tomar anotações,

observar as rotinas cotidianas e conduzir entrevistas semiestruturadas com os profissionais da linha de produção do telejornal.

Ao longo do trabalho especifica como se dá a tessitura da rede de produção da edição noturna do Repórter Brasil. Esta é uma jornada que começa ainda de madrugada, quando a gerente de produção acorda e imediatamente acessa o *smartfone* para conferir notícias dos portais midiáticos, checar os releases provenientes das assessorias de imprensa das instituições federais instaladas em Brasília e disparar comandos às equipes de reportagem, a fim de cobrir acontecimentos factuais que se encaixam no perfil do telejornal.

Além disso, o autor do texto identifica e demonstra como podem ser superados os constrangimentos organizacionais que povoam os bastidores da redação jornalística da TV Brasil, dentre eles o contingenciamento de verbas para os exercícios fiscais de 2017 e de 2018, imposto pelo Governo Federal, mantenedor da EBC, que impedia, por exemplo, grandes deslocamentos rodoviários e o pagamento de horas extras durante o processo de captação de notícias.

Ao tratar dos critérios que podem garantir espaço para os acontecimentos sobre ciências no telejornal, ficou definido pelos produtores do Repórter Brasil que o alto grau de relevância do assunto é condição indispensável para garantir espaço no produto televisivo. Na seção também se expõe os conflitos rotineiros entre repórteres e cientistas quanto à tradução da terminologia científica para algumas reportagens, assim como revela o caráter inquestionável atribuído pelos editores de texto a certas informações fornecidas por pesquisadores de universidades gabaritadas da região Sudeste do país.

Para tentar entabular o diálogo entre a teoria e a prática na análise dos tópicos acima referidos, utilizou-se o argumento de autores como Wolton (1990), Solosky (1999), Tuchman (1999), Peter Peters (2005), Vizeu (2006), Wolf (2008), Rodrigo Alsina (2009), Groth (2011) e Latour (2011).

2 TELEVISÃO PÚBLICA: DEFINIÇÕES E UMA TRAJETÓRIA BRASILEIRA

Muito embora o surgimento das emissoras de televisão pública remonte ao ano de 1936, quando foi inaugurada a pioneira BBC de Londres, entre alguns autores (BUCCI, 2015; COUTINHO, 2013; OTONDO, 2012; RINCÓN, 2013; VALENTE, 2009; WILLIAMS, 2016) que estudam e tratam desse segmento televisivo ainda não existe uma definição única e muito menos definitiva que caracterize o objeto em questão. Contudo, ao se contrapor e se afirmar pela negação do modelo da TV comercial, converge-se à possibilidade de um entendimento primário: “o predicado público circunscreve tudo o que não faz parte do seu oposto, ou seja, o público seria outro termo para designar tudo o que não é comercial” (VALENTE, 2009, p. 33).

Por sua vez, essa explicação por si só não basta sem que se esclareçam algumas propriedades inerentes à televisão comercial. Segundo o pesquisador britânico Raymond Williams, este tipo de televisão geralmente se posiciona como um empreendimento de capital consolidado, que produz programas de TV em busca de lucros num mercado pré-determinado, com a finalidade última de repartir rendimentos entre os seus acionistas. Trata-se, portanto, de um canal exibidor de publicidade notabilizado por vender a uma vasta audiência bens de consumo e o correspondente modo de vida baseado neles, enfim, um instrumento cultural e político moldado por e dependente das regras estabelecidas pela sociedade capitalista (WILLIAMS, 2016).

Em contrapartida, ainda em conformidade com o mesmo pesquisador, quanto ao seu escopo “as instituições de serviço público são, de fato, sem fins lucrativos, cuja receita é dedicada quase inteiramente à produção e ao desenvolvimento do serviço de radiodifusão” (WILLIAMS, 2016, p. 48). A ambiguidade que carregam, no entanto, consubstancia-se no entrelaçamento daquilo que se pode elencar como comunicação de diversidades de interesse público e a possibilidade de influência sobre o conteúdo ideológico das informações contidas nos programas televisivos, exercido pelos gestores momentâneos do Estado. Este comumente se configura, direta ou indiretamente, como mantenedor das televisões públicas.

De acordo com Jonas Valente, membro do coletivo Intervozes, o que também pode distinguir o campo comercial do público é a relação que estabelecem com os telespectadores:

Enquanto os meios com fins lucrativos tratam a audiência como massa e, portanto, buscam o gosto médio para que seus conteúdos possam atingir a atenção do maior número possível de pessoas, a televisão pública como alternativa deveria mirar na multiplicidade de públicos e dialogar com as demandas informativas e culturais de

cada um deles. Assim, a diversidade aparece como um dos pilares dessa concepção (VALENTE, 2009, p. 33).

Nesse sentido, para que se possa ir um pouco mais além na busca de uma definição complementar para o que seja televisão pública, especialistas requerem para o segmento a equidistância necessária tanto das regras do mercado quanto do controle do Estado. Aqui, entende-se que quando a televisão está subordinada a qualquer um desses tipos de gestão, “perde-se a dimensão universal de reflexão do público em favor dos interesses particulares seja de um ou mais capitais, seja de um ou outro partido” (VALENTE, 2009, p. 35).

Os defensores desse ponto de vista sustentam, por um lado, que a força do capital contagia o meio público com o modo de produção homogeneizante da comunicação comercial. Por outro, consideram que o comprometimento partidário dos mandatários do Estado restringiria a independência editorial necessária para que a televisão transmita aos cidadãos pormenores relevantes de questões sociais urgentes, que possibilitem uma tomada de posição autônoma por parte do público telespectador.

Todavia, para que um projeto de televisão pública com esse grau de independência se sustente, requer-se a resolução do binômio controle administrativo/financiamento. Para tanto, no âmbito da administração, os “experts” do modelo indicam que sejam organizados colegiados ou conselhos de gestão, compostos por representantes de diversos setores da sociedade com notoriedade em suas áreas de atuação, cujas deliberações estejam sempre respaldadas pelas mediações entre as forças plurais do espectro social (BUCCI, 2015).

Uma vez escolhidos e empossados, os conselheiros devem cumprir o mandato que lhes cabe com autonomia explícita, protegida por marco legal minuciosamente definido. É recomendável que eles sejam responsáveis pela escolha do executivo-chefe da emissora pública, que, por sua vez, encarregar-se-á da contratação dos colaboradores de trabalho mais próximos diretamente a ele subordinados. Decerto que os representantes do Estado também fariam parte dos colegiados, porém em quantidade minoritária (BUCCI, 2015).

Quanto ao financiamento, pondera-se que o suprimento de recursos para uma televisão pública independente poderá advir de verbas públicas; em forma de impostos ou taxas específicas pagas de forma compulsória pelos usuários; ou por meio de doações voluntárias dos telespectadores (BUCCI, 2015). Porém, observa-se que:

[...] deve-se buscar um sistema de fontes de receita que não condene a emissora pública à busca de publicidade no mercado, o que a remeteria ao perfil comercial, mas também impeça que governantes de plantão possam interferir na condução dos

veículos pela prerrogativa de aprovação de seus orçamentos (VALENTE, 2009, p. 37).

Considerando-se que o Estado custeia, direta ou indiretamente, empresas de comunicação, constata-se que paralela à figura da emissora de televisão pública assoma o espectro da televisão estatal, cuja natureza jurídica a designa como órgão pertencente à administração indireta do Estado, seu principal mantenedor. No Brasil este é o caso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), “que pretende fazer ‘televisão pública’ e, com esse espírito, põe no ar a TV Brasil, o seu canal mais conhecido, mas, em sua natureza jurídica, a EBC é uma estatal” (BUCCI, 2015, p. 76). Nessa perspectiva, no país também são estatais, por exemplo, a TV Justiça, do Supremo Tribunal Federal; a TV Câmara, pertencente à Câmara dos Deputados; a TV Senado, do Senado Federal; as TVs Educativas estaduais e as televisões de Universidades públicas.

Uma vez que as televisões estatais são mantidas fundamentalmente pelo Estado, a gestão das emissoras acima relacionadas, por consequência, está subordinada às autoridades dos três poderes da República, dos governadores dos estados e dos reitores universitários que podem interferir, mesmo indiretamente, na elaboração de pautas e nos rumos da programação. A televisão estatal não tem como fugir totalmente das demandas de divulgação provenientes da lógica oficial interna dos seus mantenedores. Porém, não significa dizer de que não precisa “ter compromisso com a verdade dos fatos e que pode fazer proselitismo partidário a favor do governo, escondendo os acontecimentos que os gestores da máquina pública pensam ser negativos” (BUCCI, 2015, p. 76).

Em busca de ampliar o conceito de televisão pública quanto à programação transmitida, pondera-se que exalte princípios que priorizem a diversidade de vozes da comunidade onde está inserida e que se abra para experimentações da linguagem audiovisual, produzindo informações críticas e independentes que contribuam com a formação de cidadãos autônomos.

Segundo Eugênio Bucci, através de sua programação a televisão pública tem a missão de firmar com a sociedade um pacto emancipador. Dessa forma, para ele, “o negócio da televisão pública não é entretenimento e, indo mais longe, não é sequer televisão: é cultura, informação, liberdade. Para a televisão comercial, o meio é um fim em si. Para a pública, o meio é uma possibilidade em aberto” (BUCCI, 2015, p. 123).

Quanto a essa questão, a da produção de entretenimento em televisão pública, a controvérsia é uma constante entre os autores que se debruçam sobre o assunto. A começar pela pesquisadora Teresa Montero Otondo, com vasta experiência profissional na TV Cultura,

que discorda, em parte, do professor Eugênio Bucci. Para ela, o entretenimento não se trata apenas de um formato empacotado para divertir o público enquanto produto transformado em “commodity”, com fins a exportação para o mercado internacional, conforme a lógica das televisões comerciais (OTONDO, 2012).

Segundo a concepção da pesquisadora, na TV pública o entretenimento pode ganhar um novo *status*, desde que proporcione à plateia lazer e prazer, enraizados na cultura da região ou do país onde o meio se inscreve. Ela lembra que não é por acaso que o lema “informar, educar e entreter” está previsto na missão da BBC de Londres como demanda social básica. Nesse sentido, reforça o argumento de que o produto televisivo de entretenimento pode ser emancipador “se encarado como uma produção cujo valor está no seu conteúdo e não no seu valor de troca em vista a uma acumulação mercantil” (OTONDO, 2012, p. 66).

Ainda tratando de entretenimento em TV pública, o pesquisador culturalista Omar Rincón propõe um compromisso de inclusão associado à produção desse formato televisivo. Conforme raciocina, se a televisão pública, notadamente a estatal, é um meio financiado pela sociedade por meio do pagamento de impostos, ela pertence genericamente aos cidadãos, sobretudo aos excluídos, marginalizados e identificados enquanto minorias de gênero, etnia, religião, etc. Portanto, essa mesma televisão pode tentar reconhecer e incluir socialmente esses segmentos da população, produzindo programas que os contemplam ou, até melhor, que os oriente e possibilite a elaborarem os seus próprios produtos televisivos (RINCÓN, 2013).

Nesse aspecto, voltando a sua atenção principalmente para a realidade da América Latina, Ricón adverte: na TV pública não há somente um modelo de fazer televisão. Pelo contrário, todos os formatos são possíveis e que as experimentações em entretenimento podem ser resultantes de um laboratório audiovisual, onde se estabelece a conexão entre as estéticas e saberes narrativos do popular local com o popular mundial (RINCÓN, 2013). O pesquisador esclarece ainda mais o seu pensamento acrescentando que:

Las televisiones públicas deben recordar que la televisión es parte de la(s) cultura(s) del entretenimiento y que comunica y conecta mejor en la ficción que en lo informativo. Se comunica para el entretenimiento no para el aprendizaje. Si la ciudadanía le da como lugar a los medios el entretenimiento es a esta necesidad a la que debe responder la televisión pública; pero hay que recordar, también, que hay otros entretenimientos, unos inscritos en las identidades y sensibilidades propias. Por eso, si hay noticias que sean contadas en forma de crónicas, más conversadas y más subjetivas, más latinas; si hay ficción que sean más orales e conversadas; si hay documental que cuente con más ficción; si hay melodrama, humor y misterio pues hay popular (RINCÓN, 2013, p. 169).

Quanto ao jornalismo a ser produzido pela televisão pública, no seu caráter mais amplo se espera que opere com o compromisso ético de busca da verdade dos fatos da vida real, associado à construção de conteúdos em forma de notícias que permitam a uma sociedade específica modos de vivenciar a atualidade. Ao longo dos séculos tais prerrogativas credenciaram a atividade jornalística a elaborar uma reconstrução discursiva do mundo, estabelecendo um sentido de fidelidade entre o relato dos fatos e as ocorrências de cotidiano (FRANCISCATO, 2014).

No que tange às suas particularidades, comprehende-se que o jornalismo da televisão pública pode optar pela transmissão de educação e cidadania em seus noticiários, veiculando explicações sobre os mais diversos aspectos de funcionamento da sociedade, bem como sobre os sistemas político, fiscal e jurídico que os organiza (COUTINHO, 2013). Além disso, insistir na divulgação de notícias de interesse público, nas quais se observe a isenção dos relatos e a pluralidade de opiniões nos noticiários transmitidos. Nesse aspecto, persegue-se:

a busca pelo contraditório como elemento constitutivo das narrativas das reportagens, entendendo que a realidade também é marcada pela complexidade e que sua compreensão e conhecimento envolveriam a necessidade de incorporação de diferentes pontos de vista e olhares sobre temas considerados relevantes (COUTINHO, 2013, p. 30).

Para atingir esse propósito, no entanto, é indispensável que a TV pública goze de independência editorial, aquela que vai lhe permitir montar equipes de profissionais aptos para elaborar coberturas jornalísticas com liberdade, sem solicitar a anuênciia de autoridades externas à emissora. Indiscutivelmente, é papel do jornalismo das televisões públicas contribuir para mediar o diálogo entre os cidadãos, levar informação e cultura à sociedade, bem como estimular o livre trânsito de ideias e o senso crítico dos telespectadores (BUCCI, 2015).

2.1 MODELOS CONVENCIONAIS

Ao longo das décadas de implantação da televisão pública ao redor do planeta, algumas concepções a respeito da noção de mídia pública amadureceram em meio aos teóricos, aos profissionais que atuam no segmento televisivo e as audiências. Dentre tais concepções, com base nos estudos do grupo Intervozes (2009), destacam-se aqui algumas correntes conceituais, a saber: a elitista; a educativa; a pública como alternativa à mídia comercial; e a culturalista.

A concepção elitista norteou a construção da maioria dos sistemas de comunicação na Europa, na primeira metade do século XX. Os gestores dos países europeus se espelharam, sobretudo, no processo de implantação da rádio e da televisão BBC de Londres, bem como nos escritos produzidos por John Reith, seu primeiro diretor-geral. Baseado em premissas iluministas, entendia-se que o conhecimento e a razão eram componentes indispensáveis do conteúdo da programação transmitida, já que visava inserir ouvintes e telespectadores no mundo moderno de maneira emancipada.

Para atingir essa meta, dever-se-ia veicular o melhor das ciências, das artes, da educação e dos acontecimentos jornalísticos, principalmente se fossem ações oriundas de atores sociais da alta classe média intelectualizada, especialmente quando identificados com os valores das universidades de Oxford e Cambridge. Reith avaliava que para o seu projeto ter êxito a mídia deveria informar, divertir e educar, com ênfase nesse último propósito. Para o diretor da BBC, o investimento em informação de nível refinado para crianças e jovens por meio da radiodifusão pública capacitaria gerações futuras a provavelmente vir a ocupar postos-chave na administração do Reino Unido (VALENTE, 2009).

Da mesma forma como a corrente elitista, os integrantes da concepção educativa de radiodifusão pública creem que os meios eletrônicos se constituem como veículos funcionais para a transmissão de conteúdos didáticos junto à população. O uso da televisão pública com essa finalidade foi largamente utilizado, por exemplo, nos países da América Latina entre as décadas de 1960 e 1970, quando formalmente se educou imensos contingentes populacionais com o propósito de qualificar trabalhadores para o mais intenso período de industrialização regional (VALENTE, 2009).

Para os partidários da corrente educativa, a televisão pública, por seu potencial instrutivo de reunir e transmitir sons e imagens, serviu de suporte às políticas educacionais de países como os Estados Unidos da América, Japão, Itália e diversas outras nações de diferentes continentes (ANGEIRAS, 2018), “seja substituindo as salas de aula onde elas são em número insuficiente ou inexistentes, seja complementando as aulas com conteúdos adicionais ou de aperfeiçoamento de alunos e professores” (VALENTE, 2009, p. 31). Por muitos anos a TV pública se constituiu como uma maneira ágil e eficaz na expansão de oportunidades educativas, auxiliando a ministrar matérias escolares variadas a alunos de todos os níveis.

No que se refere à concepção de televisão pública como alternativa ao modelo comercial, como são os casos das emissoras componentes da rede *Public Broadcasting Service* (PBS), dos Estados Unidos e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), do Brasil,

acredita-se que ao presumir a audiência como um todo composto de várias partes o meio deveria refletir na sua programação os interesses de cada um desses segmentos. Assim, os conteúdos poderiam enaltecer a realidade múltipla dos diversos grupos sociais em atendimento às demandas informativas não contempladas pelos veículos atrelados ao mercado publicitário.

Para os que comungam com esse modelo de televisão pública, no entanto, não se trata tão somente de elaborar produtos que outros tipos de serviços não estão interessados. Pretende-se que a distinção do fazer televisivo se sobreponha a essa condição, uma vez que o desafio maior vem a ser a elaboração de programas diferentes e inovadores sem excluir nenhum gênero ou formato. Ao arriscar parâmetros distintos, a televisão pública pode apresentar outros referenciais que qualifiquem a compreensão da audiência, “seja pela apresentação de outras versões daquela informação, seja pelo estímulo frequente à reflexão crítica acerca dos fenômenos, bem como dos seus relatos” (VALENTE, 2009, p. 35).

Quanto aos especialistas ligados nos estudos culturais para a América Latina, dentre eles Martín Barbero, García Canclini, Orozco Gomes, Rey Beltrán e Fuenzalida, a televisão pública está marcada por dois aspectos centrais, quais sejam: sua natureza autônoma e o compromisso com a diversidade cultural cidadã. Para eles, em primeiro lugar, é preciso que se rompa o vínculo de comando administrativo do governo sobre a condução da televisão, que deve gozar de autonomia social, política e editorial.

Quanto ao segundo aspecto, seria o de investir numa programação que preveja e dê espaço à diversidade cultural multifacetada da região ou do país onde a emissora está implantada e estende o seu raio de ação. Para os culturalistas é de suma importância que os cidadãos participem da construção de uma televisão pública de qualidade, que estaria caracterizada por manter uma produção cultural própria em toda grade de programação; construir um vínculo especial com a fragmentada vida urbana; e por alfabetizar os diversos segmentos da sociedade em relação às novas linguagens e à tecnologia das mídias convergentes.

Nesse quesito em particular, o da alfabetização, os culturalistas divergem da clássica concepção educativa para a televisão pública, por compreenderem que esta vertente se associa ao uso que foi feito do veículo pelos estados autoritários durante as décadas em que as ditaduras se espalharam pelo continente sulamericano (VALENTE, 2009).

2.2 PRIMÓRDIOS DA IMPLANTAÇÃO DA TELEVISÃO NO PAÍS

A radiodifusão se estabelece no Brasil como uma curiosidade científica sob a égide de serviço público no ano de 1923, portanto, longe do patrocínio do Estado ou da iniciativa privada. As transmissões regulares da pioneira Rádio Sociedade do Rio de Janeiro motivaram o surgimento de clubes de ouvintes, que se organizavam para fundar e manter as estações de rádio por meio do pagamento de taxas, doações, empréstimo de discos fonográficos e pela elaboração de programas requintados para um público elitizado. Desse hábito remonta a explicação do porque que até hoje várias emissoras espalhadas pelo país mantenham no prefixo o nome de rádio clube ou rádio sociedade (LEAL FILHO, 1989).

Ao final da década, todavia, percebera-se que se implantara no país uma tecnologia capaz de influenciar o andamento do modo de produção e consumo de bens gerados pelo mercado capitalista. Além disso, que as próprias rádios se constituíam como empresas geradoras de poder e riqueza para quem possuísse concessões (LEAL FILHO, 1989). Rapidamente o rádio foi encaminhado para o mundo dos negócios, quando as emissoras passaram a ter patrocinadores e obtiveram algum sucesso comercial, embora os ouvintes ainda se restringissem àqueles segmentos sociais com posses suficientes para adquirir um aparelho de rádio. Ao longo do tempo, contudo, a força dos patrocínios motivou uma leve alteração no conteúdo dos produtos exibidos à época, conforme assinala o professor Othon Jambeiro:

A programação enfatizava notícias e alta cultura, mas como a audiência começou a expandir-se na direção das classes média e baixa, foi aos poucos sendo mudada com a introdução de programas de entretenimento tais como variedades e comédias, alguns com auditórios (JAMBEIRO, 2001, p. 47).

A partir de 1930, quando da chegada de Getúlio Vargas à presidência da República, traça-se para a nação uma política econômica de viés nacionalista, que pregava a substituição de importados por produtos nacionais, com ênfase em três aspectos: concentração da produção industrial no entorno do Rio de Janeiro e São Paulo; consolidação das Leis do Trabalho; e resgate da atividade agrário-exportadora da cafeicultura, combalida com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. A produção de café, na verdade, em boa parte custeou a implantação fabril no centro-sul e serviu de estímulo ao plantio de outros produtos agrícolas para exportação e consumo interno dos brasileiros (MENDONÇA, 1986).

Tais medidas possibilitaram ao país experimentar breve modernização de suas principais cidades, elevação dos níveis de instrução, aumento da renda familiar e o

aparecimento de novas camadas de consumidores. Seguiam-se – guardadas as devidas proporções – os modelos difundidos pelos centros cosmopolitas europeus e norte-americanos (SODRÉ, 2010). Nesse período, foram assentadas as bases legais para a radiodifusão no Brasil, afixadas pelos decretos 20.047, de 1931, e 21.111, de 1932. Além de regulamentar a inserção de anúncios publicitários na programação dos veículos eletrônicos eles declaravam, dentre outros tópicos, que:

o espectro eletromagnético era um privilégio do Estado, que poderia utilizá-lo diretamente para o bem público. Diziam também que o poder executivo poderia fazer concessões de canais, por tempo determinado, para companhias privadas que quisessem estabelecer emissoras comerciais. Elas deveriam ficar, contudo, sob permanente controle (JAMBEIRO, 2001, p. 48).

Ainda no que diz respeito à fixação e expansão das rádios no território nacional, aqui há de se ressaltar o papel desempenhado pelas agências de publicidade norte-americanas (J. Walter Thompson, McCann Erickson, Lintas e Standart) que montaram subsidiárias no Brasil, a fim de acompanhar investimentos de empresas transnacionais para as quais já trabalhavam no exterior. Dentre essas empresas se destacam Ford, General Motors, Gessy Lever, Colgate Palmoliver, Coca-Cola, Ross, Gillete, Johnson & Johnson, Shell, Esso e Nestle (LIMA, 2004).

Conforme Jambeiro, as agências tiveram um papel decisivo na sedimentação de uma economia própria para o segmento radiofônico porque elas “capturavam e distribuíam verbas publicitárias para o rádio, produziam ou ajudavam a produzir programas voltados para as novas massas de consumidores e assim moldaram a radiodifusão brasileira à imagem do modelo americano” (JAMBEIRO, 2001, p. 48). Ao lado dos jornais e das revistas, inegavelmente o rádio foi o veículo que melhor propagou os interesses e o modo de vida resultantes do plano político/econômico de desenvolvimento “varguista”, que se impôs durante as décadas de 1930, 1940 e sobreviveu até meados de 1950.

Inspirando-se na especificidade das emissoras de rádio em transmitir programas musicais; shows de calouros; novelas; esportes; e noticiários patrocinados pelas verbas de publicidade provenientes das indústrias nacionais e estrangeiras, a televisão no Brasil foi deliberadamente levada a nascer com identidade comercial, em 18 de setembro de 1950. Inaugurava-se naquela data em São Paulo a TV Tupi Difusora, Canal 3, primeira estação de televisão da América do Sul (MATTOS, 2000). A iniciativa coube à ousadia pessoal do empresário Assis Chateaubriand, que viria a se tornar o proprietário de um dos maiores conglomerados de comunicação do país em meados do século XX.

Nos seus primeiros anos de vida a televisão não passava de um brinquedo de luxo das elites do país. Haja vista que “o preço de um televisor era três vezes maior que o da mais sofisticada radiola da época, pouco menos que um carro” (MATTOS, 2000, p. 94). O professor Muniz Sodré se refere a esse período acrescentando um curioso detalhe:

É preciso também levar em conta que não havia tradição de show-business no país e nem se contava com uma infraestrutura de imagem e som (que seria dada por uma indústria cinematográfica bem plantada) para fornecer subsídios à programação. Assim, a maior parte do pessoal técnico e artístico da tevê provinha da rádio e do teatro. Os programas daí resultantes combinavam telejornalismo (noticiários de estilo radiofônico, debates, entrevistas) com espetáculos culturalistas (SODRÉ, 2010, p. 97).

Já na segunda metade da década de 1950, quando da chegada de Juscelino Kubitschek ao comando do poder Executivo Federal, verificou-se o início da proliferação de emissoras de televisão no Brasil, por meio de “favoritismo político, o qual concedia licenças para exploração de canais sem um plano pré-estabelecido” (AGUIAR, 2012, p. 74).

À época, o governo adotara o modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo dependente-associado, priorizando-se dentre outras a indústria automobilística, cuja implantação foi custeada pelo capital externo, propulsor do progresso econômico e tecnológico de então. Naquele momento, vivia-se o ufanismo da ideologia nacional-desenvolvimentista, sintetizada por meio do *slogan* “50 anos em cinco”, marca da gestão Kubitschek (MENDONÇA, 1986).

O pesquisador Sérgio Mattos destaca que no final dos anos 50 já havia quase meio milhão de aparelhos receptores distribuídos entre os lares da alta classe média e da elite nacional (MATTOS, 2000). No centro-sul do país a audiência estava sintonizada no pleno funcionamento das estações TV Tupi do Rio de Janeiro, TV Tupi de São Paulo, TV Paulista, TV Record, TV Continental e TV Rio. Brasília ganhou dois canais, a TV Alvorada (ligada à Record) e a TV Brasília (dos Diários Associados) em processo de planejamento de implantação. Em Belo Horizonte já estava no ar, desde 1956, a TV Itacolomi (SODRÉ, 2010).

Vencida a fase ufanista de desenvolvimento sob a gestão de Juscelino Kubitschek, a população brasileira entra na década de 1960 se deparando com um ambiente político extremamente conturbado. A começar pela posse do presidente eleito Jânio Quadros, em janeiro de 1961, e a sua posterior renúncia sete meses depois. Naquele instante, o sistema de governo foi substituído pelo parlamentarismo, que sobreviveu até 1963, quando o presidencialismo foi restabelecido após consulta plebiscitária aos habitantes da nação. “João

Goulart, que tinha sido eleito vice-presidente de Jânio, assumiu a presidência, primeiro no regime parlamentar e depois no regime presidencialista” (JAMBEIRO, 2001, p. 76).

No plano econômico o panorama não era menos conflituoso. A burguesia industrial passou a se destacar acima das demais forças componentes do pacto populista estabelecido por Juscelino, e “a aliança que até então tivera como pressuposto o equilíbrio entre as frações de classe dominantes, se rachava” (MENDONÇA, 1986, p. 83). Quanto ao entendimento Estado-massas, o diálogo também se rompia, uma vez que a crise econômica de 1962 passou a inviabilizar o atendimento às reivindicações populares. Afetados pela inflação dos produtos básicos de consumo, pela corrosão dos salários e pela queda do crescimento econômico, os trabalhadores, valendo-se da legislação sindical-militar vigente no governo de Goulart, desencadearam um ciclo de greves sem precedentes que também se alastrou em direção aos quartéis.

Contrapondo-se às retumbantes manifestações grevistas, bem como às reformas de base preconizadas pelo governo como premissas para reestruturar as relações sociais do país, ressalta-se que:

A resposta dos detentores das várias frações do capital (industrial, financeiro, agrário e comercial), prejudicados em seu desempenho econômico e ameaçados pela ascensão das massas, foi o alinhamento à direita, conclamando-se a solução militarista como a única saída capaz de instalar um horizonte seguro para a recuperação da expansão. Para eles, desde que se restabelecessem as fontes do investimento público e privado, todos os meios e “sacrifícios” seriam válidos, inclusive – e sobretudo – o do regime político sobre o qual, até então, se baseava a aliança populista (MENDONÇA, 1986, p. 88).

Associando os princípios da doutrina de segurança nacional a uma sólida campanha de opinião pública contra a iminência do “comunismo”, a intervenção no sistema político de governo se efetuou em 31 de março de 1964, quando os militares deram um golpe de Estado e destituíram o presidente João Goulart do poder. O movimento contou com o apoio dos “partidos de centro e direita, assim como a maioria das classes média e alta, a Igreja Católica, os empresários – especialmente aqueles ligados ao capital estrangeiro – e organizações financeiras” (JAMBEIRO, 2001, p. 76). Todos eles acreditavam, em grande medida, que somente por meio de um regime de exceção militar “a continuidade do modelo econômico inaugurado em 1955 estaria garantida” (MENDONÇA, 1986, p. 89).

Com esse intuito, adotou-se um modelo peculiar para o desenvolvimento nacional centrado “na rápida industrialização, com tecnologia e capital externos, baseado no tripé formado pelas empresas estatais, empresas privadas nacionais e corporações multinacionais”

(MATTOS, 2000, p. 102). Nessa levada, os veículos de comunicação massivos, notadamente o rádio e a televisão, foram induzidos a divulgar a ideologia de gestão do país oriunda da Escola Superior de Guerra (ESG), ao mesmo tempo em que anunciam os produtos fabricados pelas indústrias de bens duráveis e não duráveis para o consumo interno da população.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, registrou-se a implantação de redes de televisão como meio de integrar os habitantes de todas as regiões do Brasil a um mesmo comando de produção cultural centrado no eixo Rio/São Paulo. Ainda durante este período se destacam outras iniciativas ligadas à expansão televisiva como: a introdução no país do aparelho de vídeo-tape, que possibilitou gravar, editar e distribuir programas entre emissoras de uma mesma rede espalhadas pelo país; a implantação do sistema de Crédito Direto ao Consumidor, viabilizando a compra em até 36 prestações de aparelhos de televisão nacionais que passaram a ser fabricados em larga escala; bem como o surgimento da Rede Globo, que se expandiu territorialmente em parceria com os ideais dos governantes da época (MATTOS, 2000). Porém, para que todas essas iniciativas operassem em uníssono visando à integração nacional,

os militares modernizaram a rede de telegrafia e telefone; concluíram a rede nacional de alta fidelidade; implementaram a instalação de uma rede de ondas curtas para fazer transmissões ao vivo de programas de TV nacionais e internacionais, em todo o país, incluindo transmissões em cores; e organizaram a participação do Brasil no consórcio Intelsat (JAMBEIRO, 2001, p. 79).

Paralelo a esses investimentos, o governo militar também alterou o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/62), por meio do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967. A partir desse ato, estabeleceu novos critérios, dentre outros pontos, para as concessões de emissoras de rádio e de televisão e impediu a participação de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras na sociedade e na direção de empresas de radiodifusão (MATTOS, 2000).

O Decreto determinava também que a origem e o montante dos recursos financeiros das empresas interessadas em desfrutar de concessões deveriam ser aprovados previamente pelos técnicos do Conselho Nacional de Telecomunicações, Contel, órgão federal encarregado de supervisionar as concessões de emissoras de rádio e de televisão e censurar o conteúdo de suas programações. O referido documento ainda fixou as diretrizes de implantação das televisões educativas no país. Aqui há de se frisar que depois das normas estabelecidas pelo Decreto-Lei 236/67, nenhuma alteração importante incidiu sobre o regime jurídico da radiodifusão brasileira até 1988, quando da promulgação da Constituição Cidadã, que criou legislação menos autoritária para o setor (MATTOS, 2000).

Ressalte-se que a Carta Magna de 88 reafirmou a competência da União para explorar os serviços de radiodifusão por si mesma ou por meio de outorga a terceiros, como também reforçou as obrigações educativas e culturais que os veículos de comunicação deveriam ter para com a população brasileira, notadamente quando exercidas pelo rádio e pela televisão.

A nova Constituição também estabeleceu que a concessão de outorgas de canais de radiodifusão deveria observar a complementariedade dos sistemas público, estatal e privado, porém sem definir as especificidades de cada um deles, abrindo brecha à ideia de criação de um sistema público de radiodifusão, diferenciado tanto do privado quanto do estatal.

O Documento atribuiu ainda aos membros do Congresso Nacional a prerrogativa de, juntamente com o chefe do Poder Executivo Federal, analisar os novos pedidos de permissões de outorgas e dar parecer sobre a renovação de concessões de emissoras radiofônicas e televisivas anteriormente autorizadas.

2.3 NO BRASIL A TELEVISÃO PÚBLICA NASCEU EDUCATIVA

Ao adentrar os anos de 1960, o Brasil possuía centenas de milhares de indivíduos que haviam ultrapassado a idade para o ingresso no sistema formal de ensino, mas como cidadãos tinham o direito à educação para obter a oportunidade de uma mínima chance de mobilidade social (ANGEIRAS, 2018). Segundo prognóstico apresentado pelo então ministro titular do MEC em 1969, Jarbas Passarinho, para uma população aproximada de 90 milhões de habitantes, “havia cerca de 30 milhões de brasileiros analfabetos, entre os 14 e 30 anos de idade; e que apenas pouco mais de 0,3% dos alunos ingressos na escola primária chegavam a concluir o ensino superior” (PASSARINHO, 1969, p. 343), uma vez que os índices de evasão escolar eram muito elevados.

Naquela década, notadamente de 1964 em diante, o país começou a vivenciar um novo ciclo de desenvolvimento econômico custeado por recursos tomados de empréstimo pelos governos militares a organismos estrangeiros, em particular do Fundo Monetário Internacional (MENDONÇA, 1986). Numa proporção muito maior do que ocorreu nas eras Vargas e Kubitschek, a explosão demográfica impeliu a intensa migração de pessoas do campo para as cidades em busca de empregos gerados no bojo da acelerada expansão urbana e da ampliação do parque industrial, notadamente na região Sudeste do Brasil, mais especificamente ao entorno das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Em contrapartida, o mercado carecia com urgência de mão-de-obra devidamente instruída para atuar no comércio,

na prestação de serviços, na construção civil e, especialmente, na linha de produção fabril (VALENTE, 2009).

Como forma de tentar atender pelo menos a uma parte da demanda por trabalhadores qualificados e, ao mesmo tempo, ampliar o número de consumidores habilitados a adquirir os produtos gerados pelo mercado interno, o governo federal adotou medidas para tornar a educação acessível à maioria da população. Dentre elas, apostou na implantação de televisões educativas no país, isto é, emissoras públicas destinadas a formar jovens e adultos por meio de teleaulas, palestras, conferências e debates (VALENTE, 2009).

Segundo Sodré, aquele também foi o tempo em que a educação superior passou a ser seriamente considerada como uma chance possível de ascensão para as camadas médias da população brasileira. A chance de mobilidade social assumiu o caráter de *mito* a partir de 1967, “quando se começou a fazer crer que “distribuição de renda” é um problema de educação: quanto mais instruído, principalmente em nível técnico-científico, mais bem aquinhoados na vida estaria o cidadão” (SODRÉ, 2010 p. 109). O que o *mito* escondia, entretanto, é que o mercado de trabalho era excludente, seletivo e não oferecia os mesmos princípios para todos.

Apesar das vicissitudes do mercado, a educação sempre foi cultuada pelas camadas médias como uma oportunidade, algumas vezes ilusória, para obter sucesso e progredir na vida pelo mérito individual daqueles que lograriam entrar numa Universidade (SODRÉ, 2010). Talvez por isso, o conceito em voga de TV Educativa à época pudesse ser definido como:

Emissoras que visam à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais, atuando em parceria com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade (ANGEIRAS, 2018, p. 86).

Portanto, a regulamentação que possibilitou o surgimento das televisões educativas no território nacional repousa no Decreto-Lei 236, de 1967, assinado pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente de um ciclo ditatorial de poder militar que perdurou por 21 anos, de 1964 a 1985. Dos 18 Artigos que compõem o documento, três foram dedicados à criação das televisões educativas. Literalmente, eles diziam o seguinte:

Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

§ Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio de programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:
a União;

os Estados, Territórios e Municípios;
as Universidades Brasileiras;

as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Comunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º - A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do Artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Art. 15. Dentro das disponibilidades existentes ou que venham a existir, o CONTEL reservará canais de transmissão, em todas as capitais de Estados e Territórios e cidades de população igual ou superior a 100.000 (cem mil) habitantes, destinando-os à televisão educativa (BRASIL, 1967).

Respeitando-se as normas do Decreto-Lei em vigor, em 22 de novembro de 1968 se inaugurava a primeira TV Educativa do Brasil, que veio a ser a TV Universitária, emissora da Universidade Federal de Pernambuco, erguida em terreno da Av. Norte, no bairro de Santo Amaro, em Recife, capital pernambucana (ANGEIRAS, 2018). Aos profissionais envolvidos na programação do empreendimento se pedia que além de atuar em sintonia com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, contemplassem as necessidades da educação básica, da superior e da formação para o trabalho, abrangendo ainda as atividades de divulgação cultural, pedagógica e de orientação profissional.

Seis meses depois do surgimento da TV Universitária de Pernambuco, outra iniciativa com o mesmo grau de compromisso foi implantada na região Sudeste. Desta feita, preocupado com a criação de uma televisão educativa de alto nível, o governo do Estado de São Paulo inaugurava em 15 de junho de 1969 a TV Cultura, mantida pela Fundação Padre Anchieta. Anteriormente de cunho comercial, a referida emissora fora adquirida em mãos do grupo Diários e Emissoras Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, que naquele instante provava do início inexorável de sua decadência enquanto grupo empresarial (AGUIAR, 2012).

Segundo assinala a pesquisadora Maria Clara Angeiras, a corrida para a construção de televisões educativas se deu de forma intensa entre os anos de 1968 a 1974. Algumas surgiram subordinadas ao Ministério da Educação e outras ligadas a secretarias estaduais de educação, comunicação ou cultura. Registram-se nesse período, portanto, a inauguração da TV Universitária de Pernambuco, TV Cultura de São Paulo, TVE Amazonas, TVE Ceará, TVE Espírito Santo, TVE Maranhão, TVE Rio de Janeiro, TV Universitária do Rio Grande do Norte e TVE do Rio Grande do Sul (ANGEIRAS, 2018).

Vistoriando de perto a implantação das TVEs e com o intuito de garantir qualidade, uniformizar o conteúdo educativo e distribuir os programas de formação didática que iriam retroalimentar a programação das novas emissoras, o governo federal fomentou através da Lei 5.198/67 a criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, com sede no Rio de Janeiro.

Além da elaboração das teleaulas, a equipe da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), sob o comando do seu primeiro diretor “mestre” Gilson Amado, também se responsabilizava pelo treinamento de professores, técnicos e especialistas em produção televisiva. Somente no ano de 1969, por exemplo, a Fundação “promoveu quatro cursos de formação básica em TVE, preparando mais de 150 profissionais de diversos estados, além dos que foram cumprir estágios em instituições internacionais” (MILANEZ, 2007, p. 39).

Ainda não satisfeito em controlar e centralizar a produção televisiva voltada para a educação no país, o então presidente do país Garrastazu Médici adicionava em 1972 mais um órgão federal para atuar no setor. Tratava-se de:

uma agência nacional para cuidar da coordenação das atividades de tele-educação. O Decreto 70.185, de 23 de fevereiro daquele ano, instituiu o Prontel – Programa Nacional de Teleducação, com a missão de coordenar, promover e integrar o uso e o desenvolvimento das técnicas educacionais existentes e as que estivessem sendo pesquisadas; elaborar programas de rádio e TV como definidos pelo Ministério da Educação; formar uma rede nacional de radiodifusão educativa para atender as necessidades regionais e nacionais (JAMBEIRO, 2001, p. 123).

Dentre as parcerias estabelecidas entre os profissionais da FCBTVE e do PRONTEL, a pesquisadora Liana Milanez (2007) destaca o “Projeto Lobato”, promovido em 1973, que se prestou a avaliar “Os efeitos da TV sobre as crianças”, com foco na faixa etária compreendida dos três aos 15 anos de idade. Segundo a pesquisadora, esse projeto foi pioneiro enquanto trabalho de campo na área da teleducação, quantificando “uma amostragem que envolveu 602 crianças e adolescentes, de ambos os性os, moradores de quatro bairros do Rio de Janeiro de diferentes níveis sócio-econômicos” (MILANEZ, 2007, p. 50).

Depois de atuar por seis anos como centro produtor e distribuidor nacional de programas voltados para a educação, a FCBTVE logrou autorização do governo federal, em agosto de 1973, para a implantação de uma estação de televisão, utilizando-se do “canal 2, do Rio de Janeiro, antes ocupado pela TV Excelsior. Esse mesmo canal fora concedido, em 1952, pelo presidente Getúlio Vargas à Rádio Roquette-Pinto, emissora do então Distrito Federal” (MILANEZ, 2007, p. 47), que por uma série de atribulações nunca fora montado. As

transmissões em caráter definitivo ocorreriam em 1977 quando a TVE- RJ, vinculada diretamente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), passou a ser considerada como um canal de televisão com programação cotidiana.

Dois anos antes das transmissões diárias da programação da TVE Rio de Janeiro se tornarem uma realidade do dia a dia na vida dos cariocas, os militares decidiram criar uma rede própria de rádio e televisão para operar em áreas com baixa densidade demográfica, de pouco interesse das emissoras comerciais, exatamente nas regiões consideradas de interesse estratégico para a unidade nacional (JAMBEIRO, 2001).

Por meio da Lei 6301, de 15 de dezembro de 1975, instituiu-se a Empresa Brasileira de Radiodifusão, Radiobrás, cuja missão principal era a de implantar e operar as emissoras, bem como explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Rádio Mauá (do Ministério do Trabalho), Rádio Nacional de Brasília e a TV Nacional de Brasília faziam parte desse patrimônio recém-estabelecido.

Todas essas estações estavam encarregadas de difundir programação educativa, assim como elaborar e transmitir noticiários e programas de entretenimento. Dos estatutos da Radiobrás constavam como objetivos primordiais estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento e melhorar o nível de informação de outros países sobre a realidade brasileira, conforme os interesses dos militares. De acordo com Jambeiro, para cumprir com este último objetivo compraram equipamento específico de alta potência, “constituído de três emissoras de ondas curtas e uma de ondas médias. Através dele foram [...] emitidos programas de notícias e variedade sobre o Brasil, em inglês, alemão e francês, além de português” (JAMBEIRO, 2001, p. 122).

Porém, ao mesmo tempo em que pretendiam integrar os rincões mais distantes do país à vida nacional e passar uma imagem positiva do Brasil às nações estrangeiras, as ondas eletromagnéticas dos potentes transmissores formavam o que os técnicos identificam como uma espécie de “cortina”, que do Amapá ao Acre ou na região de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, atrapalhavam o sinal de rádios de Cuba, da União Soviética, da China e do Leste Europeu carregadas de mensagens com conteúdo socialista. Ou seja, quem quisesse sintonizar o “dial” numa rádio de Havana, por exemplo, precisaria estar disposto a fazer uma audição repleta de chiados e de ruídos. Caso escolhesse uma emissora do governo brasileiro poderia desfrutar de um som límpido, de excelente qualidade (BUCCI, 2008).

No ponto máximo de apogeu da Radiobrás, no começo dos anos 1980, a estatal contava com a concessão de 42 emissoras de rádio e televisão. Dentre elas, 40 funcionavam em total amplitude. Conforme especifica o professor Eugênio Bucci,

Eram duas geradoras e cinco repetidoras de televisão, dez rádios de ondas médias, treze de frequência modulada, duas de ondas curtas e oito em ondas tropicais. As estações governistas cobriam os rincões do Brasil como pequenos pilares do combate à subversão – fosse ela forasteira ou brasileira. [...] Em Brasília, a estatal tinha quase o porte de um ministério. Até o início dos anos 1980, era dona de sete casas no Lago Sul, algumas delas de luxo, onde residiam seus administradores. Era uma potência (BUCCI, 2008, p. 92).

Poucos anos depois, o processo de desmantelo da Radiobrás estaria associado ao fim do mandato do general João Batista Figueiredo, em 1985, último presidente do período de mando ditatorial no país estabelecido em 1964. As residências do Lago Sul já tinham sido trocadas por um prédio na Asa Norte, em Brasília, quando as emissoras começaram a ser vendidas ou doadas por ordem do governo federal, via Ministério das Comunicações, a partir de 1988. Das 42 concessões de rádio e televisão que a estatal chegou a possuir restaram apenas cinco estações, as quais muito posteriormente seriam incorporadas ao patrimônio da Empresa Brasileira de Comunicação, EBC, quando da fundação da TV Brasil, em 2007 (BUCCI, 2008).

Prosseguindo, entretanto, com a reconstrução histórica linear da narrativa sobre o papel desempenhado pelas televisões educativas no Brasil, em meados da década de 1970, em São Luís do Maranhão, era desenvolvida experiência peculiar relacionada à transmissão de educação formal televisiva a distância. Nesse caso, há de se considerar que em vista da construção da rodovia Belém-Brasília o estado recebera grande afluxo de migrantes oriundos do Centro-Sul do país. Assim, no período entre 1950 e 1970, o Maranhão viu sua população passar abruptamente de cerca de 1.600.000 para quase 3.800.000 habitantes. Àquela época, mais de 50% da população estavam fora da escola, sendo que desse montante 64% eram constituídos por adolescentes totalmente analfabetos maiores de 14 anos (ANGEIRAS, 2018).

Entre o final da década de 1960 e até meados dos anos 2000, governos sucessivos daquele estado adotaram uma política que no seu momento mais agudo “fechou escolas, contratou monitores, e instituiu um sistema de ensino baseado na televisão” (LIMA, 2004 p. 125). A experiência se deu por meio da Fundação Maranhense de Televisão Educativa, mantenedora da TVE Maranhão, “cuja missão era suprir a falta de estrutura educacional que o Estado vivia na época” (MILANEZ, 2007, p. 189).

Com esse propósito, a programação era composta por 90% de programas instrutivos e 10% de produtos culturais. Em parceria com os especialistas da Secretaria de Educação do Estado, os profissionais da TVE-MA produziram e veicularam aulas de todas as disciplinas do ensino de 1º Grau, da 5ª a 8ª séries. Todos os programas didáticos foram patrocinados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (ANGEIRAS, 2018).

Ao longo dos anos, o trabalho desenvolvido pela TVE Maranhão serviu de suporte didático para cerca de 40 escolas estaduais e municipais. A recepção dos estudantes se dava em ambiente escolar devidamente equipado com televisores que exibiam aulas gravadas em vídeo-tape, permitindo um volume maior de veiculações a cada dia. As teleaulas atingiram o ápice no ano 2000, quando o sistema atendeu a aproximadamente 48 mil alunos da rede pública de ensino (MILANEZ, 2007). Somente a partir de 2006 a TVE Maranhão abdicou do seu papel didático-pedagógico para transmitir programação gerada através de rede nacional, além de noticiários e programas de cultura produzidos localmente.

Outra experiência similar em teleducação verificada no Nordeste brasileiro foi o Projeto Satélite Avançado de Comunicação e Interdisciplinaridades (SACI), resultante de uma parceria estabelecida entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), sediado em São José dos Campos, no estado de São Paulo, e a TV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A estação fora inaugurada em 02 de dezembro de 1972, para atender especificamente aos objetivos educacionais propostos pelo empreendimento.

De acordo com Angeiras, “o projeto SACI forneceu aulas pré-gravadas, transmitidas via satélite, com suporte em material impresso, para alunos das séries iniciais e professores leigos do então Ensino Primário do Rio Grande do Norte” (ANGEIRAS, 2018, p. 222). Como forma de cobrir as diversas regiões do estado, torres retransmissoras do sinal do satélite foram construídas em pontos estratégicos de zonas serranas localizadas em Natal, Serra de Santana e Mossoró.

Além disso, quatro centros regionais serviram de apoio logístico para a capacitação de professores, que depois de serem atualizados didaticamente orientavam o aprendizado dos estudantes em tele salas municiadas com aparelhos de televisão em escolas da capital e do interior. Em 1976, chegou-se a elaborar 1.241 programas de instrução didática para estudantes de 1^a a 4^a séries do 1º Grau, com recepção em 510 escolas de 71 municípios do Rio Grande do Norte (ANGEIRAS, 2018). Em 1978 o Projeto SACI foi interrompido sob a alegação de que os custos de manutenção do satélite eram exorbitantes, assim como eram irreconciliáveis as diferenças culturais estabelecidas entre os integrantes da equipe produtora das teleaulas, habitantes do interior paulista, e os professores e alunos do estado nordestino.

Ao findar a década de 1970, a TV Universitária do Rio Grande do Norte deixou de ser custeada e se desligou da administração do INPE, passando a ser totalmente gerida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A partir desse momento, deu inicio a produção e transmissão de uma série de programas voltados para a música, esportes, ciência, artes, vida universitária, costumes e jornalismo. Primeira e única emissora potiguar durante 15

anos, a TVU-RN contribuiu decisivamente para a formação gratuita de gerações de profissionais de televisão, sendo que alguns deles foram posteriormente contratados pelas estações comerciais ligadas ao SBT e a Rede Globo, instaladas em Natal a partir do ano de 1987 (ANGEIRAS, 2018).

Ao tempo em que se dava andamento aos projetos que usaram o suporte televisivo para educar boa parte dos habitantes do Maranhão e do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século passado o I Encontro Nacional de Dirigentes e Assessores de TV Educativa foi promovido em Nova Friburgo-RJ, em março de 1978. A iniciativa coube aos gestores e especialistas da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, FCBTVE, mantenedora da TVE do Rio de Janeiro, e do PRONTEL. Durante o Encontro, debateu-se exaustivamente a criação de um Sistema Nacional para operacionalizar uma rede de transmissão de programas educacionais, mediante a atuação em cadeia de emissoras de televisão educativa (FRADKIN, 2007).

Se o objetivo principal do evento não alcançou o êxito pretendido, ao menos serviu para a

formação de uma pequena rede de emissoras (constituída por nove emissoras) com o objetivo de transmitir a Copa do Mundo de Futebol de 1978 [na Argentina], pois a TV Cultura de São Paulo detinha os direitos de transmissão e se dispôs a compartilhá-los (FRADKIN, 2007, p. 5).

Entretanto, o sonho de implantação do Sistema Nacional de transmissão de programas educacionais não tinha morrido e um ano e meio depois do encontro em Nova Friburgo os dirigentes das emissoras públicas educativas do Norte/Nordeste viabilizaram um novo evento em Fortaleza-CE. Os representantes da TVE do Rio de Janeiro foram convidados e no encerramento da reunião a eles se pediu que buscassem apoio oficial para a consecução do projeto.

Os contatos que poderiam viabilizar a criação de um sistema para a transmissão de programas educacionais em rede nacional começaram a ser efetivados, quando em novembro de 1979 o Governo Federal extinguiu o PRONTEL e em seu lugar criou a Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT). Os especialistas da nova Secretaria, “sabedores das gestões iniciadas pela TVE do Rio de Janeiro [convocaram] todas as emissoras para uma reunião que resultou na criação do Sistema Nacional de Televisão Educativa, SINTED” (FRADKIN, 2007, p. 1). Entre os integrantes da rede ficou estabelecido que a coordenação político-administrativa do SINTED ficaria sob o comando da SEAT/MEC, enquanto as operações

técnicas a cargo da TVE-RJ, unidade da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, FCBTVE, diretamente vinculada ao Governo Federal.

Em 1982, na gestão do último presidente do regime ditatorial militar General João Batista Figueiredo, o governo promoveu a troca de siglas, a fusão de entidades e novas diretrizes para o comando das transmissões em televisão educativa no Brasil. Conforme relato do especialista Alexandre Fradkin (2007, p. 6),

A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, embora mantivesse esta denominação, teve a sua sigla modificada de FCBTVE para FUNTEVÊ. Mas a sigla não foi a única alteração. A FUNTEVÊ incorporou a SEAT [Secretaria de Aplicações Tecnológicas] e, também, o Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC-SER, órgão responsável pela gestão da Rádio MEC, cuja história [...] confunde-se com a trajetória da radiofonia no Brasil, pois suas transmissões pioneiras iniciaram-se em maio de 1923. Com essas alterações, as coordenações político-administrativa e operacional do SINTED passavam a ser feitas pela mesma entidade.

Alguns meses depois, com a adição das rádios educativas ao órgão, houve mudança de denominação, passando a ser reconhecido oficialmente junto ao Ministério da Educação e Cultura pela denominação de Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), ato formalizado por meio da portaria MEC nº 344, de 09/08/1983.

Os dirigentes dos veículos de comunicação integrantes do Sistema compartilhavam de um mesmo objetivo: que a programação de cada emissora educativa do grupo pudesse ser composta por programas produzidos por si e por todas as outras estações de televisão ou rádio, de acordo com a especificidade do suporte eletrônico. Nisso se diferenciavam das redes comerciais, onde as estações retransmissoras espalhadas pelo país se limitavam a seguir a grade de conteúdo das emissoras “cabças-de-rede”, invariavelmente sediadas no Sudeste brasileiro (ANGEIRAS, 2018).

Num primeiro momento, a coordenação do SINRED utilizou a Rede Básica de Microondas da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), para gerar o som e as imagens dos programas transmitidos em conjunto pelas emissoras integrantes da entidade. Já a partir de 1985, quando o satélite geoestacionário de comunicação “Brasilsat A1” fora colocado em órbita da Terra, a TVE-RJ obteve o privilégio de ser a primeira emissora de televisão a ter acesso às potencialidades do artefato aeroespacial, reforçando a prerrogativa da FUNTEVÊ enquanto coordenadora político-administrativa e operacional do SINRED (MILANEZ, 2007).

Em 1986, por determinação do Governo Federal durante a gestão do presidente José Sarney, a FUNTEVÊ incorporaria o patrimônio e o sinal da TVE do Maranhão (MILANEZ,

2007). Ao entorno daquele ano consta a implantação de 10 outras novas estações de televisão educativa no Brasil, a saber: TV Cultura do Pará, TVE do Piauí, TVE de Alagoas, TV Aperipê de Sergipe, TVE da Bahia, TV Minas Educativa e Cultural, TVE do Paraná, TVE do Mato Grosso do Sul, TVE de Alfenas e TVE de Juiz de Fora. Elas se agregariam a nove emissoras da mesma categoria já existentes no país desde as décadas de 60/70 para compor o SINRED, posteriormente considerado como a primeira rede nacional de televisão pública (FRADKIN, 2007).

Como resultado do processo estabelecido de troca e exibição de produtos televisivos entre as emissoras que compunham o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa no decorrer da década de 1980, observou-se o início da predominância de programas culturais e informativos transmitidos por meio do SINRED. A prática distanciava aos poucos o segmento da televisão educativa do seu objetivo original, qual seja a educação formal a distância.

Dentre as atrações de âmbito nacional nas áreas da cultura e do jornalismo que poderiam confirmar a tendência de mudança no conteúdo da programação das TVEs constam, por exemplo, o “Sem Censura”, sob o comando da jornalista Tetê Muniz; “Cadernos de Cinema”, apresentado por Marina Colassanti; “A turma do Lambe-Lambe”, com Daniel Azulay, “Um nome da História” com o então jovem repórter Roberto D’Ávila; e o “Caderno 2”, revista eletrônica apresentada por Ana Kfouri (MILANEZ, 2007).

No entanto, ressalte-se que persistindo na linha educativa a série “Patati-Patatá”, endereçada aos estudantes da pré-escola, fora agraciada com a medalha de ouro no Prêmio do Japão. Outro destaque coube ao “I Love You”, premiado em terceiro lugar no Festival Internacional do Filme de Televisão de Nova Iorque, em função da metodologia que utilizava no ensino da língua inglesa. Além disso, há de se frisar o sucesso obtido no final dos anos 80 pelo “Projeto Universidade Viva”, desenvolvido junto a Universidades de todo o país, e pelo programa “Qualificação Profissional”, cujo propósito era o de atualizar professores leigos e reforçar a formação dos estudantes dos cursos de Magistério, via televisão (MILANEZ, 2007).

Voltando-se outra vez para a legislação e atos administrativos que incidiram sobre o sistema de televisão pública educativa no Brasil, em 1988, ainda na gestão Sarney, a antiga FCBTVE, depois FUNTEVÊ, passaria a integrar o Sistema de Comunicação da Administração Federal, diretamente ligado ao Gabinete Civil da Presidência da República (FRADKIN, 2007).

Por meio do Decreto 96.676 de 03/10/88 a prerrogativa de coordenar o SINRED se manteve agora acrescida da tarefa de formular e apoiar a política de comunicação social de

divulgação da Administração Federal. Além disso, caberia também aos profissionais da FUNTEVÊ opinar sobre os procedimentos de reserva, alteração, permissão e concessão de serviços de canais de radiodifusão e de retransmissão educativa em todo o país. No entanto, a mudança contrariou os ideais dos profissionais e especialistas envolvidos com a televisão educativa, que pressionaram o governo para obter do Executivo Federal a devolução da FUNTEVÊ ao Ministério da Educação e Cultura, por meio do Decreto 98.052 (MILANEZ, 2007).

Já em 1990, com a posse de Fernando Collor de Melo no cargo de presidente da República, a Lei 8.029 (12/04/90) alteraria a razão social e transformaria a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTEVÊ) em Fundação Roquette-Pinto (FRP). Os princípios de atuação da entidade recém-criada foram redefinidos com o intuito de estar voltados, por meio da coordenação do SINRED, para “promover ações educativas, através da radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como por meio de outras tecnologias aplicadas à educação; e dar atendimento às necessidades do país, no campo da educação formal e não-formal” (MILANEZ, 2007, p. 183).

Um dos principais frutos resultantes dos novos propósitos da Fundação Roquette-Pinto ficou conhecido como o programa de educação a distância “Um Salto para o Futuro”, que começaria a ser transmitido via satélite em agosto de 1991. Inicialmente com o nome de “Jornal da Educação – edição do professor”, os especialistas da Fundação produziram 100 programas de 20 minutos cada, abordando temas do ensino básico relacionados com a língua portuguesa, matemática, estudos sociais e ciências.

Destinado para a formação, atualização e intercâmbio de professores, de 1991 a 1994 a atração televisiva “Um Salto para o Futuro” requalificou aproximadamente 433 mil professores do ensino fundamental. Em 1995, o programa serviria de embrião para a montagem do TV Escola, um canal de televisão a cabo desenvolvido em conjunto pela Fundação Roquette-Pinto e Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, que previa a transmissão ininterrupta de 18 horas por dia de programação estritamente educativa (BEZERRA, 2010).

Contudo, logo após o processo de “impeachment” do presidente Collor (dezembro de 1992) e com a imediata assunção ao poder do vice-presidente Itamar Franco a Fundação Roquette-Pinto sofreu profundo desgaste proveniente do corte de verbas estabelecido pelo Governo Federal. No transcorrer de 1993, tanto o departamento técnico quanto o setor de pessoal especializado da TVE-RJ e da Rádio MEC foram duramente prejudicados, ao ponto

de comprometer a assistência que prestavam às emissoras parceiras do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED) (FRADKIN, 2007).

O contingenciamento de recursos destinados à Fundação Roquette-Pinto provocou uma nova realidade no segmento de transmissão em conjunto das televisões educativas uma vez que, segundo o pesquisador Alexandre Fradkin (2007, p. 10),

Na mesma época, a TV Cultura da Fundação Padre Anchieta, de São Paulo passou a ter acesso ao satélite, provocando uma imediata divisão no frágil equilíbrio que sustentava o Sistema (área da televisão) pois sua programação, àquela época, era de qualidade idiscutivelmente superior. Essa divisão foi caracterizada pelo fato de algumas emissoras terem passado a retransmitir a programação da TV Cultura.

Se no início dos anos 90 a Fundação Roquette-Pinto atravessava uma seara de penúrias, por sua vez a Fundação Padre Anchieta experimentava certa folga de caixa por ter recebido recursos extras provenientes da gestão do governador paulista Antônio Fleury Filho (março de 1991 a janeiro de 1995). A transferência de verbas permitiu, por exemplo, que os diretores da TV Cultura viajassem aos Estados Unidos e adquirissem equipamentos modernos para a época, estreando o sistema Betacam no Brasil. Na mesma linha de ação, a nova antena da emissora fora instalada no alto do Sumaré, na cidade de São Paulo, em 1993, expandindo a cobertura do sinal da televisão por toda a capital e cidades da região metropolitana (LIMA, 2008).

O acesso à transmissão via satélite naquele mesmo ano possibilitaria a criação da Rede Cultura de Televisão, impondo-se pela competência “às televisões públicas estaduais, que não tinham recursos técnicos nem financeiros para produzir uma programação completa nos horários disponíveis” (LIMA, 2008, p. 212). Do catálogo de programas da TV Cultura faziam parte os infanto-juvenis “Rá-Tim-Bum”, “Glub-Glub” e “Mundo da Lua”; os esportivos “Vitória” e “Cartão Verde”; os jornalísticos “Roda Viva” e “Jornal da Cultura”, além de generalistas como “Confissões de Adolescentes”, “Fanzine”, “9º Prêmio Sharp de Música”, documentários estrangeiros e muitos musicais abrangendo o samba, a música erudita e o rock’n’roll.

Cerca de dois anos depois dessas circunstâncias, o processo de produção da TVE do Rio de Janeiro e, por conseguinte, da Fundação Roquette-Pinto, continuaria marcado pela restrição de verbas, acrescido de mudanças pontuais que afastariam totalmente a emissora de sua vocação primeira. Ou seja, o antigo propósito das teleaulas didáticas para educar multidões passou a ser substituído por uma nova linha de procedimento televisivo, centrada

na informação jornalística e nos painéis de debates sobre questões urgentes para o referido período histórico como cidadania, política e economia.

A urgência da mudança para uma nova grade de programação estava sintonizada, em parte, com a abertura de ideias e de abordagens de acontecimentos proporcionada pela tecnologia emergente do vídeo doméstico, que invadira o país em meados dos anos de 1990. De um momento para o outro, com câmeras de VHS em mãos, os mais diferentes grupos sociais passaram a questionar o cotidiano nacional e a produzir uma nova narrativa do imaginário brasileiro, que não se via representada no interior da cultura televisiva comercial ou educativa pública produzida até então. Outras demandas da sociedade se associavam à produção dos vídeos alternativos, como o surgimento das emissoras de rádios e TVs “piratas” e o movimento pela democratização da mídia eletrônica (PRIOLLI, 2000).

Some-se a essa efervescência cultural a introdução da TV por assinatura no Brasil, em pleno processo de globalização das economias mundiais. A nova mídia chegou “amparada em sistemas de transmissão por cabo ou difusão direta de satélite, que oferecem dezenas de canais e, mais do que permitir, *precisam* de novas fontes de suprimento de programação” (PRIOLLI, 2000, p. 21).

Da convergência de interesses, estabelecida entre produtores de vídeos que buscavam espaço nas televisões e de uma TV paga que necessitava de novos produtos televisivos, resultou a Lei Federal 8.977, de 06 de janeiro de 1995. Tratava-se da “Lei do Cabo”, que além de regulamentar o setor, proporcionaria a implantação dos chamados “canais de acesso público”: universitários, legislativos, comunitários e educativos-culturais (PRIOLLI, 2000).

Ao tempo de tais ocorrências, em maio de 1995, portanto já na gestão do presidente de Fernando Henrique Cardoso, o vínculo da Fundação Roquette-Pinto com o governo foi transferido definitivamente do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para o âmbito da Secretaria de Comunicação do Governo Federal (SECOM). Tal mudança de endereço acarretaria em duas alterações no panorama das televisões públicas educativas brasileiras e no próprio escopo da Instituição. A primeira modificação se concretizou por meio da perda de prestígio político da TVE-RJ, seguida da inevitável desativação informal do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), no ano de 1996.

Todavia, como forma de impedir que as emissoras componentes do Sistema se dispersassem, os dirigentes da TV Cultura de São Paulo promoveram a criação da Associação Brasileira de Emissoras Públicas (ABEPEC), no início de 1997, reunindo a princípio 19 televisões educativas situadas nas capitais dos Estados. De comum acordo, todos os administradores dos canais se comprometeram a exibir seis horas diárias de uma mesma

programação fornecida por diferentes televisões, estabelecendo o que viria a ser chamada de Rede Pública de Televisão (RPTV). A iniciativa se constituiria “num forte instrumento de divulgação dos valores culturais produzidos fora dos centros emissores hegemônicos que são o Rio e São Paulo” (LIMA, 2008, p. 231).

A segunda consequência se reportaria ao início das negociações nos gabinetes do Governo Federal para a extinção da FRP, a ser juridicamente transformada em organização social de direito privado. O fato se materializaria quando da criação da “Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto, ACERP, regulamentado pela Lei 9.637, de 15/05/1998, que dispunha sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e que extinguia, de fato, a Fundação Roquette-Pinto” (FRADKIN, 2007, p. 11).

Conforme registrado pela pesquisadora Liana Milanez, no primeiro instante da troca de identidade em que se transformou em organização social, a então “Fundação Roquette-Pinto, detentora de um orçamento anual de R\$ 80 milhões, assinou um contrato de gestão com o governo Federal como ACERP e teve a sua verba reduzida para R\$ 12 milhões” (MILANEZ, 2007, p. 186).

Embora estivesse apta a captar recursos junto a empresas públicas e privadas para bancar o próprio sustento, de imediato a nova condição jurídica não foi satisfatória financeiramente para a Associação. Muito menos para a sua principal unidade organizacional, a TVE do Rio de Janeiro, que se viu desprovida de verbas para renovar a produção programas e se tornar atraente aos olhos do público telespectador.

A possibilidade de equilíbrio financeiro para a ACERP e de investimento no processo de produção das emissoras de radiodifusão que a compunham somente pode se configurar a partir de 2003, quando do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil. Sob a guarda da Associação, gerida à época pela jornalista Beth Carmona, funcionavam as Rádios MEC AM (Rio de Janeiro e Brasília), Rádio MEC FM (Rio de Janeiro), TVE-RJ e TVE do Maranhão, como bens públicos pertencentes à União (MILANEZ, 2007).

Segundo o então diretor-presidente da Radiobrás Eugênio Bucci, também integrante do Conselho de Administração da ACERP, os Relatórios de Gestão anuais apontavam que a entidade valorizou seu contrato de gestão com o governo Lula da Silva “de cerca de 21,9 milhões em 2002 para 38,9 milhões em 2005, numa progressão de 77,6%. Fora aquilo que conseguiu captar junto a empresas, a maioria estatais: foram 26,3 milhões em 2002 e 33,7 milhões em 2005” (BUCCI, 2008, p. 123).

De acordo ainda com o mesmo conselheiro, durante este período a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto, ACERP, adquiriu dois prédios que custaram R\$ 5,5 milhões em 2004, nos quais alocou sua nova sede administrativa, estúdios e espaços de produção. As emissoras de rádio e televisão foram reaparelhadas com equipamentos modernos. Cursos e programas de intercâmbio requalificaram as equipes de profissionais, assim como se investiu recursos da ordem de R\$24 milhões para contratar produção, animação e edição de programas, particularmente na TVE do Rio de Janeiro (BUCCI, 2008).

A perspectiva de ter encontrado um norte para os problemas financeiros motivou os dirigentes da ACERP a promover o seminário “O Desafio da TV Pública” em 2003, reunindo especialistas do país e do exterior, como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, com o intuito de esclarecer e aprofundar as discussões sobre o conceito de televisão pública. Como forma de dar amplitude aos temas em debate, as palestras foram reunidas num livro cujo título foi o mesmo do seminário. A obra foi distribuída gratuitamente junto a emissoras de televisão educativa, universidades e instituições da sociedade civil. Há quem defenda que as reflexões provenientes do seminário serviriam de base para discussões posteriores quanto à criação futura de uma rede de televisão pública encabeçada pelo governo federal (MILANEZ, 2007).

Por sua vez, dentre os programas que a partir dessa fase a TVE-RJ produziu e compartilhou com as emissoras co-irmãs da RPTV, pode-se dar destaque a “Um Menino Muito Maluquinho”, baseado na obra de Ziraldo; “Observatório da Imprensa”, elaborado em parceria com o Labjor-Unicamp e apresentado por Alberto Dines; “Re[Corte] Cultural”, voltado para a divulgação de produtos culturais e conduzido por Michel Melamed; “100% Brasil”, direcionado para assuntos da biodiversidade e inovações tecnológicas e científicas; e os educativos “Telecurso Primeiro Grau”, “Telecurso Segundo Grau Profissionalizante” e “Globo Ciência”, em parceria com a Fundação Roberto Marinho (MILANEZ, 2007).

2.4 CIRCUNSTÂNCIAS DO SURGIMENTO E FIXAÇÃO DA TV BRASIL

Já no transcorrer da campanha presidencial de 2006, quando o governo almejava a reeleição do presidente “Lula” da Silva e “o PT avaliou que havia condições históricas favoráveis para aprovar uma nova proposta, visando à democratização da comunicação no Brasil” (AGUIAR, 2012, p. 53), o ministro da Cultura Gilberto Gil deflagrou articulações com o propósito de construção do I Fórum Nacional de TVs Públicas.

Na elaboração estratégica do evento estava prevista a busca de apoio das associações e organismos públicos de radiodifusão aos princípios de ação que iriam nortear a política de

comunicação do governo Lula no seu segundo mandato. Dentre eles, dar início ao processo de implantação de uma nova rede de televisão pública no país, por intermédio do Executivo Federal (AGUIAR, 2007).

Naquele ano foram mobilizados mais de 250 geradores e programadores de TVs Educativas, Universitárias, Legislativas e Comunitárias, que em conjunto com os especialistas do Ministério da Cultura aceitaram o desafio de elaborar diagnóstico minucioso sobre a situação das emissoras integrantes desse segmento da televisão brasileira (FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS, I, 2007).

Com esse fim, recorda-se que a presidente da ACERP Beth Carmona fora convidada para conduzir os estudos que resultariam no relatório do Grupo Temático de Trabalho “Programação e Modelos de Negócios”. Da mesma forma, ao presidente da Radiobrás Eugênio Bucci, solicitara-se que desse encaminhamento às pesquisas para o GT “Missão e Finalidade”, quando se fez acompanhar do presidente da ABEPEC, Jorge Cunha Lima, especialista de larga experiência oriundo da TV Cultura.

Outras personalidades proeminentes do governo e das comunicações à época foram elencadas para coordenar seis outros Grupos Temáticos que também compuseram o I Fórum Nacional de TVs Públicas. O Assessor Especial do Gabinete do Presidente da República, Delcimar Pires Martins e o Diretor Jurídico da Radiobrás, Bruno Vichi, coordenaram o GT “Configuração Jurídica e Institucional”. O Presidente da Agência Nacional do Cinema, Manoel Rangel, responsabilizou-se pela equipe que levantou dados sobre “Legislação e Marcos Regulatórios”. Enquanto que o Editor Chefe da Agência Brasil-Radiobrás, Rodrigo Savazoni, encarregou-se dos profissionais envolvidos com GT “Tecnologia e Infraestrutura”.

Por sua vez, José Roberto Garcez, Diretor de Jornalismo da Radiobrás, foi o coordenador do Grupo Temático “Migração Digital”. Mario Borgneth, Assessor Especial do Ministro da Cultura, dedicou-se com o seu time de colaboradores ao GT “Financiamento”, da mesma forma que Paulo Alcoforado, Assessor da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, assumiu o comando dos que se debruçaram sobre o tema “Relações Internacionais” (FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS, I, 2007).

A apresentação dos relatórios dos Grupos Temáticos e as diversas rodadas de debates do I Fórum Nacional de TVs Públicas ocorreram entre os dias 8 a 11 de maio de 2007, nos auditórios sempre concorridos do Hotel Nacional, em Brasília, mobilizando representantes do então denominado “campo público da televisão brasileira”, composto pelas emissoras televisivas da ACERP, da Radiobrás e da ABEPEC.

Além deles, de diversos membros de entidades surgidas por meio da “Lei do Cabo”, como a Associação Brasileira de Televisões Universitárias (ABTU); a Associação Brasileira de Televisões e Rádio Legislativas (ASTRAL); e a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM). O evento também contou com a participação efetiva de ativistas ligados ao coletivo Intervozes, dos militantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), de cineastas, jornalistas, publicitários, sindicalistas e acadêmicos.

Na cerimônia de encerramento do Fórum, que contou com a presença do presidente reeleito “Lula” da Silva, especialistas do governo e dirigentes de entidades de radiodifusão envolvidos com o transcurso do evento subscreveram um manifesto de intenções, que ficou conhecido como “Carta de Brasília” (AGUIAR, 2012). Se por um lado o documento considerava positiva a criação de uma TV Pública organizada pelo Governo Federal a partir da fusão da ACERP e da Radiobrás, por outro defendia a implantação de uma rede televisiva editorialmente independente de mercados e governos, cujo financiamento se originaria de fontes múltiplas, quais sejam doações, prestação de serviços, orçamentos públicos e fundos não-contingenciáveis.

A “Carta de Brasília” também alertava, dentre outros pontos, para que as diretrizes de gestão, programação e fiscalização da TV Pública deveriam ser atribuição de órgão colegiado deliberativo composto por ampla representatividade social, no qual o Estado ou o Governo não deveriam ter maioria. Para os autores do manifesto também seria extremamente salutar que o sinal da nova rede de televisão pública estivesse ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs, bem como valorizasse a produção independente e regionalizada de conteúdos que expressasse a diversidade de gênero, étnico-racial e cultural do povo brasileiro (INTERVOZES, 2007).

Findo o Fórum e se sentindo politicamente respaldado pelos dirigentes das entidades do campo público da radiodifusão, o presidente fez publicar a Medida Provisória de nº 398 no Diário Oficial da União, na data de 11 de outubro de 2007. Composta por 30 artigos e diversos desdobramentos legais, a MP estabelecia no Artigo 5º: “Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação, EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República” (BRASIL, 2007).

Já no 26º Artigo, parágrafo 4, ficava-se dito que seriam incorporados à União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados a ACERP; bem como no Artigo 28º, parágrafo único, deixava-se posto que os bens e equipamentos da Radiobrás também seriam incorporados à Empresa Brasil de Comunicação (BRASIL, 2007).

Conforme o texto da Medida Provisória, a EBC seria encarregada de implantar e operar as emissoras e suas redes de retransmissão dos serviços de radiodifusão pública do Governo Federal, gozando de autonomia para definir produção, programação e distribuição de conteúdos por meio do sistema público de rádio e televisão. Além disso, desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante a produção de programas informativos, educativos, artísticos, culturais, científicos e de recreação. A Empresa também teria a competência de formar e treinar pessoal especializado, assim como estabelecer colaboração e convênios com entidades públicas ou privadas, com vistas à formação de Rede Nacional de Comunicação Pública.

Ainda de acordo com a MP 398/2007, os recursos de manutenção da EBC seriam provenientes de dotações orçamentárias; prestação de serviços a entes públicos ou privados; de doações, legados, subvenções e outros recursos que poderiam lhe encaminhar pessoas físicas ou jurídicas; de recursos gerados através de convênios com entidades nacionais e internacionais; e de publicidade institucional a título de apoio cultural. Nesse último aspecto, ficava vedada, terminantemente, a obtenção de receita proveniente de veiculação de anúncios publicitários de produtos e serviços.

Quanto ao comando de gestão do recém-criado órgão público, a Medida Provisória deixava claro no seu Artigo de número 12 que a EBC seria administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, e que à sua composição também se somariam um Conselho Fiscal e um Conselho Curador. Os gestores seriam indicados por ministros do governo ou pelo próprio presidente da República, autor de todas as nomeações.

Segundo Aguiar, essa especificidade contida na MP de certa forma frustrou as expectativas dos dirigentes de entidades do campo público e dos ativistas pela democratização da comunicação, partícipes do I Fórum Nacional de TVs Públicas. É que eles esperavam poder indicar representantes sociais para gerir a EBC, notadamente na qualidade de componentes do Conselho Curador (AGUIAR, 2012).

Dentre outras prerrogativas, cabia aos membros do Conselho Curador aprovar ou não a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva; imputar voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, caso não respeitassem os princípios e objetivos contidos na Medida Provisória; e coordenar o processo de consulta pública para renovar a sua própria composição. Para alguns integrantes do Intervozes e do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, o Conselho Curador seria o instrumento legítimo a emprestar caráter público à EBC, que no seu nascedouro já podia ser identificada como um ente Estatal.

Logo depois de publicada a Medida Provisória 398, a TV Brasil entrou no ar no dia 2 de dezembro de 2007. Nesta data também foi inaugurado oficialmente o sinal da TV Digital no país. O nome da emissora fora extraído do Canal de Integração para América Latina do Governo Federal. Suas transmissões, a princípio, ficaram restritas ao Rio de Janeiro, a São Luís e a Brasília, já que a falta de equipamentos impediu o lançamento na totalidade do território brasileiro.

Aqui se relembra que nas referidas praças funcionavam há décadas, respectivamente, a TVE-RJ, a TVE do Maranhão e a TV Nacional, que anteriormente pertenciam à ACERP e à Radiobrás. Quando nasceu, portanto, a TV Brasil contou com a experiência de funcionários administrativos competentes, produtores de jornalismo e de programadores generalistas com vasto conhecimento sobre a área. Além deles, com estrutura de produção, estúdios dotados de equipamentos relativamente atualizados e todo o acervo das emissoras que lhe deram origem. Em breve tempo adquiriu dois canais retransmissores em São Paulo e estruturou aos poucos a Rede Nacional de Comunicação Pública, ao firmar parceria com mais de 20 televisões Educativas e Universitárias localizadas em vários Estados do país (AGUIAR, 2012).

A TV Brasil já estava em funcionamento quando a Medida Provisória 398/2007 foi levada à apreciação dos deputados e senadores do Congresso Nacional, em fevereiro de 2008, com a pretensão de ser transformada em Lei. Nesse processo, o governo enfrentou intensa resistência de integrantes dos partidos de oposição, notadamente do DEM, do PSDB e do PPS, que tachavam a TV Brasil como uma emissora “chapa branca” a serviço pessoal do presidente e seus ministros. Eles também se opunham ao gasto estimado de R\$350 milhões ao ano, a fim de que a televisão fosse efetivamente criada naquele momento.

Num primeiro ciclo de votação, a Medida Provisória em questão foi aprovada na Câmara dos Deputados por 336 votos favoráveis, 103 contrários e três abstenções, em 19 de fevereiro de 2008. Já no Senado, após oito horas de discussões, adiamentos e manobras regimentais, necessitou-se de ampla mobilização dos senadores da base aliada governista para aprovar a MP, o que ocorreu na madrugada de 11 de março daquele ano. Alguns dias depois, mais precisamente em 7 de abril de 2008, o presidente Luís Inácio “Lula” da Silva sancionou a Lei 11.652, que definitivamente constituiu a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) (AGUIAR, 2012).

Alguns anos depois, imediatamente após o processo de “impeachment” da presidente Dilma Rousseff no seu segundo mandato e já durante a subsequente assunção ao poder do vice-presidente Michel Temer, a Lei 11.652/2008 sofreu alterações relativas ao comando da

EBC, com a anuência do Congresso Nacional, sendo então substituída pela Lei de nº 13.417, de 1º de março de 2017.

Uma das mudanças incidiu sobre o 12º Artigo, onde a nomenclatura e determinadas funções do Conselho Curador, que compunha o sistema administrativo da Empresa, foram substituídas pelas novas atribuições do Comitê Editorial e de Programação. Os 22 membros que integravam o Conselho foram reduzidos para 11 na configuração do Comitê. Desde então, as indicações de membros componentes passaram a caber a entidades representativas da sociedade, mediante lista tríplice e com designação do Presidente da República.

Outra alteração se referiu ao 19º Artigo, relativo à Diretoria Executiva da Empresa, na qual o Diretor-Presidente perdeu duas prerrogativas: a primeira, que lhe assegurava um mandato de quatro anos, independente de possíveis trocas de governos da nação, e a segunda, que condicionava a sua demissão a votos de desconfiança dos membros do Conselho Curador.

Com a extinção do referido Conselho, desde 2017 tanto o Diretor-Presidente quanto o Diretor-Geral e quatro outros ocupantes de cargos comissionados similares da Diretoria Executiva passaram a ser nomeados e exonerados de acordo com critérios estabelecidos pelo Presidente da República em exercício. Depois dessas alterações pontuais, a modificação mais recente que incidiu sobre a gestão da Empresa diz respeito ao Decreto Lei de nº 9.660, de 1º/01/2019, em que o presidente Jair Messias Bolsonaro vinculou a EBC a Secretaria de Governo da Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social.

2.5 RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

Em dezembro de 2018, o Relatório de Gestão do Exercício de 2017 constava do endereço eletrônico da Empresa Brasil de Comunicação como o documento mais atualizado de prestação de contas anual que a Instituição tem por obrigação divulgar junto aos órgãos de controle interno do Governo e, externamente, para com os contribuintes da sociedade brasileira, conforme o art.70 da Constituição Federal.

Do relatório há de se destacar que no seu 10º aniversário a EBC atravessou 2017 amargando severa restrição orçamentária, decorrente da instabilidade institucional que se abateu sobre o país no ano anterior. Rememora-se que em 2016, dentre outros episódios, a população do Brasil assistiu dividida a deposição da presidente Dilma Rousseff, após processo no Congresso Nacional que se arrastou por meses aparentemente intermináveis. Em seguida, testemunhou no mês de agosto a chegada ao comando do Executivo Federal do vice-

presidente Michel Temer, a quem se endereçou ferrenha oposição por meio da militância partidária da presidente deposta, que o acusava de “golpismo” ao ascender ao posto máximo político da nação.

Como ato marcante do seu governo, quatro meses depois de empossado o presidente Temer enviou ao Congresso Nacional a PEC 55/2016, que aprovada e transformada na Emenda Constitucional de nº 95, de 15 de dezembro de 2016, estabeleceu novo regime de equilíbrio fiscal para o país, por meio de um rígido controle dos gastos públicos durante 20 anos. De acordo com a Emenda, o teto de gastos para 2017, primeiro ano de vigência do dispositivo legal, seria definido com base na despesa primária de 2016, acrescido de correção de 7,2%, correspondente ao índice de inflação projetado para o referido período.

Como esclarecido mais de uma vez pelo Relatório de Gestão, em 2017 a Empresa Brasil de Comunicação se responsabilizava em gerir a TV Brasil, a Agência Brasil de Notícias, a televisão NBR (voltada para disseminar ações do Poder Executivo Federal), a Radioagência Nacional e o Sistema Público de Rádio, composto pelas seguintes emissoras: Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro, Rádio Nacional AM de Brasília, Rádio Nacional FM de Brasília, Rádio MEC AM do Rio de Janeiro, Rádio MEC FM do Rio de Janeiro, Rádio MEC AM de Brasília, Rádio Nacional da Amazônia e Rádio Nacional do Alto Solimões.

À EBC também cabia administrar a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), que já consolidada na área de TV distribuía programação para 661 estações filiadas por meio de 45 geradoras integrantes da Rede, das quais 36 geradoras parceiras e cinco retransmissoras próprias, utilizando-se dos sistemas de transmissão analógico e digital. Naquele momento, a RNCP cobria 616 municípios brasileiros, segundo dados da área de engenharia da Empresa (BRASIL, 2017).

Para bancar a dinâmica de produção cotidiana desse patrimônio, a Lei Orçamentária do Governo Federal consignou para a EBC em 2017 o total de R\$708,4 milhões. Do montante, R\$236,8 milhões para Despesas Discricionárias, também chamadas de custeio e investimento, ou seja, aquelas que o governo poderia ou não executar conforme a previsão de receitas; R\$441,5 milhões para Despesas Obrigatórias, por exemplo: salários dos servidores, encargos sociais e benefícios da previdência; e R\$ 30,1 milhões de Reserva de Contingência, para cobrir eventos incertos no futuro.

Todavia, o Relatório aponta que ao final do exercício de 2017 os gastos discricionários executados ficaram muito aquém do valor inicialmente consignado pela Lei Orçamentária, totalizando R\$ 159,9 milhões. Desse valor, R\$ 132,6 milhões foram alocados em Custo e R\$ 27,36 milhões em Investimento. Como ressaltado pelo documento, o gasto com item

Custeio foi o menor desde a criação da EBC, da mesma forma que na rubrica Investimento houve melhora significativa, caracterizando-se por ser o maior em comparação com os R\$ 8,26 milhões de 2015 e os R\$ 8,36 milhões de 2016.

Da prestação de contas também se pode depreender que no transcurso do ano fiscal de 2017 houve drástica redução de gastos na Empresa Brasil de Comunicação, restringindo-se ao máximo os contratos de terceirização de serviços; produção e fornecimento de conteúdo; telecomunicações; aquisição de passagens e hospedagem; locação de veículos; e transporte. Por sua vez, os recursos de investimento foram destinados ao atendimento de demandas reprimidas como máquinas e suportes energéticos; equipamentos para áudio, vídeo e foto; aquisição de *softwares*; e aparelhos de comunicação imprescindíveis à radiodifusão a cargo da EBC (BRASIL, 2017).

No que diz respeito mais especificamente à TV Brasil, o Relatório de Gestão referente a 2017 destaca o apoio dado pela Empresa Brasil de Comunicação à emissora no que tange a ampliação e distribuição dos seus programas em outras plataformas, assim como no processo de revisão e atualização de sua grade de conteúdos.

Registre-se que ao longo daquele ano a televisão veiculou um total de 8.760 horas de produtos televisivos durante as 24 horas de exibição diária. Considerando-se a faixa horária obrigatória, de 6:00h à zero hora, foram 6.585 horas de transmissão de programas, das quais 5.769 horas de conteúdo educativo, artístico, cultural, científico e informativo. Quanto às 816 horas restantes, consubstanciaram-se em chamadas, inter-programas e anúncios (BRASIL, 2017).

Durante aquele período, portanto, ações da Diretoria Executiva da EBC possibilitaram conduzir a TV Brasil até o *line-up* da operadora NET, garantindo a transmissão em alta definição (HD) dos seus produtos para os telespectadores de uma das principais empresas de televisão por assinatura do país. Acrescente-se que o *site* da TV também foi aperfeiçoado ao ganhar uma nova interface propícia à exibição de vídeos e compatibilizada com dispositivos móveis.

Some-se a isso o fato dos gestores da Empresa terem obtido da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) a isenção da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, para exibir filmes produzidos pela ANCINE. A dispensa do pagamento da taxa gerou uma economia de quase R\$380 mil, posteriormente destinados a nove projetos da faixa de programação voltada para crianças e adolescentes da TV Brasil (BRASIL, 2017).

Quanto à revisão da grade de conteúdos, a nova estratégia de programação da TV Brasil estreou no mês de fevereiro 2017, valorizando a distribuição de produtos em faixas de horários orientadas a públicos específicos. Com esse propósito, por exemplo, a programação infanto-juvenil foi aprimorada por meio do especial “TV Brasil Animada”, que pela manhã e à tarde passou a ocupar mais de sete horas da grade, sem intervalos publicitários e com incentivo à produção nacional.

Como parte das novas adequações, privilegiou-se a produção dita “independente” ao veicular 43% desse tipo de material ao longo da programação, para atingir um índice muito acima dos 5% estabelecidos por Lei e superior aos 15,2% registrados em 2016. Por outro lado, a TV Brasil firmou parcerias com duas televisões públicas estrangeiras para obter a cessão sem ônus dos direitos de exibição de produtos audiovisuais. Assim, da Radiotelevisione Italiana, RAI, adquiriu “Uma Cinderela em Roma” e da alemã Deutsche Welle o documentário “Minha Travessia”, meia centena de episódios de “Camarote 21” e 52 programas sobre ciências da série “Futurando”, o que gerou 45 horas de conteúdo inédito para a grade de exibição (BRASIL, 2017).

Com base outra vez no aludido Relatório, em 2017 a audiência da TV Brasil se fez presente em 10,6 milhões de domicílios que sintonizaram a televisão ao menos uma vez nas regiões metropolitanas de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse número de domicílios corresponde a aproximadamente 22,8 milhões de pessoas. Na tentativa de mapear a percepção do público sobre o conteúdo veiculado pela TV Brasil a Ouvidoria da EBC aplicou pesquisa de opinião por meio de 340 questionários para esquadrinhar os seguintes resultados: 28,1% dos telespectadores afirmaram que a programação é muito boa; 42,2% disseram que é boa; 21,9% regular e 7,8% acharam ruim (BRASIL, 2017).

Ao finalizar este tópico, comprehende-se que já se possui informações valiosas sobre os conceitos de televisão pública, que o processo histórico de implantação desse segmento de comunicação no país está esclarecido, bem como também já se constata saber detalhes de gestão da Empresa Brasil de Comunicação e da TV Brasil. Portanto, faz-se o tempo agora do presente trabalho se voltar, na próxima seção, para a definição do que é o jornalismo científico, além de estabelecer como os profissionais se comportam para perceber, proceder e narrar os acontecimentos sobre ciências na lida do cotidiano.

3 AS CIÊNCIAS NO NOTICIÁRIO COTIDIANO

Em meio à concorrência de temas da atualidade e aparentemente prioritários do recente panorama midiático brasileiro e mundial, observa-se que os assuntos correlacionados às ciências demarcam tempo e lugar no congestionado mundo dos noticiários dos veículos de comunicação.

Pelo o que se vê, a ocupação dos espaços jornalísticos pelas ciências habitualmente pode ocorrer, por exemplo, por intermédio de especialistas acadêmicos cujos comentários explicitam de forma solene, racional e autorizada o desenrolar dos temas prioritários. O estatuto de discurso sempre reatualizável (FOUCAULT, 2014) caracteriza as falas de pesquisadores versados em disciplinas como Física, Astronomia, Química, Economia, Política, Direito, Medicina, Matemática, Biologia, História ou Geologia, permitindo-lhes que acrescentem conhecimentos científicos ao texto jornalístico de senso comum, que lhes serve de base para reiteradas considerações.

Por outro lado, a inserção das ciências nos jornais, programas de rádio, telejornais e portais de notícias geralmente apresenta como motivo, para o bem ou para o mal, a divulgação dos resultados e a aplicabilidade prática de pesquisas laboratoriais, notadamente na área de Saúde, patrocinadas pelo Estado ou por empresas particulares que causem repercussão social. Ao voltar a atenção para o conteúdo desses veículos também se nota o apelo comercial associado ao lançamento diverso de aparelhos tecnológicos que disponibilizam ampla oferta de serviços ao público consumidor. Percebe-se ainda que frequentemente os noticiários abrem espaço para reportagens sobre acidentes ao acaso de grande magnitude, provocados pelos homens ou pela natureza, que requerem a intervenção urgente dos cientistas numa tentativa de acalantar o desespero das vítimas e orientar o público sobre a magnitude dos fenômenos.

Diante de tais observações é preciso que se diga, no entanto, que a aparente simbiose entre as ciências e o jornalismo moderno, que hoje se vê como uma relação quase que natural na maioria dos noticiários, para constituir-se teve que superar percalços, ficar demarcada em espaços propícios e desenvolver procedimentos de troca, a fim de construir a sua própria história.

O entrelaçamento no mundo moderno entre jornalismo e ciências que aqui se distingue pode ser compreendido quando se analisa o desenrolar de dois movimentos históricos específicos ocorridos nos Estados Unidos da América e em países europeus como Inglaterra, França e Alemanha ainda no século XIX. Eles remetem ao início da fabricação industrial de jornais e às ações estruturadas com vistas à divulgação científica. Como consequência,

influenciaram o surgimento da especialidade que hoje se designa como jornalismo sobre ciências ou jornalismo científico.

Assim, ao destacar pormenores em torno da fabricação industrial do jornalismo, esclarece-se que a iniciativa remonta à década de 1830, pontuada por algumas circunstâncias que propiciaram a produção de jornais em larga escala nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa. Em solo americano, onde todo esse movimento começou, remete-se à circunstância evolutiva do capitalismo rumo a uma economia democrática de mercado, que na gestão de Andrew Jackson, sétimo presidente dos EUA, possibilitou a um número expressivo de pessoas a obter crédito e ingressar numa relação direta com o dinheiro vivo para se tornar “investidoras e consumidoras de bens produzidos fora do âmbito familiar [...] cujas atitudes e ambições passavam a ser cada vez mais condicionadas por essa realidade” (SCHUDSON, 2010, p. 58).

As transformações fomentadas pela nova distribuição de renda foram lastreadas, ao mesmo tempo, por princípios que professavam a fé na individualidade do homem comum; na crença da igualdade de oportunidades independentemente de origem ou geração; na efetivação do sufrágio eleitoral masculino; assim como no fim dos monopólios e dos privilégios especiais do sistema financeiro (SCHUDSON, 2010). Tal ebullição econômica e de ideias tinha como cenários centros urbanos populosos, surgidos em decorrência da implantação de parques fabris, do comércio de mercadorias em grandes lojas de departamento e da multiplicidade de prestação de serviços, notadamente na região Nordeste dos Estados Unidos.

A partir desses locais se verificou o despertar de outras iniciativas que também pontuaram a revolução progressista estadunidense, tais como a melhoria das estradas e a ampliação da malha ferroviária interligando pontos nevrálgicos do país; o desenrolar intenso do processo de alfabetização pública de crianças e adultos; a conquista de maior poder político representativo e de compra da população; e, especificamente no que tange ao jornalismo, o advento tecnológico das máquinas impressoras a vapor e a produção de papel em larga escala, introduzidas nas oficinas de produção jornalística (TRAQUINA, 2005).

Num ambiente propício aos negócios, a visão empreendedora de alguns empresários possibilitou que nos EUA surgisse a oportunidade de vender jornais ao preço de um centavo de Dólar ao grande público consumidor, constituído pelas hordas de moradores do campo e de imigrantes de várias nacionalidades que chegavam para habitar cidades em expansão como Nova Iorque, Boston, Baltimore e Filadélfia. Portanto, em meio ao torvelinho da “substituição de uma cultura política regida por uma aristocracia pelo ideal e a realidade institucional da democracia de massas” (SCHUDSON, 2010, p. 72) nascia ali, na década de 1830, a era dos

penny papers ou penny press, que impunham diferenças fundamentais em relação à edição de publicações antecessoras.

Os jornais que surgiram com a expansão das cidades se estabeleceram e evoluíram obtendo sucesso de vendas junto à classe média e aos patrocinadores emergentes dos novos centros urbanos. Segundo Michael Schudson (2010, p. 30-31),

Os *penny papers* se consolidaram no mundo por meio de sua larga circulação, e da publicidade que isso atraiu, mais do que por contar com a venda de assinaturas e os subsídios provenientes de partidos políticos. Esse fato racionalizou a estrutura econômica da edição de jornais. Fontes de receita que dependiam de laços sociais ou posição política foram substituídos por receitas de publicidade e vendas com base no mercado. As vendas passaram a ser feitas em dinheiro vivo e as velhas queixas dos editores sobre assinantes que não pagavam diminuíram. A publicidade, bem como as vendas, assumiram um aspecto mais democrático. [...] Com o desrespeito pelo protocolo, os *penny papers* recorreram à igualdade de direito de qualquer anunciante de utilizar a imprensa pública, desde que pagasse por isso.

Ao abandonarem o tom panfletário, desvincilhando-se do papel de meros arautos da política partidária, os editores dos *penny papers* reformularam o conteúdo dos jornais e inventaram o conceito moderno de notícia. Eles passaram a dar preferência de cobertura a assuntos populares, ampliando o grau de universalidade dos jornais para divulgar de forma até então inédita, fatos registrados nas delegacias de polícia, nos tribunais, nas ruas, nos distritos comerciais, nas igrejas, na prática desportiva e na vida social. Dessa época consta a contratação dos primeiros repórteres, que em acirrada corrida a qualquer preço pelos acontecimentos do cotidiano estabeleceram o “furo” noticioso como a principal base de concorrência da empresa jornalística (SCHUDSON, 2010).

Embalados pelos motivos os mais diversos, as pessoas que afluíram para a condição de repórteres dos primeiros *penny papers* faziam parte de um grupo “extraordinariamente diversificado quanto à origem, à formação e à concepção de profissão” (GROTH, 2011, p. 331). Algumas dessas pessoas buscavam o jornalismo porque fracassaram ou estavam insatisfeitas em outros empregos. Outros se voltavam para a atividade no intuito de provisoriamente solucionar a situação financeira pessoal. Muitos deles porque possuíam ambição literária ou gostariam de fazer críticas artísticas (GROTH, 2011). Porém, para sobreviver às pressões patronais, foram estimulados a desenvolver o apego aos fatos, em detrimento de suas próprias crenças, e “ensinados a obter a notícia e registrar-a com exatidão e verve, mantendo o jornal livre de erros facilmente identificáveis” (SCHUDSON, 2010, p. 100).

A vertiginosa expansão e os lucros comerciais aferidos pelos jornais em 1830 e nas décadas seguintes do século XIX possibilitariam a solidificação de novos empregos ocupados por um número crescente de trabalhadores dedicados integralmente à atividade jornalística, que passou a ostentar o *status* de profissão. Do interior da nova organização nasceriam valores “ainda hoje identificados com o Jornalismo: as notícias, a procura da verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão e a noção do jornalismo como um serviço ao público” (TRAQUINA, 2005, p. 34).

A busca constante pela manutenção diária desse elenco de valores deu formato à ideologia do segmento profissional ao mesmo tempo em que criou uma mitologia popular em torno da imagem dos jornalistas. Eles passaram a ser imaginados pelo público leitor como “cães de guarda”, protegendo os cidadãos dos abusos de toda ordem, ou “exercitando o “Quarto Poder” que vigia os outros poderes, atuando doa a quem doer, no papel mesmo de herói do sistema democrático” (TRAQUINA, 2005, p. 51).

Apesar de se inspirarem nos métodos empíricos próprios à investigação científica para justificar o seu modo de proceder e obter credibilidade na cobertura de ocorrências cotidianas, alguns repórteres e editores abraçaram o sensacionalismo no trato com os acontecimentos de diversos segmentos sociais, inclusive no das ciências acadêmicas, marcando por um longo período boa parte da trajetória seminal daqueles profissionais.

Herdou-se daquela época, dentre outros equívocos, a criação do arquétipo do “cientista louco”, que enclausurado no seu laboratório maquinava experimentos misteriosos, tal qual no romance de Mary Shelly, *Frankenstein*, de 1818, transformado em filme sob a direção de James Whale, em 1931, com grande sucesso de bilheteria e repercussão nas páginas dos jornais (TURNEY, 2005).

Todavia, depois que passaram por intenso aprimoramento profissional quando da cobertura da guerra civil norte americana, entre os anos de 1861 a 1865, e já na década final do século XIX, “os repórteres enxergavam a si mesmos, em parte, como cientistas desvelando fatos políticos e econômicos da vida industrial de forma mais corajosa, clara e ‘realista’ do que ninguém havia feito antes” (SCHUDSON, 2010, p. 89). Na virada do século, muitos dos profissionais que atuavam nos *penny papers* já possuíam formação universitária em Jornalismo, além de serem experts em disciplinas científicas e comungarem da admiração popular pelas ciências.

3.1 OS PROPÓSITOS DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Se necessário foi, como visto no tópico anterior, remontar ao ano de 1830 para identificar a origem de certos valores e mitos do jornalismo produzido industrialmente, agora, mais uma vez, retroage-se a atenção para as luzes do século XIX, como forma de abordar as leis de conduta científica que embasaram o desenrolar de ações institucionalmente organizadas de comunicação pública da ciência em países do ocidente.

Sabe-se que naquele começo de século, por exemplo, os diretores da *Royal Institution*, reconhecida desde 1799 como o primeiro laboratório científico profissional da Inglaterra, e da *British Association for the Advancement of Science*, fundada em 1831, promoveram uma série de palestras educativas destinadas a vários segmentos da sociedade inglesa, partindo do pressuposto que a ignorância popular era efetiva em relação a temas científicos (MILLER, 2005).

As palestras, rotuladas como um modo próprio de atuar do “modelo do *déficit*” da alfabetização científica, eram intencionalmente estruturadas com o intuito de suprir “o que o público em geral deveria saber a respeito da ciência, e a difusão do seu uso refletia uma preocupação acerca do desempenho dos sistemas educacionais vigentes” (DOURANT, 2005, p. 13). À época elas também se justificavam “como reação aos temores de que a ciência e a indústria estivessem ficando para trás em relação aos competidores internacionais da Grã-Bretanha, por causa da falta de conhecimento e apoio por parte do público” (MILLER, 2005, p. 117).

Conforme registros resgatados pelo professor Baudouin Jurdant (2006), a mesma iniciativa foi disseminada por outras vias em direção à efervescência cultural dos grandes cafés estabelecidos nas principais capitais europeias, onde, dentre outros predicados, a ciência popularizada visava conquistar o público feminino dos salões. Aquele era um tempo em que os pensadores do “modelo do *déficit*” também tentavam inculcar informações científicas junto aos operários franceses “convidados a ouvir as lições de Auguste Comte, por exemplo, na administração municipal de Petits Pères, em Paris” (JURDANT, 2006, p. 47). Dentre os trabalhadores se pretendia propagar, dentre outros ideais, o lema positivista que apregoava *Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim*, enquanto metas estruturais a serem perseguidas pelas sociedades modernas.

Todavia, o pesquisador Auguste Comte não só deu aulas para os operários parisienses, como estabeleceu uma teoria das ciências entre os seus pares de academia conhecida por positivismo. Segundo a doutrina, “o conhecimento se define implicitamente pelas realizações

da ciência [...] na forma de uma questão metodológica a respeito das regras para construir e verificar teorias científicas” (HABERMAS, 2014, p. 117). Assim, somente através da utilização de rígidas regras metodológicas na análise de fatos e de relações entre fatos o conhecimento apreenderia e descreveria teoricamente os objetos da natureza como um espelho verdadeiro e fiel da realidade.

O significado da palavra “positivo”, para Comte, indicava “o factual em oposição ao meramente imaginário; aquilo que pode pretender certeza, em oposição ao indecidido; o exato diferentemente do indeterminado; o útil em oposição ao vã; e, finalmente, o que pretende validade relativa em oposição ao absoluto” (HABERMAS, 2014, p. 126). Para dirimir as dúvidas e atingir tais clarividências, o positivismo estabeleceu a lei dos três estados de conduta das ciências.

De início, a lei anuncia que todo conhecimento deve ser empiricamente comprovado pela *certeza sensível* da observação sistemática, assegurando a intersubjetividade de procedimentos metodológicos entre os pesquisadores. Em seguida, prevê que “a exigência de ‘exatidão do conhecimento’ vá muito além disso. A precisão do nosso saber é assegurada somente pela construção formalmente coagente de teorias que permitem a derivação de hipóteses de leis” (HABERMAS, 2014, p. 127). Subtende-se implícito que não basta apenas a observação sistemática e intersubjetiva através de procedimentos metodológicos rígidos sobre os fatos isolados da realidade, porque eles só ganham valor científico quando são corretamente reunidos e vinculados a enunciados teóricos.

Por fim, a terceira lei positivista dos estados de conduta das ciências requer a *utilidade do conhecimento*. Ainda segundo Habermas (2014), para Comte era imprescindível que os conhecimentos científicos fossem tecnicamente aplicáveis, uma vez que as possibilidades de progresso político, moral e intelectual da sociedade estariam absolutamente inseparáveis do progresso material, adquirido pelo homem quando da utilização das teorias das ciências no trato e domínio prático da natureza.

Confrontado e posto à prova nas primeiras décadas do século XX, o positivismo arrefeceu por já não mais satisfazer aos programas de pesquisas desenvolvidos ao tempo e ao entorno da primeira (1918) e da segunda (1940) guerras mundiais:

O próprio curso da ciência, e especialmente seu crescente envolvimento nas aplicações industriais e militares [...] solapou a ideia de que os cientistas abordam o seu trabalho com uma estrutura mental diferente, que talvez possa ser chamada de atitude científica. [...] Aqui, o que importa é a distinção entre ideias ou normas profissionais, de um lado, e a realidade ou conduta profissional, do outro. [...] Os “estratagemas exploratórios” utilizados pelos cientistas não podem ser reduzidos a

um procedimento único e formal digno de ser apelidado de método científico (DOURANT, 2005, p. 21).

Todavia, mesmo que os lemas do positivismo tenham sido superados por novas concepções de ciências e de sociedade, a lei de August Comte que prescreve os três estados de conduta das ciências, ou seja, *certeza sensível, exatidão e utilidade do conhecimento*, pode ainda confundir e povoar o imaginário, talvez até em forma de pesadelo, dos envolvidos com as *tecnociências*, com os movimentos institucionalizados de comunicação pública da ciência e, por que não dizer, com o jornalismo.

Superada em muito a fase de influência do positivismo, a segunda onda atribuída à comunicação pública da ciência, denominada “modelo contextual”, veio à praia do mundo científico somente depois de mais de cento e cinquenta anos do “modelo do *déficit*”, mais precisamente na década de 1980. O “modelo contextual” se distingua por valorizar as experiências culturais, os saberes prévios e por reconhecer o papel da mídia como amplificadora dos conceitos científicos. No entanto, não considerava as respostas do público, que apenas recebia informações unidirecionais em situações específicas (CALDAS, 2011).

Um exemplar clássico do “modelo contextual” é o livro do professor norte-americano de literatura inglesa HIRSCH JR, E. D. **Cultural Literacy: What every American Needs to Know**. Argumentando que para permanecer unida a cultura americana dependia de um vasto estoque de conhecimento científico compartilhado, Hirsch “enumerou cerca de cinco mil conceitos, datas, nomes e expressões essenciais, abrangendo mais ou menos tudo do aprendizado formal” (DOURANT, 2005, p. 13). No entender da pesquisadora Graça Caldas, “essas informações, no entanto, não fornecem elementos suficientes para uma visão política e mais crítica da ciência, uma vez que considera apenas seus efeitos benéficos” (CALDAS, 2011, p. 21). Para ela o “modelo contextual” seria tão somente uma versão um pouco mais refinada do “modelo do *déficit*”.

A partir de críticas aos dois modelos anteriores, no início da década de 1990 começou a ser difundido o terceiro modelo da comunicação pública da ciência, o de “experiência leiga”. Por meio dele se reconhecia a importância do conhecimento em forma de saberes e histórias, de crenças e valores das comunidades onde as ciências cotidianamente são introduzidas através dos mais diferentes projetos sob o rótulo de “desenvolvimento”, “tecnologia revolucionária” ou de “cura definitiva”.

Tratava-se de um modelo mais dialógico e democrático, até mesmo porque considerava que “os cientistas, com frequência, não são razoáveis, e, eventualmente, até arrogantes sobre o nível de conhecimento público, falhando ao não fornecer elementos

necessários para uma real tomada de decisão [comunitária] em situações políticas conflitantes” (CALDAS, 2011, p. 21).

No artigo “A cura da Aids e a *Expertise* dos Leigos”, o pesquisador da Cardiff University (Reino Unido), Harry Collins, e o professor da Cornell University (EUA), Trevor Pinch, ilustram um episódio que se encaixa no modelo de comunicação pública da ciência por “experiência leiga”. Eles dão detalhes da mobilização da comunidade gay dos Estados Unidos da América, nos anos de 1980 e no início da década de 1990, que se viu ameaçada pelo vírus HIV, até então desconhecido, que provocou doenças, dor, preconceito e muitas mortes.

No trabalho acadêmico, Collins e Pinch relatam como a comunidade gay se movimentou para arrecadar donativos de custeio, estudar e se especializar em Medicina, Enfermagem e Farmácia, para dialogar e, quando necessário, enfrentar cientistas; desenvolver pesquisas adicionais; questionar os dirigentes de programas de saúde pública; e convencer as autoridades do governo a redirecionar, com sucesso, o tratamento da AIDS naquele país (COLLINS; PINCH, 2005).

Nos dias atuais, o modelo de divulgação científica em voga é o de participação pública, que não apenas reconhece como considera indispensável a opinião do cidadão e o seu direito de participar das decisões sobre políticas públicas de Ciências, Tecnologia e Inovação. O modelo “pressupõe a existência de fóruns de debate com a participação de cientistas e do público” (CALDAS, 2011, p. 21), nem que seja para legalizar a continuidade de projetos já em andamento, cuja execução fora anteriormente decidida nas instâncias governamentais quase sempre sob a anuência e envolvimento de políticos, empresários e recursos monetários de grande monta.

As exaustivas “audiências públicas” para a construção, por exemplo, de projetos como a refinaria de petróleo Abreu e Lima, em Ipojuca- PE; para a transposição das águas do rio São Francisco, em comunidades ribeirinhas de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco; bem como para instalação do complexo de exportação de minérios do Porto Sul, no litoral de Ilhéus-Ba; são registros marcantes que já fazem parte da memória recente do modelo de “participação pública” na região Nordeste do Brasil. Ainda conforme explicação da professora Graça Caldas, este modelo, como não poderia deixar de ser, “é alvo de críticas por estar mais centrado na discussão das políticas científicas em lugar da compreensão pública da ciência” (CALDAS, 2011, p. 21).

Acondicionada aos ditames de qualquer um dos modelos acima descritos, percebe-se que a comunicação pública da ciência pode ter contribuído para a emancipação e melhoria da qualidade de vida da população de vários países ao redor do planeta. Entretanto, nota-se

também que esporadicamente sempre esteve em maior sintonia com alguma das forças que participam do jogo cotidiano do confronto cultural e socioeconômico.

Pelo visto, pode-se inferir que a comunicação pública da ciência ora se presta a atender às estratégias educacionais de gestores públicos, com vistas a disciplinar a população às exigências das tecnologias do mundo do trabalho, ora a assessorar a comunidade científica na prestação de contas de suas pesquisas como forma de alavancar carreiras e garantir patrocínios ou proteção. Por outras vezes, apresenta-se como meio de garantir espaço à publicidade dos mais diferentes laboratórios, que com os seus produtos de ponta visam conquistar fatias do mercado de capitais, ou acolhe as reivindicações, traduzidas em votos, dos eleitores das comunidades ameaçadas por algum infortúnio que só as ciências podem debelar.

A esse propósito, o professor Wilson Bueno ressalta que:

A ciência e a tecnologia, no mundo moderno, constituem-se em mercadorias, produzidas e apropriadas pelos grandes interesses, e as fontes sejam elas pesquisadores, cientistas ou técnicos, podem estar absolutamente contaminadas por vínculos de toda ordem. Incorrem em erro todos aqueles que [...] imaginam encontrar sempre [...] informações descomprometidas, [...] a ciência está cada vez mais burocratizada, complexa, monetarizada (BUENO, 2011, p. 59).

As observações de Bueno podem servir de alerta a ser considerado por todos os fornecedores, estudantes, e profissionais divulgadores das ciências, que atuam em revistas especializadas, museus, congressos, órgãos de fomento, organizações não governamentais e, notadamente, nas editorias de jornalismo científico dos veículos de comunicação. Levando-se em conta a importância do papel que os jornalistas desempenham como coadjuvantes do processo de construção social da realidade, para eles que no dia a dia apuram e narram os acontecimentos sobre ciências, tecnologia e inovação, dedica-se em especial o próximo tópico do presente artigo.

3.2 A JORNADA PARTICULAR DO JORNALISMO CIENTÍFICO

No sistema de economia capitalista em que hoje a quase totalidade dos países do mundo está inserida, as ciências e os artefatos tecnológicos influenciam decisões políticas e administrativas dos gestores do Estado de Bem Estar Social, bem como dão suporte a tomada de decisões e a aplicação de investimentos da iniciativa privada (HABERMAS, 2014). O poder ideológico dessa influência, interminável e insubstituível, pode se fazer sentir, por

exemplo, desde a produção de alimentos e a renovação da indústria até as viagens espaciais, as estratégias militares, a expansão das redes de comunicação, a geração de bebês em laboratório e a extração de petróleo em camadas profundas da terra.

Diante do fluxo ininterrupto de acontecimentos gerados por um sistema fluido e em constante transformação, quixotescamente “aparece uma figura, a do mediador entre a ciência e a sociedade, entre os cientistas e o público, para realizar esta tarefa, sugestiva e complexa, de por a serviço da maioria os conhecimentos da minoria” (CALVO HERNANDO, 1997, p. 12). Trata-se do jornalista, que necessita de formação e vocação específicas para apurar e levar ao homem da vida de senso comum informações que o auxiliem a superar os seus receios para com as ciências e a tecnologia, ao ponto de usufruir dos seus benefícios ou saber quando são nocivas a sua integridade e a comunidade onde vive.

No desempenho da atividade, ao longo do tempo o jornalista aprendeu a desenvolver algumas funções características junto a esse campo específico de atuação, dentre elas, tornar compreensível o conteúdo das ciências, bem como estimular a curiosidade do público, sua sensibilidade e sua responsabilidade moral (CALVO HERNANDO, 1997).

Ainda lhe coube interpretar o significado e o sentido das descobertas básicas em ciências e tecnologias, notadamente quando se referem a temas específicos como artefatos nucleares, telecomunicações, medicina, biologia, nanotecnologia, químicos, manipulação do genoma humano, etc.

Por fim, o jornalista se especializou também em vigiar as ações dos homens públicos na tentativa de conseguir que as decisões políticas vislumbrem o bem-estar do ser humano e que os avanços científicos e tecnológicos estejam disponíveis para melhorar a qualidade de vida e o enriquecimento cultural da maior parte da população.

Assim, após quase dois séculos de exercício da produção industrial da notícia por meio de jornalistas profissionais, convencionou-se denominar de jornalismo sobre ciências ou jornalismo científico a especialização que consiste em divulgar a ciência e a tecnologia através dos noticiários dos veículos de comunicação de massas. Tal nomenclatura é internacionalmente reconhecida pelas Nações Unidas, pela Organização de Estados Americanos e União Europeia de Associação de Jornalistas Científicos (CALVO HERNANDO, 1997). No Brasil o termo se faz usual nos cursos universitários de Jornalismo e, naturalmente, nos ambientes de produção jornalística.

No âmbito dos ritos sociais estabelecidos entre as instituições e pessoas, a dinâmica da atividade reservada ao jornalismo científico pode ser descrita como um compromisso tacitamente selado entre organizações comunicativas e a coletividade de receptores

interagentes. O acordo entre as partes fica estabelecido por intermédio de veículos como os jornais, rádios, televisões e portais digitais de notícias, que garantem a transmissão periódica e atualizada de informações de natureza científica e tecnológica, enquanto tentam angariar credibilidade, suprir interesses e expectativas para, enfim, obter a fidelidade do público (RODRIGO ALSINA, 2009).

Por conseguinte, ao partir em busca de novos fatos para transmitir notícias ao seu público fiel, os profissionais que atuam no jornalismo científico podem concentrar a cobertura jornalística especializada em alguns pilares do circuito da comunicação e divulgação pública da ciência, nos quais habitualmente ocorrem os acontecimentos que ganham narrativa em ciências e tecnologia.

Inicialmente, do roteiro de cobertura e interesse do jornalismo científico fazem parte as revistas acadêmicas impressas ou eletrônicas, que congregam artigos e informações atualizadas sobre pesquisas desenvolvidas em um determinado campo científico. Os conteúdos de tais revistas são selecionados de acordo com o seu mérito por comitês editoriais, que estabelecem critérios tanto sobre a forma de avaliação, quanto de normalização textual e técnica. O ato de publicar artigos é uma espécie de exigência dos pares, como prova de eficiência em pesquisa científica (CARVALHO, 2011).

Os museus ou centros de ciências são outra referência rica de informações para o jornalismo científico. Ao seguir as premissas do modelo de “experiência leiga” ou “contextual”, eles promovem exposições que tentam contemplar os valores e a bagagem de conhecimentos da audiência. Na contemporaneidade, as mostras em cartaz primam por explicar os fenômenos, os conceitos científicos e o seu uso prático, permitindo a aproximação e interação do público com a ciência como uma atividade cultural completa (MURIELLO, 2006).

Os congressos técnico-científicos são, por sua vez, outro esteio das ciências e da tecnologia habilitado a requerer a atenção e a cobertura dos jornalistas especializados nessa área. Nos encontros, que geralmente atraem uma gama de especialistas e estudantes, a efervescência acadêmica se refaz uma vez que ali são levados a debate diversos artigos, expositores de teses e dissertações, além do resultado de pesquisas desenvolvidas nos laboratórios de centros acadêmicos públicos e privados de projeção educativa (CALVO HERNANDO, 1997).

É usual que os jornalistas também possam prospectar informações junto aos gestores de organismos internacionais, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou a Agência Europeia do Espaço (ESA). Em se tratando de Brasil, o foco pode se voltar para

unidades como o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade de Campinas, Núcleo José Reis, da Universidade de São Paulo, e Museu da Vida, pertencente à Fiocruz. A consulta ainda poderá ser estendida rumo ao currículo *lattes* dos pesquisadores brasileiros disponibilizados digitalmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para os relatórios das Fundações de Amparo à Pesquisa nas diversas Unidades da Federação que compõem o país, além dos documentos ministeriais de políticas públicas para a ciência e tecnologia do Governo Federal (BUENO, 2011).

Conforme estudos do pesquisador alemão Hans Peter Peters (2005), os parâmetros clássicos da divulgação científica, que geralmente enfatizam apenas os aspectos benéficos das ciências e das tecnologias, ainda sobrevivem e se mantêm tanto no seu nicho de mercado quanto na legitimidade de suas funções. Em paralelo, o discurso dos especialistas continua vivo e ágil, notadamente na área de Saúde, com recomendações e instruções direcionadas ao público leigo por meio dos veículos de comunicação de massa.

Contudo, hoje também se reconhece que a percepção dos acontecimentos gerados pelo mundo científico requer outra forma de cobertura jornalística,

[...] centrada nos problemas e conflitos sociais aos quais a ciência e a tecnologia estão, de alguma forma, associadas: a ciência e a tecnologia podem ser o objeto do problema ou do conflito; podem ser usadas para dar suporte a um posicionamento político; ou pode-se esperar que a ciência e a tecnologia encontrem solução para um problema ou que resolvam o conflito fornecendo uma resposta final para a questão (PETERS, 2005, p. 140).

A perspectiva aberta por esta forma específica de procedimento jornalístico permite suscitar pelos menos dois tipos de questões relacionadas à participação dos cientistas na mídia: de que maneira eles se incluem na discussão pública de temas relacionados às ciências? Será que estão devidamente preparados para interagir com os jornalistas, que fazem a mediação do acesso ao público? (PETERS, 2005).

De acordo com os dados fornecidos pelo pesquisador alemão, os cientistas geralmente reconhecem como positiva a comunicação do resultado do seu trabalho aos telespectadores. Neste sentido, diante das câmeras desempenham de modo alternado os papéis de professor, pesquisador e especialista consultor. Sem dúvidas, “a motivação de educar o público é a razão mais importante pela qual os cientistas concordam em ser entrevistados” (PETERS, 2005 p. 140). Uma atitude típica de quem considera que as ciências podem constar das reportagens relacionadas ao ensino em sentido mais amplo, viabilizando a transferência de conhecimentos às audiências.

Porém, apesar de relutarem em admitir que também se batem por motivos um tanto quanto profanos de sobrevivência real, como levantar recursos ou usar do prestígio acadêmico para exercer influência política, os especialistas e as organizações científicas estão cada vez mais convencidos das vantagens proporcionadas pela exposição midiática. Em muitos casos, a publicidade televisiva pode ser o meio a proporcionar acesso aos múltiplos financiamentos de pesquisas, aos cargos de projeção em instituições públicas ou empresas privadas, bem como facilitar a promoção e venda de algum artefato tecnológico gerado pelos laboratórios aos quais estão associados (PETERS, 2005).

Em busca de demarcar espaço próprio na mídia, todos os dias se observa que a atuação dos cientistas não se limita a autoria de artigos de senso comum para jornais e revistas. Eles também manuseiam câmeras para registrar e depois ceder fotografias exclusivas de seus experimentos, colaboram com as equipes de TV que porventura venham a aparecer em seus laboratórios, concedem entrevistas aos jornalistas e ainda podem servir de consultores para a televisão e o cinema durante a produção de filmes e documentários que abordem aspectos das ciências. Além disso, assiduamente atualizam blogs pessoais na Internet e postam opiniões sobre ciências por meio de inúmeros aplicativos nas denominadas redes sociais digitais.

No entanto, algumas comunidades científicas impõem barreiras e desaprovam aqueles membros que em demasiado se expõem na mídia. Na verdade, posicionam-se principalmente contra a forma como é feita a comunicação dos cientistas ao público mundano, que “não está de acordo com as normas das publicações científicas, tais como, por exemplo, ter um estilo impessoal, um alto nível de precisão ou ser revisada pelos pares antes da publicação” (PETERS, 2005, p. 142).

Ao transitar por este universo científico eivado de interesses controversos, recomenda-se que durante o processo de produção das notícias as equipes de jornalismo devam se valer de alguns procedimentos para avaliar a qualidade, a credibilidade e a independência da informação que coletam. Desse modo, é preciso identificar a fonte previamente, estudando sua trajetória de especialista; confrontar o conteúdo fornecido pelo pesquisador com o conhecimento de outros cientistas, para evitar ficar refém de uma única versão; e contextualizar as informações, tendo em vista o tema que será abordado.

A contextualização jornalística permite mensurar a força, a extensão e a influência socioeconômica, política e cultural dos pesquisadores e de seus experimentos, bem como dos produtos resultantes do mundo das ciências e das tecnologias, que ao conquistarem sucesso em laboratório poderão ser fabricados pelas indústrias e, posteriormente, postos à venda em grande escala para uma gama massiva de consumidores (BUENO, 2011).

Conforme demonstrado por Bruno Latour (2011), o esforço do jornalista em situar numa sociedade os acontecimentos sobre ciências pode variar de acordo com a natureza do documento e do especialista a que ele teve acesso. Se for um *press release*, basta conhecer um pouco mais sobre o conteúdo da peça de divulgação. Porém, quando o trabalho evolui para o formato de um artigo acadêmico, mostra-se indispensável estudar as obras dos autores citados nas referências bibliográficas, ter acesso a outras produções da mesma área e verificar detalhadamente se trabalhos inéditos foram publicados por outros autores a partir do que foi abordado no artigo original (LATOUR, 2011).

Mesmo porque é preciso que o jornalista saiba que o trabalho científico, assim como o jornalístico, é trabalho coletivo. Conforme observação do cientista Ludwik Fleck,

Quando se olha o lado formal do universo científico, sua estrutura social é óbvia: vemos um trabalho coletivo organizado com divisão de trabalho, colaboração, trabalhos preparativos, assistência técnica, troca de ideias, polêmicas, etc. Muitas publicações mostram o nome de vários autores que trabalham em conjunto. Além desses nomes, encontramos [...] quase sempre o nome da instituição e seu diretor. Há uma hierarquia científica, grupos, adeptos e adversários, sociedades e congressos, periódicos, instituições de intercâmbio, etc. O portador do saber é um coletivo bem organizado, que supera de longe a capacidade de um indivíduo (FLECK, 2010, p. 85).

No intuito de levar adiante a contextualização dos acontecimentos científicos, o compromisso do jornalista com o público não para por aí. Ao ter em mãos um extenso e detalhado relatório de pesquisa, além das habilidades anteriores ele precisa de recursos intelectuais mais refinados. Para tanto, deve dominar a estatística, decifrar tabelas e gráficos, compreender a retórica da construção textual, para, enfim, desmontar as camadas de parágrafos superpostas dentre as quais as informações estão entrelaçadas, reforçando-se entre si (LATOUR, 2011).

Não satisfeito, faz-se necessário ingressar no laboratório que gerou o relatório. Para estar seguro quanto ao que vão lhe demonstrar e contra argumentar o discurso do porta-voz da instituição, requer-se noção da funcionalidade e do manuseio dos instrumentos colocados à disposição dos pesquisadores, bem como notar o grau de fluidez contido na dinâmica hierárquica das pessoas e dos fornecedores que trabalham no local.

Depois de percorrer a extensão dessa rota e ainda assim perdurar a dúvida, “não restaria outro caminho [para o jornalista] senão construir outro laboratório. [...] os discordantes precisam de um laboratório melhor. Isso torna ainda mais extraordinárias as condições que devem ser atendidas” (LATOUR, 2011, p. 131).

Ora, ao atingir esse ponto de investigação o profissional jornalista não é obrigado a extrapolar o seu compromisso de confrontar os documentos provenientes das ciências, mesmo porque foge de sua alçada competir com cientistas e engenheiros na elaboração de resultados de pesquisa e construção de artefatos tecnológicos em laboratórios. Aliás, na condição de trabalhador contratado ele faz parte de uma equipe que segue regras de comportamento próprias a um empreendimento industrial específico de produção noticiosa, estruturado pela organização midiática na qual presta serviço.

No ambiente da redação e de acordo com o seu afinco pessoal, o jornalista poderá obter destaque e conquistar o respeito dos colegas com os quais compartilhará de uma mesma cultura profissional, sutilmente admitida e até estimulada pelos diretores de plantão (SHOEMAKER, 2011). No exercício diário do processo de produção de notícias para ele deixarão nítido que somente por intermédio da credibilidade social, da solidez econômica e do poder de influência política da organização para a qual trabalha é que lhe será facilitado o acesso aos cientistas mais renomados dos laboratórios públicos ou privados, onde as experiências científicas e os artefatos tecnológicos mais raros são construídos.

Ao tempo em que ficam explícitos tais constrangimentos organizacionais, ao jornalista que passa a fazer parte do processo de produção do telejornal serão oferecidos auxiliares de produção, equipamentos técnicos, deslocamento logístico e orientação dos editores para estrategicamente selecionar, investigar e narrar os acontecimentos que possivelmente irão atrair a atenção da audiência e estimular o consumo noticioso dos telespectadores.

Em televisão o noticiário é sempre o resultado de um desempenho que oscila entre a atitude marcadamente individual de cada jornalista e a ação coletiva multifuncional de um time de profissionais envolvidos com a elaboração do produto. Dessa forma, tanto carrega os valores intrínsecos do autor, de sua postura perante a vida e diante da sociedade onde atua, quanto a marca do trabalho em equipe, que se evidencia por meio da partilha e respeito às normas de comando (FRANCISCATO, 2014). De qualquer modo, “a qualidade técnica do que vai ao ar obedece a um criterioso treinamento das pessoas envolvidas na captação do áudio, do registro da imagem, na edição e, fundamentalmente, na apuração da notícia” (CURADO, 2002, p. 25).

Particularmente no que diz respeito ao início do processo de produção do telejornal, costumeiramente tudo começa por “uma reunião de pauta”, quando são hierarquicamente selecionados os acontecimentos dignos de cobertura do cenário histórico e cultural onde a televisão atua. Isso significa dizer que o jornalismo estabelece vínculo com “princípios organizativos de uma sociedade, tais como a construção e transmissão da cultura, as relações

econômicas [...] as formas de ação política e as transformações tecnológicas” (FRANCISCATO, 2014, p. 89).

No instante mesmo da primeira seleção dos acontecimentos e ao longo de todo o processo de produção e apresentação do telejornal alguns critérios de noticiabilidade incidem sobre a elaboração do noticiário, influenciando a decisão dos jornalistas quanto ao conteúdo e o formato da atração televisiva. De acordo com Gislene Silva, compreende-se noticiabilidade:

como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2014, p. 52).

Especificamente para Mauro Wolf (2008), os critérios de noticiabilidade podem ser categorizados de acordo com seguinte classificação:

*Critérios substantivos: são aqueles que geralmente se articulam entre os eixos da importância e do interesse inerentes às notícias. O autor esclarece que a importância parece ser determinada por quatro variáveis, sendo a primeira o grau de poder institucional atribuído aos indivíduos envolvidos numa ocorrência noticiável. Depois, considera-se a proximidade geográfica e o impacto que um acontecimento pode causar sobre uma localidade; seguido da quantidade de pessoas envolvidas por esta ocorrência. A quarta variável tem a ver com a relevância do acontecimento e seus desdobramentos futuros. Quanto ao interesse, está associado às histórias capazes de entreter o público com pequenas curiosidades do dia a dia que atraem sua atenção.

*Critérios relativos ao produto: dizem respeito à acessibilidade que os jornalistas podem ter ao acontecimento noticioso, em consonância com as especificidades técnicas do processo de produção e com os gastos de cobertura que a organização jornalística tem que arcar.

*Critérios relativos ao meio: em televisão torna-se imprescindível dispor de filmes com imagens de qualidade que não atendam apenas aos padrões técnicos estabelecidos, mas que também possam ilustrar com emoção os pontos principais de um evento.

*Critérios relativos ao público: apesar das organizações jornalísticas promoverem pesquisas para conhecer os hábitos e as preferências dos telespectadores, os jornalistas quase nunca mantêm contato pessoal com o público. Mesmo que presumam o perfil da audiência,

montam os telejornais confiantes na experiência própria extraída do mundo das notícias e na habilidade profissional de discernir quais assuntos são mais importantes para a plateia.

*Critérios relativos à concorrência: é de se considerar que toda televisão compete por notícias exclusivas que causem impacto público. O receio de levar um “furo de reportagem” e ser superada pela concorrente impõe a vigilância recíproca entre as emissoras, o que pode padronizar o formato dos telejornais e o conteúdo proveniente das mesmas fontes de informação (WOLF, 2008).

Em conformidade com o tamanho e o alcance da emissora da TV o número de pessoas participantes da reunião de pauta varia de uma redação para outra. Entretanto, desse encontro são indispensáveis os profissionais que exercem as funções de: A – Chefe de Reportagem, que deve ter a completa compreensão do telejornal ou programa para o qual o material jornalístico está sendo produzido. B – Chefe de Operações, responsável pela conexão entre as áreas técnicas e o departamento de jornalismo. C – Editor-Chefe do telejornal, que decide como o produto vai ser estruturado e apresentado. D – Apuradores/Pauteiros, a quem cabe fazer a ronda junto as principais fontes de informação além da elaboração de pautas pelas quais os repórteres se guiam a fim de realizar a sua tarefa. E – Editores de Texto e de Imagem, responsáveis pela construção audiovisual de notas, entrevistas e reportagens nas “ilhas” onde estão disponíveis equipamentos para decupagem, reconstrução e ordenamento do material captado nas ruas pelos repórteres e cinegrafistas (CURADO, 2002).

Vencida a reunião de pauta e já selecionados os assuntos que vão merecer cobertura jornalística, deságua-se numa segunda fase do processo de produção do telejornal em que o procedimento da equipe é posto à prova. Saber proceder diz respeito aos “conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 42). Este é o momento de ida ao campo de repórteres e cinegrafistas para capturar imagens, fazer entrevistas e, por meio do contato frequente com os colegas que ficaram na redação, robustecer o conteúdo jornalístico das matérias que serão levadas ao ar durante a transmissão do telejornal.

A fase do saber proceder é acentuadamente marcada pela necessidade urgente de se garantir o fluxo constante e seguro de notícias, que possam ser manuseadas pelos jornalistas de preferência sem grandes sobressaltos ou complicações, a tempo de assegurar a elaboração do noticiário. Para tanto, montam-se todos os dias redes de coleta de dados rotineiras junto a fontes estáveis e confiáveis de informação, notadamente nas instituições sociais que gerem acontecimentos acessíveis e, se possível, em compatibilidade com os horários estabelecidos pelo processo de produção da atração televisiva. (WOLF, 2008).

As rotinas de produção jornalística possibilitam planejar com antecedência a cobertura de acontecimentos em sincronia com os recursos técnicos disponíveis e em conformidade com os custos do deslocamento logístico das equipes de reportagem. Os procedimentos rotineiros implicam ainda na gestão criteriosa dos recursos humanos e materiais da empresa televisiva, como forma de potencializar lucros, reduzir despesas e racionalizar o trabalho cotidiano. Conforme definido por Jorge Pedro Sousa,

As rotinas, até porque muitas vezes diferem de organização para organização, são frequentemente corrigidas, mas são também o elemento mais visível que permite mostrar que a maior parte do trabalho jornalístico não decorre de uma pretensa capacidade intuitiva para a notícia nem um hipotético “faro” jornalístico, mas de procedimentos rotineiros, convencionais e mais ou menos estandardizados de fabrico de informação de atualidade (SOUZA, 2002, p. 50).

No trato diário com as fontes para a coleta de dados em campo é de se considerar que, na sua grande maioria, são pessoas as quais o jornalista observa ou entrevista como membros de alguma instituição, órgão oficial ou grupos de poder, cujo sistema informativo já está constituído e sistematicamente organizado. Por isso, na redação jornalística fica nítido que produtores e repórteres preferem não gastar tempo com fontes desconhecidas, que podem sinalizar acontecimentos contraditórios, repletos de incertezas e difíceis de apurar.

Das fontes oficiais regulares se espera informações constantes e fidedignas que, se possível, não requeiram tempo extra para serem cotejadas com novos canais informativos. A credibilidade das fontes pode ser evidenciada com o passar dos anos e se houver cooperação e cordialidade frequentes para com os jornalistas, provavelmente ocuparão mais espaço na mídia do que outros atores sociais (WOLF, 2008).

Em contrapartida, no caso do jornalista especializado que cobre algum setor específico como, por exemplo, a área dos acontecimentos sobre ciências e tecnologias, ele pode cultivar uma relação estreita e contínua com os cientistas que, de algum modo,

[...] acabam se tornando fontes pessoais, quase informantes que mantêm os cronistas atualizados, fornecendo-lhes indiscrições, notícias reservadas. Desenvolve-se, portanto, uma relação quase simbiótica de obrigações recíprocas entre fonte e jornalista especializado: isso simplifica, mas, ao mesmo tempo, complica o trabalho, uma vez que o custo de perder um tipo semelhante de fonte torna-se mais alto, levando o jornalista, mais cedo ou mais tarde, a uma dependência mais ou menos consciente, justificada pela produtividade da própria fonte (WOLF, 2008, p. 239).

Coletados os dados em campo por meio de contatos com as fontes de informação e de procedimentos rotineiros que caracterizam o dia a dia de caça às notícias, chega-se à terceira

etapa do processo de produção telejornalística. Esta é a fase do saber narrar, que “consiste na capacidade de compilar todas essas informações e “empacota-las” numa narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante” (TRAQUINA, 2005, p. 43). Como se sabe, o telejornal obedece a um formato rígido ditado por sua duração preestabelecida e pelo lugar de destaque que ocupa na ordem da grade de programação da emissora. O produto tem hora inadiável para ser exibido e o seu conteúdo deve atrair com sedução e importância a atenção privilegiada dos telespectadores (WOLF, 2008).

Segundo a pesquisadora Cárlida Emerim, “Nesta etapa está diretamente implicado o critério da predisposição ao tratamento discursivo [ou seja] refere-se à forma como o jornalista aborda/trata o acontecimento pela televisão” (EMERIM, 2012, p. 57). Portanto, é neste momento que tradicionalmente se faz a edição de imagens e a pós-produção do material, com inclusão de trilhas sonoras, tabelas, charges, fotografias e outros recursos gráficos. Além disso, é a fase em que o profissional “imposta” a voz para a gravação de textos em *off* ou nas perguntas endereçadas aos entrevistados; que as câmeras no estúdio são posicionadas para enquadrar os apresentadores do telejornal e seus convidados; assim como são definidos os cenários e os ângulos de aparição dos repórteres nas entradas “ao vivo” de gravações externas (EMERIM, 2012).

Em busca de uma possível objetividade aliada à precisão no relato dos fatos, que visa dentre outros ganhos capturar a imediata compreensão da plateia, orienta-se que as histórias construídas e editadas para o telejornal respondam aos seis servidores básicos da notícia, consubstanciados pelas expressões interrogativas: “o que?”, “quem?”, “quando?”, “onde?”, “como?” e “por que?”. Somem-se a este roteiro algumas regras estilísticas que apelem para a voz ativa, descrevam os ambientes em detalhes, relatem os acontecimentos no seu transcorrer cronológico, utilizem palavras concretas, verbos de ação no tempo presente e sintaxe concisa (CURADO, 2002).

De acordo com a concepção de Mauro Wolf, a edição destina-se:

a dar uma representação sintética, necessariamente breve, visivelmente coerente e possivelmente significativa do objeto da notícia [...] torna-se um modo de condensar, de focalizar a atenção em algumas partes do acontecimento (highlighting) e, presumivelmente, traduz-se numa maneira semelhante de receber, decodificar e memorizar as informações recebidas [...] o highlighting também é realizado em termos de áudio, deixando o som original nos pontos e momentos fortes do acontecimento filmado, e atenuando-o, em contrapartida, para sobrepor a ele a voz do jornalista, nos momentos “fracos”. Esse procedimento “autentica” a cena mostrada e salienta, evidentemente, a significatividade dos momentos “documentais”, em relação aos quais a intervenção do jornalista que redigiu a notícia é menor” (WOLF, 2008, p. 260).

Quanto ao ato de apresentação do telejornal é como se fora um show. Percebe-se, cada vez mais, que o uso crescente da tecnologia permite um melhor aproveitamento dos recursos técnicos para exaltar a atualidade da linguagem audiovisual televisiva, tornar as notícias um espetáculo e transmitir ao telespectador a sensação de pertencimento ao lhe possibilitar ver e acompanhar tudo o que se passa ao seu redor e nos lugares mais distantes do seu país e do planeta (BECKER, 2005). Embora a espetacularização seja um componente marcante do jornalismo televisivo, que não se acanha de mesclar informação com entretenimento, não significa afirmar, necessariamente, que falsifique o relato dos acontecimentos, mas que o hiperbolize por meio de vários recursos de narração e edição (EMERIM, 2012).

Nessa etapa crucial do “saber narrar” há de se ressaltar o desempenho do apresentador do telejornal, que “sentado à frente de um cenário, enquadrado na altura do peito, nos olha e nos fala o que há para ser dito sobre o mundo” (BECKER, 2005, p. 85). Indiscutivelmente, é a figura do âncora que expressa a ideologia e os valores adotados pela emissora na qual trabalha, ao mesmo tempo que personifica em si a credibilidade do telejornal (PORCELLO, 2012). Ele é o maestro explícito de uma equipe de produção que aos olhos da audiência idealisticamente se esmera em defender os direitos públicos, denunciar todos os tipos de abusos e arbitrariedades, esclarecer os direitos dos consumidores/cidadãos e estimular a preservação dos ideais éticos de convívio em sociedade.

Especialmente naqueles países nos quais o ensino escolar formal não chega para todos, como é o caso do Brasil, os telejornais e a programação televisiva podem se constituir como vias de transformação ao diariamente transmitir informações sobre ciências e tecnologias, reafirmando os valores dos modelos de desenvolvimento democrático (HERNANDO, 1997). Compreende-se aqui, mais amiúde, que este papel talvez possa ser desempenhado pela televisão pública, cujo foco deve estar centrado “na educação, na formação, na cultura, no jornalismo crítico e na interlocução horizontal entre as várias vozes da sociedade, embora deva ser também atraente, envolvente e até recreativa” (BUCCI, 2015, p. 83).

Com alguns dos pormenores acima elencados o presente pesquisador se deparou ao investigar o processo de produção e a ocorrência de reportagens sobre ciências na edição noturna do Repórter Brasil, principal telejornal da emissora pública TV Brasil. O relato de tal experiência será exposto e analisado na próxima seção. Antes, porém, ver-se-á no tópico logo abaixo como o conteúdo e o discurso das notícias sobre ciências podem ser tipificados nos telejornais.

3.3 ASPECTOS DO CONTEÚDO E DO DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS EM TELEJORNais BRASILEIROS

Por acreditar que a divulgação do conhecimento científico é uma das formas de educar o público com vistas à inclusão social cidadã e diante do fato dos telejornais se constituírem no meio por onde a grande maioria dos habitantes do país toma conhecimento dos últimos avanços das ciências e das novas tecnologias, alguns pesquisadores têm se debruçado com grande interesse sobre o estudo do conteúdo e do discurso contidos nos programas de jornalismo das emissoras públicas e comerciais em funcionamento no Brasil.

Nas suas investigações eles procuram saber, notadamente, qual o espaço ocupado por acontecimentos gerados pelas ciências e tecnologias nas TVs brasileiras? Em que formato os temas ligados às ciências e tecnologias são apresentados enquanto notícias para os telespectadores? O tratamento que os telejornais dão à informação científica ajuda o telespectador a compreender a relevância das ciências?

Conforme argumentam, identificar o espaço ocupado pelas ciências e tecnologias nos telejornais permitiria verificar se a demanda da audiência por este tipo de informação é minimamente atendida. Analisar os conteúdos também possibilitaria elencar seus pontos fortes e fracos, o que poderia contribuir para o aprimoramento do telejornalismo. Além disso, entender como as equipes de produção televisiva se apropriam e retratam os temas científicos ofereceria indícios de como o público comprehende o papel dos cientistas e dos seus afazeres.

Para ilustrar exemplos de pesquisas que se dedicam ao estudo do conteúdo e do discurso sobre ciências e tecnologias em telejornais nacionais, apresenta-se a seguir dois trabalhos simultâneos desenvolvidos sobre o assunto. O primeiro é intitulado “Do laboratório para o horário nobre: a cobertura de ciência no principal telejornal brasileiro”, tendo como autores Marina Ramalho e Luisa Massarani, da Fundação Osvaldo Cruz, e Carmelo Polino, do Centro REDES, da Argentina. Quanto ao segundo trabalho, trata-se do relatório de pesquisa “Divulgação Científica e Telejornalismo Brasileiro”, a cargo da professora da Universidade Federal de Pernambuco Isaltina de Mello Gomes.

3.3.1 Do laboratório para o horário nobre da televisão

A pesquisa realizada por Ramalho, Massarani e Polino coletou durante um ano a amostra 72 edições do Jornal Nacional, telejornal com maior audiência no Brasil, exibido no horário nobre das oito horas da noite, pela Rede Globo de Televisão. Dentre as edições foram

selecionadas as notícias sobre ciências com base no protocolo desenvolvido pela Rede Ibero-Americana de Monitoramento e Capacitação em Jornalismo Científico, criada em 2009 através de acordo de colaboração celebrado à época por de instituições da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, México, Portugal e Venezuela.

O protocolo estabelecido considerava como notícia de ciência e tecnologia a unidade jornalística que contivesse pelo menos um dos seguintes requisitos no seu conteúdo:

[...] mencionar cientistas, pesquisadores, professores universitários ou especialistas em geral (desde que aparecessem vinculados a uma instituição científica e comentassem temas relacionados à ciência) ou mencionar instituições de pesquisa e universidades; mencionar dados científicos ou resultados de investigações; mencionar política científica; ou tratar de divulgação científica (RAMALHO; MASSARANI; POLINO, 2011, p. 27).

Conforme relato dos pesquisadores, nas 72 edições coletadas do telejornal entre o mês de abril de 2009 a março de 2010, foram identificadas 77 notícias sobre ciências, e tecnologias, cada uma com duração média de dois minutos e 15 segundos. Praticamente a metade delas obteve chamada na abertura do programa e exibição no primeiro bloco do noticiário, onde se concentram as reportagens de maior impacto do informativo.

Das áreas de conhecimento abordadas, os temas de medicina e saúde ganharam o enfoque principal, com 34 notícias ou 44,1% do total da amostra. Logo depois, quatro outras áreas obtiveram coberturas equivalentes: ciências exatas e da terra com dez notícias (12,9%); engenharias e tecnologias e ciências biológicas com nove matérias (11,7%) cada; e ciências ambientais com oito reportagens (10,4%). As ciências sociais e humanidades apareceram com quase 6% e ciências e tecnologias como um todo com mais 3% do material relacionado pelo protocolo da pesquisa.

De uma lista inicial de 10 possíveis enquadramentos com que as notícias poderiam ser destacadas, quatro se repetiram em maior número: A- Novos resultados de pesquisa, quando o enfoque recaia sobre o anúncio de uma descoberta, de uma novidade tecnológica, de novos tratamentos ou medicamentos; B- Impacto das ciências e tecnologias, oportunidade em que a notícia mostrava a incidência positiva ou negativa de resultados de pesquisas na sociedade; C- Antecedentes científicos, ou seja, quando dados e resultados já conhecidos eram relembrados; e D- Estratégia política, abordando políticas públicas para as ciências e as tecnologias.

Os pesquisadores ainda informaram que os experimentos científicos desenvolvidos por cientistas ou instituições brasileiras eram prioridade no telejornal, uma vez que 40 reportagens ou 51,9% da amostra se agrupavam neste caso. Em segundo lugar, ficavam as matérias sobre

especialistas ou organizações da América do Norte, com 25 notícias ou 32,5% do material coletado. O terceiro lugar era ocupado pelas notícias sobre ciências geradas por países europeus: sete ou 9,1%. Nenhuma notícia mencionou cientistas ou instituições da América Latina.

Os autores do trabalho observaram também que as principais fontes de informação eram os cientistas ou instituições de pesquisa, citados em 62 notas (80,5% das matérias). Eles eram sucedidos por cidadãos comuns, que forneceram dados explorados em 23 matérias (29,8%). Também foram identificadas informações transmitidas por membros do governo e especialistas independentes de instituições, com, respectivamente, 15 (19,4%) e 12 notas (15,6%).

Além dessas informações, a pesquisa conduzida por Ramalho, Massarani e Polino demonstrou que os cientistas presentes nas reportagens do Jornal Nacional foram retratados prioritariamente em ambientes de escritório, em laboratórios e locais onde realizam trabalho de campo. Os acontecimentos científicos foram abordados de forma mais positiva que negativa, assim como a maioria das notícias teve algum grau de contextualização, isto é, trouxeram dados sobre a abrangência do estudo, sua duração, método utilizado e detalhes da aplicação de resultados conquistados em laboratório.

Ao final do trabalho, os pesquisadores apresentaram algumas conclusões que merecem a reflexão dos que se interessam pela cobertura jornalística de temas relacionados às ciências e tecnologias em telejornais brasileiros. A primeira delas destaca que os temas de medicina e saúde dominam o imaginário social, por se tratar de um campo no qual o público consegue perceber uma relação direta com a sua sobrevivência no dia a dia. São notícias que envolvem forte carga de emoção, uma vez que podem alimentar a esperança para o tratamento de enfermidades e, por isso, tem o potencial de atrair maior atenção dos telespectadores. Neste caso, o telejornal se mostra como um espaço privilegiado para informar o cidadão sobre a incidência de doenças e as novas formas de prevenção e tratamento.

Quanto ao destaque dado pelo Jornal Nacional às ciências brasileiras, os pesquisadores consideraram que esta característica pode estar associada às rotinas de produção do telejornal, que prioriza o uso de imagens e textos gerados por suas equipes de profissionais, em detrimento daqueles oferecidos por agências de notícias e instituições de pesquisas internacionais. Independentemente da motivação da emissora, eles afirmam que o espaço generoso concedido às experiências científicas do país pode contribuir para a divulgação das ciências, das tecnologias e dos cientistas nacionais ainda pouco conhecidos do público telespectador.

No que diz respeito à aparição do cidadão nas reportagens, o seu papel parece ser o de humanizar os acontecimentos relacionados às ciências e tecnologias, aproximando-os do mundo da vida com opiniões e depoimentos a respeito de suas vivências pessoais. Por outro lado, a forte presença dos cientistas legitima as instituições de pesquisa e o próprio teor do noticiário, emprestando credibilidade ao conteúdo do telejornal.

Por fim, os pesquisadores ressaltaram que quando os temas gerados pelas ciências e tecnologias passam a ocupar um lugar de destaque na agenda do principal telejornal diário do Brasil, pode-se vislumbrar a ampla penetração de assuntos dessa natureza nos lares de todo o país, contribuindo para que grande parte da população passe a ter acesso às informações científicas. Tal conclusão constata, segundo eles, que no horário nobre do canal de televisão com maior audiência existe “um espaço rico para cientistas e instituições preocupados em divulgar suas pesquisas ao grande público” (RAMALHO, 2011, p. 35).

3.3.2 A cobertura de ciências e tecnologias em noticiários públicos e comerciais

Com o propósito de desenvolver a pesquisa “Divulgação Científica e Telejornalismo Brasileiro”, a professora da Universidade Federal de Pernambuco, Isaltina de Mello Gomes, coletou um *corpus* composto por 32 edições de cada um dos telejornais Jornal da Record, Jornal Nacional, Repórter Brasil e Jornal da Cultura (os dois primeiros produzidos por emissoras comerciais e os dois últimos por TVs públicas), propondo-se a efetuar levantamento quantitativo das notícias sobre ciências, bem como analisar o conteúdo, a linguagem e o formato do discurso com os quais são exibidas para os telespectadores.

As amostras foram recolhidas de setembro de 2009 a maio de 2010, observando-se o critério de qualidade técnica das gravações dos quatro telejornais em um mesmo dia, em busca de melhor comparação investigativa. Um dos primeiros achados se referia ao tipo de inserção das ciências nos referidos noticiários, passível de ser categorizado. A partir daí, conseguiu-se identificar cinco categorias primárias de análise para as matérias jornalísticas, que a pesquisadora definiu como sendo:

- A) Pesquisa como foco, quando o repórter destaca uma investigação acadêmica desenvolvida por universidades e instituições de pesquisa, realçando não só os resultados alcançados como também o resumo da metodologia, a possibilidade de aplicação prática e a projeção no futuro da melhoria da qualidade de vida a ser proporcionada pelo experimento científico. A construção textual da notícia se

utiliza de variados recursos didáticos como infografias, desenhos e números, assim como pontua a fala do cientista marcadamente.

- B) Pesquisa como gancho: a reportagem se inicia com informações a respeito dos resultados de determinada pesquisa científica para, em seguida, servir de gancho a fim de abordar algum aspecto da realidade cotidiana como, por exemplo, aborto, falta de saneamento básico ou desemprego entre os jovens. Não há detalhes de como se chegou aos resultados científicos e muito menos sobre a metodologia, a aplicabilidade ou o desdobramento de novas etapas do estudo que abriu o texto da telereportagem.
- C) Pesquisa como coadjuvante: a pesquisa científica não surge no início da notícia, mas aparece como simples decorrência do acontecimento que está sendo tratado. Isto é, a reportagem dá cobertura a um acontecimento qualquer que remete a algum estudo científico, podendo ganhar alguma explicação ou esclarecimento.
- D) Evento científico: aqui se enquadram as notícias sobre reuniões de especialistas para discutir políticas e temas científicos em congressos, seminários, simpósios, etc. O que poderia servir de oportunidade para aprofundar questões complexas relacionadas ao aprimoramento das ciências é exposto apenas como mais uma conferência ou encontro de estudiosos.
- E) Curiosidades: são aquelas notícias que tratam de ocorrências raras da natureza, tais como a passagem de cometas, problemas matemáticos insolúveis, eclipses solares ou a descoberta de mais uma espécie de animal exótico.

De posse desta tipologia classificatória e do *corpus* de telejornais que reuniu para a análise da pesquisa, a professora partiu em direção às peculiaridades genéricas de cada um dos telejornais. Ao começar pelo Jornal da Record, observou que o produto televisivo tinha duração média de 40 minutos subdividida em três ou quatro blocos, a depender da ebulação e importância dos acontecimentos do dia.

Conforme registros da pesquisadora, o Jornal da Record se dedicava muito pouco a produzir matérias jornalísticas sobre ciências. Nas 32 edições analisadas houve apenas oito matérias de divulgação científica. Quatro apresentaram as ciências como gancho, apenas uma como ciência em foco, outra como evento científico e as restantes classificadas como curiosidades. A metade tratou de acontecimentos da área de Saúde. Das outras quatro, uma se referiu à geografia humana e as três restantes foram notas a respeito de assuntos diversos. As notícias tiveram como origem exclusivamente fontes do Sudeste do Brasil e de países como França, Inglaterra, EUA e Portugal.

Já ao prestar atenção nos exemplares do Jornal Nacional, Gomes apontou a duração aproximada do programa em 30 minutos e o hábito que os produtores da atração nutriam ao dar preferência de cobertura jornalística aos acontecimentos factuais do mundo da vida como sua principal característica. A análise do material coletado possibilitou perceber que cerca de 4% dos temas tratados foram dedicados às ciências. Ou seja, num universo de 440 inserções de notícias contidas nos 32 espelhos do noticiário, 17 versavam sobre o assunto. Destas, nove se referiam às Ciências da Saúde, duas à Linguística, Letras e Artes, outras duas às Ciências Biológicas, sendo que as quatro restantes divididas entre Humanas, Agrárias e Engenharias. No JN, conforme a pesquisadora, as ciências são tidas como infalíveis e responsáveis pela felicidade das pessoas.

Quanto ao Repórter Brasil, verificou-se à época da coleta do material de pesquisa que a edição noturna do telejornal durava uma hora. Dos exemplares analisados, encontrou-se 13 matérias de divulgação científica dentre de um total de 812 notícias, o que correspondia a apenas 2% do conteúdo jornalístico veiculado pelo noticiário. A pesquisadora ressalta que todas às vezes que as ciências foram abordadas no programa jornalístico, a reportagem serviu de formato exclusivo para tratar do tema. Na maioria das vezes a notícia se encontrava inserida no último bloco, compartilhando o espaço com as editorias de Esportes e Cultura. Na catalogação da planilha de dados, Gomes identificou que a exibição da maior quantidade de matérias de cunho científico acontecia nas edições das quartas e quintas-feiras.

Por fim, do Jornal da Cultura pode registrar que nas 32 edições analisadas constavam 17 matérias de divulgação científica, concentradas em temas das áreas de Saúde e Meio Ambiente. A pesquisadora ressalta que em praticamente 100% dos casos as pesquisas e estudos nacionais apresentados no telejornal estavam sendo desenvolvidos em São Paulo e que todos os cientistas e personagens participantes das reportagens eram representantes desse estado do Sudeste do Brasil.

Ao tecer as considerações finais sobre a pesquisa realizada, a professora frisou que em geral nos quatro telejornais as ciências são jornalisticamente pautadas quando associadas às questões factuais, que dizem respeito ao dia a dia da população. Daí o interesse, em alguns casos, de detalhar as informações para que os telespectadores leigos possam assimilar os termos técnicos e entender o assunto retratado pelas notícias.

Portanto, no sentido de satisfazer o entendimento da audiência, prima-se pelo uso de uma linguagem simples, sem muito rebuscamento, que possa contar a história relativa aos experimentos científicos de forma didática, instrutiva e facilmente palatável. A pesquisadora registrou também que, notadamente no Jornal Nacional, “constantemente as matérias são

apresentadas com gráficos, animações digitais, painéis ilustrativos, vídeos ou simulações que, além de chamar a atenção do público, facilitam a assimilação do assunto” (GOMES, 2010).

Mesmo que haja este tipo de preocupação, a professora destaca que a quantidade de notícias sobre ciências não foi surpreendente, tampouco o tempo destinado a elas. Muito embora na maioria das vezes se tratasse de reportagens, nenhuma ultrapassou os quatro minutos disponibilizados para outros temas recorrentes do cotidiano.

Segundo consta do relatório de pesquisa, em todos os telejornais as ciências são tratadas como infalíveis. A voz do cientista sempre surge cheia de verdade e autoridade. Em nenhuma reportagem ou nota a fala do especialista foi questionada, por estar sempre numa posição de evidência primária. Além disso, nas cabeças de matérias e nos comentários dos apresentadores em voz suave, a crença no conhecimento gerado pelas ciências constantemente aparece proclamada em tom positivo e de esperança, enaltecedo-se o ar de confiança e satisfação pelo fato de ser causadora de benefícios para o homem. Conforme Gomes, desse modo pode-se comprovar, assim, a exploração da infalibilidade das ciências pelos telejornais.

Em relação à construção cenográfica das matérias jornalísticas, a pesquisadora apontou que o estereótipo em torno da imagem do cientista é diariamente reforçado pela presença no seu corpo do indefectível jaleco branco e ao seu redor de computadores, estantes de livros, mapas ou microscópios. Ao mesmo tempo, observou-se que em muitas reportagens não se aborda e nem se discute os métodos e os resultados parciais de pesquisas. Em notícias superficiais que utilizam o conhecimento gerado pelas ciências como forma de gancho para promover outras questões sociais e históricas, a imagem do cientista, muitas vezes, é utilizada apenas para legitimar e emprestar credibilidade ao que foi dito pelo texto do repórter.

Por entender que as ciências se constituem como elemento importante para o desenvolvimento das pessoas e da educação de um país, a pesquisadora concluiu o seu trabalho sobre a “Divulgação Científica e Telejornalismo Brasileiro”, reafirmando que os meios de comunicação são importantes, sim, para a formação de uma consciência crítica do público telespectador. Desse modo, de acordo com ela seria interessante que as ciências fossem incluídas cada vez mais na grande mídia e, consequentemente, no cotidiano das pessoas.

4 A PERCEPÇÃO, O PROCEDIMENTO E A NARRATIVA DOS ACONTECIMENTOS SOBRE CIÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL

O movimento de ida a campo na TV Brasil a fim de coletar dados para a construção do presente trabalho se constituiu de três etapas distintas, porém interligadas. A primeira se caracterizou por convencer os gestores da Empresa Brasil de Comunicação a permitir que a pesquisa pudesse ser aplicada na Instituição. A segunda se deu quando da apresentação do pesquisador à equipe de produção do telejornal Repórter Brasil como alguém que poderia transitar com liberdade no ambiente de produção televisiva. Quanto à terceira ida a campo, ficou marcada por durar por quase dez dias, embora tenha sofrido restrições de aplicabilidade.

Ao relembrar como se deu esta jornada, registra-se que a primeira etapa ocorreu no fim do mês de maio de 2017, quando da viagem à Brasília com o intuito de encontrar os gestores da Superintendência de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e obter autorização para investigar o processo de produção e os formatos do jornalismo científico na TV Brasil, mais especificamente na edição noturna do principal telejornal da emissora. Os documentos de autorização também se faziam necessários para preencher o formulário da Plataforma Brasil e, consequentemente, angariar do Conselho de Ética da Universidade Federal de Pernambuco o sinal verde para a coleta de dados indispensáveis ao trabalho de conclusão do doutorado.

O encontro com os gestores fora solicitado por meio de correspondência eletrônica à Superintendência de Jornalismo da EBC, desde o início de abril. De tempos em tempos telefonemas reforçaram o pleito e, numa atitude extrema, pedira-se a um antigo amigo e colega jornalista lotado na Agência Brasil que interviesse junto à secretaria do referido setor. Algumas semanas se passaram e o certo é que por volta das 16:00h do dia 1º de junho de 2017 estava reunido com o então Superintendente de Jornalismo da EBC, Lourival Macêdo, a Gerente Executiva da TV Brasil, Mayrluce Villela, e o Assessor Jurídico da Superintendência, Nilo Silva Neto.

Para início de conversa, apresentei-me como jornalista formado pela UFBA em 1982, com passagem, dentre outras oportunidades do mercado de trabalho, na reportagem da TV Cabrália e da TV Santa Cruz, em Itabuna-Ba. Depois, professor do Curso de Comunicação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e, à época, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Creio que o relato da trajetória profissional e as credenciais das Instituições me respaldaram a ser ouvido. Em seguida falei a respeito dos objetivos da investigação, qual a metodologia a ser desenvolvida

em campo e da experiência curricular acumulada pela professora orientadora da pesquisa. Esmerei-me em afirmar, sobretudo, que não causaria nenhum incômodo ou qualquer dificuldade ao observar o processo de produção cotidiano do telejornal Repórter Brasil.

Vencida a resistência inicial, o diálogo ganhou rumos mais amenos. Ao saber de minha origem em Ilhéus e do campo de atuação em Vitória da Conquista, o superintendente Lourival Macedo conduziu a troca de ideias em direção à saga cacaueira contida em parte da literatura de Jorge Amado, passando para os componentes de herança medieval que permeiam as canções de Elomar Figueira e daí para o conteúdo sempre polêmico e atual dos filmes de Glauber Rocha.

Com Mayrluce Villela a prosa se voltou para a programação da TVE Bahia, em Salvador, assim como em direção ao processo de produção dos dois telejornais da TV UESB, que ajudei a implantar na Universidade onde sou professor. Já com o assessor Nilo Neto ficou esclarecido, de uma vez por todas, que o termo Jornalismo Científico ao contrário de designar uma função altamente diferenciada exercida com os rigores da Ciência, era aquele que cobria os acontecimentos relacionados às ciências, tecnologias e inovações.

Ao término da reunião senti, muito por causa da conversa instrutiva e descontraída sustentada em bons termos, que uma corrente de empatia e confiança fora estabelecida com os gestores da Superintendência de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação. Talvez por nutrir esse sentimento em excesso, imaginara-se que conseguiria dentro de uma semana, no máximo, os papéis de autorização para aplicar a pesquisa junto aos profissionais que atuavam na linha de produção do telejornal noturno Repórter Brasil.

Todavia, estava enganado quanto ao tempo e as minúcias do trâmite burocrático: o documento de solicitação para aplicação da pesquisa fora encaminhado para a Procuradoria Jurídica da Instituição, decidindo-se por lá que somente o presidente à época da EBC, Laerte Rímoli, poderia permitir tal atividade. Dois meses e 20 dias depois do primeiro encontro em Brasília, recebi um telefonema de Nilo Neto, informando-me que o pedido de aplicação da pesquisa finalmente estava aprovado e que os papéis devidamente assinados estavam à minha disposição.

Não esperei que os documentos fossem enviados pelos Correios. De comum acordo e atendendo às orientações da professora Isaltina Mello Gomes, empreendi a segunda viagem a Brasília. Ao adquirir as passagens aéreas e reservar hospedagem com recursos próprios, refletira-se que além de ter acesso à papelada oficial de autorização da pesquisa na EBC, aquela já seria boa uma oportunidade para conhecer o ambiente e as pessoas envolvidas com o processo de produção do Repórter Brasil. Some-se a esses detalhes a particularidade de que se

aproximava com muita rapidez a data da banca de qualificação do doutorado, quando seria imprescindível mostrar dados iniciais coletados em campo e suas respectivas análises.

Depois de passar pela Superintendência de Jornalismo da EBC e ter acesso aos papéis de autorização expressa que me permitiriam estudar aspectos do processo de produção de jornalismo científico no principal telejornal da Empresa, a Gerente de Jornalismo Mayrluce Villela me apresentou à equipe de elaboração do referido produto televisivo. De imediato, às 10:30h da manhã do dia 23 de agosto de 2017, observei a dinâmica da reunião via vídeo conferência entre os jornalistas das praças de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e de São Luiz, no Maranhão. Logo em seguida, participava da habitual reunião de pauta das 11:00h, quando se define quais serão as principais reportagens do dia a compor o Repórter Brasil.

Nas duas reuniões não assumi a postura fria e racional que o método científico recomenda ao pesquisador diante do seu objeto de estudo. Muito pelo contrário, empolgado por participar com direito a voz de dois momentos de fundamental importância para a elaboração do telejornal, pensava e reagia diante dos acontecimentos a serem transformados em notícias como jornalista de formação, que um dia atuou no processo de produção de noticiários televisivos. Penso que talvez por ter me comportado desse jeito conseguira conquistar o respeito dos profissionais presentes à reunião de pauta, que possivelmente podem ter me visto como a um igual. Dentre estes profissionais estavam a gerente de produção, Patrícia Paiva, e a editora-chefe do Repórter Brasil, Patrícia Maia, responsáveis em liderar produtores, repórteres, cinegrafistas, editores e apresentadores do telejornal com habilidade e respeito mútuo.

Durante três dias consecutivos circulei livremente enquanto pesquisador pelo ambiente jornalístico da TV Brasil, observando, tomando anotações e conversando com os envolvidos nas tarefas cotidianas de produção. Aquela foi uma oportunidade ímpar de acompanhar as práticas padronizadas e rotineiras com as quais os trabalhadores da televisão se municiavam para dar conta das atividades diárias, como o contato com as fontes de informação, marcação de entrevistas, elaboração de pautas, deslocamentos das equipes de repórteres e cinegrafistas, bem como a edição de matérias capturadas na noite anterior. No piso de fábrica da redação constatei que as atividades de elaboração do telejornal começavam ainda de madrugada, muito antes da reunião geral das 11:00h e se estendiam até a exibição do telejornal e sua posterior avaliação crítica, logo após das 20:30h.

Posteriormente, os dados reunidos na segunda viagem a Brasília foram analisados, organizados e transformados em texto. Dele os integrantes da banca de qualificação do doutorado em Comunicação da UFPE tomaram conhecimento em 22 de março de 2018. Ao

discente recomendaram o retorno a campo para estudar, sobremaneira, definições conceituais e trajetórias históricas da televisão pública brasileira, bem como investigar, com maior propriedade, as noções de Jornalismo Científico entre os profissionais da linha de produção da notícia do principal telejornal da TV Brasil.

Com esse intuito, depois de reunir recursos próprios visando custear uma estadia mais prolongada na capital do país, a oportunidade adequada se apresentou no período de 07 a 17 de maio de 2018, quando de forma definitiva empreendi mais uma viagem ao Distrito Federal em busca de reunir dados que pudessem consubstanciar a pesquisa com a qual havia me comprometido.

Na terceira viagem à Brasília mais uma vez o ingresso na TV Brasil foi viabilizado por meio dos funcionários lotados na Superintendência de Jornalismo da EBC. Ao retornar ao planalto central constatei surpreso que Mayrluce Villela já não mais fazia parte dos quadros da Empresa. A Gerência Executiva dos noticiários da TV Brasil, portanto, passara a ser comandada pela jornalista Adriana Mota, com larga experiência em televisão adquirida na Bahia, em São Paulo e na capital do país.

Encaminhado à nova gerente executiva da televisão fui identificado como pesquisador habilitado pela direção da Casa para investigar a produção de jornalismo sobre ciências no telejornal Repórter Brasil. Imediatamente fiz um relato histórico sobre o andamento da pesquisa até aquele momento e apresentei um planejamento dos próximos passos para os dias seguintes. Combinamos que poderia observar as rotinas e entrevistar as pessoas envolvidas com a elaboração do telejornal, desde que não tão próximo ao horário de fechamento da edição diária do produto televisivo.

No decorrer da semana por algumas vezes de longe notei que por detrás dos vidros da sala da Gerência diversas reuniões ocorriam em tom de gestos ríspidos. No grande salão da redação ninguém comentava abertamente sobre o teor tenso dessas conversas. Contudo, soube que se discutiam readequações de funções profissionais e práticas jornalísticas. A credencial que dispunha não permitia elucidar as situações de conflito.

Mesmo que as pessoas estivessem mais sérias e reticentes, contei com a gentileza e a colaboração da produtora Mônica Pedroso, da repórter Manuela Castro e do editor Lukas Kraus, que teceram considerações a respeito de como são abordados os acontecimentos e sua posterior transformação em reportagens de Jornalismo Científico no cotidiano da televisão. Também aproveitei aquele período para solicitar um encontro com o então Superintendente de Rede da EBC, Carlos Henrique Novis, a fim de saber como se estruturava e qual o espaço reservado às ciências na estratégia de programação geral da TV Brasil.

O memorial descritivo e a análise de dados que se seguem são o resultado da observação participativa, das anotações no caderno de campo e das entrevistas abertas coletadas na linha de produção industrial do telejornal Repórter Brasil, durante aqueles dias em que estive pesquisador na Empresa Brasil de Comunicação, em Brasília.

4.1 A ESTRATÉGIA DA PROGRAMAÇÃO

Na terceira etapa de ida ao campo em Brasília-DF para coletar dados sobre o processo de produção de jornalismo científico no Telejornal Repórter Brasil, uma entrevista fora solicitada ao superintendente de rede da TV Brasil, Carlos Henrique Novis, com o objetivo de efetuar investigações acerca do espaço concedido às ciências na grade de programação da emissora e a lógica do seu possível inter-relacionamento com outras atrações no decorrer do fluxo de exibição televisiva.

A entrevista foi aceita e concedida na tarde de 11 de maio de 2018. O que era para ser um encontro de 20 minutos se estendeu por mais de duas horas, muito pela personalidade expansiva e cordial de “Caíque” (era assim que todos o chamavam pelos corredores da EBC), que a cada palavra demonstrava entusiasmo pelo trabalho desempenhado. O superintendente trazia no currículo a condição de professor do Curso de Comunicação da Universidade de Brasília, funcionário concursado da Câmara dos Deputados e experiência acumulada na área de televisão desde a década de 1990, quando ajudou a implantar a MTV em São Paulo. À época da nossa troca de ideias a sua condição era de servidor público cedido à Empresa Brasil de Comunicação, onde ingressou no início de novembro de 2016 com o desafio de elaborar uma nova grade de programação e conquistar audiência para a TV Brasil.

Logo ao ser admitido na Empresa se deparou com dois dilemas: a guerra ideológica estabelecida entre os funcionários do setor e uma grade de programação que desconsiderava as principais características da audiência. A princípio, portanto, ele se viu compelido a distensionar as relações trabalhistas e por fim aos xingamentos e agressões reiteradas entre os que se identificavam com o partido político da presidente deposta, Dilma Rousseff, ou com o governo do recém-empossado presidente Michel Temer.

Em seguida, procurou corrigir as quedas de audiência provocadas por uma grade de programação que, no seu entender, estava equivocada principalmente por alterar a todo instante o horário de exibição estabelecido para as atrações televisivas, negligenciando o interesse do público telespectador principal da emissora, composto de um lado por crianças e adolescentes e por outro de adultos acima dos 50 anos. Ou seja, uma audiência constituída de

pessoas situadas em extremidades: umas estavam começando a assistir televisão e outras já tinha visto muita TV na vida. Para uma emissora com baixos índices de telespectadores este era um indicador de extrema importância que não poderia ser desprezado. Na concepção do superintendente era incabível trocar tudo, jogar fora a programação existente e transformar a TV Brasil, por exemplo, em “All News” ou somente especializada em esportes ou voltada apenas para a exibição de produtos culturais.

Para superar o problema conquistando maior espaço na mídia, ampliar a audiência, mostrar eficiência e se livrar da pecha de que a TV Brasil é a televisão “do traço”, a “TV do Lula” ou a “TV do Temer”, estruturou-se a grade de programação de forma a atender os possíveis gostos dos telespectadores de determinadas faixas horárias. Neste sentido três segmentos de públicos foram considerados estratégicos, privilegiando-se as faixas: infanto-juvenil, a de adultos interessados em notícias e a formada por apreciadores em geral de programas diversos ao longo da noite.

Conforme informações fornecidas pelo superintende, a nova programação nacional em vigor desde o final de fevereiro de 2018 se iniciava às 9:30h, com o telejornal Repórter Brasil, gerado pelo Rio de Janeiro. Das 10:00h até às 17:30h entrava no ar a TV Brasil Animada, com a exibição de desenhos, programas instrutivos e muita recreação destinados à audiência infanto-juvenil. Durante o transcorrer da manhã e da tarde também se recorria à inserção de seis a oito boletins informativos chamados de Notícias Agora, a cargo das equipes de Brasília e São Paulo.

A partir das 17:30h começava a sequência de atrações jornalísticas, cujo carro chefe era o programa “Sem Censura”, transmitido pelo Rio de Janeiro, seguido pelo “Corredores do Poder”, às 1800h, gerado a partir de Brasília. Logo depois, às 19:00h, tinha início o “Cenário Econômico”, feito pelos jornalistas de São Paulo e às 19:30h entrava na grade o esportivo “Stadium”, há 40 anos no ar, através do Rio de Janeiro. O principal telejornal da emissora, o Repórter Brasil, começada pontualmente às 20:00h transmitido dos estúdios da EBC em Brasília. Por fim, a revista eletrônica “Fique Ligado”, encerrava a sequência de jornalismo, das 20:30h às 21:15h, também sob a responsabilidade dos profissionais paulistas.

E no meio da noite, como ficou o roteiro da programação a partir das 21:15h? A sequência passou a ser composta às segundas-feiras com um programa de opinião, às terças com conhecimento, às quartas com diversidade, às quintas com aspectos da realidade brasileira, e às sextas-feiras com música, comportamento e teatro. A grade se renovou outra vez das 23:00h às 23:45h, com o que se passou a denominar “A TV de Todos os Brasis”, uma

tentativa de regionalizar a programação e transformar a TV Brasil numa plataforma de distribuição de conteúdos de várias televisões públicas do País.

Dessa forma, nessa faixa horária veio ocorrer a exibição às segundas-feiras o programa “Sou 60”, produzido pela Rede Minas; nas terças o “Viver Ciência”, produto da televisão da Universidade Federal de Goiás; nas quartas o “Na Direção Delas”, da TV Universitária de Pernambuco; nas quintas-feiras o “TVE Repórter”, da Televisão Educativa do Rio Grande do Sul; e nas sextas o “Soterópolis”, elaborado pela TVE da Bahia.

Ao se buscar saber qual o espaço dado às ciências na grade de programação da TV Brasil, observou-se que a noite das às terças-feiras eram preenchidas em primeiro lugar pelo programa “Futurando”, uma produção do canal estatal alemão Deutsche Welle. A atração se caracteriza por abordar o desenvolvimento de pesquisas científicas por toda a Europa e ainda por promover o diálogo com pesquisadores da Ásia e das Américas. O produto televisivo procede do continente europeu já narrado em português, diretamente dos estúdios da televisão situados na cidade de Bonn, na Alemanha.

Na sequência, após a perspectiva europeia das ciências sob a ótica do “Futurando”, notou-se a presença do enfoque nacional sobre o mesmo assunto por meio da abordagem brasileira do programa “Viver Ciência”, produzido pela TV Universitária da Federal de Goiás. O seu conteúdo tratava de inovações tecnológicas, do fazer cotidiano dos cientistas e da aplicabilidade do resultado de pesquisas desenvolvidas por aquela Universidade nos diversos segmentos da sociedade goiana. Segundo a opinião um tanto quanto apaixonada do professor Carlos Henrique Novis, às terças-feiras a TV Brasil se impunha como a única emissora de televisão do país a exibir programas sobre ciências no horário nobre.

Embora não perseguisse as prerrogativas da televisão comercial, ter audiência se fazia necessário, porém não a qualquer preço. Conforme o ponto de vista do Superintendente de Rede da TV Brasil, a violência, o “bullying”, programas que exploram a miséria alheia e que reiteradamente estimulam o consumo de produtos em geral, definitivamente não faziam parte da grade de programação da TV Brasil. A opção sempre foi por falar de fatos históricos, das descobertas científicas, da arte e das soluções para os problemas vividos pelas diferentes comunidades inseridas no país.

Baseando-se em dados de pesquisa de opinião restrita aos diretores da EBC, na fala do superintendente transpareceu que em determinadas horas da tarde e no adiantado da noite a programação da TV Brasil conseguia atrair audiência significativa, ficando à frente de várias outras redes de emissoras comerciais na pontuação do Ibope. Para ele, o maior cabedal que

uma estação pode ter é o trabalho sério e, nesse sentido, quando a televisão pública se sustenta sobre uma proposta consistente é uma iniciativa que dá certo.

4.2 OS VALORES DO TELEJORNAL

Conforme pesquisa do professor Itamar Aguiar, o telejornal Repórter Brasil, edição da noite, foi o primeiro produto genuíno lançado pouco depois da inauguração da TV Brasil, em dezembro de 2007. À época, a diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, definiu que o telejornal se guiaria pela cobertura dos fatos do cotidiano, sem brigar com os mesmos, para não favorecer ou criticar gratuitamente o governo eleito à frente do comando do país. Além disso, insistia que a elaboração do jornalismo da emissora estaria voltada para a compreensão dos acontecimentos a serem traduzidos em forma de notícias e que servisse muito mais ao propósito de informar do que espetacularizar as ocorrências do mundo da vida (AGUIAR, 2012).

Aproximadamente onze anos depois da primeira transmissão do Repórter Brasil, a equipe responsável pela elaboração do produto televisivo ainda compartilhava de aspectos do pensamento de Cruvinel. No entanto, em maio de 2018, mostrava-se muito mais consciente e segura quanto à condução das coberturas jornalísticas empreendidas pela televisão, uma vez que dispunha do Manual de Jornalismo da EBC, que lhes dava o estofo necessário para conduzir suas atividades práticas com qualidade e ética profissional.

Publicado em 2013, o Manual de Jornalismo que define a política editorial da EBC está subdividido em sete seções, cujos conteúdos e diretrizes se encontram esmiuçadas por meio dos seguintes tópicos:

1º Princípios, Valores, Objetivos e Diretrizes, onde se ressalta que “A busca da verdade, da precisão e da clareza, o respeito aos fatos, aos direitos humanos e à diversidade de opiniões são fundamentos da credibilidade, patrimônio maior da imprensa livre e da comunicação democrática” (BRASIL, 2013, p. 22).

2º Práticas jornalísticas – Referenciais e procedimentos. Aqui o Manual esclarece que “na sua relação com a sociedade o jornalismo da EBC mantêm vivas duas linhas de interação: o foco no cidadão – que tradicionalmente orienta a escolha e o tratamento das matérias – e o foco do cidadão” (BRASIL, 2013, p. 28). Ou seja, ao mesmo tempo em que se deve colocar no lugar do cidadão para pensar e elaborar suas reportagens, o jornalista também pode se servir cotidianamente das redes sociais para saber dos anseios e das indicações da população quanto à formulação de notícias com assuntos do seu interesse. O compromisso com a

qualidade técnica de imagens, textos, áudios e ilustrações fica patente no tópico, bem como as regras de respeito à privacidade da imagem pessoal e o cuidado redobrado com a apuração de denúncias.

3º Orientações Jornalísticas e Relações Estratégicas. Segundo o Documento, “O jornalismo da EBC deve empregar métodos lícitos, públicos e declarados para obter, editar e veicular informações” (BRASIL, 2013, p. 35). Nesse sentido, dentre outros aspectos, ao público se deve fornecer o maior número possível de indicações sobre a procedência das informações divulgadas nos noticiários, quem for criticado deve ter a chance de resposta e o equilíbrio dos telejornais repousa sempre no cuidado de se ouvir os principais envolvidos numa questão. O profissional que escolhe trabalhar na EBC tem que ter o espírito colaborativo e não se omitir quando puder melhorar um produto ou alertar a equipe de produção na prevenção de equívocos.

4º Parâmetros para a prática jornalística. De acordo com o Manual, “Na elaboração da pauta, o jornalista da EBC deve se empenhar na qualidade do que será veiculado, prescrevendo a pluralidade de fontes e de percepções, contextualização, diversidade e regionalismo” (BRASIL, 2013, p. 44). Durante as jornadas de trabalho, por regra, os jornalistas da EBC se identificam como tal, isto é, não adotam disfarces para obtenção de informações, nem câmeras ou microfones ocultos. A integração entre os membros da equipe é exigência indispensável para se produzir noticiários de qualidade.

5º Orientações para temas e situações específicas.

O jornalismo da EBC se empenha em capacitar seus profissionais [...] para informar corretamente a população sobre a produção científica brasileira e internacional e sobre as políticas públicas inerentes a essas atividades. Propicia visibilidade aos cientistas e aos resultados alcançados, sem aderir ao espetáculo e ao impacto desproporcional (BRASIL, 2013, p. 54).

Além da Ciência e Tecnologia, o Manual indica ainda como devem ser tratados os acontecimentos das áreas de Educação, Saúde, Política, Poderes Constituídos, Eleições, Ciência e Tecnologia. Além destes, Consumidor e Consumismo, Meio Ambiente, Cultura e Diversidade Cultural, Comunicação Social, Sociedade Civil e Movimentos Sociais Organizados, Esporte, Segurança Pública e Violência, Internacional, Direitos Humanos e Drogas.

6º Ética. Nesse tópico o Manual enfatiza que “o jornalista da EBC colhe informação tendo o interesse público como motivo e em nenhuma hipótese pode ser contaminado por ambições de outra natureza” (BRASIL, 2013, p. 71). Além disso, caso seja escalado para a

cobertura de um assunto que entre em conflito com seus interesses pessoais, deve notificar o seu superior imediato a fim de ser substituído na tarefa como forma de evitar danos à sua própria credibilidade e a do jornalismo da Empresa.

7º Estratégias para a Qualidade. Neste ponto o Manual frisa que os planos editoriais são “ferramentas de gestão e de viabilização da qualidade. Organizam o pensamento das redações, promovem sintonia interna entre os profissionais e se tornam parâmetros de clareza para o conjunto da empresa e a sociedade” (BRASIL, 2013, p. 75).

Além dos sete tópicos acima elencados, o Manual de Jornalismo da EBC traz como anexos a Declaração dos Direitos Humanos, a Constituição Federal de 1988, a Lei Nº 11.652 de 2008 (Lei de criação da EBC), o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher) e, por fim, a Declaração da UNESCO sobre as mídias.

No momento da coleta de dados presencial em Brasília, o Manual norteava as ações do time responsável pela produção do Repórter Brasil, edição da noite, composto naquela oportunidade pela Gerente Executiva – Adriana Mota, Gerente de Redação – Patrícia Paiva, Gerente de Telejornais e Editora-Chefe – Patrícia Maia, Editor-Executivo – Ednei Freitas, e pelos Apresentadores – Katiuscia Neri e Pedro Pontes. A eles se somavam dois repórteres, seis editores de texto (Internacional, Praças, Redes, Assuntos de Brasília) e quatro editores de imagem.

Baseados, portanto, nas diretrizes que definiam a política editorial da EBC, para cada edição do Repórter Brasil que colocavam no ar todas as semanas, de segunda-feira a sábado às 20:00h, eles tentavam construir o jornalismo que se guia pela busca da verdade contida nos fatos, pela precisão na apuração dos acontecimentos e clareza da transmissão de notícias.

A esses compromissos adicionavam a escolha por coberturas que privilegiassem temas cidadãos de interesse público, batiam-se pela imparcialidade e isenção dos jornalistas ao longo de todo o processo de produção da notícia, defendiam a expressividade do contraditório e lutavam para garantir a palavra a todos os atores envolvidos em questões plurais, uma vez que consideravam a sociedade brasileira como uma entidade multifacetada, formada por grupos diversos que defendem interesses muito particulares.

A seguir, o modo distinto de exercitar o processo de produção jornalístico do Repórter Brasil será abordado para melhor apreciação, enfocando-se os hábitos cotidianos, as rotinas de trabalho, os receios, os ideais, as crenças e as relações interpessoais que tipificam o comportamento dos produtores do telejornal noturno da TV Brasil.

4.3 A TESSITURA DA REDE DO REPÓRTER BRASIL

É cedo, muito cedo em Brasília-DF, quando começa a ser tecida a rede que reúne pessoas, máquinas e acontecimentos em torno do processo de produção do telejornal “Repórter Brasil”, da emissora pública TV Brasil, levado ao ar pontualmente às 20:00h.

Rotineiramente o início da tessitura fica por conta das mãos habilidosas da gerente de redação do programa televisivo, que aos primeiros raios de sol acorda em casa e imediatamente acessa o telefone celular conectado à internet e dotado de inúmeros aplicativos grupais de comunicação, próprios à popularmente conhecida “rede social”.

Manuseado quase que por instinto, o aparelho lhe conduz rapidamente aos títulos do noticiário contido nos portais dos grandes jornais e de agências noticiosas, que estampam os seus destaques locais, do país e do mundo. Do mesmo modo, o “smartfone” permite checar informações enviadas ao longo da noite por profissionais de assessorias de imprensa localizadas, por exemplo, na Presidência da República, nos ministérios, Senado, Câmara de Deputados e em diversos órgãos e empresas que gravitam em torno dos poderes político e econômico que permeiam a cidade.

Logo em seguida, o contato flui em direção aos colegas da própria TV Brasil na Capital Federal e nas praças de São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ e São Luís-MA, que compõem a emissora. Entre si compartilham impressões sobre as ocorrências mais relevantes do começo do dia, que possivelmente poderão ganhar sobrevida e projeção jornalística nacional através do “Repórter Brasil”, logo mais à noite.

Em meio ao café da manhã, entremeado por olhadelas nos telejornais matutinos, e ao levar os filhos para a escola, percurso sintonizado nos noticiários do rádio do carro, a gerente de redação da TV Brasil tenta buscar o equilíbrio entre o bombardeio múltiplo de notícias e as suas obrigações maternas. Consciente de dar o melhor de si ao cuidar de suas crianças, no entanto, ato contíguo, não deixa de perceber e selecionar acontecimentos a serem investigados de acordo com a proposta noticiosa criteriosamente estabelecida para o telejornal noturno da televisão.

Para viabilizar a ação produtiva, agora já prestes a adentrar a academia de ginástica ou a fazer compras para a manutenção da família, dispara orientações de comando a auxiliares por meio do aplicativo “WhatsApp”, com o intuito de mobilizar entrevistados e especialistas, checar a qualidade de equipamentos técnicos e deslocar repórteres e cinegrafistas pelos pontos nevrálgicos de Brasília e das praças do Nordeste e do Sudeste, onde rotineiramente pululam e se confirmam acontecimentos atuais.

Assim, no afã de dominar a sucessão do tempo no início da manhã entre a vida pessoal e a do trabalho, extraordinariamente cerze a construção de pautas, notas e reportagens, cuja viabilidade e aproveitamento serão confirmados ou não na reunião das 11:00h com a editora-chefe do Repórter Brasil e todo o seu time de colaboradores. Para ela, essa é uma rotina normal e inerente à sua profissão nas primeiras horas do dia, muito semelhante à de milhares de outros jornalistas espalhados por todo o país.

Para tentar compreender o comportamento da gerente de redação dos noticiários da TV Brasil, que no seu cotidiano alterna atividades pessoais e obrigações profissionais antes mesmo de chegar ao seu local de trabalho, é preciso que se dê atenção para os imperativos da periodicidade e as atribuições concernentes à ocupação de cargos de promoção profissional, que pontuam o processo de produção jornalístico em grandes veículos de comunicação.

Periodicidade significa um recorte de tempo delimitado em que um jornal, uma revista ou um telejornal reaparecem constantemente ao público com uma mesma identidade visual, mas sempre com uma nova elaboração de conteúdo. Segundo Otto Groth (2011, p. 165), “Sobretudo por causa da periodicidade [...] a atividade jornalística [...] todo dia se interrompe, todo dia precisa começar de novo”, e nessa lida a forma de viver e trabalhar do jornalista é fortemente marcada pelos ciclos de construção do produto jornalístico.

Além disso, conforme ainda definido por Groth (2011, p. 165):

[...] a lei da periodicidade domina toda a construção do empreendimento e a sua aparelhagem de produção, tempo, intensidade, divisão do trabalho, número, composição, ocupação das máquinas, como também todo o ritmo da empresa e seu pessoal. [...] a periodicidade torna possível instruir o público continuamente [...] em qualquer medida e momento do tempo, que tanto são exigidos pelos acontecimentos como também [...] pelas necessidades e costumes do leitor.

Portanto, a periodicidade exige a quem milita no processo de produção da notícia um compromisso maior com aquele fazer profissional. Às vezes, pede também que desempenhe múltiplas funções em turnos de trabalho seguidos para cumprir com a missão de colocar o telejornal ou notícias extraordinárias no ar, como ocorrido repetidamente com a gerente de redação e sua equipe de profissionais na TV Brasil. Sobre essa particularidade, é ela mesma quem explica como isso ocorre:

[...] Ontem eu saí da redação às sete da noite discutindo. Se a reforma política for votada ainda hoje, a gente vai entrar “ao vivo” depois do jornal na programação? Esse é o meu problema, porque vou ter que pedir para pagar hora extra para os funcionários, vou ter que negociar cortes na programação, enfim, esse é o meu trabalho [...] (PAIVA, 2018).

No trato com os colegas para produzir conteúdo extra e alterar a programação normal da emissora, a gerente de redação encontra alguns percalços. Porque se no ambiente jornalístico há os que se apresentam voluntariamente para ficar até tarde da noite ou varar a madrugada por conta da divulgação de notícias, também existem aqueles que se recusam a ir além do horário de trabalho estabelecido pela direção da televisão. Com os últimos, quando a empresa precisa, a negociação se arrasta caso a caso, com promessas de compensação a serem usufruídas em outras oportunidades.

Nesse aspecto, é de se ressaltar que a TV Brasil é uma empresa mantida pelo Governo Federal, onde as leis e os direitos trabalhistas estão muito claros para os servidores que ingressam na televisão via concurso público. Este pormenor assegura ao funcionário a estabilidade no emprego e o exercício de suas funções com tranquilidade. Além disso, permite-lhe recusar o desempenho de atividades extras sem sofrer qualquer punição, como se supõe mais factíveis nas televisões comerciais. Porém, vale a pena lembrar que “toda pessoa da mídia, por salário ou por outras recompensas, sempre tem um patrão, senão vários; toda pessoa da mídia sabe que pode ser substituída” (DEBORD, 1997, p. 179).

Como se sabe, por força dos constrangimentos organizacionais impostos por meio dos cortes de despesas estabelecidos pelos gestores do Estado brasileiro sobre todos os órgãos federais em 2017 e 2018, na TV Brasil ficou extremamente burocrático o processo de pagamento de horas extras de trabalho por meio de remuneração salarial. Transforma-las em dias de folga tem sido a alternativa encontrada para convencer os funcionários da emissora a ficar na televisão por mais algum tempo depois do seu turno normal de serviço, mesmo que seja um exercício árduo contornar as imposições do ponto eletrônico instalado na portaria da Empresa Brasil de Comunicação.

Contudo, apesar de empecilhos desse tipo, a dedicação dos jornalistas que se realizam profissionalmente ao fazer parte do processo de produção de notícias numa emissora de televisão com alcance nacional, pode levar os diretores da empresa a se perguntarem: “como recompensar os profissionais pelo extraordinário desempenho de uma tarefa profissional?” (SOLOSKI, 1999, p. 98).

Defende-se que para estimular os jornalistas no desempenho de suas funções, a direção dos veículos de comunicação em geral tem sido forçada a os promover de dois modos: via cargos de diretoria ou através da ascensão profissional (SOLOSKY, 1999).

A promoção via ocupação de cargos de direção é o máximo de sucesso obtido no interior da organização jornalística: os trabalhadores muito bem sucedidos são convidados a integrar a hierarquia de comando da equipe executiva. Já o crescimento pelo caminho da

escalada profissional possibilita melhores salários para os jornalistas e poder de comando na condução do trabalho dos colegas sem, no entanto, aumentar suas responsabilidades naquelas decisões cabíveis apenas à direção da empresa (SOLOSKI, 1999).

Verifica-se, portanto, que as funções desempenhadas pela gerente de redação dos noticiários da TV Brasil se enquadram no primeiro tipo de promoção profissional estabelecido nos ambientes jornalísticos. Entretanto, sabe-se que a distinção é provisória, a substituição poderá ocorrer por diversos motivos e que, continuamente, é preciso delegar poderes e criar novos quadros de profissionais aptos ao comando para conduzir a construção do telejornal com qualidade semelhante ou até mesmo melhor.

Todavia, sem dúvida, reconhece-se que o convite para ocupar o cargo de gerência de noticiários é um incentivo valioso, um jeito de conquistar a lealdade da profissional e, por conseguinte, dos membros de sua equipe de colaboradores. Talvez assim se compreenda e justifique porque desde cedo, muito cedo em Brasília, diariamente eles se empenham em manter a linha de produção industrial da notícia dentro de rígidos ciclos de periodicidade, conforme exigido pelas especificidades do telejornal “Repórter Brasil”.

4.4 O COTIDIANO DOS BASTidores DO TELEJORNAL

O ambiente de trabalho onde o “Repórter Brasil” é diariamente produzido fica localizado no subsolo de um imenso prédio comercial no Setor Comercial Sul, no edifício Venâncio 2000, proximidades do Eixo Central de Brasília. Nos turnos da manhã e da tarde o salão é povoado por mais de cem jornalistas, que se dedicam a elaborar produtos noticiosos para segmentos diversos da EBC. Ali, naquele espaço, diariamente se reúnem, por exemplo, o pessoal da Agência Brasil, a turma da Rádio Nacional de Brasília e os times dos vários noticiários que compõem a programação da TV Brasil.

De segunda-feira a sábado, como de hábito, a editora-chefe do Repórter Brasil chega ao local, denominado pelo jargão jornalístico de “redação”, por volta das 10:00h. Geralmente no meio da manhã o burburinho dos jornalistas ao manusear os teclados dos computadores, falar ao telefone e trocar informações entre si indicam que a produção de notícias fervilha num ritmo acelerado. Como sempre faz, ela pendura a bolsa no encosto da poltrona, cumprimenta alguns colegas mais próximos à sua mesa de trabalho e acessa o “e-news”, programa instalado no sistema de internet digital em rede, disponível para todos os integrantes de sua equipe.

Ao rolar a tela aparecem sugestões de acontecimentos que podem ser transformados em notícias e compor o telejornal daquele dia. Conforme definição dos pesquisadores Felipe Pontes e Gislene Silva,

Em geral, o acontecimento costuma ser compreendido como uma ruptura, uma descontinuidade que redireciona uma dada história, seja ela fictícia ou referenciada no real. No caso do jornalismo, a noção mais utilizada de acontecimento está intrinsecamente ligada aos fatos que acontecem na realidade. O acontecimento, como usualmente compreendido no pensamento jornalístico, estaria fora do texto, ficando, portanto, na relação entre os fatos e suas consequências diretas sobre a vida em determinada sociedade (PONTES; SILVA, 2010, p. 51).

Assim, além dos acontecimentos sugeridos que requerem cobertura jornalística, o “e-news” também traz relatório das providências que já foram tomadas quanto ao deslocamento de cinegrafistas e repórteres; contato com entrevistados; horário e local de gravação de entrevistas; e, quando é o caso, a hora marcada para abertura de “link” com o satélite por causa de transmissões “ao vivo”. Com a gerente de redação a editora do telejornal tira dúvidas e confirma o andamento de algumas dessas atividades, em busca de ter certeza sobre com que tipo de material vai poder realmente contar, a fim de fazer a primeira retranca e estruturar a distribuição de conteúdo nos blocos do “Repórter Brasil”.

Em seguida, as duas se dirigem a uma sala anexa à “redação” para encontro via teleconferência com os coordenadores de jornalismo das praças de São Paulo, Rio de Janeiro e São Luís, no Maranhão, onde estão instaladas as sucursais da TV Brasil. Com eles trocam ideias e cobram a entrega de matérias que foram sugeridas e acordadas pelos coordenadores no dia anterior, na reunião das 16:00h. Além dessas providências, procuram saber se dispõem de pessoal, equipamentos e transporte livres ao longo do dia, para que repercutam nas respectivas praças alguns dos assuntos relevantes contidos na primeira retranca do telejornal.

Vencida essa etapa, é hora da reunião das 11:00h. Para o evento são chamados todos os profissionais envolvidos com a produção do telejornal que estejam na redação naquele momento. Pauteiros, repórteres, chefes de reportagem, editores de texto e de imagens, o pessoal da arte, da técnica e os apresentadores do Repórter Brasil. De início, a editora-chefe e a gerente de redação informam detalhes dos principais assuntos do dia a serem transformados em notícias, assim como deixam claro qual a contribuição que os colegas das sucursais podem dar para a equipe.

A partir desse instante, a livre participação de cada um dos profissionais começa a surgir: o registro de acontecimentos inesperados e recém-chegados à redação são postos à mesa; ilustrações são sugeridas para cobrir o texto de determinadas reportagens; alguém se

recorda de imagens de arquivo que poderiam cobrir assuntos que até então ficariam restritos ao formato de notas; o número do telefone ou o endereço eletrônico de contato do entrevistado indispensável para dar continuidade a uma matéria finalmente aparece; enfim, diversos encaminhamentos são instituídos com o intuito de solucionar impasses surgidos na linha de produção da notícia e melhorar a paginação do telejornal.

Ao término da reunião, de certa forma as tarefas da jornada de trabalho estão amadurecidas, divididas e todos sabem como proceder para tentar deixar o telejornal pronto no horário previamente estabelecido. Muito embora diversas precauções sejam tomadas para produzir o “Repórter Brasil” com cadência e tranquilidade, em Brasília, por ser o centro político do país, é habitual que um ou mais acontecimentos imprevistos de grande repercussão surjam e surpreendam o planejamento de trabalho até então estabelecido. Aos membros da linha de produção da notícia não resta nada a fazer senão desprezar todo o roteiro anterior de construção do produto, agir depressa e abraçar o desafio de compor um novo telejornal muitas vezes em tempo exíguo.

Surpresas do acaso político à parte, ao iniciar sua labuta a editora-chefe sempre almeja atingir a maior universalidade possível de assuntos a serem tratados e exibidos pelo telejornal. Sobre esse propósito o professor Otto Groth (2011, p. 211) explica:

a universalidade [...] significa, na verdade, a capacidade e disponibilidade do jornal de mediar para os seus leitores tudo de todas as áreas da vida e da condição humana [...] a razão e a guia do agir jornalístico continua sendo sempre e em todo lugar suprir o leitor com tudo o que é do seu interesse, o que cai no círculo do mundo diante dele.

Dessa forma, é certo que a agenda do “Repórter Brasil” não nega e nem foge da abordagem dos fatos gerados pelos deputados e senadores do Congresso Nacional, das decisões tomadas nos Ministérios e, muito menos, dos rumos propostos ao país pela Presidência da República. Contudo, a editora chefe se esforça para estimular os colegas a desdobrar a atenção para outros temas que também são do interesse dos telespectadores. Dentre eles, transporte público, meio ambiente, higiene, esportes, saúde, projetos de educação, campanhas de vacinação, produção de alimentos e uma infinidade de outras ocorrências que digam respeito aos direitos cidadãos.

No que se refere à cobertura de acontecimentos oriundos das instituições acadêmicas e de pesquisadores das ciências, o telejornal se abre para que os especialistas expliquem ao público qual a importância daquilo que há tanto tempo é testado nos laboratórios e da aplicabilidade dos experimentos em favor da melhoria na qualidade de vida da população.

Pelo o que se conseguiu investigar, os assuntos relacionados às ciências normalmente não fazem parte do cotidiano de cobertura do “Repórter Brasil”, a não ser em circunstâncias específicas com alto grau de relevância, como quando do surgimento de inúmeros casos de microcefalia em bebês no Brasil, provocados pelo vírus da Zika.

Conscientes, sobretudo, de que o produto que geram é destinado a um país de território continental, os produtores estabelecem vínculos com a realidade de outros estados da Federação por intermédio de jornalistas de Televisões Universitárias, que semanalmente mandam contribuições para a TV Brasil. Notadamente por fazerem parte de uma televisão pública e terem a exata noção dos compromissos que essa condição acarreta, os produtores do telejornal dão privilégio também a assuntos oriundos de grupos minoritários, no intuito de estabelecer o debate em torno do combate ao racismo, de barrar as agressões às mulheres, de dirimir a homofobia, esclarecer os conflitos de terra, de resgatar a cultura indígena, ou seja, de sempre tentar mostrar a realidade e dar voz a essa parte da população brasileira, que o próprio preconceito trata como marginalizada.

Para que temas dessa natureza possam ser trabalhados com maior profundidade e dinamismo criativo, sempre que possível eles são distribuídos de acordo com o perfil ou especialidade de cada um dos profissionais que participam do processo de produção do Repórter Brasil. Porque dentre eles há quem prefira editar as matérias políticas com diversas sonoras que chegam de última hora à redação. Outros simpatizam com os acontecimentos da economia, do mundo das ciências ou das ocorrências que dizem respeito aos casos de investigação policial. Alguns são “experts” em arte, em esportes ou nos acontecimentos gerados pelos grupos minoritários. No entendimento da editora-chefe, contanto que as reportagens fiquem prontas até o limite imposto pelo “deadline”, no processo de produção do telejornal se leva em conta que o trabalho cotidiano também pode dar satisfação e prazer a quem o executa.

Todavia, mesmo que a pauta por vezes seja sugerida pelo mantenedor da televisão, no caso, o Governo Federal, indistintamente se recomenda aos membros da equipe que ao tratar qualquer tipo de assunto mais relevante sempre identifiquem com o máximo de clareza os fatos sobre os quais a matéria se refere. Além disso, que a estória a ser contada esteja calçada em informações institucionais e que obedeça a uma narrativa lógica com início, meio e fim.

Porém, mais importante do que tudo, que a matéria a ser transmitida apresente pontos de vista opostos numa mesma reportagem sobre qualquer tema. Mesmo que na redação não se teorize a respeito dessas recomendações, na verdade o que a todos os produtores do telejornal se indica é que no trabalho cotidiano usem como estratégia profissional os procedimentos

clássicos da objetividade do jornalismo, para que se poupem de constrangimentos na forma de erros, críticas, advertências e processos (TUCHMAN, 1999).

Nesse aspecto, somente por terem seguido alguns dos procedimentos da objetividade profissional da categoria é que os integrantes da equipe de produção do Repórter Brasil conseguiram superar suas diferenças e permanecer unidos quando da deposição da presidente Dilma Rousseff e ascensão do vice-presidente Michel Temer à Presidência da República, em agosto de 2016.

Na redação ainda recordam com algumas mágoas que aquele tempo foi de confronto ideológico no país e, como não poderia deixar de ser, entre os componentes da linha de produção do telejornal. Houve gritos, ameaças e bate-bocas. Houve reportagens de rua abordando manifestações políticas com o “sobe som” dos microfones intencionalmente vazados, destratando um ou outro presidente. O convívio pessoal ficou quase que insuportável na TV Brasil, que também vivia uma transição traumática no comando da presidência da EBC.

A solução encontrada para mitigar os conflitos e estabelecer a paz teve que ser testada a cada edição do Repórter Brasil: a todo instante a editora-chefe, a gerente de redação e a gerente executiva de jornalismo pregavam a determinação de que as notícias do telejornal só seriam transmitidas se contivessem o mesmo período de tempo e destaque semelhante para os políticos, autoridades diversas, especialistas e cidadãos de campos opostos, que dessem entrevistas sobre as questões políticas vividas pelo país.

Houve reportagens fora desse padrão que foram vetadas. Houve quem falasse em censura. Porém, a garantia da equidade, do equilíbrio e da pluralidade de vozes no noticiário arrefeceram os ânimos e, aos poucos, bem debagar, os produtores do telejornal se abstiveram das rusgas e dos discursos panfletários para voltarem a perseguir o ideal de fazer um jornalismo com o máximo possível de isenção e imparcialidade no ambiente redacional da televisão. A paz selada entre os gestores e produtores do Repórter Brasil também pode ser explicada quando se leva em conta alguns comportamentos próprios dos profissionais que atuam neste ramo da comunicação. Dentre eles, segundo Breed, é de se considerar que:

os jornalistas gostam do seu trabalho...todos cooperam agradavelmente numa atividade que respeitam: a busca da informação...a variedade de experiências, o testemunho pessoal de acontecimentos significantes e interessantes, ser o primeiro a saber, obter “informações secretas” negadas a leigos, conhecer e, por vezes, conviver com pessoas notáveis e célebres...os jornalistas estão próximos das grandes decisões sem terem que as tomar; tocam no poder sem serem responsáveis pela sua prática...por todas essas razões, sentem-se, por vezes, parte integrante de uma empresa em plena atividade” (BREED, 2016. p. 222).

No processo diário de construção do telejornal a editora-chefe sabe que na hora do fechamento do Repórter Brasil não pode entrar em desespero, sentir pânico e nem reclamar com os colegas de forma ríspida e com o tom de voz alterado. Esses detalhes de procedimento ela aprendeu ao longo de nove anos de serviços prestados à TV Brasil, onde ingressou através de concurso no seu primeiro emprego na condição de jornalista.

Com o passar dos anos, gradativamente, absorveu os elementos práticos de elaboração do telejornalismo, recorrendo às lembranças que trouxe da faculdade e com a leitura de muitos manuais. Além disso, contou com o auxílio de colegas mais experientes, que às vezes de forma rude ou com atitudes gentis lhe transmitiram o saber gnóstico composto por rituais de hierarquia específicos da profissão, que depois de um tempo possibilitam ao iniciante ser tratado como igual no exercício do jornalismo (PENA, 2005). Hoje ela faz parte de uma geração que se criou na TV pública e há algum tempo domina o conhecimento do que seja liderar a produção de um telejornal. Para ela, antes de tudo,

Liderar é trazer as pessoas para perto de si todos os dias. Saber lidar com as pessoas é muito difícil e isso mentalmente esgota mais do que as notícias que correm o tempo todo e não se tem como domá-las. Além disso, só se comanda bem ouvindo os membros do time. Na construção de um telejornal público, somam-se a essas pré-condições a oportunidade de ter um bom repórter para escrever um texto limpo e preciso; ter um bom editor que possa cobrir com maestria as passagens do texto com as melhores imagens colhidas pelo cinegrafista; aperfeiçoar o trabalho com efeitos na ilha de edição, dar tudo certo na parte técnica e na apresentação do telejornal (MAIA, 2018).

Ao final de cada edição do Repórter Brasil, a editora-chefe reúne a equipe e analisa criticamente o conteúdo, a apresentação e a qualidade técnica da transmissão. Ali, os elogios são feitos na presença de todos e as possíveis falhas abordadas de forma incisiva, porém com parcimônia e respeito. Aos autores dos erros de produção se incentiva que se desculpem com os colegas e busquem soluções plausíveis para que os descuidos não se repitam num próximo programa.

Ao dar as atividades do telejornal por encerradas, ela recolhe a bolsa do encosto da poltrona, veste um casaco para se proteger do leve frio da noite e se arruma com a intenção de ir embora. Entretanto, por breves minutos ainda permanece na redação para trocar impressões com alguns produtores sobre a estratégia de cobertura de assuntos em pauta a se desenrolar ao longo da noite, que, possivelmente, irão se transformar em notícias na edição do telejornal do dia seguinte. Esta rápida interlocução profissional se justifica porque eles sabem que na linha de produção industrial do telejornalismo a roda dos acontecimentos não para de girar.

4.5 AS CIÊNCIAS SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO DE PAUTAS

Os acontecimentos relacionados às ciências, tecnologias e inovações não são mais nem menos importantes que qualquer outro assunto quando da construção da edição noturna do Repórter Brasil. Entretanto, eles devem possuir forte carga de abrangência, ou seja, incidir ou ter impacto sobre a vida do maior número de pessoas habitantes de uma região, de um país e, quiçá, do mundo. Este é um dos critérios de noticiabilidade indispensáveis para que os acontecimentos ganhem cobertura e sejam transformados em notícias a compor o principal telejornal da TV Brasil.

Aqui se entende por noticiabilidade “o conjunto de critérios e operações [...] que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável” (TRAQUINA, 2005, p. 63). Tais critérios e operações são atribuições naturais à profissão dos jornalistas, condicionados pela organização midiática e relativos aos recursos disponíveis ao longo de todo o processo de produção do trabalho jornalístico (WOLF, 2008).

Nos casos em que tais fatores entram em sintonia com a possibilidade de planejamento das ações e ainda se soma aos interesses internos e externos da EBC, é possível verificar a elaboração de diversas reportagens e a presença maciça de especialistas e pesquisadores não só no telejornal em estudo, como nos vários noticiários da TV Brasil. Foi assim, por exemplo, ao entorno do Fórum Internacional pelo “Dia Mundial da Água”, entre os dias 18 a 23 de março de 2018, em Brasília, quando por quase cinco meses a grade de programação da emissora transmitiu mais de 60 matérias sobre o assunto.

A estratégia de cobertura teve início no ano anterior. Os representantes da Agência Nacional das Águas (ANA) procuraram os gerentes de jornalismo da TV Brasil, solicitando ampla e específica cobertura do Fórum ao tempo que ofereciam condições de mobilidade para a concretização da tarefa. Eles não pautaram ou impuseram os assuntos a serem cobertos pelos jornalistas, mas deram sugestões para o encaminhamento de possíveis reportagens. O evento já houvera sido promovido em outros países e aquela era a oitava vez que ocorria no território nacional. A longa jornada telejornalística foi iniciada em dezembro de 2017 e estendeu até abril de 2018.

Durante a terceira estadia da pesquisa no Distrito Federal, quem se reportou a detalhes do trabalho foi a chefe de produção de pautas, Mônica Pedroso, jornalista de personalidade reflexiva, analítica e criteriosa. Diante das perspectivas de cobertura do Fórum Internacional pelo Dia Mundial da Água ela colaborou intensamente para que o planejamento do noticiário

envolvesse profissionais de diversos veículos da EBC, nas praças de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão.

Pedroso recorda que uma central de produção fora montada na sede da Empresa, na qual se elaboravam as pautas e estabelecia a logística para que funcionários e equipamentos fossem mobilizados na abertura de “links”, que possibilissem a entrada dos repórteres no ar “ao vivo” no decorrer da programação da TV Brasil. Da central também partiam orientações aos cinegrafistas para que capturassem as melhores imagens dos acontecimentos relativos ao tema do Fórum. O material produzido foi exibido com destaque no telejornal Repórter Brasil, nos noticiários das rádios da EBC, no canal de televisão NBR e publicado no portal eletrônico da Agência Brasil.

O conteúdo das reportagens trouxe questões diversas como, por exemplo, a ameaça da falta d’água e providências que os consumidores e agricultores poderiam tomar a fim de evitar o problema. Outra matéria tratou das técnicas da retirada do sal de fontes hídricas salobras para o consumo humano, mostrando cientistas que testaram a eficácia do processo por meio do uso da tecnologia. Nascentes de rios foram redescobertas em São Paulo, refazendo-se o trajeto percorrido pela água desde as estações de tratamento até a torneira da dona de casa.

Acrescente-se que para a elaboração dos conteúdos também foram entrevistados especialistas da UNESCO, cientistas da Universidade de Brasília e pesquisadores ligados a Instituições do eixo Rio/São Paulo. Além disso, buscou-se obter de autoridades como o presidente do país, do Supremo Tribunal Federal e da Procuradora Geral da República um posicionamento quanto às políticas de preservação dos reservatórios aquíferos brasileiros.

Todos esses ingredientes compuseram reportagens com duração média de dois minutos, nas quais se contavam histórias de forma didática com princípio, meio e fim. O noticiário era concebido e endereçado a um público amplo e difuso, cujo perfil não possuía identificação plena aos olhos dos jornalistas envolvidos na força-tarefa montada para cobrir o Fórum. Porém, mesmo que não soubessem ao certo quem eram os telespectadores, por que assistiam ao telejornal e o que dele concluíam (WOLTON, 1990), as matérias foram criteriosamente elaboradas levando em consideração que:

[...] a audiência é presumida no próprio processo de produção jornalística, ou seja, o “outro”, que compõe a cadeia interativa da atividade jornalística, não é só um personagem revestido de certas marcas de indicadores sociais, mas alguém construído na própria produção imaginária dos organizadores e enunciadores do discurso (VIZEU, 2006, p. 38).

Tal definição vem ao encontro do pensamento de Mônica Pedroso, chefe de produção de pautas do Repórter Brasil, quando define: preferia-se presumir que o trabalho voltado para as comemorações pelo Dia Mundial da Água era dirigido aos personagens fictícios “Dona Maria” e “Seu João”, símbolos de uma audiência adulta inserida num contexto próprio a um segmento social popular.

Seguindo a tipificação estabelecida e de acordo com o Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação para o ano de 2017, quando assinala para quem, onde e como o sinal da TV Brasil é endereçado, os personagens criados pela imaginação do conjunto dos produtores do telejornal eram cidadãos habitantes de rincões brasileiros desprovidos de televisão por assinatura, onde a programação aberta da TV Brasil é captada graças ao sinal distribuído pelas emissoras associadas à Rede Nacional de Televisões Públicas (RNTP), gerida pela EBC.

Aqui não se pode deixar de apontar uma discrepância entre o que os jornalistas da TV Brasil são e o público a que dizem se dirigir. Ou seja, apesar de definir que produziam um telejornal voltado para um público popular, provavelmente habitante dos subúrbios das grandes cidades ou de localidades de menor porte, o vocabulário, a aparência, o convívio urbano e a bagagem cultural dos integrantes da equipe de produção do Repórter Brasil em nada correspondem à tipificação de quem no mundo da vida se insere, por exemplo, num segmento social mais humilde e mora em lugares desprovidos de infraestrutura urbana, inclusive, de opções em sistemas de comunicação.

Conforme registrado no decorrer do trabalho de campo, os jornalistas entrevistados pelo presente pesquisador informaram morar em setores tradicionais de Brasília, possuir curso superior completo (alguns com pós-graduação), falar mais de uma língua, ter filhos estudando em escolas particulares, frequentar clubes recreativos e desfrutar do consumo de bens e serviços próprios a quem ocupa um lugar no que se poderia chamar de classe média.

Portanto, detentores de todos esses atributos e regalias culturais, como acreditar que faziam um telejornal destinado a “Dona Maria” e “Seu João” se a realidade do mundo em que vivem é substancialmente diferente da vida cotidiana dos personagens fictícios que criaram ao presumir o perfil da audiência? Mesmo que por uma espécie de convenção social o seu labor tenha se convertido institucionalmente na profissão daqueles que nos trazem o relato do que se passa no mundo (RODRIGO ALSINA, 2009), não seria este um sinal de prepotência exacerbada dos jornalistas, isto é, elaborar o noticiário para personagens de uma audiência presumida propondo, às vezes, soluções para a vida pessoas com as quais não se compartilha de perto o mundo cotidiano e nem se vivencia a real extensão dos seus problemas?

Considerando-se ainda que da prática do jornalismo resulta uma espécie de conhecimento situado, condicionado por e voltado para o contexto onde é produzido (MEDITSCH, 2012), o perfil da audiência presumida do Repórter Brasil não deveria se ajustar então à imagem dos diversos atores sociais ligados aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário instalados em Brasília, para os quais o processo de produção do telejornal dá prioridade de cobertura e aos acontecimentos factuais gerados por eles?

Considerações à parte, segundo Pedroso, para o mesmo presumido público de telespectadores formado por tipos como “Dona Maria” e “Seu João”, a equipe de produção do telejornal Repórter Brasil construiu várias outras reportagens a respeito de temas gerados na área das ciências, tecnologias e inovações. Dentre elas, a que abordou a incidência do vírus da Zika em mulheres grávidas que pariram filhos com microcefalia, principalmente na região Nordeste do país.

Neste caso, os jornalistas da sucursal de São Luiz trabalharam arduamente em cima de relatórios divulgados pelo Governo Federal; atuaram junto aos pesquisadores de Pernambuco, que apresentaram em tempo hábil resultados científicos para debelar o sofrimento dos enfermos; e mostraram mães com os seus filhos doentes, personagens que enriqueceram o noticiário com o sentimento de solidariedade humana.

Em outro momento, muito já se exibiu das Olimpíadas de Matemática ocorridas no país, quando na abordagem jornalística se tentou, por exemplo, debelar o preconceito de que as Ciências Exatas são coisa de meninos e não de meninas. Por sua vez, nas olimpíadas promovidas pelo Serviço Social da Indústria (SESI), já se deu destaque tanto para as atividades de robótica desenvolvidas por times de adolescentes que vão competir no exterior, quanto ao desafio do macarrão, no qual se criam cópias de arquitetura urbana utilizando a matéria prima.

Aeromodelismo com gaivotas de papel, tecnologias ligadas à acessibilidade em transportes públicos, aplicativos desenvolvidos para a comunicação de cegos e a observação científica de pássaros silvestres também serviram de mote para novas reportagens. Com o intuito de transformar cada um desses acontecimentos em matéria jornalística, os produtores do telejornal têm o hábito de entrevistar um professor ou cientista com seus orientandos, a fim de que possam executar as experiências, manusear os equipamentos tecnológicos e utilizar a palavra para discorrer sobre o assunto com propriedade intelectual.

Na linha de produção da notícia do Repórter Brasil se orienta, sempre, que o contato com os cientistas ou professores se dê por meio dos canais institucionais, isto é, que as assessorias de comunicação dos órgãos nos quais trabalham sejam acionadas para estabelecer

uma ponte de entendimento entre a televisão e o especialista a ser entrevistado. Porém, quando os encontros se repetem e possibilitam uma convivência relativamente constante entre eles, pesquisadores e jornalistas trocam números de telefones e endereços eletrônicos para engendrar interlocução sem intermediários.

Nessa interlocução que se estabelece, de acordo com a definição de Wolf (2008, p, 236),

Do ponto de vista da oportunidade e da conveniência do jornalista de servir-se de uma determinada fonte, a relação é centrada em alguns fatores correlacionados entre si e destinados sobretudo à eficiência, ou melhor, à necessidade de concluir um produto informativo dentro de um período fixo e intransponível, com meios limitados à disposição.

Dessa forma, quando os produtores do Repórter Brasil procuram reiteradamente um cientista com o qual já conviveram em outra ocasião, eles apostam na produtividade do especialista e confiam que a qualidade das informações prestadas será suficiente para a construção de uma reportagem que não se dispersará em busca de muitos desdobramentos e consultas a outros pesquisadores. Por outro lado, “fontes que cooperam com os jornalistas e os tratam com cordialidade provavelmente são usadas mais do que outras [...]” (*GANS apud WOLF, 2008*).

Assim, de acordo com a experiência adquirida ao longo dos anos, existem cientistas que respondem fácil ao convite dos produtores do Repórter Brasil. Pedroso frisa que são verdadeiros parceiros a socorrer a equipe de jornalistas naqueles momentos de desespero que antecedem o fechamento de uma edição do telejornal, ao ponto de receber em casa durante a noite a dupla formada por repórter e cinegrafista.

Por oferecer informações privilegiadas de modo sintético, fidedigno e muitas vezes ilustradas com vídeos ou fotografias das experiências e pesquisas que desenvolvem, tais cientistas aparecem constantemente nos telejornais como se fossem os únicos a saberem tratar de determinados temas. No jargão jornalístico esta aparição reiterada é denominada de “fontismo”, uma prática que se por um lado facilita a vida dos produtores televisivos, por outro empobrece a pluralidade de vozes e de reflexões sobre a realidade cotidiana no conteúdo do telejornal.

Em contraponto ao “fontismo”, Pedroso garante que ao montar a estratégia de aponte aos fatos científicos orienta os seus colaboradores da TV Brasil a não se prender apenas aos cientistas da Universidade de Brasília, instituição pública de acesso fácil para os produtores do telejornal, cujas pesquisas têm respaldo por todo o país. A procura de novos experimentos

e especialistas então se volta para faculdades particulares, notadamente para a Universidade Católica; em direção à unidade da Fiocruz do Distrito Federal; ou para o departamento de combate a AIDS e de outras epidemias do Ministério da Saúde.

Mesmo que aparentemente a conversão dos acontecimentos ligados às ciências em matérias jornalísticas pareça fluida e de fácil solução para a equipe do Repórter Brasil, por vezes o processo trava e encontra dificuldades de ser encaminhado. Especialmente quando se tem de abordar, resumir e moldar um assunto complexo ao tempo médio de dois minutos para uma reportagem prevista para entrar no telejornal dentro de instantes.

Foi assim, por exemplo, quando do desaparecimento e morte do estudante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Matheus Passareli, no início de maio de 2018. O estudante se declarava como uma pessoa não pertencente ao gênero binário, isto é, não se considerava nem homem e nem mulher, embora na Universidade se identificasse pelo codinome Matheusa Passareli. Conforme versão da polícia, ao sair surtado psicologicamente de uma festa no bairro do Encantado, despiu-se e fez arruaças no meio da rua em plena madrugada, quando se deparou com um grupo de traficantes que o executou, esquartejou e incinerou seus restos mortais.

Enquanto narrativa o crime em si se ajustaria a um dos modelos de relatos dos quais os jornalistas se apropriam para expor temas e conflitos de uma determinada sociedade, contando “histórias” que se repetem similares “de ano para ano ou mesmo de década para década” (TUCHMAN, 2016, p. 353). O diferencial no caso do desaparecimento e assassinato do estudante da UERJ se consubstanciava em explicar ao público o que seria a terminologia “gênero não binário” de forma ética e respeitosa à memória da vítima. Pesquisadores da área das Ciências Humanas foram mobilizados para definir o termo, mas ao final da reportagem Pedroso não se satisfez com a transparência do conteúdo da notícia.

Outro episódio de igual natureza se transformou em tabu na redação do Repórter Brasil. Na verdade o fato não conseguiu nem ser devidamente apurado, gravado em palavras e imagens e muito menos exibido ao público. A chefe de produção de pautas relembra que recebera uma informação polêmica envolvendo etnia de índios brasileiros, que com a morte sacrificava bebês malformados nascidos na tribo. Diversos catedráticos foram consultados, mas o que se ouvia era o apelo para que os produtores do telejornal abandonassem a ideia e não tratassesem de assunto tão delicado no curto espaço de tempo de uma reportagem.

Para acontecimentos de complexidade semelhante os editores dos noticiários da TV Brasil concordam que devam ser tratados pelos jornalistas do programa “Caminhos da Reportagem”, com uma hora de duração e exibido no horário nobre das 21:15h, todas as

quintas-feiras. Quando traz assuntos importantes relacionados às ciências, tecnologias e inovações o programa pode ser subdividido e condensado em até cinco reportagens padrão, a serem exibidas preferencialmente na edição noturna do Repórter Brasil, de segunda a sexta-feira.

Outro impedimento que restringe a inserção costumeira de acontecimentos ligados às ciências nas edições do Repórter Brasil diz respeito à própria concepção estratégica do telejornal. Declaradamente o produto televisivo é classificado como uma atração “Hard News”, isto é, um telejornal que não pode deixar de privilegiar as notícias altamente factuais e informativas oriundas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário instalados em Brasília. Notadamente às terças, quartas e quintas-feiras a Presidência da República, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal demandam atenção redobrada pelo volume de decisões cruciais que produzem para o destino da nação.

Portanto, assuntos referentes às ciências, tecnologias e inovações que não tragam no seu bojo a chancela oficial dos poderes instituídos no país ou o rótulo de urgentes/abrangentes podem receber a atenção dos produtores do Repórter Brasil apenas quando transcorrem às segundas, sextas-feiras e sábados. No recesso de final de ano das atividades do Congresso, do STF e das férias escolares o espaço do telejornal geralmente se abre um pouco mais para assuntos leves e diversos. Em contrapartida, no que diz respeito à elaboração de reportagens voltadas para o jornalismo científico, os produtores se deparam com uma dificuldade genuína nesta época do ano: a ausência de especialistas e pesquisadores de instituições acadêmicas na cidade, uma vez que rotineiramente viajam para um momento de lazer pessoal ou com a família.

Acionada com frequência por produtores de eventos, professores e estudantes interessados em expor as suas pesquisas e experiências através da TV Brasil, a chefe de produção de pautas Mônica Pedroso define um critério pessoal de escolha de temas. Alegando o caráter público da televisão em que trabalha, orienta a sua equipe de produtores a selecionar os temas universais, principalmente quando favorecem as comunidades e grupos minoritários que não têm espaço nas emissoras comerciais.

No caso de reportagens de jornalismo científico, some-se à importância dos temas a projeção do centro de pesquisa, do hospital ou da universidade responsáveis pelos experimentos merecedores de cobertura jornalística porque, conforme o seu ponto de vista, é muito complicado abordar as ciências sem esse respaldo institucional.

4.6 AS CIÊNCIAS NA SAGA VIVA DA REPORTAGEM

A proximidade da repórter Manuela Castro com a radiodifusão pública remonta ao ano de 2004, quando ainda era estudante e estagiou por alguns meses na Radiobrás. Depois de formada atuou na assessoria de imprensa do Serviço de Proteção ao Crédito/Brasil, órgão ligado à Confederação Nacional dos Diretores Lojistas; na TV Justiça e na TV Globo/Brasília, até conhecer o projeto, fazer concurso e ingressar na Empresa Brasil de Comunicação, em 2008.

Ao longo de 10 anos a profissional exerceu na EBC as funções de produtora, editora, apresentadora substituta de telejornais e repórter. Na sua concepção ela acredita que o noticiário da TV Brasil deve estar voltado para atender o interesse público e, justamente por isso, considera importante refletir sobre o conteúdo dos programas repassados à população em termos de educação e cultura sem que interesses adversos interfiram no processo de produção dos noticiários da emissora. Ou seja, no seu entender os produtores envolvidos com a TV pública devem se precaver contra o estímulo do consumo irrefreável de produtos em geral, da mesma forma como se mantenham distantes da pregação político partidária, que desvia o jornalismo dos seus propósitos de busca da verdade.

Particularmente interessada nos fatos correlacionados ao mundo das ciências, ao abordar acontecimentos inerentes a essa área Manuela reconhece que estrutura suas reportagens da mesma forma como se fora tratar de outro assunto, porém sempre leva em conta o desafio de traduzir com clareza os termos utilizados pelos cientistas para a linguagem coloquial jornalística. A preocupação com o conteúdo da narrativa baliza o intuito de tentar oferecer informações corretas e acessíveis ao público telespectador. Para que possa garantir a oferta, além de ter consciência da habilidade televisiva pessoal desenvolvida durante uma década sabe que pode contar com a parceria do time de produção da TV Brasil.

Assim, na lida diária ao sair para a vida cotidiana em busca de elementos a fim de compor suas reportagens, ela tem a certeza de que há muito o trabalho começou. E tudo teve início desde o primeiro momento em que no contato estabelecido pelos seus colegas de retaguarda com os assessores da instituição onde o pesquisador científico trabalha, o tema que motivou a elaboração da pauta foi amplamente amadurecido.

Entre si, muitas vezes, produtores e assessores já chegaram definiram nos bastidores, por exemplo, os cenários, as roupas e até mesmo a maneira correta com a qual o entrevistado deve se portar diante das câmeras. Habitualmente os profissionais encarregados das rotinas de produção na TV Brasil são estimulados a esmiuçar filigranas desses detalhes. Todavia, o

acaso às vezes irrompe com rebeldia contrariando a prática repetitiva e segura das ações padronizadas dos jornalistas, para impor o desenrolar de situações inesperadas à trajetória costumeiramente segura de elaboração da notícia.

Ao refletir sobre o surgimento do inesperado, que pode incidir, inclusive, nas relações interpessoais estabelecidas entre jornalistas e cientistas no decorrer de uma reportagem, Manuela Castro traz consigo experiência marcante vivida no interior de Goiás, onde produziu um programa de jornalismo científico em 2017, a respeito da incidência de uma doença rara conhecida por Xeroderma Pigmentoso.

Conforme esclarecido pela repórter, trata-se de uma doença de origem e transmissão genética, que deixa mais sensível a pele e os olhos das pessoas quando expostas à radiação ultravioleta do sol. As lesões provocadas no corpo dos portadores do gene recessivo podem degenerar em câncer, motivo da morte ou da inabilidade para o trabalho agropastoril de moradores do distrito de Recanto das Araras, município de Faina, situado a noroeste de Goiás, distante 210 quilômetros da capital Goiânia e a 510 quilômetros de Brasília-DF. À época em que o assunto foi tratado pela TV Brasil, dentre os cerca de 800 habitantes do local, 20 estavam acometidos do Xeroderma Pigmentoso, número considerado pelas autoridades em Saúde como a maior incidência mundial da doença num mesmo espaço territorial.

Manuela Castro não foi a primeira e nem a única jornalista a cobrir o acontecimento. A primazia do “furo” de reportagem coube a Renato Alves, repórter do Correio Brasiliense, que tomou conhecimento de ocorrências fora do comum em Araras, no período mais agudo de incidência da doença. Pessoas morriam e o trabalho de rastreamento de casos se dava através do grupo de cientistas da USP, numa comunidade que ainda se encontrava desprovida de qualquer ajuda governamental. A publicação da matéria causou grande repercussão junto aos membros do Ministério Público de Goiás, que chamaram a atenção da Justiça e passaram a reivindicar assistência para os moradores do povoado.

Conforme definido pelo pesquisador português Nelson Traquina, “mesmo quando não estão em contato direto, os jornalistas confiam fortemente no trabalho uns dos outros, como prática institucionalizada, para idéias de histórias e confirmação dos seus critérios noticiosos” (TRAQUINA, 2005, p. 27). Assim, seguindo essa máxima, diversos veículos de comunicação sediados em Brasília mergulharam no fluxo aberto pelo repórter do Correio Brasiliense, mobilizando equipes para cobrir o efeito nocivo do Xeroderma Pigmentoso em Araras. Diante da superexposição do assunto a TV Brasil não poderia se abster de tomar uma atitude.

Orientada pela editora do programa Caminhos da Reportagem, Manuela Castro e seu time de auxiliares saíram a campo durante um mês para fechar a atração televisiva. A

princípio, instruíram-se sobre o assunto em pauta por meio de reportagens já publicadas ou exibidas pelos jornais impressos, blogs e emissoras de televisão do Distrito Federal. Depois, leram relatórios de pesquisas científicas a respeito das características maléficas do Xeroderma Pigmentoso e, por fim, tomaram conhecimento do currículo e do trabalho desenvolvido pelos especialistas comandados pelo geneticista Carlos Menck, do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, que rastreavam a doença no Recanto das Araras desde 2010.

A equipe da TV Brasil ficou hospedada no povoado durante uma semana registrando imagens da localidade e da região circunvizinha, colhendo depoimentos dos moradores e promovendo rodadas intermináveis de entrevistas com os pesquisadores em ação. Especificamente com estes se soube: os cerca de 800 habitantes do local pertenciam a três ramos de famílias que celebravam união carnal entre si há muitos anos, ou seja, lá todos se conheciam, primos casavam com outros primos e assim, sem saber, propagavam o gene causador do Xeroderma Pigmentoso. Tal conclusão científica ficou comprovada depois de alguns anos de pesquisa árdua, quando foi procedido o mapeamento genético e levadas a laboratório amostras de tecidos humanos de todos os moradores da comunidade.

Com dados significativos em mãos, a reportagem rompeu o círculo ao entorno da localidade e foi desdobrada rumo a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Nestas cidades, os produtores do programa Caminhos da Reportagem mobilizaram gestores de entidades governamentais, especialistas de instituições de pesquisas e o povo em geral em busca de providências e sugestões a serem tomadas a favor daqueles brasileiros do interior do Brasil, ameaçados pela incidência da doença rara.

Tudo transcorria dentro das rotinas planejadas, até o momento da elaboração do texto em “off”, que serviria de base para a inclusão de imagens durante a edição da grande reportagem. Manuela relembra que redigira o texto original com reajustes por mais de três vezes e nunca ficava satisfeita com a tradução da terminologia científica para a linguagem televisiva. Pressionada pelo tempo exíguo de conclusão do trabalho, no desespero submeteu a redação do *off* ao crivo do cientista responsável pelas pesquisas sobre a incidência do Xeroderma Pigmentoso, mesmo sabendo que esta atitude comumente é reprovada pelos membros de sua categoria profissional. Afinal, “o jornalista não pode renunciar a ser ele mesmo quem estabelece o que é notícia já que se fosse o contrário, ele deixaria de exercer a sua profissão” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 228).

Apesar da deferência em permitir que o texto fosse lido com antecedência pelo cientista como forma de suprimir possíveis erros e melhorar a tradução, com ele não houve acordo. O especialista insistia que os termos metodológicos e científicos não poderiam ser

traduzidos para uma linguagem coloquial e só aceitava que fossem levados à apreciação do público como as ciências os denominavam.

Na verdade, a repórter pretendia explicar aos telespectadores que quando os raios ultravioletas do sol incidem sobre a pele de uma pessoa qualquer há uma mutação no gene que naturalmente se reconstitui. Entretanto, nos portadores do Xeroderma Pigmentoso tal reconstituição não ocorre, ficando passíveis de desenvolver chagas que podem se transformar em câncer todas as vezes que se expõem à luz do sol.

Segundo o pesquisador alemão Peter Peters, “diversos dos problemas na interação entre cientistas e jornalistas têm como raiz as diferenças culturais entre as duas profissões” (PETERS, 2005, p. 142). Cultura, neste caso, pode ser entendida como a reunião de sistemas de códigos, do conhecimento, das estruturas relevantes, das convenções, normas, valores e papéis compartilhados pelos integrantes de um dado segmento social.

Como forma de exemplificar um desencontro cultural corriqueiro entre cientistas e jornalistas, pode-se ilustrar a situação com o seguinte conflito de interesses: enquanto os cientistas sofrem pressão para manter a autonomia na condução de suas experiências e revisar os resultados de pesquisas entre seus pares, os jornalistas estão interessados em chamar a atenção do público para o trabalho dos pesquisadores, amplificando os resultados parciais dos estudos como se fossem definitivos, por intermédio da divulgação espetacular de notícias em linguagem do senso comum (PETERS, 2005).

De acordo com Peters, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos cientistas para se comunicar com o público leigo através da mídia, refere-se a buscar palavras simples e formular metáforas para exemplificar conceitos abstratos. Um discurso diferente daquele que normalmente usam junto a outros colegas pesquisadores:

Para a comunidade científica, a relevância de uma questão específica de pesquisa e as implicações de seus resultados são bastante claros. Quando apresentam artigos científicos, nos quais em geral legitimam a escolha que fizeram para o objeto de estudo e as abordagens metodológicas, os cientistas referem-se a problemas de pesquisa mais gerais, que estão no cerne de uma comunidade científica e que raramente são questionados. [...] No entanto, os relatos jornalísticos típicos sobre a pesquisa científica, especialmente quando são concebidos para uma audiência mais ampla do que apenas os interessados em ciências ou os leitores bem informados das revistas de ciência, abordam com mais detalhes as questões do porquê a pesquisa é realizada, quem a fez, qual seu significado e qual seu possível impacto (PETERS, 2005, p. 145).

Quanto à prerrogativa de se permitir que os cientistas tenham acesso ou não às matérias jornalísticas antes de sua publicação, trata-se de uma questão controversa, um jogo de poder entre a fonte de informação privilegiada e o jornalista. Diante do dilema, entre si eles

sempre procuram definir com grande determinação qual dos dois está se comunicando com o público por meio da mídia massiva e quem efetivamente se responsabiliza por isso, ou seja, qual a identidade daquele que está no comando (PETERS, 2005).

Nesta contenda, argumenta-se, por um lado, que os especialistas talvez queiram ter acesso antecipado ao texto das reportagens em que são citados, utilizando-se da mesma lógica de quando verificam as provas dos artigos de sua autoria a serem publicados nos periódicos acadêmicos. Por sua vez, os jornalistas podem considerar que ter acesso ao texto da reportagem antes de ser levada ao ar seja uma maneira de encorajar os especialistas a assumirem um papel mais ativo do que aquele reservado a uma simples fonte de informação. Enquanto dura o embate, os especialistas querem assumir o protagonismo de serem os seus próprios tradutores, porém os jornalistas acreditam que essa é uma atribuição que lhes cabe. (PETERS, 2005).

Todavia, por algumas vezes em situações muito especiais é possível verificar que:

os jornalistas permitem que os especialistas controlem a cobertura: eles podem lhes pedir que analisem as reportagens antes da publicação ou, até mesmo, podem convidá-los a escrever artigos para as seções de ciência. No entanto, quanto mais político e controverso o contexto, menos provável é a possibilidade de os jornalistas aceitarem que os cientistas tenham um papel tão ativo (PETERS, 2005, p. 159).

Reconectando-se, mais uma vez, ao relato da experiência vivida pela repórter da TV Brasil quanto à elaboração do texto sobre a incidência de uma doença rara numa pequena vila do interior de Goiás, depois de muito debater e buscar soluções com a editora do programa Caminhos da Reportagem, Manuela Castro preferiu suprimir a parte do *off* que se referia à linguagem científica sobre genoma no trato do Xeroderma Pigmentoso. Com isto se negava a entregar aos telespectadores uma informação preciosa por não poder bancar a tradução técnica por si só sem que a palavra do especialista respaldasse detalhes do assunto a ser levado ao ar.

Neste caso, podem-se considerar duas possibilidades que influenciaram este desfecho. Na primeira, o pesquisador não quis traduzir os termos científicos para a linguagem de senso comum por recear o julgamento dos seus colegas de vida acadêmica. Afinal, ele estava imerso numa comunidade formada por praticantes de uma especialidade científica restrita, instalada em uma das maiores universidades de pesquisas do país. Certamente que ao longo da carreira adquiriu qualificação profissional de destaque na área de genoma humano, absorvendo e produzindo literatura técnica padrão, cujas fronteiras normatizam e delimitam o seu objeto de estudo. No calor da elaboração da reportagem deve ter refletido que a tradução da linguagem genômica referente ao Xeroderma Pigmentoso para o entendimento de telespectadores

neófitos poderia gerar mal-entendidos e desacordos significativos entre os seus pares (KUHN, 2009).

Por seu turno, a jornalista deixou claro que duvidou da extensão da enciclopédia de informações da audiência presumida, representada pelos personagens fictícios “Dona Maria” e “Seu João”, que poderia não entender a terminologia usada pelos cientistas para explicar como se davam as transformações genéticas na epiderme dos habitantes do distrito de Recanto das Araras. Por pressentir a ameaça se tornar incompreendida, tomou a decisão unilateral de re-categorizar o texto da reportagem (RODRIGO ALSINA, 2009), optando por censurar os termos científicos a respeito das mutações que provocavam feridas cancerígenas na pele dos portadores da doença.

Apesar do lamento por ter mutilado sua criação, a repórter acreditava que por ter contado com uma hora disponível no programa Caminhos da Reportagem, o seu trabalho se constituiria como um dos mais minuciosos na abordagem das ocorrências em Saúde no distrito de Araras. Ela pensava também que se fosse para fazer uma matéria de dois minutos a ser veiculada no Repórter Brasil, nunca conseguiria repercutir a incidência do Xeroderma Pigmentoso, como foi feito, perante as autoridades do país cobrando providências; cotejando as informações disponíveis com a avaliação de outros especialistas e, principalmente, dando voz aos moradores do povoado, que solicitavam auxílio humanitário.

Na avaliação de Manuela Castro, fazer jornalismo científico é sempre desafiador porque as ciências se modificam, os estudos são renovados e aquele resultado de pesquisa que se mostrava sólido, imutável, de uma hora para outra encontra sua contradição por meio de uma simples ramificação do conhecimento que acabou de ser produzida e aprimorada por seres humanos, cobaias, e instrumentos técnicos no laboratório de uma universidade.

Por fim, a jornalista considera que divulgar os acontecimentos do mundo das ciências é uma responsabilidade social, uma vez que a população tem o direito de saber sobre os experimentos que podem modificar a sua vida. Adicione-se a essa visão o seguinte pormenor: afinal de contas é o povo quem paga, através dos impostos, os investimentos em pesquisas públicas feitas no Brasil.

4.7 A PERCEPÇÃO DAS CIÊNCIAS SOB A PERSPECTIVA DA EDIÇÃO DE TEXTOS

Ao tempo do curso em Comunicação/Jornalismo numa faculdade de São Paulo no final da década de 2000, o então estudante Lukas Kraus compartilhou das ideias e participou assiduamente dos eventos organizados pelo coletivo Intervozes. Ainda que não tenha atuado

na linha de frente da entidade, ele se considerava parte ativa do movimento que ganhou corpo na sociedade civil naquele momento, quando se empunhava a bandeira da democratização da comunicação e se batia pela implantação de uma emissora de televisão pública federal, que gerisse e formasse rede com as televisões educativas e universitárias espalhadas pelo país.

Pouco tempo depois da formatura o jornalista não teve dúvidas: saiu de São Paulo e foi para Brasília, onde fez concurso e ingressou na Empresa Brasil de Comunicação, em 2013. Na Empresa estatal trabalhou por oito meses na produção do programa *A Voz do Brasil* e, logo em seguida, como editor por outros seis meses no canal de televisão NBR, responsável pela cobertura das ações do Governo Federal. Ao participar de seleção interna da EBC, foi chamado para o posto de editor de texto da TV Brasil, mais especificamente para compor o time de profissionais do principal telejornal noturno da emissora.

Os ideais herdados do Intervozes e por todos os desafios que já ajudara a superar em termos de comunicação na EBC, serviram de referência para o editor argumentar que no terreno da TV pública o Governo Federal segue o que rege a Constituição de 1988. Ou seja, além de estar respaldado legalmente, desenvolve uma atividade que se iguala a de outros países do mundo, notadamente da Europa, continente no qual o percentual de emissoras públicas chega a 40% do espectro de transmissões televisivas.

Lukas Kraus pondera que a principal ameaça contra o conteúdo transmitido pela televisão pública mora na influência que o partido político provisoriamente no poder Executivo pode exercer, por exemplo, na elaboração do telejornal *Repórter Brasil*. A atração dura apenas 30 minutos e quando se dá muito espaço para os acontecimentos ligados ao governo, reduz-se o tempo para outros temas voltados para o interesse dos cidadãos. Para ele é de fundamental importância que na televisão pública se busque o equilíbrio de pautas, dando preferência àquelas relacionadas com o respeito aos Direitos Humanos, às questões das minorias e aos próprios horizontes da sua missão.

Quanto ao tratamento dos acontecimentos das ciências, tecnologias e inovações o editor de texto do *Repórter Brasil* lamenta que não se dê tanta importância à produção acadêmica da sua própria área de procedência, isto é, das Ciências Sociais Aplicadas e das Humanas. Não que os administradores, os historiadores, os sociólogos, os filósofos, os jornalistas e os cientistas políticos não sirvam para dar entrevistas quando a televisão busca explicações concisas para algum acontecimento de grande repercussão social da realidade cotidiana.

Muito pelo contrário, cada vez mais e mais especialistas dessas modalidades de conhecimento surgem nas telas das TVs, principalmente quando associam à sua imagem...

Uma consciência permanentemente tranquila, a ausência de dúvidas sobre a capacidade de dizer qualquer coisa sobre tudo, tom competente, muitas vezes alarmista e crítico a fim de provocar no público a sensação de pertencer a um conjunto mais lúcido e clarividente do que o comum dos mortais (WOLTON, 1990, p. 216).

Segundo as observações do editor do Repórter Brasil, os noticiários geralmente são mais generosos com a demonstração de experimentos das Ciências Exatas e da Saúde, notadamente quando apresentam resultados de pesquisas que trazem a possibilidade de benefícios palpáveis a serem disponibilizados de imediato para a população como um todo.

Além disso, no caso da TV Brasil, a cobertura jornalística fica concentrada no eixo Rio de Janeiro/São Paulo/Brasília não apenas por sediar em maior número os grandes laboratórios de empresas privadas e de universidades públicas do país, como também pela especificidade cômoda da EBC possuir nessas praças sucursais dotadas de equipamentos e equipes de jornalistas em prontidão.

Por dispor da mesma logística em São Luís, no Maranhão, os acontecimentos correlacionados às ciências ocorridos naquela cidade e em outras capitais nordestinas como Natal, Fortaleza e Recife, também gozam da possibilidade de obter um espaço maior nos telejornais da emissora.

Particularmente no que se refere ao seu ofício de editor de textos e imagens que compõem uma reportagem televisiva, Lukas Kraus pondera que nem sempre é possível mostrar no tempo exíguo de dois minutos que o resultado de uma pesquisa científica está associado a uma metodologia desenvolvida por uma rede de pessoas e equipamentos voltados para aquele fim.

Entretanto, para ele esse é o desafio diário ao qual se impõe nas “ilhas de edição”, ou seja, tentar estender o olhar sobre o máximo de informações colhidas pelos repórteres e cinegrafistas, com o intuito de iluminar os detalhes mais evidentes e compor uma história que se torne um produto palpável e de fácil compreensão para o telespectador em frente ao seu aparelho de televisão. Nesse processo, lembra que se faz indispensável pensar sobre qual é o público a ser beneficiado pelas ciências e a que classe social pertence, a fim de tornar a reportagem nítida, didática e de pronta assimilação.

Na parte que lhe cabe do processo de produção da notícia, Kraus atribui aos cientistas o total poder da palavra notadamente nas questões embrionárias quando, por exemplo, uma pesquisa desenvolvida por uma instituição de respaldo internacional está no começo, nos resultados iniciais. Neste caso, o espaço é dado aos especialistas sem grandes contestações, até porque os jornalistas ainda não tiveram acesso a dados sobressalentes, que lhes permitam

tecer maiores questionamentos sobre o assunto em questão. Para isso é preciso dar tempo ao tempo, ter acesso a estudos paralelos e entrevistar outros pesquisadores.

Por outro lado, ele acredita que é obrigação do jornalista se inteirar dos detalhes das ocorrências e questionar os cientistas todas às vezes quando a condução ou resultado de pesquisas científicas são contestados por outros grupos de especialistas da área, pela Justiça ou por segmentos da população que sofrem reveses no uso de uma vacina ou de um artefato tecnológico de qualquer natureza.

Contudo, diante do tempo sempre restrito e da urgência latente imposta pela cobertura telejornalística de acontecimentos factuais, o editor de textos do Repórter Brasil reconhece que resultados de pesquisas científicas provenientes de determinadas equipes da Universidade de São Paulo, da Universidade de Brasília, da Unicamp, da Fiocruz e da Universidade Federal de Minas Gerais são assiduamente transformados em pautas inquestionáveis e de grande relevância para o jornalismo sobre ciências na TV Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho considero que a percepção dos acontecimentos, o procedimento de coletas de dados junto às fontes de informação e a narração de notícias para a edição noturna do Repórter Brasil estão subordinados à concepção que desde o dia do lançamento e através dos anos norteou o processo cotidiano de produção do telejornal.

Ou seja, trata-se de um noticiário prioritariamente voltado para a cobertura jornalística de ocorrências com altíssimo grau de atualidade, geradas pelo comando e por outros membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário instalados em Brasília. O Repórter Brasil é pontualmente transmitido da capital do país às 20:00hs, no horário mais nobre do fluxo de programação da TV Brasil, principal emissora pública da Empresa Brasil de Comunicação, EBC, custeada pelo Estado.

Ao acreditar que o jornalismo produz uma espécie de conhecimento condicionado por e direcionado para o contexto onde a organização midiática se insere (MEDITSCH, 2012), considera-se ainda que a equipe de produção do telejornal também estende a atenção para o horizonte além de Brasília, buscando a universalidade dos acontecimentos do mundo da vida real ao entorno das cidades de São Paulo, São Luís e Rio de Janeiro, onde a EBC possui sucursais históricas de produção televisiva.

Porém, ressalta-se que em todos esses lugares para algum assunto gozar de tratamento jornalístico e garantir espaço de inclusão no Repórter Brasil deve conter aspectos abrangentes do interesse de um número significativo de pessoas e portar alguma chancela institucional. Estas condicionantes tanto valem para tratar de economia, política, esportes e mobilidade urbana, quanto de questões fundiárias, direitos trabalhistas, reivindicações populares e, particularmente, de assuntos correlacionados às ciências.

Neste caso específico, mesmo que alguns partidários da divulgação científica clássica almejem que as ciências obtenham um tratamento diferenciado por parte dos jornalistas, por associa-las ao poder que a humanidade conquistou ao dominar e colocar a natureza a seu serviço e dela extrair sua sobrevivência (TEIXEIRA, 2002), no processo de produção do Repórter Brasil elas não são consideradas nem mais nem menos importantes do que qualquer outro assunto.

No entanto, observou-se que cientistas das mais diversas áreas assiduamente são convidados a participar de reportagens e entrevistas, aportando explicações teóricas sobre temas urgentes em debate, analisando a aplicabilidade de resultados de pesquisas ou testando experimentos científicos defronte às câmeras de televisão.

Ao analisar a jornada diária de construção do telejornal, considera-se também que a equipe de produção do Repórter Brasil cada vez mais se apoia no uso de computadores e *smartfones* digitais para perceber os acontecimentos do cotidiano a serem transformados em notícias. Conectados à internet e dotados de aplicativos grupais de comunicação, tais como WhatsApp, Instagram, Facebook e Twitter, os aparelhos possibilitam o acesso imediato aos portais dos grandes veículos de mídia e aos endereços eletrônicos das inúmeras organizações que influenciam e determinam os rumos da vida nacional.

Por intermédio das máquinas os jornalistas viabilizam com rapidez e eficácia o contato com gestores instalados nos mais diversos escalões do poder e estabelecem uma troca de sintonia com os milhares de usuários das denominadas redes sociais, que por meio de assessorias de comunicação ou pessoalmente retroalimentam a atenção dos profissionais da redação jornalística para assuntos variados do seu mais legítimo interesse.

Nos tempos atuais, no saguão de produção do telejornal da TV Brasil nem se imagina que a figura lendária do rádio-escuta possa ter existido algum dia; os televisores não estão sintonizados nos canais de emissoras comerciais; e pouco se lê os exemplares de revistas e jornais de circulação nacional, amontoados em algum canto. Estes suportes de um passado recente, que serviam como fontes de referência onde se angariava novas informações a serem transformadas em notícias, já estão quase que inapelavelmente superados.

Muito embora reafirmem e trabalhem sob a égide dos princípios tradicionais que orientam a atividade jornalística industrial nos últimos dois séculos, tais como o compromisso ético com a busca de uma ideia de verdade associada à produção de conteúdos atuais no tempo presente (FRANCISCATO, 2014), os jornalistas, agora quase como que por instinto, lançam mão da tecnologia digital dos computadores para reconhecer dentre a avalanche de acontecimentos despejados a cada segundo nos seus terminais, aqueles que atendem às especificidades editoriais do Repórter Brasil.

Durante os períodos efetuados de observação participativa no ambiente jornalístico da TV Brasil, tornou-se possível identificar alguns momentos relevantes em que na televisão pública a percepção, o procedimento e a narração dos acontecimentos respeitam os valores estabelecidos em manual para a elaboração de conteúdos, obedecem às exigências do suporte televisivo e se apoiam na tecnologia da informática para construir o telejornal de acordo com os fundamentos tradicionais do jornalismo.

Um exemplo que merece destaque fica por conta de alguns aspectos da ação pessoal da gerente de produção do Repórter Brasil. Movida por obrigações trabalhistas, que lhe permitem o exercício de poder diferenciado perante aos colegas na hierarquia profissional da

televisão, desde muito cedo em sua residência, antes mesmo do início do horário oficial de trabalho, já atua em várias frentes para que o telejornal seja elaborado. Ainda em casa ela se informa pelo *smartfone* sobre os principais fatos contidos nos portais noticiosos e assessorias de imprensa, para em seguida disparar comandos de cobertura jornalísticas dos primeiros acontecimentos do dia, consciente do tempo sempre exíguo para que a periodicidade noturna do noticiário seja pontualmente respeitada.

À primeira vista, considera-se avassalador o poder da gerente de produção do Repórter Brasil em perceber e selecionar individualmente os acontecimentos merecedores de cobertura que vão compor o primeiro espelho da edição diária do telejornal. Porém, mesmo que desfrute do contato inicial com as principais ocorrências noticiosas do início da manhã e detenha a prerrogativa de orientar o rumo das primeiras reportagens, percebe-se que a todo instante negocia a assertiva de suas escolhas que dependem dos recursos operacionais disponibilizados pelos gestores da TV Brasil para a equipe de produção da atração televisiva; da anuência de seus superiores; da cumplicidade de profissionais do seu patamar hierárquico; assim como, notadamente, da aprovação da editora-chefe do produto televisivo.

Levando-se em conta que o telejornal é sempre o resultado da atitude marcadamente individual de cada jornalista somada à ação de um grupo de profissionais com habilidades complementares, nas investigações lavadas a termo pelo presente pesquisador se verificou que na redação da TV Brasil havia um acordo tácito celebrado entre os produtores do noticiário.

Dentre eles ficava estipulado o seguinte trato: mesmo que os acontecimentos com chances de inserção no Repórter Brasil tenham sido percebidos e selecionados por um único indivíduo reconhecidamente gabaritado pela direção da emissora ou escolhidos pelo consenso de superiores hierárquicos, necessariamente haveriam de passar pelo crivo do maior número de profissionais envolvidos com a produção do telejornal, durante a específica reunião de pauta das 11:00 horas.

Naquele encontro eles se obrigavam a rotineiramente averiguar a importância e a validade dos acontecimentos percebidos no início da manhã, assim como as providências de cobertura jornalística relativas aos fatos. Durante a reunião novas ocorrências emergiam para a análise do grupo, possibilitando discussões acirradas quanto ao o foco a ser perseguido durante o processo de produção das notícias, considerando-se sempre a inclusão de opiniões contrárias notadamente nas reportagens sobre política, bem como a inflexão do tempo fixado para o fechamento da edição do Repórter Brasil, cuja transmissão ocorria impreterivelmente às 20:00 horas.

Se alguns teóricos receiam que haja intervenção dos governantes transitórios do país na linha editorial das televisões públicas mantidas pelo Estado, durante as jornadas de ida a campo na TV Brasil em nenhum momento o pesquisador registrou a presença de qualquer representante do poder Executivo estranho aos quadros da Empresa Brasil de Comunicação, influindo na seleção dos acontecimentos dignos de cobertura jornalística ou vistoriando o ambiente de produção da emissora público/estatal.

Todavia, pode-se observar que na redação os chefes de jornalismo continuamente recordavam aos membros da equipe os constrangimentos organizacionais impostos pelo programa de contingenciamento de verbas do Governo Federal, impedindo grandes deslocamentos rodoviários, hospedagem em hotelaria e pagamento de horas extras para os jornalistas da televisão. Os fatores limitantes geralmente eram driblados por meio de parcerias estabelecidas com outros órgãos federais para a realização de reportagens em localidades distantes ou através da centralização da cobertura jornalística na sede em Brasília e nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e São Luís, onde a EBC mantinha unidades de telejornalismo.

Habitualmente nas reuniões de pauta recorriam aos profissionais de operações, de artes e aos editores de texto para que dessem manutenção constante aos equipamentos técnicos e incluíssem recursos gráficos, tratamento de imagens e refinamento textual inovadores na produção e edição das notícias que porventura fossem capturadas ao longo do dia. A partir deste entendimento, os produtores, repórteres e cinegrafistas entravam em campo para a coleta de informações audiovisuais com o intuito de proceder à elaboração do conteúdo do telejornal.

Quanto à condição específica que pode levar um acontecimento sobre ciências a ser percebido pelos produtores; transformado em notícia pelos repórteres, cinegrafistas e editores; e inserido pelo comando do telejornal na edição diária do Repórter Brasil, considera-se que repousava tão somente no seu grau de abrangência, ou seja, na capacidade que a sua ocorrência tem para romper com a normalidade temporal das coisas e das relações sociais, influindo na vida de um grande contingente de pessoas.

Quando a essa condição se soma o propósito dos gestores da EBC de desenvolver ações sócio organizacionais com instituições externas ou com outros órgãos do Governo Federal para cobrir eventos de grande interesse comunitário que, por exemplo, envolvam as ciências, os acontecimentos científicos e os especialistas podem ganhar notoriedade e passam a ocupar espaços generosos no telejornal e na programação da TV Brasil.

Foi o que se viu quando das comemorações em Brasília pelo Dia Mundial da Água, em março de 2018. Ocasião em que a TV Brasil, a Agência Nacional das Águas e a UNESCO partilharam do mesmo objetivo, custearam a logística de cobertura e viabilizaram por quase cinco meses a produção de um pouco mais de 60 reportagens sobre o tema.

No interior da redação da TV Brasil o pesquisador verificou que desde o nascedouro a percepção dos jornalistas relativa aos acontecimentos sobre ciências correlacionados às comemorações presumia a existência de um amplo e difuso público telespectador, para quem as notícias seriam didaticamente elaboradas. Na imaginação da equipe de produção do telejornal a audiência presumida estaria representada pelos personagens fictícios denominados de “Dona Maria” e “Seu João”, membros de uma suposta faixa etária adulta habitante de um contexto social popular.

Sobre este aspecto considero existir uma enorme diferença entre as condições de inserção social, experimentadas pelos os jornalistas da TV Brasil, em detrimento da situação de sobrevivência cotidiana dos personagens para os quais alegam elaborar o conteúdo do telejornal, mesmo que eles sejam o resultado de um exercício ilusório de construção fictícia. Consequentemente, raciocino que os profissionais da equipe de produção do Repórter Brasil não utilizam do vocabulário, não sabem dos problemas e nem conhecem o que traz alegria para as pessoas do mundo real, situadas no segmento social semelhante ao imaginado para os personagens de uma audiência presumida de telespectadores.

Reflito ainda que os jornalistas da televisão só notam e tomam conhecimento da realidade onde vive a audiência que presumem possuir, um tanto quanto distante do seu dia a dia, quando algum acontecimento de monta explode no campo ou na periferia das grandes cidades, atraindo a atenção genérica da imprensa. Outra possibilidade que pode levar os produtores do telejornal a perceberem os fatos ocorridos nas franjas da sociedade diz respeito à insistência com a qual os líderes comunitários se correspondem com a emissora por meio dos aplicativos das mídias digitais, requisitando cobertura jornalística para as problemáticas de uma existência cidadã.

Se realmente o conhecimento resultante do exercício do jornalismo é condicionado por e voltado para o contexto onde é produzido, considero um tanto quanto equivocada a ideia de que a audiência presumida do telejornal seja formada por contingentes de “Donas Marias” e “Seus Joões”, habitantes de um contexto social popular. Seria mais lógico supor que a identidade da audiência presumida do noticiário se ajustaria melhor aos estereótipos dos que exercem o mando ou gravitam em torno dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário,

instalados em Brasília, para os quais a equipe de produção do Repórter Brasil declaradamente estabeleceu prioridade de cobertura e aos acontecimentos factuais gerados por eles.

Porém, pondero que tanto os contingentes de tipos populares quanto os dos estereótipos que gravitam em torno do poder em Brasília poderiam se ajustar aos personagens de uma audiência presumida criada na imaginação dos jornalistas do Repórter Brasil. Levanto essa possibilidade porque penso que ao desconhecerem o número preciso e as múltiplas identidades dos telespectadores do telejornal, os jornalistas da TV Brasil produzem os noticiários para um modelo de plateia formada por indivíduos abstratos, idealizados em correspondência biúnivoca com a ideia de público cidadão para o qual se pede que a televisão pública crie conteúdos e atenda as expectativas.

Além disso, quando afirmam construir o conteúdo do telejornal para os personagens fictícios de “Dona Maria” e “Seu João”, elaborados enquanto representantes populares abstratos da audiência presumida do Repórter Brasil, percebe-se que na verdade os produtores da atração televisiva lançam mão deste artifício para despistar o seu próprio lugar de fala, encobrindo os valores culturais e profissionais do segmento social classe média ao qual pertencem.

Em outra vertente complementar do transcorrer da pesquisa foi verificado ainda que na prática diária de elaboração do Repórter Brasil a confecção de reportagens sobre assuntos referentes às ciências nem sempre cabem no tempo médio de dois minutos reservados para contar uma história linear com começo, meio e fim. Principalmente naquelas oportunidades em que pretende informar de maneira minuciosa o currículo do cientista, a metodologia referencial da pesquisa, bem como a repercussão e aplicabilidade dos resultados conquistados em laboratório junto a outros especialistas e diante da população em geral.

Na TV Brasil, quando a relevância do acontecimento científico requer que se extrapole o tempo padronizado para as notícias do telejornal a cobertura jornalística do experimento das ciências é negociada e desenvolvida em conjunto com os profissionais do programa Caminhos da Reportagem, que se caracteriza por ser uma atração televisiva semanal com uma hora de duração.

Aqui, pode-se citar como exemplo a grande reportagem que foi feita em alusão ao trabalho de mensuração genética dos transmissores que provocaram a incidência da doença conhecida por Xeroderma Pigmentoso, que se alastrou dentre os moradores do distrito de Recanto das Araras, no município de Faina, em Goiás. A mobilização dos jornalistas em torno do assunto se deu a partir dos primeiros resultados da pesquisa, quando se divulgou que a

dissipação da doença ocorria por transmissão genética. Além disso, os portadores do gene recessivo, quando expostos ao sol, desenvolviam feridas na pele que degeneravam em câncer.

Na elaboração do referido programa ocorreu outro fato digno de reflexão. No momento em que a repórter se deparou com dificuldades em traduzir a terminologia científica referente à genética e ao Xeroderma Pigmentoso, submeteu a escrita à leitura prévia do cientista condutor da pesquisa. Naquele instante rompia com um dos princípios basilares do Jornalismo: afinal, se cabe à outra pessoa redigir a notícia, qual o papel do profissional jornalista nesta empreitada? Ademais, “embora as fontes possam pretender mostrar o que é importante da informação que elas oferecem, será o jornalista, em último caso, quem terá de decidir onde está a notícia” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 228).

O embate estabelecido entre o cientista e a repórter ficou circunscrito quanto à tradução da terminologia científica. Durante o confronto, o primeiro se negou a transformar os termos específicos da literatura que escreve para os seus pares em expressões metafóricas de senso comum, das quais habitualmente a televisão lança mão para se comunicar com o público massivo. Imerso no paradigma de elite que regula as pesquisas sobre o genoma humano (KUHN, 2009), é possível que o cientista tenha receado as críticas desabonadoras de sua comunidade científica, que reiteradamente rejeita traduzir a nomenclatura específica dos estudos dos genes em palavreado coloquial midiático.

Por sua vez, a jornalista duvidou da extensão da enciclopédia de conhecimentos da audiência presumida, tratando-a como tábula rasa, por acreditar que não entenderia o caráter problemático e os termos ambíguos referentes às mutações genéticas ocorridas nas células dos portadores do Xeroderma Pigmentoso. Neste sentido, assumiu as consequências do exercício de suas prerrogativas profissionais que a habilitaram a censurar o texto em “off” e recategorizar sociocognitivamente o conteúdo da reportagem, de onde suprimiu parte da literatura científica que o pesquisador se recusou a traduzir, com o intuito de simplificar a informação para fazê-la chegar ao maior número possível de telespectadores (RODRIGO ALSINA, 2009).

Do contato estabelecido com os integrantes da linha de produção do Repórter Brasil o pesquisador percebeu que para eles o jornalismo científico é sempre um desafio porque as ciências são muitas, os estudos acadêmicos frequentemente se renovam e aqueles resultados de pesquisas aparentemente sólidos e imutáveis, a qualquer instante podem ser contraditos por meio de uma nova ramificação do conhecimento testada e aprovada em laboratório.

Notou também que quando cobrem acontecimentos embrionários relacionados às ciências, gerados pelos laboratórios de grandes organizações privadas ou provenientes de

certas equipes de universidades públicas de gabarito nacional/internacional, os profissionais da linha de produção do noticiário facultam o poder da palavra sem contestação aos cientistas responsáveis pela pesquisa em andamento. Ao proceder desse modo, contrariam uma das regras seminais indicadas pela profissão para a elaboração de uma boa reportagem, qual seja a de nunca se fiar apenas em uma fonte de informação para construir matérias jornalísticas.

Embora se reafirme que “a ciência e a tecnologia, no mundo moderno, [...] podem estar absolutamente contaminadas por vínculos de toda ordem” (BUENO, 2011, p. 59), a falta de cuidado em confrontar a informação prestada por um cientista com a de outro especialista da área é um vício de conduta imperdoável. Tal procedimento leviano ganha crítica irônica da jornalista Mônica Teixeira, quando aponta o motivo pelo que este equívoco ainda seja usual em muitas redações:

[...] ainda se dispensa o jornalismo sobre ciência de cumprir o mandamento que interdita a matéria feita a partir de uma única fonte porque entendemos que não há versões da verdade quando se trata de ciência [...] dado ser a ciência justamente o método mais perfeito desenvolvido pelo homem para a apreensão da verdade, sobretudo no mundo passível de ser tomado como objeto desse método. Não há contraditório na cobertura de ciência porque não há contraditório possível para a ciência, a não ser aquele que a própria ciência engendrará ao longo do tempo com a continuidade de aplicação do seu método (TEIXEIRA, 2002, p. 134).

Todavia, durante o processo de observação vivido no interior da TV Brasil também foi possível esclarecer que as informações provenientes de um cientista podem ser contraditas quando os jornalistas têm acesso a dados sobressalentes, permitindo-lhes problematizar os rumos do trabalho científico. Além disso, que a comparação com os estudos de outros pesquisadores ocorre sobretudo nas oportunidades em que o resultado e a aplicabilidade das pesquisas são contestados pela comunidade de especialistas no assunto; por investigações conduzidas pela Justiça; ou ainda por denúncias de segmentos da população prejudicados pelo uso de produtos e artefatos tecnológicos desenvolvidos por algum laboratório.

Conforme o entendimento da equipe de produtores do noticiário, a possibilidade de perceber e selecionar os acontecimentos do mundo das ciências; a capacidade de proceder corretamente para transformá-los em notícias; e, posteriormente, exibi-las com qualidade técnica por meio do telejornal para uma plateia massiva de telespectadores são etapas que fazem parte de uma mesma responsabilidade socioeducativa, perfeitamente adequada à missão da TV Brasil.

Ao voltar o olhar para os sinais introdutórios norteadores do presente texto, percebe-se agora na sua conclusão que se cumpriu a promessa contida no objetivo geral do trabalho de

identificar e analisar as possíveis conexões estabelecidas entre o processo de produção e a ocorrência de notícias sobre ciências no telejornal Repórter Brasil.

Considero que o feixe de condicionantes e os detalhes do modo como tais conexões se efetuam estão explícitos satisfatoriamente no decorrer da quarta seção da tese, mais especificamente ao longo dos tópicos “4.1 A estratégia da programação”, “4.2 Os valores do telejornal”, “4.3 A tessitura da rede do Repórter Brasil”, “4.4 O cotidiano dos bastidores do telejornal”, “4.5 As ciências sob a ótica da produção de pautas”, “4.6 As ciências na saga viva da reportagem” e “4.7 A percepção das ciências sob a perspectiva da edição de textos”.

As informações contidas nos subseções acima discriminados também serviram para confirmar a hipótese de que os profissionais envolvidos com a produção de notícias sobre ciências na TV Brasil seguem os trâmites tradicionais do jornalismo, observando-se adaptações ao suporte televisivo, às orientações de conteúdos próprias à televisão pública e às especificidades dos acontecimentos gerados pelas ciências.

As rotinas de produção exaustivamente debatidas nas reuniões de pauta; a busca por imagens inéditas a fim de ilustrar o texto em “off” de reportagens direcionadas à compreensão de grandes plateias; o esforço e a preocupação em centrar o foco da cobertura jornalística sobre questões cidadãs; e a influência do convívio intercultural entre cientistas e jornalistas na elaboração do noticiário são pequenos exemplos, dentre a variedade de atitudes profissionais contidas no processo de produção do Repórter Brasil, que no transcorrer do trabalho corroboram as particularidades do enunciado da hipótese comprovada.

Ao delinear para o presente trabalho possibilidades virtuais de desdobramento rumo ao futuro, pressente-se que a iniciativa de estender o estudo a respeito das possíveis conexões entre o processo de produção e a ocorrência de notícias sobre ciências em noticiários de veículos de radiodifusão pública, talvez seja a oportunidade de aprofundar a investigação sobre o conceito com que os jornalistas julgam e distinguem as ciências e as tecnologias neste ramo específico da comunicação.

Além disso, junto aos profissionais que atuam nas redações jornalísticas é possível que se descubra como o trabalho que executam cotidianamente pode refletir e atender os anseios do público ouvinte/telespectador, principalmente quanto aos benefícios e receios provocados pela aplicação dos resultados de pesquisas produzidas nos laboratórios de universidades públicas ou de organizações privadas.

Penso que os resultados obtidos contribuirão para aperfeiçoar a prática jornalística em rádios e TVs educativas, universitárias e de outras entidades estatais, além de fomentar o papel dos jornalistas em formação acadêmica como divulgadores críticos das atividades do

mundo das ciências, visando sempre a construção de uma sociedade esclarecida, emancipada e democrática.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, I. **TV Brasil:** algo novo no ar. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2012.

ANGEIRAS, M. C. A. **TVU, Canal 11:** a primeira TV educativa do Brasil. Recife: Ed. UFPE, 2018.

BECKER, B. **A linguagem do telejornal:** um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

BEZERRA, H. D. **Televisão Educativa (TVE).** [2007 a 2010]. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tv-educativa-tve. Acesso em: 3 fev. 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo regime fiscal. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emandas/emc/emc-95-htm. Acesso em: 3 fev. 2019.

BRASIL. **I Fórum Nacional de TV's Públicas:** Relatórios dos grupos temáticos de trabalho. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BRASIL. Lei 13.417, de 1º de fevereiro de 2017. Altera a Lei de nº 11652, de 07 de abril de 2008, para dispor sobre a prestação de serviços de radiodifusão pública e organização da Empresa Brasil de Comunicação, EBC. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/-ato2015-2018/2017/lei/l13417-htm. Acesso em: 3 fev. 2019.

BRASIL. Lei de número 11.652, de 07 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação, EBC, e altera a Lei nº 5070, de 07 de julho de 1966. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/L11652-htm. Acesso em: 3 fev. 2019.

BRASIL. Medida Provisória de número 398, de 11 de outubro de 2007. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação, EBC. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/mpv/398-htm. Acesso em: 3 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto-lei/delo236.htm>. Acesso em: 3 fev. 2019.

BRASIL. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017.** Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Brasília, 2018. Disponível em: https://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/idsisdoc_14751120v1-08_-_relatoriogestao.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRASIL. **Somente a Verdade:** Manual de jornalismo da EBC. Brasília, 2013.

BREED, W. Controle Social da redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular. 2016.

BUCCI, E. **Em Brasília 19 horas**: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BUCCI, E. **O Estado de Narciso**: A comunicação pública a serviço da vaidade particular. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, E. Relatório do grupo de trabalho “missão e finalidade”. In: FÓRUM NACIONAL DE TV'S PÚBLICAS, 1, 2007, Brasília. **Caderno de Debates [...]**, Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BUENO, W. C. As fontes comprometidas no jornalismo científico. In: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. (org.). **Diálogos entre ciência e divulgação científica**: leituras contemporâneas. Salvador: Edufba, 2011.

CALDAS, G. Mídia e políticas públicas para a comunicação da ciência. In: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. (org.). **Diálogos entre ciência e divulgação científica**: leituras contemporâneas. Salvador: Edufba, 2011.

CALVO HERNANDO, M. Manual de Periodismo Científico. Barcelona: Bosck Casa Editorial, 1997.

CARVALHO, K. Revista Científica e Pesquisa: Perspectiva Histórica. In: POBLACIÓN, D. A. et al. **Revistas Científicas**: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

COLLINS, H.; PINCH, T. A cura da AIDS e a expertise dos leigos. In: MASSARANI, L.; TURNEY, J.; MOREIRA, I. **Terra Incógnita**: a interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

COUTINHO, I. **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

COUTINHO, I. Repórter Brasil: informação pública em dois tempos. In: COUTINHO, I. **A informação da TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

CURADO, O. **A notícia na TV**: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo. São Paulo: Alegro, 2002.

DOURANT, J. O que é alfabetização científica? In: MASSARANI, I.; TURNEY, J.; MOREIRA, I. **Terra Incógnita**: a interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

EMERIM, C. **As entrevistas na notícia de televisão**. Florianópolis, Insular, 2012.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FÓRUM NACIONAL DE TVs PÚBLICAS, I, 2007, Brasília.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso:** aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRADKIN, A. A TVE ou não é? **Observatório da Imprensa**, edição 433, 2007. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-tve-ou-nao-e. Acesso em: 3 fev. 2019.

FRADKIN, A. **História da Televisão Pública/Educativa**. Disponível em: www.fndc.org.br/download/historia-da-television-publica-educativa.../historiatveducativa.cl. Acesso em: 3 fev. 2019.

FRANCISCATO, C. E. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, G.; DA SILVA, M. P.; FERNANDES, M. L. **Critérios de Noticiabilidade:** problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

GOMES, I. **Divulgação Científica e Telejornalismo Brasileiro**. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

GOMES, I. M. A. M.; SALCEDO, D. A.; ALENCAR, L. B. O Jornal Nacional e a ciência. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 20, p. 15-33, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/8413/6025>. Acesso em: 12 jan. 2013.

GROTH, O. **O Poder cultural desconhecido:** fundamento das Ciências dos Jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

INTERVOZES. **Documento Final do Fórum Nacional de TVs Públicas**. 2007. Disponível em: www.intervozes.org.br/direitoacomunicaçao/?p.18362. Acesso em: 3 fev. 2019.

JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.

JURDANT, B. Falar a Ciência? In: VOGT, C. **Cultura Científica: Desafios**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2006.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LATOUR, B. **Ciência em Ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LEAL FILHO, L. Quarenta anos depois, a TV brasileira ainda guarda as marcas da ditadura. **Revista USP**, São Paulo, SP: CCS, 1989.

LIMA, J. C. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008.

LIMA, V. A. **Comunicação e televisão:** desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004.

MATTOS, S. A. S. **A televisão no Brasil:** 50 anos de história. Salvador: Editora PAS, 2000.

MEDITSCH, E. Consentimento para matar: o contexto sociocultural como substrato do acontecimento na cobertura de guerra da imprensa norte-americana. In: MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. **Jornalismo e acontecimento diante da morte.** Florianópolis: Insular, 2012.

MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MILANEZ, L. **TVE:** cenas de uma história. Rio de janeiro: ACERP, 2007.

MILLER, S. Os cientistas e a compreensão pública da ciência. In: MASSARANI, L. TURNEY, J.; MOREIRA, I. **Terra incógnita:** a interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MURIELLO, S. O Nascimento do Museu de Ciências da Unicamp, um Novo Espaço para a Cultura. In: VOGT, C. **Cultura Científica:** Desafios. São Paulo: Edusp, 2006.

OTONDO, T. M. **Televisão pública para quem e para quê?** São Paulo: Annablume, 2012.

PASSARINHO, J. Uma Política de Ciência e Tecnologia para uma Sociedade Humanizada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 52, out./dez. 1969.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005.

PETERS, H. P. A interação entre jornalistas e especialistas científicos: cooperação e conflito entre duas culturas profissionais. In: MASSARANI, L.; TURNEY, J.; MOREIRA, I. C. **Terra Incógnita:** a interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

PONTES, F.; SILVA, G. Acontecimento Jornalístico e História. In: BENETTI, M.; FONSECA, V. **Jornalismo e Acontecimento:** Mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

PORCELLO, F, RAMOS, R. Âncora na TV – A celebração do discurso do poder. In: PORCELLO, F. VIZEU, A. COUTINHO, I. **O Brasil (é) ditado.** Florianópolis: Insular, 2012.

PRIOLLI, G. Antenas da Brasilidade. In: **A TV aos 50:** criticando a televisão no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

RAMALHO, M.; POLINO, C.; MASSARANI, L. Do laboratório para o horário nobre: a cobertura de ciência no principal telejornal brasileiro. **Jornal fo Science Communication**, v. 11, n. 2, jun./2012. Disponível em:

[https://jcom.sissa.it/archive/11/02/Jcom1102\(2012\)%20A02/Jcom1102\(2012\)A02_po.pdf](https://jcom.sissa.it/archive/11/02/Jcom1102(2012)%20A02/Jcom1102(2012)A02_po.pdf).
Acesso em: 15 jan. 2019.

RINCÓN, O. No son los contenidos, son las estéticas, las narrativas. In: ALFARO, R. M. et al. **Pensar la televisión pública:** Que modelos para América Latina? Buenos Aires: La Grujía, 2013.

RODRIGO ALSINA, M. **A construção da notícia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SCHUDSON, M. **Descobrindo a notícia:** uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SHOEMAKER, P. **Teorias do Getekeeping:** construção e seleção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, G.; DA SILVA, M. P.; FERNANDES, M. L. **Critérios de Noticiabilidade:** Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

SODRÉ, M. **O Monopólio da fala:** função e linguagens da televisão no Brasil. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOLOSKI, J. O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo:** Questões, Teorias e “Estórias”. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.

SOUZA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo.** Chapecó: Argos, 2002.

TEIXEIRA, M. Uma visão do debate sobre as relações entre a ciência e o jornalismo. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. **Ciência e público:** caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo:** A tribo jornalística – uma comunicação interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, G. A Objetividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo:** Questões, Teorias e “Estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

TURNEY, J. Resposta popular à ciência e a Tecnologia: ficção e o fator Frankenstein. In: MASSARANI, L.; TURNEY, J.; MOREIRA, I. **Terra Incógnita:** a interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

VALENTE, J. Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de Comunicação. In: **Sistemas públicos de comunicação no mundo:** experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009.

VIZEU, A. (org.) **Telejornalismo:** A nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006.

VIZEU, A. (org.). **A sociedade do telejornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WILLIAMS, R. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. São Paulo: Boutempo; Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massas**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOLTON, D. **Elogio do Grande Público**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

YIN, R. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário Dirigido

Caro entrevistado,

Olá, o meu nome é José Dirceu Campos Góes e atualmente curso o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, onde desenvolvo o projeto de Pesquisa “O processo de Produção e os Formatos do Jornalismo Científico em Telejornais do Campo Público da Televisão Brasileira”

A sua participação é muito valiosa para o estudo, porque um dos objetivos do projeto prevê a elaboração do perfil dos profissionais que constroem o noticiário de jornalismo científico em televisões públicas. Esta é uma pesquisa acadêmica, sem fins comerciais. Desde já, muito obrigado pelas suas respostas. Cordialmente,

José Dirceu Campos Góes

dirceugoes@uesb.edu.br

1º - Idade:anos.

2º - Sexo: (...) Feminino (...) Masculino

3º - Grau de escolaridade.....

4º - IES de graduação.....Ano.....

5º - Pós-graduação: (...) Especialização (...) Mestrado (...) Doutorado

6º - Tempo de exercício profissional:.....anos

7º - É filiado a algum sindicato ou associação profissional?

(...) Sim (...) Não Qual?.....

8º - Estado Civil:

9º - Tem filhos?..... Quantos?.....

10º - Você segue alguma orientação religiosa? (...) Sim (...) Não
Qual?

11º - Tempo de serviço na atual empresa de televisão pública:

(...) Menos de 01 ano (...) De 01 a 03 anos (...) de 03 a 05 anos
(...) de 05 a 10 anos (...) Mais de 10 anos

12º Função que exerce atualmente:

(...) Diretor (...) Chefe de Reportagem (...) Editor (...) Repórter

(...) Produtor (...) Editor de Imagem Outra:.....

13º - Jornada de trabalho:

(...) cinco horas por dia (...) sete horas por dia (...) outra. Qual?

Quantos dias por semana?

14º - Turno de trabalho:

(...) Manhã (...) Tarde (...) Noite (...) Mais de um turno

15º - Trabalha aos finais de semana e feriados?

(...) Sim (...) Não (...) Frequentemente

16º - Média de remuneração salarial: R\$.....

17º - Existem benefícios adicionados ao salário?

(...) Sim (...) Não Quais?.....

18º - Trabalha em outro lugar?

(...) Sim (...) Não Em que tipo de atividade?.....

19º - Qual o regime de contratação?

(...) Concursado (...) Prestador de Serviço (...) Cargo Comissionado

(...) Terceirizado (...) Outro. Qual?

20º - Existe diferença entre produzir informações sobre ciências e para o restante do noticiário dos telejornais? Qual a principal?
.....
.....
.....

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS ABERTAS OU SEMIESTRUTURADAS

Roteiro para entrevistas abertas ou semiestruturadas

- 1º - Quais são as metas estabelecidas quando se chega na televisão para elaborar o telejornal da noite?
- 2º - De que forma os acontecimentos jornalísticos do dia são percebidos como importantes para compor o conteúdo do telejornal?
- 3º - De que forma eles são trabalhados junto às fontes de informação?
- 4º - Existe um “Manual de Redação” a ser seguido na elaboração de reportagens e entrevistas? Quais são as principais diretrizes a serem obedecidas?
- 5º - Qual o relacionamento hierárquico estabelecido entre os integrantes da equipe produtora do telejornal?
- 6º - Nessa convivência diária, como os atritos são dirimidos e de que forma a equipe é instigada a render o seu melhor na elaboração do telejornal?
- 7º - Os diretores da instituição televisiva interferem na linha editorial do telejornal?
- 8º - Em caso positivo, é uma interferência declarada ou dissimulada?
- 9º - Existem temas tabus ou qualquer outro interdito que não possam ser abordados pela equipe de jornalismo do telejornal?
- 10º - Qual o suporte que a tecnologia digital dá ao processo de produção do telejornal como um todo?
- 15º - Os recursos de custeio garantem ampla cobertura jornalística para os mais variados acontecimentos sociais?
- 16º - Como a logística de deslocamento das equipes é elaborada para cobrir os acontecimentos definidos como importantes para o telejornal?
- 17º - Na divulgação de notícias sobre ciências, como os cientistas são conceituados pelos membros das equipes de jornalismo?
- 18º - Qual a introdução de opiniões contraditórias na elaboração de notícias sobre ciências?
- 19º - Qual a preferência de formatos televisivos para tratar de assuntos sobre ciências?
- 20º - A população, de maneira geral, está apta a opinar sobre as consequências de acontecimentos científicos?

ANEXOS

ANEXO A – ENTREVISTA PATRÍCIA PAIVA – GERENTE DE REDAÇÃO TV BRASIL- BRASÍLIA

Entrevista Patrícia Paiva – Gerente de Redação TV Brasil- Brasília

DG - Quando do início do trabalho, qual a rotina estabelecida que vai render frutos para a construção do Repórter Brasil e para todos os seus colegas da redação?

PP – Uma rotina que trouxe da chefia de reportagem. Acordar cedo e checar quais são as notícias. A gente lida com notícias. Apesar de eu cuidar muito de gente, de administrar pessoas, precisamos saber o que está entrando nos jornais. Assim, em casa, ao mesmo tempo em que arrumo meus filhos estou vendo o Brasília-DF, pelo menos vendo as chamadas do Bom-Dia Brasil e dando uma olhada nas agências.

DG – Ou seja, você começa a trabalhar em casa...

PP – Com certeza. Não dá para esperar chegar à redação para abrir um jornal. Não tem como. Eu venho dirigindo e já ligo o rádio, na CBN, mas acho que esta é uma prática da maioria dos jornalistas. Então como a gente tem de dar conta de vários produtos, não só do Repórter Brasil, eu trabalho muito com o aplicativo what's Up, o tempo todo falando com a chefia de reportagem da manhã, e se eu estiver na redação uso o aplicativo para falar com a chefia de reportagem da tarde também. Às vezes elas tiram uma dúvida, às vezes um acidente, uma operação da Polícia Federal que não estava previsto, a gente sempre conversa. Além disso, tem os grupos das outras praças, tem o pessoal de Brasília, do Rio de Janeiro, o de São Paulo e São Luís, a gente sempre conversa. Quem vai fechar este material que envolve várias praças? Se eu for esperar a reunião das 11 horas para decidir, fica muito tarde. Então às vezes de manhã cedo eu já ligo para São Paulo: vocês estão fechando o quê? Conseguem fechar? Ah, eu consigo fechar essa matéria hoje. Pronto, o trabalho foi encaminhado e uma solução encontrada antes da reunião oficial de construção do telejornal. Leva tempo para produzir. Então essa é uma prática comum. O meu dia começa cedo, sim, sempre se comunicando com o pessoal daqui, com os líderes e coordenadores daqui e com os do Rio de Janeiro, São Paulo e São Luís, do Maranhão.

DG – Ou seja, via What's UP você determina e checa quem está disponível para fazer reportagens...

PP – Quem tem perna para fazer, quem tem equipe, quem está com repórter sobrando...Pautas que prefiro derrubar ou que preferimos manter...Eu uso mesmo o What's Up porque eu acho que é fácil a comunicação, alguém vai logo responder, então, a gente tem o grupo das praças, a gente tem o grupo só dos líderes e coordenadores, eu tenho o grupo do Notícias Agora, dos Corredores, do Fique Ligado e do Cenário Econômico. São todos produtos jornalísticos. Tá perto de dez e pouquinho, o Cenário Econômico começa a mandar uma mensagem. Olha a agenda econômica de hoje é essa. Hoje foi o amianto. Ontem as privatizações. Então eu separei repórter daqui, sobe-som do Temer, de ministros, vamos dar prioridade a notícia do dia que era essa. Mobilizei Renato, que é o coordenador de São Paulo, para repercutir junto ao mercado a notícia da privatização dos aeroportos, ou seja, bem cedinho a gente se entendeu para produzir o noticiário. Acho que o What's Up acelera...

DG – Ou seja, através de um telefone celular e de um aplicativo você age e faz com que as outras pessoas também ajam, formando uma rede de troca de informações e de troca de materiais.

PP – Isso, o dia começa cedo, eu acordo cedo, normal, é a minha rotina, já vou vendo jornais, acessando o aplicativo e trocando figurinhas. A rotina começa cedo. Ler jornal, ler agências, ver o que está na pauta, fazer mudanças necessárias e disparar comandos de produção. Eu tenho que vir para a reunião das 11 preparada. Eu acho que eu tenho que vir pronta para vender notas, reportagens e entrevistas, dizendo, olha, isso aqui rendeu, isso não rendeu, isso aqui vai precisar de continuidade amanhã. Ontem eu saí da redação às sete da noite discutindo. Se a reforma política for votada ainda hoje, a gente vai entrar ao vivo depois do jornal na programação? Esse é meu problema, porque vou ter que pagar hora extra para funcionários, vou ter que cortar a programação, enfim, é o meu trabalho... Vou ter que falar com os funcionários: você topo ficar até mais tarde, ganhar hora extra e ficar até mais tarde? Beleza. Aí vou ter que ir na programação. Cortar a programação. Isso a gente fez bem certinho na reforma trabalhista, na cobertura da denúncia contra o Temer, quando o Teori Zavaski morreu a gente cortou a programação várias vezes para dar a notícia ao longo do dia...

DGF – Pelo visto, você negocia com muita gente, com várias áreas do processo produtivo da televisão. Como se dá o exercício desse poder?

PP- Como assim?

DG – É tranquilo? Não é? Você impõe determinadas questões para que a linha de produção funcione a contento? Porque eu vejo a linha de produção da notícia como um piso de fábrica, para mim é uma questão industrial como outra qualquer. Você envolve pessoas, equipamentos

para apresentar um determinado produto que todos os dias tem hora certa de ir ao ar. Então, você lida com pessoas, com a produção cotidiana, você está investida de um cargo de poder. Como isso se dá no dia a dia? Tem atrito, não tem atrito? Às vezes por dar uma ordem mais dura...Como você se sente? Como esse exercício se dá?

PP – Eu acho assim. Atrito, às vezes sempre tem atrito. Não tem como não ter. É como em qualquer relação, pessoal, profissional, vai ter um momento em que o confronto acontece. Nós somos comunicadores, se a gente não se comunicar nunca vai funcionar. A roda não gira. A única forma de fazermos a roda girar é nos comunicando. Então, assim, o atrito vai ter, a gente vai discutir, mas depois a gente vai sentar, vai conversar e resolver aquele problema. Acho que faz parte do trabalho, no caso da gerência e dos coordenadores, de você ver que o funcionário está com uma cara um pouco mais fechada e chamar para conversar, o problema está aonde, é uma coisa pessoal, a gente consegue resolver aqui? Pra tentar aliviar um pouco a tensão. Às vezes, tem que dar dura, porque você não está satisfeito com o trabalho feito, às vezes o trabalho pode melhorar e a pessoa precisa de uma motivação, às vezes a pessoa fala de um jeito que você não gostou e você tem que dar um encaminhamento a situação...Assim, eu acho que faz parte o fato de você chegar e chamar para conversar, puxar uma orelhinha aqui e dizer olha não é desse jeito, eu preciso que o serviço seja feito dessa maneira, enfim, não sei se estou impondo alguma coisa, eu acho que tudo tem de ser muito conversado por aqui.

DG – Tudo tem de ser conversado, mas você tem metas a cumprir. Na hora de colocar o jornal no ar não se pode dizer: olha, não vai ter telejornal hoje porque a gente não conseguiu produzir. A periodicidade exige a quem está na linha de produção da notícia um compromisso com aquele fazer e até se desdobrar para cumprir com a missão de colocar o telejornal no ar. Você falou agora há pouco que às vezes necessita que o horário de trabalho seja estendido e que você chega para o funcionário e pergunta: dá para fazer hora extra hoje? Mas numa linha de produção e se entendendo que você está no trabalho, não seria uma coisa natural, de ficar claro para a pessoa que em torno a necessidade ela vai ter que fazer a hora extra?

PP – Todo mundo sabe, mas depende do perfil do profissional. São perfis diferentes. Então, tem o funcionário que ama notícia, que eu nem preciso chegar para ele e perguntar você topa? Que ele vai dizer Patrícia, eu estou aqui, antes mesmo de eu perguntar. Tem funcionário que liga aqui e diz você não acha que a gente deveria entrar ao vivo depois do telejornal para dar alguma informação recente ou aprofundar algum assunto relevante. Aconteceu isso várias vezes, porque tem gente que ama a notícia e quer fazer parte daquilo. Eu lembro da cobertura do impeachment e teve gente que disse eu quero trabalhar no sábado, eu quero trabalhar no

domingo, eu quero ficar de madrugada. E eu sabia que podia contar com aquelas pessoas. Da mesma forma sei que não posso contar com outras. Com essas pessoas que não posso contar cegamente tem que ter uma conversinha mais amigável e dizer assim, olha, o que você acha? Você vai ganhar mais por isso. Se você fizer hora extra você prefere ganhar em dinheiro ou em folga? Entendeu, rola uma negociação. Agora tem gente que já sai dizendo eu quero fazer, eu quero fazer. Tanto edição, quando produção, quanto reportagem... Tem os perfis e aqui é uma empresa pública e a gente trata com o servidor público que é muito consciente das leis trabalhistas. Então, elas são muito bem aplicadas aqui, né? Então, a gente tem que conhecer as leis trabalhistas e saber até que ponto a gente pode ir. Eu não posso agir como na empresa privada em que se diz olha, você tem que fazer porque se você não fizer você vai embora. Eu não posso agir assim, igual com as empresas privadas ou que tenha esse poder de demissão com mais facilidade ou que cobra competitividade. Aqui não é assim, aqui não funciona.

DG – Talvez no serviço público o que fica mais patente é que você é colega. Você está provisoriamente num cargo de comando e exerce o poder naquele momento...

PP - Mas isso deveria ser em todo lugar... O cargo não é seu, você não é gerente você está gerente. Isso, acho que todo mundo deveria saber. Daqui a pouco um dia eu posso sair daqui e outra pessoa vai entrar em meu lugar. Isso é uma coisa que todo gerente deveria saber. Você tem que saber delegar as funções, a pessoa tem de saber o seu trabalho porque um dia você não vai estar aqui por mil motivos. Então, você tem que deixar alguém que saiba fazer o seu trabalho igual ou melhor. Outra coisa que a gente conversou, falando da hierarquia, né? Existe sim a hierarquia, de fato ela é vertical, mas a melhor forma de tratar com ela é num modelo horizontal. Tudo o que eu poder levar para a apreciação da equipe facilita o trabalho. Aqui no jornalismo, o que você acha dessa pauta? Você acha que a cobertura está legal? Todo jornalista tem a necessidade de meter o bedelho e de dar um pitaco, não é isso? Então, isso é ótimo. Eu acho que isso é somar. Se você vier na cabeça de que isso vai somar e não dividir ou diminuir, né? Cabe ao gerente permitir, incentivar essa soma, fazer com que aquela contribuição dê certo. Eu tenho outro grupo no Whats Up que eu faço uma pergunta do dia para todo mundo dar pitaco. A pergunta do dia é uma experiência endereçada ao povo, que tudo mundo resolve responder e que a gente coloca no telejornal. Essa semana eu tive a opinião do pessoal da redação sobre que pergunta endereçar ao povo. Então, toda a redação colabora com uma iniciativa que a gente dá muita atenção para ela.

DG – Essa, então, é uma forma de estimular a hierarquia e a participação horizontal...

PP – Exato, é uma forma de aglutinação, de participação porque a gente se pergunta será que estou indo pelo caminho certo? Será que está todo mundo gostando? Porque eu preciso primeiro saber aqui dentro se o telejornal tem boa qualidade e envolve as pessoas.

DG – Para quem é que você faz jornalismo? Quem é o seu público lá fora?

PP – A gente tem pesquisas de marketing, pesquisas de audiência e a gente sabe qual é o alcance da TV. Eu sei que no Rio de Janeiro não vai para a Barra da Tijuca, o nosso sinal parece que não chega lá muito bem. Mas eu sei que chega lá no Jacarezinho, num bairro bem humilde e pobre. Eu sei que chega no meio do interior dos ribeirinhos. Eu tenho essas pesquisas e sei que o jornal vai para Dona Maria, não vai para o senhor importante e tal. Então muita vezes quando a gente faz a pergunta do dia, por exemplo, a gente tem esse caráter de explicar sempre os fatos e as terminologias. Eu não posso deixar de dar a notícia. Pode exemplo, por que o amianto faz mal, o que é o amianto, onde a gente encontra o amianto? Então, a gente tem que pensar nessa Dona Maria. O nosso público também é visto e identificado por meio das redes sociais. A gente posta uma notícia no facebook e o povo comenta. Então eu sei mais ou menos o que o povo pensa. Eu sei que o público não é tão passivo assim. Eu sei também que quando a gente liga para um professor da UNB ele fala Ah! A TV Brasil, sim eu posso ir. Então eu sei que aquele acadêmico também assiste a TV Brasil, porque ele é formador de opinião e prefere uma TV que tenha uma comunicação pública. Ele prefere uma TV que tenha uma comunicação diferenciada, que é um pouco da TVE, que é um pouco da Educação, um pouco de radiobrás, que vem sim do institucional que é o que o governo está fazendo, e o e daí? Eu lembro que o jornalismo tinha que ter mais uma pergunta além de O que? Quem? Quando? Onde? Como? Por que? E o E daí? Isto é o que tenho de mostrar. Então, eu sei que quando ligo para fontes acadêmicas, fontes de professor, de militantes, eu posso contar com eles porque escolhem assistir a TV Brasil do que a TV de massa, que não quer ver um programa chulo, vamos dizer assim, né? Então eu sei quem é esse público pelas pesquisas de marketing, pelo retorno das redes sociais e até aqui de fontes que a gente liga e eles comparecem. Tem gente, entrevistados, que vem sempre aqui. Então, a gente tem diálogo, tem retorno assim também.

DG – Por ser uma televisão que é sustentada está respaldada por um governo federal, seja lá qual for a gestão do momento, existe um preconceito em relação a TV Brasil? As pessoas acham que é uma televisão “chapa-branca” ou é justamente o contrário, é uma televisão onde se dar voz a quem não tem voz?

PP – Eu acho que quando a Tv Brasil começou existia muito isso, essa história de ser “chapa-branca”. Talvez porque a gente não tivesse ainda uma missão definida. Porque ela foi criada

por meio de uma medida provisória, foi aquela votação louca de final de ano, Ah, porque tem de criar a TV digital e também a TV Brasil, enfim, lançou. Foi correria para todos os lados. Então, ela não foi criada com um planejamento estratégico. Foi criada por meio de uma Lei. Então esse planejamento estratégico foi feito somente após a implementação. Essa falta de definição eu acho que o público bateu muito em cima e a oposição na época insistiu: qual a diferença entre a TV Brasil e a Radiobrás? Faltou uma definição do tipo se eu não disser quem eu sou os outros é quem vão dizer. Faltou a TV Brasil dizer pra que veio o que ela era. Depois de um tempo começaram a bolar o planejamento estratégico da EBC, sua missão, os valores da empresa, quais são os programas, os produtos e tal. Com a passagem de Caíque, que é o superintendente, por aqui porque ele aprimorou esse planejamento que foi dar uma cara à TV Brasil, diferenciando-a da NBR. Ele fez uma lógica na programação.

DG – Isso definiu melhor a imagem, o conceito da televisão?

PP - Pra mim foi a melhor forma coerente, eu só vejo como positivo. Dizem os estudos que a gente melhorou, que subiu 50% da audiência. Essa linha essa visualização da programação ficou muito mais fácil de compreender o que é a Tv Brasil, para o que ela veio, que não é “chapa-branca”, ela veio para fazer comunicação pública, a gente dá notícia do executivo, do legislativo do judiciário, do povo, da polícia, então a gente cobre tudo, temos uma linha editorial, sempre criticando, o jornalismo tem que buscar a informação e criticar em cima do que ela é, explicando, educando, buscando desdobrar os acontecimentos e os seus significados.

DG – O didático dentro das matérias, que vocês se preocupam com isso, essa característica é um ponto claro de que ela faz parte da TV Pública. Isso fica claro para toda a equipe?

PP – Sim, é um ponto claro que todo mundo entende. Até porque no encaminhamento das pautas e das matérias a gente encaminha o recado: vamos explicar de forma didática o assunto que nós estamos abordando...

DG – Ao mesmo tempo vocês abrem espaço para o controverso, ou seja, para uma opinião contrária a emitida pelos entrevistados ou pelo foco da reportagem?

PP – Aqui o pessoal não tem papas na língua, não. O pessoal fala, fala mesmo, a gente marca reunião de pauta, todo mundo pode participar. Aqui é um espaço para falar sobre o nascedouro e encaminhamento das pautas. A gente está aqui disponível, quer dizer, o que a gente não tinha antes, isso eu vejo a partir de quando a Patrícia Maia veio para a editoria do jornal, né? O Jornal antigamente era de nove às dez. Então as pessoas já saiam daqui cansadas, a fim de ir pra casa. Então a gente não conseguia fazer aquela reunião de avaliação depois que o jornal era exibido. Isso é imprescindível. Isso muda, porque você está ali no

calor da emoção e sabe muito bem o que deu certo e o que deu errado, o que pode melhorar e até ser refinado. Então o editor sai do switcher e já elogia ou mete bronca em toda a equipe: não gostei desse jeito, a gente podia ter melhorado assim e assado. Alí mesmo escreve e-mail para o pessoal do Rio, São Paulo e Maranhão e no outro dia a gente conversa na reunião das 11:00h e tenta entrelaçar as metas que determinam o conteúdo do jornal. É difícil, tem que querer mudar, tem que querer colocar qualidade no material, e isso eu bato palmas para Patrícia Maia, porque ela faz isso muito bem, ela dá esse retorno para toda a equipe e incentiva a produção. Na reunião de pauta a gente escuta todo mundo, todo mundo pode falar: olha, eu não gostei da abordagem assim, assim assado, da mesma forma que na reunião após o jornal ela reclama eu não gostei do VT, do ao vivo ou de qualquer outro problema que tenha surgido.

DG – O trabalho de vocês duas, pelo visto, se complementam e entrelaçam e entrecruzam em vários pontos, não é mesmo? Na verdade o simples deslocamento da equipe implica num conteúdo que pode sair ou não. Essa troca de informação entre vocês o tempo todo acontece, não é?

PP – A gente tem que ter uma sintonia muito grande. Eu e ela.

DG – Tem um ponto que eu quero voltar. Sabe-se que o ingresso na EBC e, portanto, na TV Brasil, se dá por meio de concurso público. Essa condição, que deixa o jornalista ciente de que quase nada ameaça o seu emprego, o seu salário faz com que ele se acomode ou é um incentivo para produzir mais e melhor?

PP – Bom, a gente tem duas coisas aqui. Muitos, muitos jornalistas aqui entraram para fazer comunicação pública, muitos entraram com esse sonho e eles tem a perfeita noção do que seja isso. Outros, vários outros, entraram para fazer concurso e conquistar a segurança do emprego. Não vou negar, não vou mentir para você. Uma parte entrou pelo concurso para ter estabilidade na vida, uma outra parte entrou porque tinha o sonho de fazer comunicação pública. Esse pessoal, que entrou com o sonho de fazer comunicação pública, é o pessoal que eu mais vejo, cada um com o seu perfil, atuando da maneira correta porque gostam da notícia, de pegar a notícia de destrinchar ela, explicar ela, porque que isso tá sendo assim, né? E isso não significa que ele é o melhor funcionário, não. Estou falando de perfil, né? Então tem gente que é acomodado sim pelo concurso, é nítido, são jovens que inclusive vejo que dão uma acomodada e tem outros que gostam mesmo do que fazem. Tem gente que gostaria de estar só alí para debater os assuntos e não produzir, já tem outros que são extremamente produtivos, gostam de notícia e que veio para fazer comunicação pública. Essa pessoa eu ouço

muito, eu gosto de sentar e conversar mesmo, até para saber se estou certa, será que a gente veio para o lugar certo. Não tem como generalizar.

DG – Hoje, qual a missão da TV Brasil? Ela está clara na cabeça da equipe?

PP – É distribuir conteúdo de forma educativa, didática. Eu vim da TVE e tenho muito isso na veia, ou seja, na TVE apesar de a gente fazer um jornalismo muito voltado para Brasília, com bastante política e economia, a gente sempre teve programas assim como o direito do consumidor, sempre voltados para dirimir as dúvidas a atender aos apelos dos cidadãos. Pra mim, aqui na TV Brasil não precisa estar nem escrito. É óbvio, é claro que o compromisso é didático, é de esclarecimento.

DG – Outro ponto de convivência entre os membros da equipe da TV Brasil que queria abordar diz respeito às circunstâncias saída de Dilma e a chegada de Temer ao governo federal. Foi um episódio conturbado, quando as paixões políticas, quando as crenças ideológicas estiveram exacerbadas em todo lugar e aqui duvido que tenha sido diferente. Aqui você tem uma pluralidade de pessoas, uma pluralidade de jornalistas com suas crenças pessoais, como foi passar por este período e apaziguar a equipe na hora da produção?

PP – Olha, em algum momento, quando a gente conseguiu parar para respirar, eu lembro que eu falei várias vezes: a prioridade aqui é a paz. Então, não é levantar bandeira, a prioridade aqui é trabalhar em equipe... Eu acho que parte muito assim, de quem está liderando, de tomar essa posição. De optar entre eu vou brigar, vou discutir ou vou impor ou vou transformar num debate para a gente chegar numa conclusão boa para todo mundo, porque tem que ser uma coisa legal para todo mundo, tentar. Isso foi dito em alto e bom tom. Lembro de chegar para os coordenadores e falar assim a prioridade agora é a paz, é o espírito positivo de equipe, não quero mais saber de brigas, não aguento mais. Acho que a postura minha e de Patrícia Maia foi a mais correta, embora não tenha sido fácil para ninguém. Eu trabalhei nas duas presidências da EBC, nos dois momentos, eu estava aqui no meio da transição... gritaram comigo, ouvi tudo, chefe gritou, funcionários gritaram também, eu gritei também, olha, não foi legal, foi uma coisa difícil... 2016, olha, foi quente, não só quente, a gente trabalhou muito, a gente ficou de madrugada na redação, então assim, a gente sabe quais são as pessoas que tem esse espírito de equipe e que queriam manter a produção em dia. Eu acho que foi também o exercício de sabedoria de saber escolher quais são as suas brigas, se você vai brigar agora ou de escolher melhor as suas brigas... Onde você vai colocar sua força, né? A força, vou colocar na paz, né? Muita coisa a gente engoliu, deixou passar para a poeira baixar, muita gente ficou insatisfeita com os resultados de governo, muita gente ficou feliz, a transição

dentro da EBC não foi fácil também, foi dificílimo, a parte política em grande escala e aqui dentro em menor escala, mas foi sabedoria de todo mundo de buscar a paz.

DG – Houve algum caso de sabotagem, tipo, ficou algum telejornal, algum programa sem ir ao ar?

PP – Sabotagem, sabotagem, não. A gente teve casos de entradas dos repórteres ao vivo em manifestações e de vazar o som com o povo gritando ou fora, Temer ou fora, Dilma e aí a diretoria nos orientou no sentido de que se o povo está reclamando, tá reclamando, por que? Não vamos permitir nem o fora, Dilma e nem o fora, Temer. Qual é a sua reclamação? É a reforma da previdência. Por que? Ah, porque o Temer é um filho da puta. Não, isso não vai pro ar. Então é uma questão controversa e vamos sempre colocar os dois lados. Essa ordem veio da diretoria. Vamos orientar as equipes a sempre buscarem os dois lados. A gente não vai dar briga de um e briga de outro, o menos possível fora de matérias que não girem em torno da política institucional. Assim, carnaval, carnaval é festa, vamos mostrar a festa e não é para dar o bonequinho da Dilma enforcado. Não, isso a gente não vai dar. Nem de Dilma e nem de ninguém, de político nenhum. Vamos mostrar a festa, as manifestações populares e deixar a política de lado. Teve quem dissesse, ah, é censura e não sei o quê. Eu não vi censura nenhuma. Eu trabalhei no carnaval e não vi censura nenhuma. Eu vi isso, orientação para a gente não entrar na briga política em momentos que não são de briga política, né?

DG – Já que você tocou nesse assunto de censura, tem algum tema aqui do qual não se possa falar? Nenhum interdito?

PP – Não, não tem nenhum assunto que seja proibido. Olha, tem um assunto aqui que não tem nada a ver com política sobre o qual a gente quer começar a falar e que está previsto no código de ética do jornalismo, que é o suicídio. A gente não quer dar o caso do cara que se matou, não é isso. A gente vai dar as prevenções, onde buscar ajuda, que faz parte do nosso caráter de tv pública e educativa. A Mayrluce deixou muito bem claro para mim e para Patrícia Maia: vamos escrever nas pautas, vamos deixar claro que precisamos sempre ouvir os dois lados ou múltiplos lados de qualquer questão. Coloca, inclusive, o mesmo tempo para os entrevistados dos lados distintos. É trinta segundos de um e trinta de outro. Isso a gente tem que fazer. O máximo de equilíbrio que a gente puder, a gente vai buscar. A orientação para o repórter vai ser: fazer a matéria equilibrada, ouvindo os dois lados sempre. Muitos encaminhamentos eu só copio e colo. Vamos ouvir sempre dois especialistas, o que às vezes me atrapalha horrores porque tenho que mobilizar equipes, equacionar o tempo, enfim, Mayrluce sentou com a gente e disse sempre dois especialistas com posicionamentos que permitam o confronto de idéias e crenças, com pontos de vista diferentes. Então a gente está

sempre tentando buscar esse equilíbrio. Então as palavras que a gente reprisou nesse período entre 2016 e 2017 foram: equilíbrio, imparcialidade, sempre ouvir os dois lados, enfim vamos fazer o que dita o bom e velho jornalismo. Vamos tentar sempre colocar isso em prática. A matéria vai cair se só tiver um especialista. E cai, a patrícia derruba, ela se lasca todinha para espelhar o jornal de novo, mas realmente ela derruba porque é uma orientação porque senão a gente não vai conquistar a confiança dos funcionários e a credibilidade da audiência.

DG – A redação pacificou depois disso?

PP – Pacificou, sim. Agora eu acho que está pacífico.

DG – Bom, vocês superaram aquele cenário da mudança de governo e da direção da EBC e agora se deparam com os cortes de orçamentos anunciados pelo Executivo nacional. Como os cortes de recursos tem afetado o trabalho jornalístico da TV Brasil?

PP – Interfere muito. É dificílimo porque você sem orçamento...olha, a gente da nó em pingo d'água. Não tem equipe para fazer ao vivo e o meu repórter já entrou pelo Skype para fazer ao vivo...Ás vezes fazemos parceria com a NBR para cobrir algum assunto. O cinegrafista é deles e o repórter é nosso. Por incrível que pareça, é nesse momento que a gente consegue mais união, né? As viagens estão suspensas e pra gente fazer alguma reportagem no exterior, por exemplo, é preciso que alguma embaixada banque as despesas. Quando isso acontece a gente aproveita, é claro. Quem sofre muito com isso é o pessoal dos programas especiais, que precisam se deslocar em busca de imagens, eles precisam viajar muito. Temos já problemas com equipamentos, ou seja, a câmera pifa, você manda para a manutenção, não tem a peça nova, aí tem que licitar e esperar pela verba para adquirir a peça e aí o tempo vai passado e se trabalha então com deficiências.

DG – Desafio pessoal: o que você imagina para a sua vida para daqui a alguns anos?

PP – Muito difícil responder, muito difícil. Eu tenho curso de jornalismo on-line e penso um pouco em migrar para essa área. Gostaria de levar o fazer televisivo para o on-line. A gente tem uma pesquisa dizendo que o rádio continua a ser o segundo veículo mais procurado pelo público. Por que? Por que não caiu com o advento da internet? Porque as pessoas passaram a ouvir rádio também pelo celular ou no seu computador. Então eu acho que a idéia é levar a televisão para uma caixinha menor, né? E você poder adequar a televisão a uma tecnologia móvel. Mas esses são planos para um pouquinho mais adiante.

**ANEXO B – ENTREVISTA PATRÍCIA MAIA – EDITORA-CHEFE DO “REPÓRTER
BRASIL”**

Entrevista Patrícia Maia – Editora-chefe do “Repórter Brasil

DG – Como você elabora a composição do telejornal que você edita todos os dias?

PM – A meta é tentar dar uma pluralidade para o telejornal. Tem coisas assim de política, porque aqui em Brasília a gente respira meio que política, e a minha meta eu penso que é equilibrar porque tem dias que você tende a dar política, política, política porque tem muita coisa acontecendo nessa área e o difícil é você ter que abrir mão de um desses acontecimentos para tentar conseguir dar alguma outra coisa, e às vezes faltam equipes, faltam recursos, falta gente em outros lugares para tentar abordar um outro acontecimento que seja do interesse da população, mesmo, que afete muita gente. Não que política não afete, mas é abordar a realidade com outros assuntos, um racionamento talvez afete a vida das pessoas de outra forma e isso tem grande importância na vida delas.

DGF – Notadamente você tem que pensar em elaborar um telejornal que chega ao Brasil inteiro e não apenas a Brasília...

PM – Com certeza, com certeza. Eu acho que é esse o desafio e eu tento assim até às vezes derrubar uma matéria de São Paulo, Rio ou Brasília e colocar uma reportagem de algum outro lugar, do que fazer o contrário, o que seria talvez uma tendência em outros veículos de comunicação. Ah, chegou uma materinha fofa do Ceará, uma matéria que fala super-legal de um projeto desenvolvido numa comunidade, ah, mas tem uma matéria do Rio de Janeiro que fala sobre a importância do transporte urbano. Talvez seja melhor, em nome da pluralidade, dar a matéria bonitinha do projeto lá do Ceará pra você dar uma idéia mesmo de diversidade, pra você tentar atingir mais regiões do Brasil, senão o jornal vai ficar restrito ao Rio, São Paulo, Brasília e Maranhão, sendo que no Maranhão a estrutura da TV é muito mais restrita e por isso eles não mandam matérias todos os dias. Senão o jornal fica Brasília, Rio, São Paulo.

DG- Qual a rotina onde você se ampara para colocar o telejornal no ar todos os dias? Como você começa o seu dia e desenvolve as atividades até transmitir o Repórter Brasil à noite?

PM – A rotina aqui na redação: a gente faz uma reunião às 11:00h com a presença dos pauteiros, editores de textos, coordenadores de São Paulo, Rio e Maranhão por vídeo conferência, eles já vêm com coisas previamente combinadas do dia anterior porque às 16:00h também por vídeo conferência quando pautas são previamente combinadas que podem mudar por força do factual. É sempre o factual que interfere nessa história. Mas assim, a reunião às

11:00h confirmando ou mudando essa previsão de VTs. A gente conversa e até muda pautas conforme a apresentação de novos assuntos defendidos por integrantes da reunião. Às vezes se diz, ah, tem uma pauta super legal. Você pode fazer, então faz, um pede ajuda para o outro e a partir daí tem reunião com a estagiária que trabalha na parte de rede composta pelas TVs parceiras, muitas delas universitárias, e ela passa o que essas TVs oferecem para a gente e nem sempre isso se concretiza por questões técnicas, pela estrutura dessas televisões, porque seguraram muito o assunto uma vez que eles não vão derrubar a matéria do noticiário deles em detrimento de passar para a gente. Por fim, tenho uma reunião exclusiva com o coordenador da editoria de internacional, aqui em Brasília, que me passa as pautas do internacional.

A partir daí tento pensar, estruturar o telejornal, retrancar, como a gente chama, no prelink um sistema que a gente usa que é o e-news, e aí tenho outra reunião com os editores da tarde, editores de texto que chegam em torno das 13:00h. A gente tenta realizar a reunião para conversar sobre os assuntos do dia, sobre o que vai ter no jornal daqui de Brasília e de outras praças, para terem também uma idéia plural do jornal porque acho também que eles têm boas contribuições, sugerem alguém ou algum nome para ser entrevistado. A gente está fazendo uma pauta e tem dificuldade de encontrar um especialista, então tem boas sugestões. Acho que é sempre importante todo mundo saber o que está acontecendo, a gente faz parte de uma equipe, ninguém trabalha sozinho, então é legal todo mundo saber o que está se passado. Tem boas sugestões, às vezes são acatadas, às vezes não, mas eu acho que é sempre importante a participação de todo mundo e de todo mundo saber o que está acontecendo.

DG – Nessa distribuição de trabalhos, você adequa o conteúdo do material a ser produzido com o perfil do profissional de sua equipe?

PM – Com certeza, todo mundo tem o perfil para alguma coisa. Tem gente que gosta mais de política, tem gente que gosta mais de pauta de economia, tem gente que se dá bem mais sociais, essa vertente mais social, educacional e tem gente que é mais rápida e tem gente que é mais devagar. Você tem que tentar lidar com isso, tem que equilibrar, sem desmerecer um pelo outro. Cada um tem uma aptidão para uma coisa e na divisão das tarefas eu considero sim isso, para facilitar o trabalho de todo mundo, para a pessoa ficar feliz também que o que faz. Tem uma editora aqui que adora política. Quando eu dou uma matéria para editar e que não é política, ela fala assim, mas não tem outra coisa para mim? É porque ela gosta do corrido, do louco, de dez sonoras chegando ao mesmo tempo, esse é o perfil dela. Ela não gosta de pauta fofinha, aquela pauta assim que é tranquila, ela não gosta. Então acho que a

gente tem de adequar para satisfazer a vontade de todo mundo. Claro, nem todo dia dá pra fazer isso.

DG – Não é que ela não possa fazer outro tipo de reportagem, é que a aptidão maior dela passa por política...

PM - Sim, acho que todo mundo aqui é capaz de interceder jornalisticamente a respeito de qualquer assunto. Mas cada um lida melhor com determinado assunto do que com outro. A gente tenta atender as aptidões, inclusive na reportagem. Às vezes vejo lá um repórter para uma pauta e em geral não sou eu que divido o trabalho dos repórteres, é a chefe de reportagem que faz previamente essa divisão, mas até assim eu sugiro, nossa, esse repórter não combina com essa pauta. Acho melhor mandar outro e colocar esse aqui, que às vezes tem um texto mais solto para uma pauta que é de comportamento. Tem repórter que não sabe lidar com pauta de comportamento, não tem essa criatividade. O que ele gosta mesmo é do factual, da enxurrada de informações imediatas.

DG – Das quatro características que norteiam o jornalismo, ou seja, periodicidade, atualidade, publicização e universalidade, eu observei que você é muito pela atualidade. Nesse sentido, o que te movimenta a ser assim, é uma questão pessoal ou porque o telejornalismo exige?

PM – Eu acho que é uma mistura dos dois. Eu sempre penso que todo mundo deve estar atualizado com tudo. Não o tempo todo, né? Acho que essa é uma característica muito pessoal minha, eu cobro, sou incisiva demais em manter tudo muito atual. Senão você vai dar o velho para as pessoas, então eu penso que jornal é esse que dá a notícia ocorrida no início da manhã e não atualiza para a noite. Tem essa preocupação porque tem muitas coisas que acontecem de manhã, no começo da tarde e você vai dar às 19:45h e tem de pensar que é possível que as pessoas já tenham lido a notícia, tenham assistido em horário mais cedo, então você tem de tentar dar o mais atual possível, revelar novas facetas daquela informação, para que o telespectador não se sinta vendo a mesma coisa que ele já assistiu no começo da tarde. Senão fica sem sentido, assim você perde o telespectador. Me perderiam se eu assistisse um telejornal velho, com coisas ultrapassadas. Às vezes eu me coloco no lugar do telespectador e me pergunto: se eu estivesse assistindo e visse essa mesma notícia que eu já acompanhei ao meio-dia, eu não vou assistir esse jornal. Ele não está me deixando atualizada. A televisão tem perdido muito para as redes sociais, para a internet. Então se a pessoa se propõe a parar diante da televisão e deixar 45 minutos da vida dela lá parada assistindo a TV, eu tenho que lhe dar um produto diferenciado, que traga um pouco de pluralidade, considerando a estrutura de produção da TV pública, que não é a mesma da TV comercial. Eu tenho que pensar nisso porque a gente não pode estar em todos os lugares da mesma forma como as grandes redes de

TV comercial estão. A gente não pode mandar o repórter correndo para outra praça, como, por exemplo, Belém do Pará, porque a gente não tem recursos de custeio para isso. Então tem de tentar dar o assunto de qualquer outra forma e eu acho que talvez sendo atual possa superar um pouco as outras deficiências. Acho que é por aí, porque o telespectador que assistir um noticioso atual.

DG – A fim de se manter atual, como é para você driblar a enxurrada de notícias que os portais da chamada grande mídia disponibilizam a todo o momento para os usuários da internet?

PM – É complicado driblar essa concorrência. Por isso que a gente tem cada vez mais de usar links no telejornal, porque acho que fica dinâmico, eu particularmente gosto de utilizar o “ao vivo”. Ontem mesmo, demos um “ao vivo” sobre a história do PIS/PASEP para idosos. A informação saiu ontem, foi publicada hoje no Diário Oficial, anunciada pelo governo que seria liberado o PIS/PASEP para idosos a partir de outubro. Eu dei essa notícia em link, talvez valesse uma grande reportagem explicando o que é o PIS/PASEP e tal. Eu não tinha pessoal, não tinha estrutura para isso, mas de forma eu posso dar com dinamismo para além de uma nota seca lida pelo apresentador, às vezes de forma chata onde as pessoas não prestam atenção? Demos então a notícia via link “ao vivo”, tentando ser mais dinâmico. A câmera sai do apresentador e vai para a cara do repórter, tentando chamar a atenção, tentando estar em sintonia com a atualidade do telespectador. Eu acho que esse recurso é uma forma de driblar a concorrência da internet, que atropela o fazer televisivo. Quando a notícia é internacional, no caso dos atentados terroristas, é claro que não podemos dar um link no exterior. Então a gente fica ligada em redes como a CNN, que dão os acontecimentos o tempo todo, nas agências de notícias internacionais, para tentar ousar acompanhar a velocidade da internet. Ou então, acompanhar o tweeter da Polícia de Paris, e aí a gente tenta dividir o trabalho com todo mundo, no intuito de atualizar os números e o transcorrer dos fatos o mais próximo possível da realidade.

DG – Existe uma norma formalizada do como se devia fazer o telejornalismo aqui na TV Brasil? Vocês têm um manual de redação?

PM – A gente tem, a gente tem um manual de redação que foi feito com a participação de muitos funcionários. A gente tem algumas orientações em termo de como fazer pautas, que tem de ser cobertas pela TV pública.

DG – Você poderia dizer como se constitui a pauta de uma TV Pública?

PM – Então, as pautas sociais são especificidades que a gente tem de perseguir sempre, né? Além do óbvio, que é ouvir os dois lados, tentar o equilíbrio, apurar as informações que

chegam, enfim, atividades que acho que são do jornalismo em si. Acho que nem precisa estar escrito ali, mas está escrito também no nosso manual. Mas as pautas sociais são uma coisa que a gente sempre tem que ir atrás, então, assim, a questão das minorias e aí são os indígenas, os quilombolas, os negros, as mulheres, esses são temas de pautas que a gente tenta sempre cobrir, tanto as coisas boas como as ruins. Deveria ser melhor a nossa cobertura, mas a gente não consegue estar em todos os lugares e a gente tenta amenizar com a colaboração das TV parceiras para cobrir conflitos de terra, a violência contra as mulheres, notadamente quando esses grupos vêm a Brasília. Quanto aos negros, a gente sempre faz muita pauta relativa aos negros realçando os números bons e, infelizmente, abordando também os números ruins. Os homossexuais a gente cobre, tentando combater a homofobia, a transfobia, que agora está bem em voga. Essas são ocorrências que a gente tenta sempre acompanhar e isso está lá recomendado no nosso manual.

DG – Talvez a intenção seja a de dar voz a quem não tem voz?

PM – Sim, sim, algumas coisas eu acho que só a gente dá. A gente tenta dar mais voz a esse público que o próprio preconceito trata como marginalizados. Assim, as pessoas em situação de rua elas têm pouco espaço para falar o lado delas. Então a gente tenta fazer pautas ligadas a essa questão, envolvendo pessoas que às vezes estão ali numa situação provisória, às vezes não é porque ela quer estar ali, né? Então esse tipo de pauta você não vê nas TVs comerciais é o que a gente tem sempre de lembrar que é preciso fazer. É claro que o dia às vezes nos atropela, a gente não dá conta, a estrutura é limitada, mas temos de tentar derrubar uma pauta do cotidiano para fazer essa outra aqui que mostra a diversidade de assuntos para o público, que o público gostaria de assistir. A pessoa que liga na TV pública não quer assistir a mesma coisa que ela veria numa outra TV. Então é preciso ter alguma coisa diferente, acho que é por aí que a gente tem de caminhar.

DG – Os teóricos afirmam que todo jornalista é um mediador e em tal condição todas as vezes que ele se pronuncia causa uma ação. VoC~es tem retorno quanto as reportagens que colocam no telejornal? Será que elas modificam a realidade, se transformam a população, se interferem no cotidiano das pessoas e dos grupos diferentes de um padrão de comportamento estabelecido pela a sociedade?,

PM – Olha, retorno direto e imediato não se tem muito. Eu tive alguns retornos e talvez isso mova mais a gente. Às vezes as pessoas mandam um elogio pela ouvidoria, um pedido por telefone de cobertura de algum tema, um contato de projetos que ele viu aqui na TV Brasil e tem vontade de participar. Eu acho que isso nos deixa conscientes de que já fizemos o nosso papel. Se uma única pessoa teve o trabalho de procurar o telefone da ouvidoria da EBC e

ligou para cá porque ela viu uma matéria e aquilo chamou a atenção dela a ponto de buscar mais informações sobre o assunto. A gente já recebeu telefonemas algumas vezes de alguém pedindo um telefone de contato com instituições ou pessoas que aparecem em nossas reportagens, de alguém elogiando, então, assim, nesse mundo tão conectado através das redes sociais a gente tem conseguido ver melhor o impacto causado nesse público. Algumas matérias a gente sobre para o facebook, que é uma ferramenta que a gente tem para exibir vídeos, e outras para a página eletrônica do telejornal “Repórter Brasil”. E aí a gente vê o retorno do público, que em geral gosta muito de pautas sociais, de pautas que falam sobre projetos amplos de amparo às minorias. Aí você vê o retorno positivo por meio das redes sociais. É o mais imediato de retorno que a gente pode ter, pelas visualizações, pelos compartilhamentos, pelos comentários, né? É por aí que a gente pode tentar ver o que o nosso público quer.

DG – Você trabalha numa televisão dita pública, mas a gente sabe que no Brasil a TV pública está ancorada em algum órgão ou governo estatal. Portanto, dentro do jornalismo praticado na TV Brasil, existe uma possibilidade de exercício crítico ao governo ora de plantão? Quando o jornalismo daqui incomoda, por exemplo, a deputados e senadores da oposição ou a algum ministro de governo, como vocês reagem aos protestos encaminhados à direção da EBC?

PM – De vez em quando chega uma ordem, eu não estou aqui para mentir, de que uma pauta ou outra deve ser feita sobre determinado assunto. Querem que a gente dê determinado assunto? OK, a gente vai dar do jeito que devemos dar: colocando um lado e o outro. Nunca recebi nenhuma recomendação no tempo que estou à frente do telejornal falando assim: você não pode dar políticos da oposição, porque eu acho que no dia em que receber uma proibição dessas, eu acho que estou fora. Acho que não tem como fugir: se você está ligado a um órgão do governo, independentemente se é federal, estadual ou uma universidade, por exemplo, você vai ter uma pautazinha, sim, que eles querem que você faça. Isso não me incomoda porque acho que isso acontece em qualquer TV, seja pública ou comercial. Acho que assunto é sempre assunto. As pessoas devem saber sempre a respeito de todos os temas. Mas você tem de dar do jeito certo. Se é uma pauta que vai envolver economistas, por exemplo, então vamos colocar um economista a favor e outro contra, é sempre bom confrontar os pontos de vista.

DG – Isso fica claro para a chefia superior ao cargo que você ocupa, como também para os seus liderados aqui dentro?

PM – Sim, sim. Vamos ouvir todos os lados. Se a gente não conseguir ouvir o outro lado, vamos atrás de uma nota-pé, alguma coisa a gente vai dar relativo à outra voz. Não vamos dar

somente a voz oficial, que vai apenas falar bem ou exaltar determinado assunto. Vamos ouvir os dois lados. É por aí.

DG – Eu observei no seu ambiente de trabalho que o tempo todo vocês têm nos aparelhos tecnológicos parceiros para construir um telejornal de qualidade. É o tempo todo estabelecendo redes produtivas por meio do telefone, de computadores plugados na internet, de filmadoras, de ilhas digitais de edição, de links de micro-ondas estabelecidos via satélite, etc. Você já se imaginou sem nada disso para editar o telejornal?

PM – Olha, desde o tempo em que comecei na EBC eu nunca trabalhei sem essa tecnologia. Já entrei no jornalismo com essa tecnologia, talvez um pouco menos de tecnologia do que temos hoje, mas com internet, com computador, com filmadoras digitais. Eu ouço de um tempo, não muito distante, que era muito diferente. Às vezes eu paro para pensar, principalmente com o “whats up” hoje em dia, que ela é uma ferramenta fantástica: você consegue conversar com o repórter, manda mensagens para pessoas distantes e recebe respostas na mesma hora. Mas, ao mesmo tempo é muito ruim, porque se você deixar trabalha o tempo todo. Porque você vai para sua casa e alguém manda uma mensagem pelo “whats up”: nossa tem um recado para amanhã. Olha, a matéria tal que eu falei para você ela não vai conseguir entrar no ar por tais e tais motivos. Então, se você deixar, vira refém da tecnologia. Acho que temos de preservar o nosso tempo pessoal.

DG – Você consegue se distanciar da redação e ter uma vida independente da TV Brasil?

PM – Eu consigo, eu consigo. Tem muita gente que fala que não resiste, mas eu consigo. Fim de semana? Eu falo, gente fim de semana eu não sou jornalista. Mas, claro, não é que eu feche os olhos para as notícias, mas eu tento me afastar da tecnologia. Então, assim, às vezes saio para almoçar aqui no trabalho. Almoço aqui no mesmo ambiente, mas eu às vezes deixo o celular afastado e passo uma hora comigo, né? Tem gente que não tem esse perfil. Eu consigo ter, senão eu vou surtar. Tem gente que até comenta: nossa, você almoça com você mesma e eu falo é, almoço comigo mesma. Eu acho que é isso, a tecnologia ajuda muito no processo de produção jornalístico, mas tem que ter um equilíbrio porque senão daqui a pouco você é cobrado por não ver as mensagens que chegam ao seu próprio telefone. O seu telefone pessoal com uma mensagem de trabalho, num momento em que você está, por exemplo, em convívio com a sua família. Eu conheço gente que é jornalista 100% do tempo. Eu sou jornalista numa parte do meu tempo e acho que minha vida pessoal é muito mais importante do que a minha vida de jornalista. Porque a gente tem de estar bem pessoalmente, para tentar estar bem profissionalmente. Senão você surta. Eu já vi muita gente surtar e ficar esgotada física e emocionalmente por causa do trabalho ininterrupto. Acho que você tem de buscar o

equilíbrio. É um equilíbrio difícil porque tem dias que você vai estar ligado o tempo todo, mas acho que você tem de tentar nos seus momentos livres não estar conectado na tecnologia.

DG – É claro que isso depende dos acontecimentos, né? Tem dias que eles se avolumam e se tornam muito importantes para a vida diária de um país, notadamente para quem mora e trabalha com jornalismo em Brasília, uma cidade em que as decisões políticas e econômicas pulsam com muita força...

PM – É por aí. Tem um dia ou outro, nesses momentos de grande tensão, você acaba ficando mais tempo na redação, você chega mais cedo e sai mais tarde, sim, você olha seu celular com mais frequência para saber o que está acontecendo, mas tem que ser o excepcional, a exceção, porque senão acho que você não dá conta de tudo.

DG – A profissão que você exerce te deixa feliz?

PM – Me deixa feliz, eu gosto muito do que faço. Incomoda essa coisa de quererem que você esteja conectado o tempo todo. Isso eu falo dos amigos, eu falo da família, dos colegas de trabalho que às vezes acham que você tem de saber tudo. Não, você não tem essa obrigação. Eu sou muito sincera, assim, se eu não vi uma coisa não vou mentir que vi. Não, desculpa, não vi essa notícia.

DG – Mesmo porque o número de notícias geradas o tempo inteiro é incomensurável, né? Dá para saber de tudo?

PM – Não, não dá. Eu gosto muito da minha profissão, mas isso me incomoda. Porque me incomoda a cobrança das pessoas. As pessoas esperarem que você tem de saber de tudo e eu tento sempre me manter um pouco afastada de tudo para conseguir fazer tanto as coisas pessoais como profissionais. Para comandar um telejornal, além de boa profissional você tem de ter o equilíbrio emocional. Você não pode desesperar, entrar em pânico, não pode gritar com ninguém, então é lidar com isso, principalmente aqui em Brasília, onde você é surpreendido sempre com uma emoção, principalmente se o Congresso estiver funcionando. Então às vezes você está lá com um jornalzinho fraco, calmo, sereno... e de repente vem uma denúncia e você tem de derrubar tudo, absolutamente tudo, tem de derrubar matéria, deslocar repórter para algum lugar e de refazer o telejornal em curto espaço de tempo. Então você tem de parar, talvez aqueles 10 segundos, equilibrar, pensar e falar: vou fazer assim. Então você se organiza para conseguir lidar com o inusitado, que sempre ronda o dia a dia da redação. Quando dia está muito calmo eu tenho mais medo do que daqueles dias que já começam agitado, porque a calmaria pode se transformar a qualquer momento sem avisar.

DG – A sua equipe lhe dá lastro para tomadas de decisão repentinhas?

PM – Sim, todos os membros da equipe se apoiam muito entre si. É importante todo mundo pensar que é um trabalho em equipe, né? Então se um não faz, não vai dar certo, alguma parte vai dar errado. Então, assim, é contar com a ajuda de todos, principalmente quando o inusitado acontece, porque a equipe se une e se apoia muito mais. É bonito de ver quando alguém fala num momento pesado “eu já terminei o meu, você quer que eu te ajude”?

DG – E a sua vida de jornalista? Quanto tempo de estrada, como tudo tem se desenrolado no que diz respeito a sua profissão?

PM – Todo o meu tempo de estrada está aqui dentro. Antes de ser jornalista, trabalhava no INSS, no setor de benefícios. Era formada em Jornalismo, mas eu gostava muito do trabalho lá, assim, a minha mãe trabalhava na Previdência, então convivia com isso desde pequena e sempre gostei muito dessa área. Até hoje quando o povo aqui na redação quer tira alguma dúvida a respeito de INSS, vem tirar comigo. Porque quando eu não sei eu vou atrás, eu gosto muito dessa área. Então, depois eu passei no concurso aqui, pedi exoneração do INSS e vim para cá. Entrei já na TV Brasil (2008) e estou já há nove anos na TV Brasil. Entrei como editora e aprendi do zero, do zero, não sabia quase nada, principalmente sobre televisão, que eu acho que é uma coisa muito diferente do que a gente vê na faculdade. Na faculdade a gente vê muito pouco disso. A gente vê muito escrito, escrito, escrito, você é quase preparado para trabalhar numa agência ou num jornal impresso. Portanto, quando eu entrei aqui eu não sabia quase nada de telejornalismo. Na faculdade, apesar da teoria e dos laboratórios, era muito pouco tempo dedicado ao telejornalismo. Dá-se pouco de prática nessa área de rádio e TV. Mas é muito diferente e eu entrei como editora, eu entrei na roda e vamos e vamos e me esforcei muito, assim, pedi ajuda a muitos colegas e você não deve ter vergonha de pedir ajuda aos colegas, de dizer que não sabe, mas que quer aprender. Eu tive esse apoio de duas pessoas aqui que eu perguntava as coisas mais elementares, absurdas, que as pessoas olhavam e perguntavam “você não sabe isso aqui”? Não, eu não sabia. Fui me esforçando, comecei a estudar sobre televisão, segui engatinhando, assim, até chegar a esse posto.

DG – Logicamente que ao chegar a esse posto você passou a exercer um poder perante os seus liderados ou colegas, obedecendo a uma hierarquia estabelecida em toda empresa. Como é para você o exercício desse poder, como você negocia as tomadas de decisões inerentes ao seu cargo?

PM – Eu tento sempre ouvir todo mundo nos momentos de tomada de decisão. Existe o poder, claro, a última palavra é minha e eu tenho noção disso, mas eu acho que a gente precisa ouvir as pessoas, né? Eu tento ouvir ponderações, às vezes eu tenho uma idéia para produzir uma reportagem e de repente o repórter vem cá falar comigo e diz eu não acho que o

encaminhamento não é esse por tais e quais motivos. Eu estou nesse posto, mas não tenho que usar o poder apenas pelo exercício do poder. Eu sou uma líder e é diferente de ser alguém que tem apenas um cargo que lhe dá poder, né? Em muitos casos abro mão e falo vocês estão certos. Liderar é trazer as pessoas para perto de você e eu tento fazer isso todos os dias. Claro, tem dias que você está num dia ruim e você talvez não esteja muito acessível ou, por outro lado, tem gente que às vezes só quer criticar por criticar. Eu acho que, principalmente, você tem que saber lidar com as pessoas e isso é bem difícil. Isso te esgota mentalmente muitas vezes mais do que as notícias que correm o tempo todo e você não tem como doma-las com exatidão. O principal exercício que faço aqui é ouvir as pessoas, tentar lidar com a diferença de personalidade dos integrantes da equipe e muitas vezes abrir mão de um ponto de vista e mudar de idéia para a realização de uma reportagem. Você está montando um telejornal e você tem a ajuda de muita gente para dar tudo certo. Acho que você tem de saber comandar bem e só se comanda bem ouvindo os membros do time.

DG – O que você considera como um telejornal perfeito?

PM – Nossa, eu acho que não existe um telejornal perfeito. Acho que todo mundo pode e vai errar, considerando o tamanho de uma equipe dessa, sinceramente eu nunca pensei nisso, mas acho que não existe o telejornal perfeito. Claro que a gente tem sempre que buscar a perfeição. E como podemos fazer isso? Tendo um bom processo de produção, talvez da busca pela melhor personagem, a busca do melhor especialista e que fale melhor. Porque às vezes você entrevista um especialista que é sumidade na sua área de atuação, mas não fala tão bem para a televisão e, por isso, não passou a informação tão detalhada e resumida conforme você queria. Ele em off falava tão bem mas na hora que ligou a câmera você diz ah, meu Deus, a matéria poderia ter ficado tão melhor. É isso, a busca talvez passe por encontrar as pessoas certas para te ajudar na construção da reportagem, ter um bom repórter para escrever um texto limpo e preciso, ter um bom editor para enxergar esse texto e melhorá-lo se for preciso, ter um editor de imagem que possa cobrir com maestria passagens do texto com as imagens colhidas pelo cinegrafista e, além disso, aperfeiçoar o trabalho com efeitos inerentes à ilha de edição, e tem que dar tudo certo também na apresentação do telejornal, na parte técnica, enfim é um caminho muito longo até você chegar na perfeição. Às vezes a reportagem está maravilhosa, perfeita, e aí alguém da técnica, por exemplo, comete um erro e vai tudo então por água abaixo. A gente sempre está procurando sempre o melhor processo para que tudo dê certo no final.

DG – O que a gente aprende com os erros?

PM – A gente aprende muita coisa. A gente aprende a ser humilde, por exemplo. A abaixar a cabeça, a pedir desculpas. Se você tem de pedir desculpas tem de ser o mais rápido possível, porque você comete erros, fala de um jeito com uma pessoa que não é legal ou você falou que a pessoa estava errada e ela estava certa e isso aqui acontece o tempo todo porque jornalista tem a mania de falar não é assim não é assado. Aí você vai ver, checar a informação e fala nossa, não era nada daquilo que condenei. Aí você tem de ir lá e pede desculpas e diz olha, eu estava errado. Dependendo do erro, acho que não pode cometer de novo. É a grande busca na edição, você vê o texto de um repórter e alterar e consertar, o editor tem que ter o segundo olhar, tem que estar muito ligado. Se você aprende a lidar com aquele repórter, tem repórter que comete o mesmo erro sempre, às vezes erro de concordância verbal ou nominal. Então quando estava editando matérias sabia de repórteres que cometiam o mesmo erro. Se você deixar passar uma vez não pode deixar passar de novo. Então você tem que estar ligado. Todo dia você aprende com o erro. Às vezes vejo o telejornal no ar e digo nossa, não devia ter paginado desse jeito, essa reportagem deveria vir depois da outra, ou seja, você vai pensando e apurando o seu senso crítico e diz amanhã vou ter que ficar mais ligado nisso, vou ter que prestar mais atenção numa coisa assim. Acho que todo o dia a gente aprende com os erros daqui e de fora daqui.

DG – É fácil apontar o erro do outro?

PM – Sim, é fácil apontar o erro do outro, mas tem gente que não sabe lidar com isso porque leva para o lado pessoal. É fácil ver o erro do outro, talvez não apontar o erro do outro. Eu tento dar um feedback para todo mundo todos os dias porque acho que é importante no processo de produção do telejornal. Tanto elogios como críticas. A tendência é só as pessoas criticarem as outras, apontar só erros, mas eu acho importante elogiar e isso foi uma coisa muito positiva que eu tive da equipe porque quando eu assumi o cargo metade do pessoal da arte, que faz a arte para o telejornal, queria sair. Uma semana depois que eu entrei eles falaram que não mais queriam sair. Por que? Porque eu dava feedback positivo e negativo, não é só positivo não, que eles trabalhavam apenas maravilhosamente bem. Eu gosto muito do trabalho deles, mas é claro que no dia que tinha alguma falha eu dizia olha, eu achei que não ficou legal tal coisa assim, assim, mas acho que tudo é a forma como você fala. Você não pode apontar um erro, uma falha de forma ríspida, achando que você pudesse fazer sempre melhor, porque acho que não é por aí porque você poderia cometer o mesmo erro. Eu acho que a forma com que você se dirige ao colega implica em saber conversar negociando. Independendo do erro, acho que você não deve expor na frente das outras pessoas. Eu acho que tenho que dar o feedback para todo mundo, depois da exibição do telejornal temos uma

reunião, onde comento as reportagens, a apresentação com todo mundo, pergunto o que as pessoas acharam porque se eu não gostei de determinada matéria pode ser que seja apenas uma opinião pessoal minha. Como já aconteceu aqui de alguém dizer nossa que matéria maravilhosa e eu retrucar nossa, não gostei. Mas todo mundo realça que a matéria foi mesmo muito boa e eu chego a conclusão de que quem estava errada era eu. Mas tem determinados erros que eu tento conversar particularmente com a pessoa. Só ela, porque tem coisas que eu acho que não valem a pena ser ditas ao todo porque você denigre a imagem dela e deixa a pessoa em situação muito complicada. De repente a pessoa está começando e é muito ruim ser constrangida em meio a outras. Fizeram isso comigo, então eu sempre tento me lembrar do que fizeram comigo, traumatizou, então eu não vou repetir essa conduta com os outros. Se eu estiver num dia ruim, então é melhor que eu nem converse com as pessoas. Eu falo: não gente, eu não vou fazer reunião hoje porque não vou dar conta. Já aconteceu isso de dizer: gente eu não estou bem, amanhã a gente conversa. Todo mundo é gente e temos que conhecer os nossos limites também.

DG – Do ponto em que você está, como você fixa o futuro para sua carreira?

PM - No momento isso me satisfaz. Eu não penso em sair daqui e ir para uma televisão comercial e isso é uma coisa que eu tenho muito certo em minha vida. Eu gosto do que faço aqui e acho o projeto de TV pública muito legal. Claro, tem muita coisa para melhorar. A estrutura tem que melhorar, a parte visual tem que melhorar, eu tenho muitos idéias, assim, mesmo sabendo que boa parte delas ainda não pode ser colocada em prática, não só para o telejornal que edito, como também para outros projetos que já apresentei para a TV, que não foram adiante por circunstâncias diversas. Mas eu pretendo ficar aqui, não quero ir para a TV comercial, não é meu perfil. Também talvez porque o mercado é muito difícil no sentido da concorrência, da estabilidade e eu gosto de ter um pouco dessa estabilidade que eu tenho aqui. Não é porque, ah, nossa, me sinto estável aqui e não vou fazer nada. Não é esse olhar que eu tenho. Eu gosto do que faço aqui e, por enquanto, não penso adiante. Acho que eu estou satisfeita trabalhando com que eu faço hoje.

DG – Sabemos que o ingresso para trabalhar na EBC e, por conseguinte, na TV Brasil se dá por meio de concurso. Em sua opinião, o concurso dá uma estabilidade para que o jornalismo seja praticado com um pouco mais de consciência ou o concurso acomoda as pessoas no serviço público?

PM - Eu acho que tem as duas coisas aqui. Você vê algumas pessoas, e eu acho que é a minoria aqui, que estão acomodadas e não estão dispostas a trabalhar com mais dedicação, com um pouco mais de afinco. Sem dúvida, Tem pouquíssimas pessoas, que já passaram por

aqui e foram para outros setores, que enxergam assim, ah, eu vou ali cumprir o meu, mas, assim, se não tiver nada para mim não vou oferecer ajuda. Isso é uma coisa que eu acho meio mentalidade de serviço público, né? Que é ruim, muito ruim. Eu acho que chega ser assim absurdo. Você vê uma pessoa do seu lado trabalhando, arrancando os cabelos e você tá ali no seu universo falando: ah, vou esperar dar o meu horário e vou embora. Não é por ai, principalmente com o jornalismo porque é muito difícil não ter trabalho. Sempre tem muito trabalho por fazer. Mas graças a Deus é a minoria. Por outro lado, o concurso traz um pouco mais de estabilidade e de tranquilidade para você exercer bem a sua profissão. Acho que é uma coisa positiva e pra mim funciona assim: eu enxergo como uma coisa positiva para a minha vida, ter um pouco dessa estabilidade, para exercer bem a minha profissão e enfrentar situações que talvez as pessoas tenham o receio de enfrentar e dizer não, não concordo como as coisas estão sendo feitas. Talvez numa TV comercial você não pudesse falar isso. Eu já briguei com o chefe aqui. Já briguei com a Diretora de Jornalismo, porque eu não concordava com o encaminhamento dado ao telejornal. Não fui desrespeitosa. Eu só falei que não concordava com a visão dela, com o encaminhamento de uma determinada pauta e eu fui lá defender o meu. Eu posso não ganhar? Eu posso não ganhar e ela dizer que tenho que fazer mesmo que de outro jeito. Também não vou ser insubordinada e dizer que não vou fazer. Porém, talvez aqui você tenha um pouco mais de estabilidade e de liberdade para você enfrentar coisas que você não acha que estão no caminho certo de uma determinada pauta, de um determinado programa.

DG – Quer dizer, o concurso e a estabilidade podem lhe dar o poder de uma negociação muito maior, de contestação muito maior, isso por um lado porque por outro você pode cair na acomodação. Enquanto o colega vibra você está cumprindo apenas as funções do funcionário público que bateu o ponto, que está satisfeito com a sua inércia. Diante dessas vertentes, você acha que já surgiu uma geração que queira trabalhar com televisão pública, que se entusiasme com isso daqui do jeito que é?

PM – Sim, eu já vejo essa geração. Eu já vejo muita gente aqui com esse brilho no olho. Eu fico surpresa de ver isso, assim, tem gente que realmente acredita. E cada vez mais essa nova leva de jornalistas concursados veio muito mais interessada e ligada na comunicação pública. Tem muito gente que veio das universidades pós-graduadas em comunicação pública, que eu vejo aí que veio entendendo o produto com o qual estava começando a trabalhar. Mas no mesmo tempo que tem essa geração, tem outra um pouco equivocada do que seria comunicação pública. Algumas pessoas enxergam a comunicação pública como se ela fechasse os olhos para acontecimentos do mundo cotidiano. Como se só valessem pautas

sociais, alternativas e se esquecessem do resto. Quem assiste a TV pública tem de ver os dois lados, assim, acho que temos de dar mais voz às questões sociais, mas a gente não pode deixar de dar as notícias factuais. A gente não pode fugir das coisas que acontecem no dia a dia, até porque as pessoas vivem no Brasil e elas têm de saber o que acontece aqui e saber o que acontece no mundo. Pelos menos o principal você tem de saber o que está acontecendo.

DG – Na elaboração das pautas vi que vocês privilegiam a participação de especialistas na elaboração das reportagens. Portanto, como vocês vêem a participação de quem faz ciências nas reportagens do telejornal. Seria uma palavra superior que daria maior credibilidade ao fato?

PM – Eu acho que o cientista, o pesquisador está ali trabalhando na linha de frente do processo de produção, por exemplo, de uma vacina e eu vejo ele como a principal voz de uma reportagem pra pelo menos explicar, para elucidar de uma forma didática o assunto abordado pelo repórter ou entrevistador. Às vezes as coisas das ciências são meio complexas, as pessoas às vezes acham que aquele é um conhecimento superior, assim, as pessoas assistem as matérias e dizem nossa, ciências, não, são coisas assim muito difíceis. Acho que ali o pesquisador tem de tentar mostrar para o povo qual a importância daquilo que ele está lá há tanto tempo estudando, que em geral eles trabalham muitos anos para chegar a algum resultado de experimento de sucesso, ele tem de apresentar o benefício que aquela pesquisa vai trazer para a sociedade. Então eu penso ele como a principal fonte da matéria.

DG – Com que frequência as pesquisas ou resultados de pesquisas dos laboratórios das Universidades chegam até aqui? Quando esses resultados chegam, como vocês tratam desses assuntos?

PM – Eu trato como prioridade. Eu acho que as pautas sobre ciências são muito importantes porque sempre trazem benefício para um grande número de pessoas. Se é uma pauta de vacina, se é uma pauta de uma descoberta, ou de um robot que pode ajudar pessoas com deficiência, assim como passarem a enxergar ou como facilitador de atividades domésticas, é sempre muito importante porque você vai mostrar aquilo que os pesquisadores estudaram tanto tempo e agora é pra valer, né? A gente não recebe esse tipo de pauta com tanta frequência assim, mas sempre que chega e a matéria valendo eu sempre dou prioridade para as pautas de ciências. A gente faz algumas do Rio e de São Paulo, mas a gente também recebe do Amazonas, da Universidade de Minas Gerais. Quando teve o surto de Zica a gente recebia mais, porque estavam pesquisando, então a gente deu muito, muito mesmo.

DG – Vocês acreditam que há uma maneira de contestar, de contrapor alguma matéria sobre ciências que chegam aqui ou a palavra do cientista é incontestável, é a palavra final?

PM – Não, em geral, não. A gente não contesta. As matérias que chegam são tratadas com a equipe que está responsável pela pesquisa. Geralmente tem uma sonora e a gente não procura contestar porque eu acho assim, aquela pesquisa geralmente vem de uma Instituição séria, de uma universidade de gabarito. A não ser que seja, assim, uma pesquisa muito maluca. Aí você fala, assim, será que isso é verídico? Aí você tem de despertar, como já aconteceu numa pauta aqui que no momento não lembro. Aí você para e vai procurar saber sobre o assunto, tirar as dúvidas, porque você pensa: não, gente, não tem ninguém falando sobre esse assunto. Aí você tem que olhar um pouco mais fundo, porque pode ser apenas só uma pessoa inventando uma coisa maluca que não vai servir para ninguém. Mas em geral a gente não contesta, não.

**ANEXO C – ENTREVISTA MAYRLUCE VILELA – COORDENADORA DE
JORNALISMO DA TV BRASIL**

Entrevista Mayrluce Vilela – Coordenadora de Jornalismo da TV Brasil

DG – Quais são os pontos mais importantes da sua trajetória no jornalismo até chegar aqui, na coordenação de jornalismo da TV Brasil?

MV – Este ano estou completando trinta anos de carreira. Eu comecei minha trajetória no jornalismo coincidentemente aqui, no que hoje é EBC, na antiga Radiobrás. Comecei como estagiária e acebei sendo contratada, passei por todas as áreas da empresa desde a Rádio Nacional FM, depois Rádio Nacional AM, radiojornalismo, Voz do Brasil, Rádio Nacional da Amazônia, depois fui para a Agência Brasil, passei pela extinta TV Nacional e teve um tempo que saí da empresa. Depois voltei, agora chefiando a TV Brasil. Ao mesmo tempo eu tive outras experiências paralelamente quando trabalhei na Tv Globo, Tv Record, Rede 21 que é da Band, já trabalhei no Correio Brasiliense, já fiz campanha política, comandei a equipe da TV Justiça, enfim nesses trinta anos já fiz isso tudo.

DG – Com essa experiência como você classificaria o jornalismo que se faz para o mercado e o jornalismo para uma empresa pública? Ou jornalismo é uma coisa só?

MV – Eu entendo o jornalismo como uma coisa só. Acredito que o jornalismo em si deve ser de interesse público. Então tem algumas diferenças, que eu falo assim: na iniciativa privada, em termos de TV, na grade de programação, coisas que são sujeitas ao comercial, então tem algumas questões que você leva em conta. Por exemplo, na hora de fazer uma matéria você tem que ter um monte de cuidados relacionados a logomarcas, porque você tem anunciantes, etc. No jornalismo público você não tem tantas amarras desse tipo. Então, assim, no jornalismo da chamada TV pública, da EBC, TV Brasil, talvez a gente tenha mais espaço para dar maior cobertura a determinados setores da sociedade que tem menos espaços nas TV comerciais. Mas, assim, o fazer jornalismo entendo como uma coisa só. Você tem de primar pelo interesse público, brigar pela imparcialidade da melhor forma possível, acho que você tem de dar direito ao contraditório para a expressividade de todos os lados. Eu acho assim, se a sociedade é plural, a gente também tem de ser plural. A gente não pode assumir uma linha editorial pensando no que apenas a gente acredita, ainda mais atualmente com o Brasil totalmente dividido em todos os aspectos, não só político, mas a gente está vivendo um momento muito grande de transformação e, por isso, a gente tem de dar voz a todos os lados. Então, acho que isso é a coisa primária do jornalismo. Essa mesma filosofia de trabalho se

estende para as praças ou núcleos de produção do Rio de janeiro, São Paulo e São Luís, No Maranhão, que pertencem à EBC. Já com as emissoras parceiras, TVs universitárias e Educativas, que formam com a gente a rede nacional pública, não podemos interceder diretamente no modo de trabalho delas, mas os profissionais que atuam nesses ambientes também compreendem muito bem o que seja o exercício das premissas básicas do jornalismo.

DG – Que segmentos sociais estariam hoje marginalizados das televisões em geral e que encontram eco na TV pública?

MV – Eu vou buscar, sempre que possível, no programa Caminhos da Reportagem fazer uma matéria sobre os indígenas, sobre os negros, apesar de que essa pauta pública está hoje posta no Brasil inteiro. Talvez, assim, um tempo atrás, a gente tenha saído um pouco na frente. Assim, quando a gente falava sobre racismo, por exemplo, as outras emissoras só entravam quando acontecia um fato muito relevante. Alguém que no supermercado foi maltratado, etc., dessa forma a pauta vinha à tona. A gente meio que cavava essas pautas para mostrar que isso acontece. Muitas vezes a gente não esperava um fato relevante para levantar essas questões, que fazem parte da realidade de milhares de pessoas que sofrem este tipo de problema, que às vezes ficam ocultos nas emissoras privadas e só vêm à tona quando ocorre grande repercussão. Mas hoje, não. Hoje você já percebe que esse tipo de pauta já está começando a permear o telejornalismo das demais emissoras também.

DG – Como se estrutura hoje a EBC?

MV – Eu brinco dizendo que aqui você consegue mudar de emprego sem mudar de empresa. A gente tem uma agência de notícias, que é a Agência Brasil, que vem desde a época da Radiobrás, você tem a Web, que é o portal das redes sociais, temos também as rádios, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Nacional de Brasília e do Rio de Janeiro, você tem as rádios MEC de Brasília e Rio, a rádio agência Nacional, a EBC Serviços, que é a parte da NBR, que trata da comunicação institucional do governo e onde também se elabora a Voz do Brasil, a TV Brasil e as demais áreas da empresa que passam pela Comunicação Social, Gerência de Marketing, enfim, isso aqui, a EBC, é um complexo de comunicação formado por rádios, agências e TV, tudo junto.

DG – Dentro desse complexo, qual o destaque que se dá para a TV Brasil?

MV – Apesar de gerenciar a TV Brasil e saber da importância que ela tem, eu defendo que todos os veículos da casa têm o seu valor estratégico. Portanto, nenhum é melhor do que o outro, todos são tratados da mesma forma.

DG – É notório que o ingresso de profissionais aos quadros da EBC se dá por meio de concurso público. Essa forma de ingresso facilita ou não o trato com o funcionário na sua jornada do dia a dia?

MV – Essa é uma questão muito polêmica dentro da empresa. Porque o concurso viabiliza a entrada de pessoas no serviço público e dentre elas você pode dispor de bons e maus funcionários. No jornalismo é uma condição mais complexa porque muitas vezes você recebe via concurso público pessoas que recentemente saíram das universidades e faculdades e você tem que ajudar a formar esses profissionais. Aqui temos rádios, agências e televisão e a gente não pode obrigar ao ingressante a trabalhar na televisão se ele não tem o perfil de televisão. Talvez ele se adapte aos outros segmentos e então, na hora de formar uma equipe, você não pode contar com um time muito homogêneo para atuar de uma forma melhor. O concurso às vezes te engessa um pouco nessa mobilidade. Ele é um instrumento legítimo de ingresso na administração pública, mas ele engessa, assim, o jornalismo, porque às vezes a pessoa ingressa com uma finalidade e você tem de atender ela em outra plataforma. Por exemplo, você tem cem pessoas que ingressam através do concurso destinadas às rádios, agência, televisão e web. Vá que setenta queiram ir para web. Não pode, porque você não tem todas essas vagas nesse setor. Então você tem que realocar essas pessoas para outros setores que, às vezes, não atendem ao perfil dessas pessoas. É uma coisa difícil de manobrar. Muitos, mesmo você dando uma formação específica, não acompanham o ritmo de determinados setores. Por exemplo, a televisão, que é um veículo muito complexo. Não é qualquer um que faz televisão. Não é pela pessoa ser bonita ou feia. Você não pode pensar nisso. Mas, por exemplo, você precisa de um repórter de televisão no jornalismo diário que consiga fechar a matéria a tempo do telejornal ir ao ar ou entrar “ao vivo”. O “ao vivo” é um desespero. A pessoa não consegue dar conta, por mais que você treine, que você tente que ela faça aquilo lá, não é a dela. Ela pode se dar muito bem no texto da agência, ela pode se dar bem nas rádios, então, assim, a televisão é muito complexa nesse sentido. O concurso público às vezes traz algumas amarras, mas a gente como gestor tem que saber gerir isso, porque essa é uma prerrogativa da administração pública.

DG – Por onde passou a sua sensibilidade ao montar a equipe que hoje te acompanha no jornalismo da TV Brasil?

MV – A gente brinca, assim, em dizer que já tem uma bagagem de anos e consegue perceber o perfil de cada um e tentar aproveitar essas pessoas da melhor maneira possível no que elas fazem de melhor. Por exemplo, se eu tenho um jornalista que não é muito bom no “ao vivo”, mas é um belo de um editor eu vou tentar levar para a edição. Outro prefere mais a produção,

a elaboração de pautas, então, assim, é no convívio mesmo que você tenta perceber o potencial de cada um. Eu costumo conversar com as pessoas para saber qual o desejo de cada um. Eu gosto quando as pessoas vêm me falar eu quero fazer isso, eu quero fazer aquilo. Às vezes nem posso atender naquele momento por alguma impossibilidade. Mas é sempre bem a gente saber o que a pessoa quer fazer e numa primeira oportunidade eu tento levar pra lá e para cá e manejá-la dentro do que a gente tem.

DG – Qual a rotina que você estabelece para te deixar segura de que todos os programas de jornalismo da TV Brasil serão concluídos com qualidade e em tempo hábil?

MV – Eu tenho seis anos de TV Brasil e ela e a EBC vão fazer dez. Veja que é uma TV relativamente nova. Então, assim, ela carecia de muitos procedimentos, que são procedimentos normais dentro de uma televisão. Eu tenho uma equipe de gestores que também já estavam aqui. Nós nos reunimos e fomos estabelecendo procedimentos. Desde o início de elaboração da pauta, da produção do conteúdo, da reportagem, da edição que hoje eu digo assim, que eu tenho segurança e confiança nos meus gestores para tocar a redação. Até para saber que temos uma equipe muito nova, que veio do concurso público, muitos deles sem experiência nenhuma. Então tem vários níveis aqui. Gente que está muito verde e gente que sabe muito bem o que está fazendo. Então, assim, eu conto com gestores na formação e orientação dos novos integrantes da equipe. Foi um processo longo. Eu posso falar desses seis anos que estou aqui. Foi um processo em que começamos a estabelecer procedimentos, desde o início, desde a pauta, porque não tinha, assim, uma lógica de produção, era tudo muito solto. Até pela experiência que eu trouxe de outras redações, tentei implantar aqui dentro como se fosse uma fábrica, ou seja, o processo de produção ele é igual, ele tem de funcionar, ele tem uma lógica do início ao fim para fazer a coisa andar. A gente está sempre fazendo ajustes. Hoje eu tenho uma equipe de gestores que me dão segurança de que o processo de produção jornalístico vai andar com eficiência. Até nesse momento, estou abrindo o espelho do telejornal agora, mas eu tenho certeza de que não vou ter nenhuma surpresa porque, assim, eu confio na equipe que foi formada.

DG – Mas você interfere nesse processo, caso seja necessário?

MV – Claro, o tempo todo. Eu acho que isso é natural. Eu intercedo assim como os gerentes abaixo de mim, os coordenadores estão intercedendo o tempo todo porque faz parte do processo. Hoje mesmo eu tive que interceder porque estávamos com problemas de cumprimento de “dead line”, de fechamento do telejornal, que é um problema de toda e qualquer redação. De vez em quando, as pessoas afrodam. Você tem de chamar atenção. Hoje

estou aqui junto da redação até para ajudar a voltar a manter o cumprimento do “dead line”, para na hora de botar o jornal no ar não ter atropelos desnecessários. Isso é uma constante.

DG – Como administrar as paixões políticas e ideológicas individuais e mostrar aos integrantes da redação que o propósito aqui é fazer jornalismo?

MV – Passamos recentemente por um momento de transição no comando do governo federal e da própria EBC. Foi muito difícil não só para a empresa, mas para todo o Brasil. Foi realmente um período muito difícil para administrar isso aqui dentro. Eu trabalhei aqui por vinte anos, saí, passei por vários governos Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula, saí no Lula e voltei no governo da Dilma. Quando eu voltei na primeira gestão da Dilma, estava normal. É óbvio que aqui é uma empresa pública, porém recebe cem por cento de financiamento do governo. Então, mesmo sendo governo do PT, do PSDB, do PMDB, seja lá qual for o governo, você não vai sair batendo de graça. Entretanto, houve uma interferência muito grande aqui quando do período do impeachment e naqueles meses que o antecederam. Então, assim, Isso aqui foi usado pelo governo para garantir espaço, foi quase que um aparato do governo instalado aqui, foi um momento difícil, eu pensei várias vezes em sair, até me desaconselharam, fica, fica, foi um momento muito complicado, muito conturbado. Como sou uma pessoa de mercado, quando mudou o governo até as pessoas que vieram me convidaram para ficar. Elas abem que não tenho ligação política com ninguém, nunca tive. Desde que não fira os meus princípios éticos, eu trabalho com qualquer um. Eu procuro fazer jornalismo. Mas na época da transição Dilma/Temer e de comando da EBC eu briguei para manter, dentro do possível, a isenção jornalística. Foi difícil, foi porque as paixões estavam muito exaltadas. Falar que houve censura, não é censura. Se você dá o lado a um você tem de dar o lado ao outro. Quem muitas vezes acusou de censura é que só queria ouvir um lado, entendeu? Queria que isso aqui entrasse numa briga de “Fora, Temer”. Eu acho que a gente não está aqui para fazer “Fora, Temer”, nem “Fica, Dilma”, nem um lado nem outro. A gente está aqui para dar a notícia. No fim do governo Dilma tinha entrevistados que a gente nem entrava. Quando mudou, os membros da equipe da equipe de jornalismo vinham e perguntavam: a gente pode falar com determinada pessoa? Eu falava: a gente pode falar com todas as pessoas, desde que a gente dê o contraditório. Não me perguntaram apenas uma, duas ou três vezes, não. Foram muitas vezes. Diziam assim, mas fulano estava ligado ao governo anterior. E eu falava ninguém está proibido de entrar nessa emissora. Vão entrar os dois lados. A gente tem de pensar que na hora da edição temos que ter a cabeça fria, tirar a nossa paixão política e se a gente vai dar a voz para um lado vai dar a voz para o outro, tentando ser equilibrado no tempo e no conteúdo do que a gente dá. Porque não adianta você dar uma sonora de vinte segundos

para um lado e dar cinco para o outro, sendo que nos cinco segundos o conteúdo foi muito mais forte. Não é só uma questão de tempo, mas também de conteúdo. O equilíbrio tem de estar presente o tempo inteiro.

DG – Qual a autonomia de trabalho numa emissora do campo público da televisão brasileira quando se sabe que a manutenção dos custos é proveniente do comando de alguma instituição?

MV – É a isenção na forma como você faz jornalismo. Aqui a gente fala de tudo. A gente fala de pautas que são contrárias ao governo. Mas a gente explica porque e a gente escuta o outro lado. O que não pode é colocar pautas contrárias ao governo e não ouvir o governo. Não é você bater por bater. Se você entrar aqui hoje, você vai ver que tem matérias contra o governo, que são contrárias aos interesses do governo. Mas é aquela coisa, você tem fazer porque tem coisas que você não pode negar. Eu não posso deixar de falar que havia uma denúncia contra o Temer, toda aquela coisa do Joesley, não tem como você negar aquilo. Você tem que dar, mas também tem de ouvir os dois lados. Na questão do Joesley, quando saiu a denúncia contra o Temer, saiu uma notícia do (jornalista) Lauro Jardim e eu fui pressionada por algumas pessoas aqui da redação pra dar, pra dar, pra dar. Eu falei assim, eu não adoto dois pesos e duas medidas. Assim como eu não dou do Lula ou da Dilma enquanto eu não tenho uma posição oficial do Ministério Público, da Polícia ou da Justiça eu não vou embarcar numa denúncia que é de um jornalista, que a gente não tinha confirmação de ninguém. Eu não vou dar, pura e simplesmente. Não sei se você concorda comigo, mas não acho que isso seja censura. Eu acho que isso é uma responsabilidade. A partir do momento em que o Palácio do Planalto soltou uma nota, então ele reconhece a denúncia e acho que a primeira emissora a dar uma nota “ao vivo” foi a TV Brasil.

DG – Você acredita então que para noticiar um acontecimento é preciso que ele esteja respaldado por alguma instituição social?

MV – A não ser quando você testemunhou o fato ou investigou um acontecimento e sabe que aquilo é verdade. Não quando você recebeu o indício contido em uma notícia que não de sua autoria e replicar, pura e simplesmente, sem ouvir ninguém e sem ninguém oficialmente se posicionar. O que entra nessa questão é a responsabilidade. Essa é a diferença que a gente tem de ter.

DG – Essa percepção é nítida para todos? É fácil se confrontar com os colegas e tomar uma decisão como essa que você acabou de relatar?

MV - Quando você está na gestão você tem o bônus, mas tem o ônus. Eu confronto com argumentos, entendeu? Se eu tomo uma decisão é com base em argumentos. Eu citei um

exemplo recente só para a gente compreender como agimos na redação. Eu não vou tomar uma atitude diferente das que tomei em outras épocas. Qualquer denúncia relativa à Lula, à Dilma, quaisquer que fossem as notícias que saíram, a gente segurou até ter a segurança de que aquilo era de fato. Por exemplo, a lista do Fachim, quando saiu com um monte de nomes de políticos. Foi uma loucura, a redação fixou vamos dar, vamos dar. A gente só deu quando um produtor teve a informação na mão, quando ele conseguiu a informação oficial, inclusive porque foi como eu falei: a lista que o (jornal) Estadão deu continha erros em relação à lista oficial. Isso é o que eu chamo de responsabilidade do que você põe no ar. Eu não posso considerar, ah, porque o Estadão deu, virou aquele alvoroço. Hoje em dia com rede social, com o tweeter a informação corre com muita rapidez. Só que a gente também corre rápido, para tentar esclarecer e entender que a hora em que a gente tiver segurança, a gente vai para o ar. É o que eu falo: tenham segurança da informação. Eu não seguro nada se você me provar que aquilo ali é verdade.

DG – Se no momento vocês já superaram o trauma gerado pela alternância na presidência do Brasil e no comando da EBC, agora se deparam com cortes no orçamento, impostos pelo governo não só a esta empresa como a todos os outros órgãos da administração federal. Como a produção de jornalismo da TV Brasil lida com essa nova realidade?

MV – Eu não saberia te dizer agora em termos reais de valores a quantos chegou o contingenciamento de verbas, o tamanho do corte, porque não participo disso diretamente junto a Diretoria de Administração e Finanças da EBC. A gente está tendo de se adaptar, por exemplo, viagens. O programa que é o Caminhos da Reportagem, que é premiadíssimo na TV Brasil e se coubesse a comparação com a Globo seria uma espécie de Globo Repórter, é um programa de uma hora em que a gente teria que viajar mais para mostrar o Brasil. É um custo muito alto para a EBC. Nesse período, a gente está procurando fazer esses Caminhos aqui mesmo por Brasília, a gente está tendo que usar mais a criatividade para descobrir temas, pautas, que a gente possa fazer por Brasília ou Rio de Janeiro ou São Paulo, que não requeira nesse período viagens, ir para o Nordeste ou para lá e para cá. Temos que trabalhar em parceria, por exemplo, se eu identifico uma pauta legar, tipo a dos Venezuelanos na fronteira, então vamos conversar com o Exército para ver se eles nos cedem hospedagem, transporte, então, assim, nesse esquema de parceria com outros órgãos do Governo e outras entidades. Isso não quer dizer que eles vão interferir nas pautas, de jeito nenhum. Mas quer dizer, assim, a gente busca parceria. Agora estou fazendo um “Caminhos da Reportagem” sobre a questão do racismo. Conversamos com a Fundação Palmares para ver no que podem ajudar para realizarmos o programa. A gente está passando um momento que até o fim do ano a gente vai

ter que usar muito a criatividade e talvez seja até um crescimento. Eu brinco, assim, dizendo que quando tiver dinheiro, a gente vai fazer coisa muito melhor, até por que esse aperto que a gente passou e está passando nos desafiou a não deixar que a qualidade dos nossos produtos caísse. Os cortes na Diretoria de Jornalismo atingiram basicamente viagens, horas extras, o que nos leva a gerir melhor o tempo. Aqui somos funcionários de empresa pública. Na iniciativa privada você manobra melhor com essa questão do jornalismo, que o cara trabalha mais hoje e amanhã você dá folga. Aqui você tem o ponto eletrônico que está demandando mais do gestor controlar esse tempo que o cara tem de parar ali e mandar outra equipe para o fechamento da pauta para não gerar hora extra. Tudo isso a gente está tentando economizar o máximo possível.

DG - Os cortes de recursos atrapalham a manutenção de equipamentos?

MV – A gente vem de um período em que quando a gente tinha dinheiro o investimento não foi feito em novos equipamentos. Então, estamos num momento de um pouco de sucateamento dos nossos equipamentos por causa de investimentos que não foram feitos no passado. Agora, nesse instante, a sorte nossa é que os gestores da área de Operações são pessoas experientes, cuja criatividade está obrigando aos diversos setores da EBC a se integrar mais, a trabalhar em conjunto para um melhor aproveitamento de equipamentos, de ilhas de edição, de câmeras de captação e tudo mais. Trabalhando, inclusive, mais no cuidado com os equipamentos, na manutenção e no conserto.

DG – Com quase dez anos de TV Brasil e EBC, já dá para perceber o interesse do profissional, já dá para perceber o surgimento de pessoas formadas pelo jornalismo público?

MV – Sim, sim. Eu tenho aqui, por exemplo, a minha editora-chefe do “Repórter Brasil” noite, a Patrícia Maia, ela é concursada, ela é da casa, e foi uma pessoa que a gente meio que formou ela até chegar hoje à função que exerce. A gente identifica muitas pessoas que cresceram aqui dentro. Isso aqui já é perfeitamente possível. Essas pessoas sabem que o jornalismo público é aquele pelo qual você trabalha visando o interesse do cidadão, você tem de abraçar todas as pautas e estar aberto para aquilo que a sociedade que, para as transformações da sociedade, e eu costumo dizer que a gente vive um momento muito rico para isso, um momento talvez que eu compararia apenas com a década de sessenta, uma década de muita transformação e agora também a gente está vivendo isso tudo, a questão de gênero, de raça e de tudo mais. Então, assim, a gente está evoluindo de uma forma muito rápida.

DG – As diferenças talvez tenham aflorado como nunca...

MV – Pois é. Exatamente. Ao mesmo tempo é um desafio porque até nisso você tem de entender que a sociedade está dividida. A gente fala assim: tem muita gente que pensa lá para frente, mas tem muita gente também que pensa para trás. A gente está vivendo um momento de transformação tecnológica, da sociedade e de tudo. Acho que esta é uma grande oportunidade para o jornalismo público de mostrar isso daí. A riqueza de pautas, nesse sentido, pra gente é muito boa.

DG – Voltando às questões de gênero e de empoderamento, como é para uma mulher comandar a Coordenação de Jornalismo da TV Brasil?

MV – Eu diria que a redação da TV Brasil tem muita mulher. Eu falo assim, essa questão de gênero no jornalismo é muito tranquila. Pelo menos eu, eu nunca tive problema nenhum pelo fato de ser mulher, de não ser respeitada, porque acho que o jornalismo é uma área meio diferente de outras profissões. Que não é uma profissão tão machista. Se você for pegar uma área assim, engenharia, bancário, talvez isso seja mais difícil. A mulher para se inserir, principalmente no cargo de chefia, ela tem de brigar muito para conseguir o respeito, principalmente até de outras mulheres mesmo. Aqui, na TV Brasil, se você for observar hoje a maioria é mulher. Quando eu comecei no jornalismo era uma profissão ainda muito masculina. Depois mudou aos poucos e hoje na TV Brasil está bem mesclado e a escolha das gestoras não se deu porque simplesmente eram mulheres, por uma questão de gênero, ah, eu preciso botar uma mulher. Foi uma coisa natural, uma competência natural que aflorou. Eu não colocaria uma mulher como gestora só porque ela é mulher. Por uma questão de militância. Eu acho que ela tem de se firmar pela competência. E a gente tem muita gente assim que pode. Em outros setores talvez seja assim mais emblemático: você precisa fazer isso para poder romper barreiras. Mas, ao mesmo tempo, talvez se você fizer isso e a pessoa não tenha competência pode ser até pior. Você dá um tiro no pé, porque se você bota uma mulher no comando só por ser mulher e se ela não corresponde às expectativas, você reforça esse preconceito que existe.

DG – Depois de uma carreira tão longa como jornalista, o que você fixa para sua vida daqui para frente?

MV – Olha, metade da minha carreira eu fui repórter e depois disso fiz um monte de coisas diferentes. Eu saí de uma zona de conforto, porque era uma coisa que eu já vinha fazendo, que eu já conhecia, e num determinado momento em que eu abri mão da reportagem e passei para o lado de cá, para assessoria de imprensa, para gerir equipes, fazer campanhas, eu acho que cresci, um crescimento muito grande pessoal e profissional. Então eu falo, assim, não sei o que vai ser amanhã, mas eu quero uma coisa nova, diferente. Dá um frio na barriga, mas eu

quero alguma coisa nova. A minha carreira ela me levou. A vida me levou. Fui trilhando e eu não penso assim: vou sair daqui e vou fazer isso, vou fazer aquilo. Acho que as coisas vão se moldando...

ANEXO D – ENTREVISTA COM LUCAS KRAUS – EDITOR DE TEXTO TV BRASIL**Entrevista com Lucas Kraus – Editor de texto TV Brasil**

DG- Quando e como se deu o seu ingresso na TV Brasil?

LK- Meu ingresso se deu há cinco anos (2013) via concurso. Eu morava em São Paulo, fiz o concurso para a EBC e a partir disso ingressei na empresa na parte estatal, ou seja, no programa A Voz do Brasil e na NBR, que cobre as ações do Governo Federal. Fiquei uns oito meses na produção, daí fui colocado como editor da TV e fiquei ainda uns seis meses por lá. Depois houve um processo seletivo interno na EBC para produção de texto na TV Brasil. Eu fiz, passei e aí vim para a TV Brasil.

DG- Você vislumbrava ser transferido para a TV Brasil?

LK- Sim, eu vislumbrava isso. Eu me considero parte de certo movimento da sociedade civil que pediu uma TV pública no Brasil. Então era um tema que eu já vinha abordando desde o tempo da faculdade. A minha ideia ao fazer o concurso público era atuar na parte da TV Pública, portanto, na TV Brasil.

DG- Você fez ou faz parte do Intervozes, é isso?

LK- Eu sou parte, ainda faço parte do Intervozes. Ainda que não tenha atuado na linha de frente de coordenação, de coordenação executiva, componho o Intervozes, desde aquela época em que se reivindicava a criação de uma TV Pública no Brasil é que eu entrei em contato com os ideais do coletivo.

DG- Ao trazer essa herança do Intervozes e de tudo presenciado, você apostava na comunicação pública, você acredita que ela pode ser exercida com democracia?

LK- Se eu aposto? Aposto! Se ela pode acontecer de forma democrática? Eu acredito que ela deva acontecer, né? A gente tem exemplos de comunicação pública no mundo inteiro e o Brasil não cumpre nada além do que outros países democráticos do mundo estão fazendo, assim como segue o que está previsto na Constituição que rege as leis do país. Esse formato na América latina de predomínio de emissoras privadas influenciou a formação intelectual e política das pessoas. Penso que a gente sofre muito com esse fator latino-americano de predomínio do sistema privado da comunicação, enquanto você tem outros exemplos pelo mundo, notadamente na Europa, em que o percentual de emissoras públicas chega a 40 % dentro do espectro de transmissões televisivas. Então o Brasil não faz mais que sua obrigação porque está em dívida com a comunicação pública há muito tempo. A criação da EBC foi um

passo. Acho que vale a pena lutar por isso. Mas acreditar que esse tipo de comunicação realmente se efetive de forma ampla e democrática ainda é uma incógnita.

DG- Você faz parte do processo de produção do telejornal Repórter Brasil, um típico produto da TV pública. De alguma forma você tem o poder de interferir para que as notícias que você edita possam ajudar a formar cidadãos, um dos principais compromissos anunciados pelos militantes da comunicação pública? Ou seja, qual são os recursos que você usa para tornar uma reportagem muito mais didática, muito mais acessível e que ajude a formar cidadãos críticos, conscientes e livres?

LK- Na minha função de editor de texto aqui na TV eu acredito que posso fazer isso. É evidente que o calcanhar de Aquiles da emissora pública vai ser sempre a influência governamental, que num espaço reduzido de produção jornalística, como é o caso do Repórter Brasil que dura 30 minutos, você elege assuntos para serem abordados. E se você dá espaço maior para os acontecimentos do governo, você reduz o espaço para outros temas voltados mais para os cidadãos. Essa é a maior dificuldade aqui, mas eu acredito que a gente consegue conversar e buscar o equilíbrio na cobertura jornalística. Um exemplo prático que se deu agora. A gente acabou de discutir uma pauta proposta pelos editores de texto a respeito do dia 13 de maio, em que se comemora a abolição da escravatura. Uma cobertura que busque outro viés que não aquele restrito à Lei Áurea, à princesa Isabel. Mas uma pegada própria à TV pública de problematizar o que foi a pós-libertação dos escravos no Brasil, que não foram beneficiados por nenhum tipo de política pública logo depois da escravatura. Ainda há espaço, sim, na TV pública para propor temas que digam respeito aos Direitos Humanos, aos interesses das minorias, próprios aos horizontes da sua missão.

DG- Proveniente de uma formação acadêmica, qual o seu conceito sobre as ciências de uma maneira geral?

LK- Como venho da academia eu venho da parte de Humanas, uma produção científica voltada às Ciências Sociais. Então a minha ideia não está associada às ciências duras, às Exatas. Acho, inclusive, que os assuntos ligados às Ciências Sociais são pouco abordados nas emissoras e é engraçado isso porque você tem uma repercussão de algum estudo sociológico ou histórico bem menor do que um das ciências duras. Os professores de Ciências Sociais ou de História ou cientistas de Política servem como especialistas, como entrevistados para algum tema factual, mas a produção acadêmica que desenvolvem é muito pouco abordada na TV pública. Os noticiários geralmente abrem mais espaço para os estudos voltados para as Ciências Exatas e da área de Saúde. Entretanto, considero como papel fundamental do

jornalista divulgar as pesquisas científicas, notadamente quando trazem benefícios para a população como um todo.

DG- Você acha que essa produção é divulgada a contento, ou seja, tem um volume expressivo de notícias nos telejornais ou raramente aparece uma matéria sobre ciências dentro dessa linha de produção da qual você faz parte?

LK- A gente tem um viés legal para isso. A gente consegue dar espaço para as ciências porque vamos atrás das Universidades, da produção científica para virar notícia. Inclusive aqui, desde o nascedouro da EBC, sempre houve parceria com as TVs universitárias, que é uma obrigação que a TV pública tem que fazer que é compor com os outros segmentos do sistema de comunicação pública do Brasil. Eu não sei precisar ao certo, mas talvez a cada duas semanas, em média, tem alguma reportagem sobre a produção científica da UFRJ, da USP, da Universidade de Brasília ou da Federal do Maranhão. Talvez o problema hoje na TV Brasil é que centramos muito o interesse na produção científica do eixo Rio/São Paulo/Brasília por uma questão de termos sedes e equipes de jornalistas nestas cidades, bem como em São Luís, no Maranhão, que facilitam o acesso e a cobertura dos fatos relacionados às ciências nestes locais. Acho que essa cobertura poderia ser mais diversificada geograficamente.

DG- Você não acha que as Universidades e os Institutos de pesquisa deveriam dispor de assessorias de imprensa mais eficientes que alimentassem a mídia periodicamente com o resultado das pesquisas científicas que desenvolvem?

LK- A minha experiência aqui está um pouco mais na ponta do processo de produção do telejornal, né? Penso que os responsáveis pela produção e elaboração das pautas poderiam avaliar melhor o quê as Universidades estão enviando. É difícil responder se há uma falha nas assessorias das Universidades, mas na parte que nos cabe, acredito que também há uma falha nossa. Se a divulgação das ciências está aquém do desejável talvez seja porque não se vai em busca dessa informação com afinco, de não se ter um olhar voltado para essa produção científica com muito mais vontade, com estrutura e com pessoal qualificado para ir atrás do que se produz em ciências nas Universidades e Institutos de pesquisa científica. Eu penso até que se temos uma televisão pública e uma universidade pública por que essa parceria já não está estabelecida de pronto? Esse canal já era para estar solidificado, né?

DG- Como editor, o quê você pode fazer para dar um “molho” nas notícias sobre ciências? Que tipo de recursos de edição você usa para mostrar que o resultado de uma pesquisa científica às vezes implica numa rede de pessoas envolvidas com aquele assunto, que se teve uma metodologia desenvolvida passo a passo para se conquistar aquele resultado. Você

consegue dentro do seu texto, dentro das suas observações, deixar isso claro para o telespectador?

LK- Eu acho que sim, ainda que o formato das notícias que compõem um telejornal seja bem engessado e mais raso por natureza. Convenhamos: é difícil aprofundar em dois minutos, que é o tempo médio de uma reportagem na TV pública, o transcorrer de todo o processo de produção de uma pesquisa científica. Mas esse é o desafio. Quer dizer, quando eu atuo o meu primeiro olhar de fato é traduzir aquilo que o trabalho científico quer dizer. Esse é o desafio do jornalista, tentar pegar todas aquelas informações e tornar algo palpável, algo comprehensível para o telespectador em frente do seu aparelho de televisão. É preciso que se pense, inclusive, qual o público que vai ser beneficiado pelo resultado da pesquisa científica lá na ponta, o seu grau de escolaridade, a que classe social pertence, para que se possa escrever um texto e o recobrir com imagens a fim de tornar a reportagem nítida, didática, de fácil assimilação.

DG- No seu entender, a palavra de um cientista é incontestável? Dá para jornalisticamente confrontar o pesquisador científico com o contraditório?

LK- Eu acho que ainda há uma imagem do cientista como o ocupante de um pedestal. Notadamente nas questões embrionárias você vai cobrir, por exemplo, uma pesquisa realizada pela Fiocruz a respeito da Febre Amarela que ainda está bem no começo, nos resultados iniciais. A primeira reação do jornalista é de dar espaço sem contestação, até porque ele não teve acesso a informações sobressalentes que lhe possam permitir maiores questionamentos sobre o assunto. Nesse caso, é preciso dar tempo ao tempo, ter acesso a outras pesquisas, conversar com outros especialistas, etc. Por outro lado, quando a condução ou o resultado de pesquisas científicas são contestados por outros grupos de especialistas da área, ou pelos integrantes da Justiça e até mesmo por segmentos da população que sofrem revéses na aplicabilidade de uma vacina ou artefato no segmento da Saúde, aí acho que é obrigação do jornalista se inteirar das ocorrências e questionar os cientistas quanto ao desempenho de suas atividades. Contudo, na maioria das vezes, para os jornalistas os cientistas estão no alto do pedestal e merecem ser reverenciados.

DG- O tempo sempre exíguo e a urgência da cobertura jornalística implicam, talvez, na cobertura superficial e na falta de inserção de opiniões contraditórias nas notícias sobre ciências?

LK- Com o tempo curto e a urgência da cobertura você tende a concentrar a coleta de notícias sobre ciências, infelizmente, nos laboratórios das grandes universidades. Vai-se em busca sempre da produção das melhores universidades. Aí a credibilidade do nome da Instituição

diz muito para a produção jornalística. Quando se questiona: quem fez tal pesquisa? E se diz: foi a equipe da universidade “x” ou “y” com renome internacional, esse detalhe imediatamente atrai a atenção dos jornalistas que se lançam na cobertura dos acontecimentos sem grandes questionamentos. Com relação a algumas universidades funciona como que no automático. Resultados de pesquisas desenvolvidas por certas equipes da USP, UNB, Unicamp, UFMG, Fiocruz e poucas outras desse quilate, para o jornalismo são pautas inquestionáveis e sempre muito interessantes.

ANEXO E – ENTREVISTA COM MANUELA CASTRO – REPÓRTER TV BRASIL**Entrevista com Manuela Castro – Repórter TV Brasil**

DG- Manuela, quais as circunstâncias do seu ingresso na EBC?

MC- Enquanto Empresa Brasil de Comunicação o meu ingresso se deu em 2008, ou seja, há 10 anos. Mas eu já tinha feito estágio na antiga Radiobrás, que deu origem a EBC. Então eu fiz estágio em 2004, quando era Radiobrás, e aí por meio de concurso público entrei em 2008 como jornalista.

DG- Foi o seu primeiro emprego ou você já tinha atuado como profissional no mercado de trabalho comercial?

MC- Assim que me formei trabalhei numa assessoria de imprensa do SPC Brasil/CNDL, depois trabalhei na TV Justiça, por fim na TV Globo até ser chamada aqui para a EBC.

DG- Dentro da EBC, que funções você já exerceu por aqui?

MC- Já fiz de tudo. Já fui da produção, da edição, atualmente sou apresentadora substituta e repórter.

DG- Para você sempre esteve muito claro o que é o conceito de comunicação pública?

MC- Sim e sempre gostei muito de fazer parte desse projeto. No início, quando me chamaram após o concurso e entrei aqui, não tinha muito claro o que era, fui me informar porque me agradava a ideia de uma comunicação pública, o projeto de uma empresa verdadeiramente pública, mas eu não sabia como iria funcionar de fato. Então me informei e encontrei um colega que já trabalhava aqui, inclusive na transição da Radiobrás para a EBC, então ele sentou comigo e me explicou tudo, explicou o projeto, me deu coisas para ler e eu tinha um mês para dar a resposta. Então eu fui até o último dia para dar a resposta se eu queria trabalhar aqui ou não. Eu estava trabalhando temporariamente na Globo e o meu contrato tinha uma data prevista para terminar. Não tinha vaga definitiva na Globo no momento, mas eu estava com a expectativa de quem sabe aparece uma vaga e a Globo enche os olhos, né? Então fiquei naquela dúvida: nossa, será que vou será que não vou? E depois de ler tudo, de esclarecer as minhas dúvidas, de saber como é que era o projeto, eu me encantei com a proposta e tomei a decisão: eu quero fazer parte dessa nova empresa.

DG- Ao completar 10 anos de EBC, hoje qual o seu conceito de comunicação pública, notadamente de jornalismo público?

MC- Atender ao interesse público. Refletir sobre o que deve ser passado para a população em termos de educação, de cultura, realmente a comunicação feita para a população sem

interesses adversos. Sem interesses comerciais, sem interesses políticos, uma comunicação voltada para o melhor que possa ser passado para a população.

DG- Nessa perspectiva, como você vê as ciências de uma maneira em geral imersa nesse projeto de comunicação pública?

MC- Eu acho que as ciências são importantíssimas e deveriam ser mais exploradas nos nossos programas, nos nossos noticiários. Acho um desafio transformar a linguagem científica em linguagem jornalística. Eu vejo com muito bons olhos a cobertura cuidadosa e frequente das ciências no Brasil.

DG- Você já fez muitas matérias sobre ciências para a TV Brasil?

MC- Já, já fiz muitas matérias.

DG- Na sua concepção o cientista tem a palavra final sobre o objeto de sua pesquisa, ele está num pedestal, ele pode ser contestado?

MC- Eu vejo que pode ser contestado porque as ciências sempre se modificam, os estudos são renovados, refeitos, atualizados. Então é sempre importante divulgar uma pesquisa com um contraditório se possível, se for o caso.

DG- Quando você faz uma reportagem sobre algum acontecimento do mundo das ciências, como gosta de estruturar o seu trabalho?

MC- Não vejo muita distinção entre as matérias sobre ciências e as outras matérias de política, de economia ou o que seja. A estruturação é muito semelhante aos outros temas. Eu apenas acho que em se tratando de ciências o que pode diferir um pouco é a preocupação e o cuidado com a informação sendo dada de forma correta e mais acessível à população. A preocupação é se o telespectador está entendendo, se a “Dona Maria” e o “Seu João” estão entendendo o que estou passando. Normalmente o cientista tem dificuldade de transformar os termos científicos numa linguagem mais acessível, mais popular. Essa é a maior preocupação na hora de estruturar a matéria. Em termos de estruturação tem que ser da mesma forma como nas outras é só esse cuidado a mais.

DG- Você falou há pouco na tradução de linguagens. É fácil traduzir e transformar o texto científico numa linguagem de entendimento popular, de fácil absorção pela maioria dos telespectadores?

MC- Olha, normalmente sim. Na maioria das vezes quando a gente vai gravar com um cientista já existe uma preparação: a assessoria de imprensa da instituição conversa com o cientista, faz um “briefing” com ele (como a gente chama), explica como se portar e tem alguns até que frequentam cursos de “mídia training” e são treinados para saber dar entrevistas aos jornalistas. Então, normalmente não é tão difícil.

Mas eu já vivi situações muito complicadas. Estou lembrando aqui de uma específica do ano passado, mas recente: Eu fui fazer uma matéria, na verdade uma grande reportagem para um programa que a gente tem aqui com reportagens de uma hora, que o “Caminhos da Reportagem”. É como se fora um minidocumentário, mesmo. A gente ficou um mês se dedicando a esse projeto. E aí eu fiz um “Caminhos da Reportagem” sobre a incidência de uma doença rara, o “Xeroderma Pigmentoso”, super rara, muito rara, uma doença de pele que é genética, ou seja, passa de um membro da família para o outro, que a princípio provoca lesões na pele e que depois se transformam em câncer. Existe uma grande incidência dessa doença no interior de Goiás, porque houve uma coincidência de três famílias com o gene “Xeroderma” se reunirem num pequeno distrito no interior de Goiás chamado Araras. Nesse distrito com 800 habitantes existem 20 pessoas acometidas de “Xeroderma Pigmentoso”. É a maior incidência mundial da doença.

DG- Ou seja, primo casa com primo e a doença é então transmitida com muito rigor.

MC- Exatamente. Por isso, deu essa grande incidência. Foi feito um mapeamento genético depois que a doença foi descoberta em Araras. Cientistas foram lá, fizeram o mapeamento e verificaram que nas três famílias que formaram esse distrito, que só tem 800 pessoas, todo mundo se conhece, todo mundo é família, primo casa com primo, essas três famílias possuíam o gene recessivo, então, realmente o caso é grave. Fomos lá nesse distrito, passamos uma semana inteira lá fazendo captação de dados e gravando imagens e entrevistas. Ao estruturar a reportagem fiz gravações com os moradores locais para somente depois gravar com os especialistas no Rio de Janeiro e São Paulo. A gente foi atrás de todos os especialistas do Brasil que sabem dessa doença e quando eu fui gravar com um geneticista eu tive muita dificuldade.

Esse geneticista era “o cara” para falar sobre essa doença no Brasil. Só ele. Ele que foi a Araras, fez o mapeamento genético, foi ele quem encabeçou a pesquisa desse caso raríssimo em Araras. Nossa, como eu tive dificuldade. Porque ele não conseguia traduzir os termos científicos de forma palatável. E quando eu traduzia, muito receosa porque o assunto era complicado, tentava manter um diálogo e tomei uma atitude que a gente não costuma fazer no exercício do jornalismo de escrever o texto e passar para a fonte fazer uma leitura do material. Nesse caso, com muito receio de passar uma informação errada, fiquei trocando mensagens com ele: se eu falar que tal coisa é assim, tá certo? Ele respondia: não. Como é que eu posso transformar essa palavra? Não pode, tem que usar essa palavra. Mas esse termo as pessoas não vão entender doutor, eu tenho que encontrar uma forma de explicar o que significa isso. Não existe! Conclusão: não entrei nos detalhes. Era preciso dar uma explicação sobre a

constituição do gene, porque o gene tinha um problema que provocava o Xeroderma. Eu e minha editora optamos por cortar essa parte, porque não ia ser acessível à população. Eu estava entendendo e a minha chefe também, mas tinham termos que não davam para ser acessíveis, muita gente não ia entender e do jeito que a gente estava escrevendo estava sempre errado, então no fundo acho que teria uma forma mas já não se tinha tempo hábil para procurar outros especialistas para ajudar.

Como era uma grande reportagem eu queria entrar no detalhamento. Se fosse uma reportagem do dia a dia eu não ia entrar mesmo porque uma matéria de dois minutos não tem como entrar no detalhamento. Como era uma grande reportagem de uma hora eu queria explicar o que acontece quando o sol incide sobre a pele de uma pessoa, que há uma mutação no gene, que nas pessoas normalmente também acontece essa mutação, mas que elas naturalmente se reconstituem, entretanto que as pessoas que possuem o Xeroderma não reconstituem, enfim, eu queria dar uma explicação, mas do jeito que eu estava explicando o especialista dizia que estava errado, então, eu cortei.

DG- Pela convivência que você teve com o especialista deu para perceber se seria um receio dele em ser criticado pelos pares?

MC- Acredito que sim. Eu tenho um cunhado, irmão do meu marido, ele é cientista, lógico que não é especialista em Xeroderma, mas entende de genética, e eu até mostrei para ele o texto de tão chato que foi essa situação de eu não conseguir traduzir. Eu falei para ele tem alguma coisa muito errada que eu estou falando aqui? Ele disse que não. Não é a palavra mais precisa, mas pensando na forma jornalística acho que daria para passar. Então, assim, eu acho que foi um receio mesmo do especialista porque eu coloquei ali que a explicação era dada por ele na reportagem. Eu tinha de me isentar de dar a informação porque não sou especialista. E aí ele não quis bancar a informação de uma forma mais popular. Então eu acredito que foi um receio dele sim, talvez, mas que também não posso afirmar.

DG- Qual a repercussão da reportagem depois que ela foi para o ar?

MC- A reportagem teve uma excelente repercussão. Tem uma associação lá nesse distrito, foi formada uma pequena associação para ajudar essas pessoas, que são pessoas muito pobres, e eles responderam de forma muito positiva. Eles mandaram para a gente uma mensagem no dia seguinte agradecendo e dizendo que muitos repórteres já tinham ido lá, mas que nenhuma TV, rádio ou jornal, tinham entendido tão bem e falado com tanta sensibilidade do problema.

DG- Você sabe dizer se essa grande reportagem influenciou o poder público a tomar alguma decisão em forma de assistência aos moradores dessa comunidade?

MC- Eu não posso afirmar por causa da reportagem. Eu não fui a primeira a chegar lá, o pioneiro nessa reportagem foi um colega meu aqui de Brasília o Renato Alves do Correio Brasiliense, ele que descobriu a doença lá no distrito de Araras, numa fase em que eles nem tinham conseguido qualquer ajuda governamental ainda porque eles estavam naquela fase mais precária, com algumas pessoas morrendo. Ele cobriu, saiu como uma bomba aqui no Correio Brasiliense e aí atiçou o Ministério Público lá de Goiás, a Justiça e tal e já criaram a associação. Não teve muita repercussão nacional dessa notícia, mas em Goiás teve. Os jornais de Goiás cobriram, alguns de Brasília também cobriram, mas não teve essa amplitude de cobertura. Quando eu cheguei lá, já tinham algumas ações sendo tomadas, mas eu acho que reforcei porque depois da nossa reportagem eles ganharam mais benefícios. Portanto, foi um conjunto de repórteres que cobriram o assunto. Não fui a única e nem fui a primeira também. Porém acredito que a nossa reportagem por ser mais detalhada de todas, porque foi uma grande reportagem de uma hora e a gente foi atrás de todo mundo Ministério Público, Justiça, INSS e a dificuldade de tirarem a aposentadoria porque eles trabalham ao sol e não podem pegar sol, aquela confusão toda, eu acho por a gente ter cutucado e procurado todos os órgãos, uma vez que os jornalistas geralmente não têm essa oportunidade porque o limite de tempo ou de espaço da matéria é muito pequeno, a nossa reportagem fez uma diferença sim.

DG- Qual seria ou qual é a dificuldade de transformar uma grande reportagem como essa numa matéria para um telejornal diário, como é o caso do Repórter Brasil?

MC- Impossível Desde o início a pauta nasceu para ser uma grande reportagem mesmo, para aprofundar, até porque ela não é um factual. Eu já consegui fazer uma grande reportagem e transformá-la para o Repórter Brasil, mas, assim, numa série. Cinco reportagens exibidas ao longo da semana. Você faz um resumão daquela grande reportagem, separa os aspectos relevantes e a cada dia dá um destaque. Isso já consegui fazer. Mas nesse caso do Xeroderma, não valia muito a pena porque não era um assunto factual, não era exclusividade nossa também, já estava rolando na mídia. Eu vi na mídia o assunto e me interessei e pedi para fazer essa grande reportagem, então nesse caso não cabia para o telejornal.

DG- Você acha que vale a pena fazer matérias sobre ciências?

MC- Acho. Primeiro, porque a população tem o direito de receber essas informações do que está sendo produzido de ciências, uma vez que interessa a ela e vai interferir na vida dela o que está sendo estudado e, muitas vezes, vai trazer benefícios para as pessoas que às vezes demoram a ter conhecimento e às vezes nem tem conhecimento do que se passa nas universidades e nos laboratórios. Acho que é o direito de ter acesso à informação, saber onde

estão sendo gastos os seus impostos, onde estão os investimentos em pesquisa no Brasil, enfim, acho que tem vários aspectos que justificam essa divulgação.

MC- Você gosta de fazer reportagens sobre ciências?

MC- Gosto. Gosto porque acho desafiador, porque gosto de aprender, porque acho incrível quando se descobre coisas interessantes. Voltando à matéria do Xeroderma, achei incrível a pesquisa que eles fizeram: o mapeamento genético de 800 pessoas numa pesquisa de mais de dois anos. Eu acho incrível quando a ciência vai e ajuda porque esse foi um caso em que a ciência atuou diretamente junto a população. Foram cientistas que foram lá e documentaram oficialmente o espectro da doença e sua gravidade. Eles ajudaram diretamente aquelas pessoas. Foram cientistas que dedicaram dois anos a um trabalho para salvar uma população.

DG- Qual foi o seu tempo de jornada para fazer essa grande reportagem?

MC- Em campo uma semana. Mas a gente, claro, fez uma pesquisa ampla antes. Produção, marcação de entrevistas, levantamento de informações, foi bem anterior. Mas, lá em campo, foi de segunda a sexta-feira. A gente ficou lá e não voltava para Brasília. Porque é longe de Brasília, umas quatro ou cinco horas e não dava para ficar indo e voltando. A gente foi de carro, mas a gente ficou hospedado lá. Ficamos uma semana inteira gravando. Depois ainda gravamos com os especialistas e ainda foi mais um tempo. Eu tive um mês do meu trabalho, mas não fiz a produção. Os meus colegas fizeram a produção, me passaram toda a pesquisa para eu ler, tudo sobre a doença que eles conseguiram descobrir e as entrevistas já marcadas. Eu dei sugestões também sobre quem poderia ser entrevistado e quem não poderia. Mas o meu trabalho mesmo foi chegar lá gravar uma semana inteira, depois gravar algumas pessoas aqui em Brasília e escrever o texto da reportagem. Aí foi um mês.

DG- Dá para fazer jornalismo sozinho?

MC- Nunca. Principalmente em televisão. Em rádio e jornal impresso talvez até seja possível, mas em TV... Porque você gasta muito tempo fazendo imagem, você gasta muito tempo fazendo entrevistas e muito tempo na ilha de edição. Em televisão é impossível fazer jornalismo sozinho.

**ANEXO F – ENTREVISTA COM CARLOS NOVIS “CAÍQUE” – DIRETOR DE
PROGRAMAÇÃO TV BRASIL**

Entrevista com Carlos Novis “Caíque” – Diretor de Programação TV Brasil

DG- Qual a visão que você tem da TV Brasil em termos de programação?

CN- Quando nós chegamos aqui encontramos uma televisão muito desorganizada na grade, com mudanças de horários constantes. Eu entrei no início de novembro de 2016, sou professora da UNB e sou funcionário da Câmara dos Deputados. Eu estou cedido à EBC. A gente está querendo fazer uma TV Brasil que fale todos os sotaques. Nós chegamos em 2017 e estreamos logo depois do carnaval a programação nova. O que é que eu fiz? Nós tínhamos uma televisão desorganizada numa empresa pública que está com muitas dificuldades de financiamento e renovação do seu parque tecnológico. Isso, eu creio, não é uma característica apenas da EBC. As redes comerciais passam por essa situação também. Você como pesquisador de Comunicação e eu como pesquisador de Comunicação sabemos que mesmo o mais poderoso grupo de Comunicação do país, hegemonicamente até certo tempo, não sabe para onde vai. A gente não sabe para onde vai. Ah, mais tem a democratização da comunicação, você tem o celular, as redes sociais. Mas qual é a sustentabilidade financeira disso? Os meus alunos viram e dizem: vamos fazer um canal no YouTube? Tá legal, mas vai viver de quê? Como banca isso? Como é que você vai sair de casa, pagar seu aluguel, se casar e ter seus filhos, quer dizer, esse é o grande problema. Quer dizer, o mercado de Comunicação, o nosso negócio de Comunicação, seja ele público, privado, legislativo, comunitário, seja o que for, está passando por uma transformação que o mercado não acompanha, quanto mais nós restritos à esfera pública.

DG- Diante desse quadro, quais modificações você introduziu na programação da TV Brasil e com que lógica?

CN- A audiência da TV Brasil é uma audiência composta por telespectadores com mais de 50 anos e de crianças. Quer dizer, a gente está com quem está começando a ver televisão e por quem já viu muita televisão no passado. Estes dois nichos, para uma televisão que tem uma audiência pequena, é um dado que eu não poderia deixar de mão. Eu não poderia trocar tudo, jogar isso fora e virar uma televisão “All News”. Ou uma televisão só de esportes. Ou vir aqui e fazer MTV que eu fiz em São Paulo nos anos 90. Não podia e não posso fazer isso. Então, o que é que a gente fez? A gente montou a programação da televisão por faixas de horário. A

gente criou a TV Brasil “animada”, uma televisão infanto-juvenil que passa desenhos nacionais.

DG- Como poucas...

CN- É, como poucas. Ah, a TV Cultura passa desenhos... Enlatados. Liga a Cultura agora, que está numa perspectiva semelhante à TV Brasil, mas que passa A Pantera Cor de Rosa. O que é que tem de educativo na Pantera Cor de Rosa? Que tem porrada e esperteza antes do Jornal da Cultura. Eu não tenho isso. Eu não tenho briga de robot. Claro, eu tenho uma programação que é nacional. Então o que a gente fez? A TV Brasil Animada, fizemos uma faixa VIP de jornalismo junto com o Sem Censura, o programa da Rosean Kenedy, que o pessoal aqui da oposição diz que é o Globo News dos pobres, e depois aí vem o pulo do gato. O que é que a gente fez? A gente transformou a faixa horizontal segunda, terça, quarta, segmentamos também. Então você tem três grandes segmentações na TV Brasil: você tem a segmentação do público infanto juvenil; uma segmentação de “News” um jornal de hard News, outro de esportes, de economia, um jornal de política, um bate-papo que é o Sem Censura, um jornal local e outro nacional. E à noite o que é que você tem? Segunda você tem os programas de opinião. Terça nós temos um programa sobre ciências, quarta é a vez diversidade, enfim, uma sequência montada a cada dia da semana com programas que expressam características como opinião (segunda), conhecimento (terça), realidade (quarta), diversidade (quinta) e cultura (sexta-feira). Como era a programação antes? Você tinha um programa de samba e logo depois o “Estação Plural”, que é o único programa da televisão brasileira voltado para o público LGBT. Se você pensar, havia uma quebra de audiência que era o seguinte: o cara que tinha interesse no programa LGBT não tinha interesse pelo programa de samba e o interessado no programa de samba não queria saber do programa LGBT. Então você tinha essa quebra de audiência assustadora. Era preciso que isso mudasse. Agora, no que diz respeito à sua pesquisa, no ano passado nós criamos a quarta-feira do conhecimento. A gente passou a receber um programa de meia hora chamado “Futurando”, que eu considero como o melhor programa sobre ciências da televisão aberta. Ele é feito pelo canal estatal Alemão, que fala de pesquisas científicas na Europa toda, dialoga com os pesquisadores da Ásia, etc. Além disso, outra mudança introduzida na programação em 2018: tinha no meio da manhã, entre a TV Brasil de manhã e de tarde meia hora de jornal local e meia hora de jornal de rede. O que é que acontecia e que a audiência mostrava? A gente perdia toda a nossa audiência infanto juvenil e não ganhava nada da adulta. Quando voltada, demorava umas três horas para a gente começar a ganhar alguma coisa. Tinha uma quebra de narrativa entre os desenhos da manhã e os desenhos da tarde. E ao meio-dia você observa

todas as redes comerciais com seus jornais locais e nacionais. O que é que a gente fez em 2018? A gente começou a nossa programação com um jornal nacional, que é o “Repórter Brasil manhã”, que entra no ar às 09:30h. Fizemos um bifão das 10:00h às 17:15h/17:30h de desenhos, cortando para boletins do “Notícias Agora”. Se você observar tem uma coisa: Às 17:30h entra o jornal local nas quatro emissoras da EBC: a saber, Rio, São Paulo, Brasília e São Luís, no Maranhão. Mas é o seguinte: a TVE Bahia e as outras TVEs dos outros Estados, cuja programação é constituída por boa parte do que é transmitido pela TV Brasil, Tem os seus telejornais no meio do dia. Então eu mando o “feed” de Brasília mais 15 minutos de desenho. Então o que é que a gente tem: 17:30h eu começo o Sem Censura, 18:30h o programa da Rosean Kenedy que é de política, 19:00h Economia, 19:30h Esporte, 20:00h o “Repórter Brasil” da noite, que sai e às 20:30h entra uma revista e às 21:00h/21:15h quando termina o Jornal Nacional, quando começa o Jornal da Cultura e começa o Amém, Amém, Amém, Fala que eu te escuto, eu entro com a minha programação segmentada. Qual é? Segunda com um programa de opinião, na terça a gente botou conhecimento, que são os programas sobre ciências tecnologia e inovação, o que caracteriza a TV Brasil como a única emissora de televisão no país com um programa sobre ciências no horário nobre, das 21:15h até 23:45h.

DG- Esse programa que vem da Alemanha você ancora ele em alguma realização no Brasil?

CN- Não, não. O programa vem da Alemanha narrado em Português, direto dos estúdios em Bonn, prontinho para TV Brasil a custo zero.

DG- Então as ciências aparecem numa perspectiva europeia?

CN- Não, engano seu. Eu não sou bobo não, Dirceu. Eu tenho resposta para quase tudo. Então vou desenhar a programação para você. Eu vou falar de segunda a sexta que é o que importa. Então eu tenho às 9:30h o Repórter Brasil, gerado pelo Rio de Janeiro. De 10:00h até às 17:15h, sendo que para a rede 17:30h, eu tenho a TV Brasil Animada. Nesses cortes eu tenho boletins de um minuto chamados “Notícias Agora”, com avisos da paradinha endereçados ao público, como se dissesse agora vem o mundo real. Quando acaba a menina diz voltamos daqui a uma hora no decorrer da programação. São cinco ou seis inserções ao longo do dia que podem ser acrescidas de outras conforme os acontecimentos do dia. Por exemplo, tem um julgamento no Supremo Tribunal Federal, tem a convocação da seleção brasileira de futebol, isso varia, mas a gente tem cinco inserções fixas introduzidas na programação pelas equipes de Brasília e São Paulo. Aí às 17:30h eu tenho o Sem Censura, transmitido pelo Rio, às 18:00h tenho os Corredores do Poder, de Brasília, às 19:00h tenho Cenário Econômico, de São Paulo, 19:30h eu tenho o Stádium, que está fazendo 40 anos pelo Rio. 20:00h a gente

botou o Repórter Brasil, a partir de Brasília. Por que cortou o telejornal em 15 minutos? Porque o jornalismo não tem estofo para isso. Aí você tem 15 minutos de “feith divers” do tipo Ah, mais o que se faz com o azeite de dendê? Uma coisa que não cabe bem no telejornal, mas que serve muito bem para o programa “Fique Ligado”, que é de São Paulo, das 20:30h às 21:15h, que é uma grande revista. Então como é que fica a programação depois das 21:15h? Segunda com opinião, terça com conhecimento, quarta com diversidade. E por que na quarta-feira? Porque nas outras emissoras é dia de futebol. E quem não quer ver futebol pode ver programa de mulher, programa de gay, programa de negro. Quinta com realidade, que é o “Caminhos da Reportagem”, premiadíssimo. E na sexta só música, música, programa de comportamento e teatro. Agora vem a tua resposta. A programação sobre ciências não tem apenas uma perspectiva europeia porque de 23:00h às 23:45h a gente criou uma coisa chamada A TV De Todos os Brasis. O que vem a ser isso? É uma experiência piloto de transformar a TV Brasil numa plataforma de distribuição de conteúdo de todas as televisões públicas do país. É reverter o conceito de cabeça de rede, mostrando que a TV Brasil fala todos os sotaques. Para a existência dessa TV de Todos os Brasis nós fizemos uma curadoria e colocamos na segunda-feira, após o programa de opinião, o “Sou 60” que fala sobre o envelhecimento da Rede Minas. Na terça, dia de conhecimento, vem o programa “Viver Ciência”, produzido pela TV da Universidade Federal de Goiás. Na quarta, vem o programa “Na Direção Delas”, um programa da TVU de Pernambuco, onde mulheres cineastas pernambucanas falando de cinema pernambucano, Quinta, com realidade, eu tenho o “TVE Repórter”, da TVE do Rio Grande do Sul, e na sexta nós temos o “Soterópolis”, que é a revista da TVE Bahia, que fala sobre a cena cultural baiana. Isso tudo aqui em rede. Ou seja, eu fecho minha programação com produtos das afiliadas, satisfazendo a todo mundo. Portanto, ao longo do dia, nossa programação cresce com as crianças, diminui um pouco , e retorna a crescer no fim do dia. Uma hora, duas horas da manhã nós somos o segundo lugar em audiência no Rio e em Brasília. A gente só perde para a TV Globo. Ficamos na frente de todas as outras. Estamos acompanhando isso com a coleta do Ibope. Então o que é que estou querendo te falar: a gente tem sim um programa que chega para a gente sobre ciências, feito por uma Universidade no coração do Brasil, Goiás. E isso está aberto. Eu posso tirar esse programa eu vou ver o seguinte: Ah, vamos ver a se a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por exemplo, faz uma série sobre qualquer assunto pertinente às ciências naquela região. Você pode estar fazendo uma série sobre a destruição do cerrado, ou que reúna todas as pesquisas relacionadas à Bacia do Rio São Francisco. Isso aqui está aberto, eu tenho um espaço para isso. A gente quer testar a possibilidade da TV Brasil ser uma grande difusora do

conteúdo de desenho aminado nacional, de produção que você faz em cada estado brasileiro com o seu sotaque, com o seu jeito de ser, claro, em HD e com todas as normas técnicas de televisão. A TV Brasil não é uma TV educativa cultural sendo gerada de São Paulo, do Rio ou de Brasília. A gente quer falar do Brasil todo e a gente quer mostrar o Brasil inteiro com as produções regionais. Claro que todos nós passamos por um problema muito difícil de financiamento, seja da empresa pública de comunicação federal, seja das estaduais e como as universitárias. Então, o que podemos fazer para ajudar as produções regionais? A gente está pensando em dar qualificação de profissionais e assessoria técnica. A gente está pensando em produzir interprogramas, notadamente com as universitárias, que falem sobre ciências, de ciências para crianças, de um minuto, um minuto e meio e a gente assina como uma parceria entre a TV produtora do programa e a TV Brasil. Não há outro espaço para todas as televisões públicas educativas, comunitárias e universitárias um canal melhor do que esse para obter uma projeção nacional.

DG – Isso que você propõe consubstancia aquela ideia de implantação de uma rede nacional pública de televisão de que tanto se falou na “Carta de Brasília” resultante do II Fórum das TV Públicas, quando da criação da EBC e, por conseguinte, da TV Brasil?

CN – Eu não encaro assim porque não conheço esse documento. Aí você pode me perguntar se faço essas propostas de forma intuitiva ou de forma lógica. O meu compromisso não é comercial, mas eu quero ter audiência, porém não a qualquer preço. Eu quero ser visto, sim. Por exemplo, se eu tiver um por cento da audiência nacional eu estou muito satisfeito. Nesse exato momento, às 15:30h, você pode ter certeza de que a gente está na frente da Rede TV! e da Bandeirantes. É número absoluto porque ainda não começou o mundo cão. Nesse instante, na faixa no “target” de três a 11 anos eu estou em segundo lugar, eu só perco para a TV Globo. Essa programação de desenhos “Brasil Animada” chega a bater no Recife cinco pontos de audiência. Eu estou com desenho animado nacional, educativo, que não tem violência, não tem “bullying”, não tem compra, compra, compra...Então não há outro espaço para todas as televisões públicas, sejam elas educativas, comunitárias, universitárias e afins um canal melhor do que a TV Brasil para fazer nacional.

Eu estou fazendo o meu melhor aqui. Para montar a equipe de programação tirei todo o pessoal de livre provimento, todo mundo agora é do quadro da EBC, todo mundo tem entre 30 e 35 anos, estou formando gente da casa concursada. Eu tinha três objetivos que consegui logo: primeiro, eu queria pacificar isso aqui. Pacificar os confrontos ideológicos partidários. Porque no Brasil tem esse negócio de jornalista militante. Eu sou militante da causa da comunicação. Eu quero uma comunicação de qualidade, eu quero uma comunicação ética, não

vejo a televisão pública como educativa, mas instrutiva, então tem que passar bons conceitos sem necessariamente ser uma sala de aula. Não gosto de Big Brother, não vejo mundo cão, não gosto de programa policial que explora a miséria alheia, assassinatos, sangue, bomba que explode...eu não gosto disso. Na TV pública vai falar de história, vai falar de ciência, vamos mostrar um show da Bahia, um ballet...

DG – Isso não significa que você bote uma venda para a realidade...

CN – Mas a realidade cabe ao jornalismo. Eu aqui mando no acervo, nas chamadas, na organização da grade de programação e agora estou mandando na rede. O que a gente mudou aqui também? Nós somos pontuais. Se estamos exibindo um programa de uma hora e a TVE Bahia, por exemplo, tem um debate para exibir durante esse tempo, eles tem a liberdade de cortar a programação e entrar com o produto deles na Bahia. Eles sabem que depois de uma hora vai voltar e entrar na programação da rede.

DG – Voltando aos objetivos estabelecidos como metas quando você assumiu a grade de programação e a coordenação de rede...

CN – Pois é, eu tinha que vencer algumas etapas. Primeiro, eu tinha que pacificar, distencionar as relações trabalhistas aqui dentro. Acabar com esse negócio de que fulano é golpista, beltrano não é, você é petralha... e eu consegui. Nós fizemos o partido da TV Brasil, o partido da EBC, que paga o nosso salário e onde a gente está juntos. Segundo, ganhar mídia, mostrar que a TV Brasil é eficiente, deixar de dizer que a TV Brasil é a TV do traço, a TV do Lula, a TV de Temer... a TV é do Brasil. Uma televisão complementar que não é pior e nem melhor do que as outras emissoras de canal aberto. Nós somos diferentes. Ganhamos a mídia. E o terceiro objetivo foi ganhar audiência, que eu pensei que fosse o mais difícil. Hoje os nossos horários de traço são muito pequenos. Quando alguém diz que aquela televisão só dá traço, é mentira. Não é verdade. E é difícil divulgar isso porque é o seguinte: se você pensar que em grandes faixas do horário uma televisãozinha dessa, com pouco dinheiro, com todas as dificuldades que você conhece, consegue ficar à frente de duas redes de televisão como, por exemplo a Bandeirantes e a Rede TV!, podem pedir minha cabeça aqui a qualquer momento... O maior cabedal que a gente pode ter é o trabalho sério. Televisão, se você tem uma proposta, dá certo.

**ANEXO G – ENTREVISTA COM MÔNICA PEDROSO – CHEFE DE PRODUÇÃO DE
PAUTAS DA TV BRASIL**

**Entrevista com Patrícia Paiva e Mônica Pedroso – Gerente e chefe de Produção,
respectivamente, da TV Brasil**

DG – Que estratégia de cobertura vocês armaram para cobrir o “Dia da Água”?

MP- A Agência Nacional das Águas, ANA, procurou a gente para que se fizesse uma ampla cobertura do Fórum, especificamente do Fórum. Eles não nos pautaram, ou seja, não disseram o quê a gente deveria cobrir, mas deram sugestões de cobertura. O Fórum aconteceu de 18 a 23 de março deste ano, ressaltando que o dia 22 foi o Dia Mundial da Água. Trata-se de um Fórum Internacional e já aconteceu em outros países. No Brasil foi a oitava vez. A gente fez uma cobertura muito extensa, que começou em dezembro do ano passado e terminou somente em abril de 2018. Teve um pós-fórum também. A gente mostrou que a falta d’água pode vir a ser um problema, como o consumidor pode agir, como os agricultores podem agir para preservar essa riqueza. Então fizemos uma cobertura muito grande, bastante extensa.

DG – Dessa cobertura resultaram reportagens e entrevistas para o Repórter Brasil Noite?

MP – Não só para o Repórter Brasil como também nos vários jornais da emissora. Foi um "case" de sucesso no meu ponto de vista porque conseguimos reunir todos os veículos da EBC, estabelecendo trocas de pautas entre a Agência Brasil, as Rádios Nacional, a TV Brasil e a NBR. Tinha uma central que reunia todas as pautas e estabelecia a logística de transporte, técnica para entrar no ar “ao vivo”, instalação de links, orientação aos cinegrafistas para as melhores imagens, além disso, o pessoal das praças do Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo também contribuiu com matérias locais.

DG – Que tipos de fontes vocês mobilizaram para confeccionar essas pautas?

MP- A gente mobilizou autoridades nacionais como o presidente do país, a presidente do Supremo Tribunal Federal, assim como da Procuradoria Geral da República. Consultamos especialistas estrangeiros da UNESCO, cientistas da Universidade de Brasília e de outras Universidades, bem como os técnicos da ADASA e ANA também foram consultados. Eles não nos pautaram e é importante dizer isso, porque existe uma crítica muito forte quanto a Instituições externas pautarem o jornalismo da TV Brasil. Dentro desse contexto, fizemos séries especiais sobre a necessidade da desassinalização de água salobra para o consumo humano, enfim, mobilizamos diversos cientistas para tratar de assuntos correlacionados ao uso da água. Aqui é de se ressaltar: já fizemos cobertura da Semana de Ciência e Tecnologia,

que é sempre um grande evento em Brasília com muitas novidades. Ali deu para coletar boas imagens e as matérias ganharam substância extra justamente por isso.

DG – Ou seja, a grandiosidade do evento permitiu que cientistas discorressem sobre a importância da água durante três meses...

MP – E tudo foi muito bem feito, sabe. Teve uma reportagem em São Paulo sobre o uso da água que a equipe foi até a nascente de um rio, em estações de tratamento de água, ouviu especialistas, ouviu a população, enfim, um material bem completo e instrutivo.

DG - Você acredita que as reportagens sobre ciências dizem mais respeito às áreas de saúde e meio-ambiente?

MP – Tem a ver com relevância, se atinge a maioria da população. Quando um material desse é produzido a gente sempre pensa em “Dona Maria”, sem qualquer preconceito. Já que a gente tem esse poder de alcance grande, de chegar a regiões que não tem TV a cabo, que não tem outra opção para captar um sinal de televisão, a gente faz disso o nosso forte. E a gente, então, tem que pensar nesse povo...Pode ser que sim, as reportagens sobre ciências na maioria das vezes estão ligadas às áreas de saúde e ciências. Tecnologia a gente faz pouco. A praça de São Paulo até aborda esse assunto...Fizemos muita coisa sobre a epidemia de Zika...Fizemos especiais que o Caminhos da Reportagem ganhou prêmio... Quando o Caminhos faz um material muito legal, que ganha prêmios, a gente sempre pega esse material resumido e faz VTs para o telejornal. A gente trabalha sempre em conjunto. Um material que vale a pena não é para jogar fora e a gente sempre aproveita no Repórter Brasil. Na época de incidência da Zika os jornalistas da praça Maranhão trabalharam arduamente em cima de relatórios de divulgação do Governo Federal, mostraram mães com filhos doentes, personagens que enriqueceram as reportagens e nos permitiram abordar o assunto com mais precisão.

Mônica Pedroso – A gente já fez muita coisa nas Olimpíadas de Matemática, sobre tirar essa ideia de que as ciências exatas é coisa de meninos e não de meninas, e agora vamos tentar cobrir uma iniciativa internacional chamada Ciências Nos Bares, aqui em Brasília, quando alguns especialistas vão expor temas das ciências e estabelecer debate com o público desses estabelecimentos. Uma tentativa de popularizar as ciências num ambiente inusitado. Olimpíadas do Sesi; atividades de robótica em que equipes de adolescentes que vão competir em outros países já foram cobertas aqui em Brasília e em São Paulo; estudantes que topam o desafio do macarrão, ou seja, arquitetonicamente construir pontes utilizando o macarrão como matéria prima obteve grande repercussão. Aeromodelismo com gaivotas de papel; tecnologia ligada a acessibilidade; aplicativos para cegos; tecnologia de acesso a ônibus. Para cada assunto desses a gente sempre procura um professor, um cientista, um especialista e seus

orientandos para executar a experiência ou para emprestar a palavra de quem entende cientificamente do assunto para a reportagem. Na época do Chinkungunha a gente fez muita coisa em São Paulo com Mariana Hans, geneticista...

DG – Você falou agora há pouco sobre esse evento das ciências nos bares e que foi acionada via WhatsApp. Quem manda isso para você? Como as pessoas te mobilizam?

MP – Aí não é necessariamente a assessoria de imprensa que manda para mim, mas grupos de mães que eu frequento, minha irmã que também é ligada à Academia de Ciências, então, a gente bebe nessas fontes...

DG – Quer dizer, você como jornalista você possui informações de pessoas inusitadas para compor suas pautas e não necessariamente ou obrigatoriamente profissionais de assessorias de imprensa...

MP – Essa pauta das ciências nos bares eu tinha recebido e disse vou olhar. Em seguida, três outros grupos das redes sociais me enviarem a mesma informação, chamando a atenção sobre o assunto... Professores mandam muitas informações, professores que eu conheço... Assim, a gente já fez Embrapa com o feijão transgênico, com a Fiocruz do Rio de Janeiro a gente faz muita pauta; com o Instituto Butantã em São Paulo; inclusive acabei de falar com o Malavolta, colega da praça de São Paulo, que o Butantã vai promover nesse final de semana observação científica de pássaros... a gente recentemente fez reportagens com dois hospitais em São Paulo que lançaram manuais sobre alimentos saudáveis que evitam o câncer... matérias sobre a febre amarela a equipe do Maranhão e das TVs universitárias do Pará também colaboraram muito com a gente...

DG – No trato com os cientistas, como se dá a tradução dessa linguagem acadêmica, dos laboratórios, para os propósitos da televisão? Traduz-se com facilidade ou eles ficam chateados com o que os repórteres escrevem?

MP – Essa realmente é uma dificuldade de quem está na ponta, que são os repórteres. Na produção a gente sempre orienta é que sempre traduza a linguagem científica e eu sempre boto assim na pauta: será que tem um videozinho explicando? será que tem alguma coisa didática que venha complementar o assunto de uma maneira mais fácil? Essa é a nossa preocupação. Agora, no trato ali direto com o cientista quem se confronto com isso é o repórter... não me lembro de um repórter chegar aqui e dizer “pôxa, o cara falou numa linguagem inacessível”... normalmente quando o produtor liga ele não fala diretamente com o especialista porque nem sempre é fácil falar de primeira com o pesquisador. Muitas vezes o contato se dá via assessoria de imprensa, inclusive porque essa é uma nossa recomendação, assim como das Universidades e Instituições de pesquisa. Através desse contato orientamos

os produtores a fazer uma pré-apuração, porque você não é apenas um marcador, um secretário... A gente quer que o produtor procure as informações preliminares, que levante dados e se possível que conversa antecipadamente com as fontes... às vezes as assessorias não passam o contato direto do professor ou do pesquisador...então a gente orienta assim: vamos fazer o nosso banco de dados, vamos registrar o telefone, o e-mail e outros endereços nas redes sociais dos nossos contatos. Esse banco de dados existe, mas confesso que precisa ser mais alimentado diariamente...

DG – Quer dizer, vocês têm o contato direto com alguns especialistas. Às vezes vocês não se limitam aos mesmos nomes para tratar de determinado assunto? Esse banco de dados não faz com que vocês incorram no “fontismo”, ou seja, colocar no ar os mesmos entrevistados porque falam mais fácil ou porque têm um contato facilitado por causa de um reconhecimento mútuo?

MP – Pois é, isso me preocupa e a gente tenta variar. Na minha avaliação a UNB me baliza de bons nomes por ser uma Universidade Pública. Mas eu abro também para as Universidades particulares e até provoco aqui: não precisa ser só a UNB. Pode ser a Católica. Agora tem uns nomes assim, por exemplo, especialistas em mobilidade urbana. Você acaba tendo poucos nomes aqui em Brasília e acaba repetindo sim. A gente até tenta sugerir outros especialistas, mas geralmente acaba caindo.

DG – Cai pela dificuldade de marcar com o entrevistado ou pelo tempo sempre urgente do Dead Line?

MP – Eu acho que os dois. Tem aquele cara que responde fácil ao nosso convite. Tem uns caras que são parceiros, você está desesperada e o cara sempre te atende, o cara facilita e às vezes diz só se for em casa à noite e lá vai a gente pra casa do cara. É verdade. Agora se for uma situação polêmica, vamos procurar duas fontes. Outro dia mesmo um repórter fez uma matéria e o sugeriu duas fontes porque o assunto era tão complexo, que era uma questão de gênero não binário. Na reunião de pauta na prévia eu falei ouça duas pessoas, porque é muito difícil essa explicação. Nem o tal do Mateus acho que estava se entendendo. Então diante de um caso desses, coitado do repórter explicar o que é gênero não binário tendo só uma fonte de informação.

DG – Dentro das Universidades hoje em dia o estudo de gêneros numa perspectiva sociológica, biológica e política é muito presente dentro dos trabalhos...

MP – Eu sei, mas alguns possíveis entrevistados se esquivaram para falar sobre o assunto. Eu tive outra questão polêmica envolvendo uma certa etnia de índios que mata bebês mal formados e eu lembro que teve um catedrático que virou para uma das nossas produtoras e

falou “olha minha filha não entra nisso não que é tão difícil dar uma explicação sobre essa questão”. Então cheguei a conclusão que não conseguiria explicar isso em dois minutos, que é o tempo médio de uma reportagem no telejornal da noite. Sinceramente, não vale. Se você quiser fazer uma edição especial do “Caminhos da Reportagem” ou uma matéria para a agencia de notícias, que a pessoa pode ler e reler, tudo bem. Agora em dois minutos, a gente não vai conseguir cumprir o nosso papel. Para ninguém entender nada, de que vale uma matéria no telejornal?

DG – Porque em dois minutos você pode ficar restrito à superficialidade...

MP – Voltando agora para uma reportagem em Santos que a gente foi cobrir encontro de drones. Hoje, inclusive, em São Paulo acontece uma feira desse produto da tecnociência. Em Santos fomos fazer o encontro de drones e chegando lá o repórter fez uma segunda pauta. Ele me ligou e falou “Mônica, tem um professor que ele implantou várias estações meteorológicas feitas pelos alunos em escolas de Brasília. Vamos fazer?”. Então, uma coisa puxa a outra. Fizemos a pauta, mostramos o projeto, as crianças medindo a temperatura a incidência da chuva, quem sabe se dali não sairá algum cientista, algum meteorologista, né? No manual de jornalismo da EBC sempre aparece um alerta de que devemos fazer reportagens para ajudar as pessoas a refletir. Então é por aí. Dá para sacudir? Esse é o propósito. Aí já fizemos outra reportagem em que um drone invadiu o espaço do Palácio Jaburu sem autorização e a gente foi pra esse lado do pode, não pode, quais os limites impostos no espaço aéreo... o Malavolta, nosso colega em São Paulo, quando nos vendeu essa matéria do encontro de drones em Santos, ele acrescentou que no Japão estão querendo fazer um drone que leva pessoas. Botam não sei quantos drones para carregar pessoas... Não, não consigo produzir muitas matérias sobre ciências e tecnologia por semana, nem posso ter um produtor exclusivo só para isso...Mas nos próximos dias a gente vai na AgroBrasília e a gente certamente vai falar sobre tecnologia adaptada para a agropecuária. A gente vai tentar mostrar o que tem de novidade para a fruticultura, ou seja, de vez em quando as ciências e a tecnologia estão presentes no telejornal. Não é uma coisa rara, geralmente são reportagens para às segundas, sextas e sábados já que nas terças, quartas e quintas o Congresso e o STF demandam atenção pelo volume de informações crucias que produzem. Aqui em Brasília às segundas, sextas e sábados a gente pontua então outros assuntos... Essa semana recebi um release sobre a realização de uma feira com produtos tradicionais : queijo da Serra da Canastra, champanhe das margens do São Francisco, mas quando eu olhei a feira está marcada para uma quarta-feira. Então falei para a assessora do evento “por que vocês marcam um evento desses para uma quarta-feira”?

Eu falei, “cara, mas por que vocês competem com o volume de informações do Congresso e do STF”?

PP - A gente fica dividido... se fosse numa sexta ou sábado, seria capa do telejornal. O jornal é de “Hard News”, como é o caso do RB noite. Você não pode deixar de divulgar as decisões políticas, jurídicas e governamentais. Entretanto, você também tem de cumprir o papel da missão social que a empresa tem...

MP – A gente distribui... A gente busca no produtor e no repórter o perfil para a produção de matérias sobre ciências e tecnologia para facilitar a vida de todo mundo. Você pressupõe que o produto vai sair melhor, mas às vezes você tem algumas surpresas...

DG – E quando tem recesso no Congresso e no STF, muda tudo, o espaço abre no telejornal?

MP – Aí o espaço abre, com certeza. Quando tem recesso, normalmente também tem férias escolares. Aí o espaço do telejornal se abre mais ainda.

DG – E se as Universidades estiverem de férias?

MP – Aí é um abacaxi. Aquela semana entre o Natal e o Reveillon, aquela primeira semana de janeiro, não fica ninguém em Brasília. Porque Brasília tem essa característica de muitas famílias terem vindo de fora, então todo mundo sai...

PP – Você liga para o especialista que já está acostumado a falar com a gente, que gosta da gente, toca o celular do cara e ele diz: estou nos Estados Unidos, estou na praia...como o poder aquisitivo aqui é alto, o cara pega o avião com a família e some, vai para as férias.

DG – Você gosta de produzir matérias sobre ciências?

MP – Olha, tecnologia não é minha praia, então eu peço ajuda o tempo todo. Igual a meio ambiente, que é uma das coisas mais difíceis de cobrir...se você não é setorista, pra quem é de fora uma coisinha assim pode parecer uma grande reportagem ou uma grande besteira. Você não tem a medida dos acontecimentos...mas na nossa equipe tem gente com esse perfil, com essa proximidade com esses dois assuntos o que facilita bastante a produção.

DG – Para você as ciências são um assunto como outro qualquer?

MP - Assim, eu tenho uma irmã que é pesquisadora da Embrapa. Então isso me aproxima das ciências. Já temos uma ligação dentro de casa e a gente sempre aborda essa coisa dos entraves das ciências, da falta de apoio, no país de uma forma em geral, né? Aqui mesmo em Brasília, pelo próprio número de Universidades, você tem menos produção científica do que, por exemplo, o Rio de Janeiro que tem UF, A Rural, a URRJ, a Fiocruz, grandes laboratórios químicos e farmacêuticos. Aqui, não. Aqui eu não conheço indústria química legal. Você tem duas de cimento, um laboratório famoso de homeopatia. Aí você também tem a UNB, que é

enorme e a Fiocruz tem um braço aqui. Outra coisa que funciona bem aqui é o Departamento da Aids do Ministério da Saúde, excelente de trabalhar.

Porém, pensando assim, será que o telespectador gosta de ver matérias sobre ciências, será que bomba? Não tenho esse retorno... A matéria tem que ser muito bem feita...

DG – Quando você produz uma matéria sobre ciências ou outro assunto qualquer, qual o público que você imagina que seja seu telespectador?

MP – Pois é, eu imagino assim que o telespectador tem de entender de primeira. Eu imagino que tem que ficar claro para qualquer pessoa entender. Os meus encaminhamentos são assim. Eu uso muito a palavra didática, entendeu? Eu acho assim, por ser uma TV pública a gente tem que ter esse sentido de universalização de conhecimento, né? Por exemplo, às vezes vamos fazer uma matéria sobre feira de intercambio estudantil. Eu falo, gente essa não é a realidade do país. A Globo News faz, mas a gente... a dificuldade que estamos atravessando, a gente falar de intercâmbio? Vamos falar de um tema mais universal, entendeu? Então, a minha preocupação é essa, um tema que possa falar ao maior número de telespectadores possível...os meus colegas de produção entendem e além do tema ser universal que ele contemple as minorias, né? A gente é uma TV que vai dar espaço para as minorias que eu não vejo em outras televisões. A gente ouve as minorias...por exemplo, essa semana abordamos o tema escravidão, 13 de maio, está tendo uma série no Repórter Brasil da manhã que foi super bem replicada e vista na internet, nas redes sociais...muitas vezes a gente repetia a série da manhã na noite, mas isso era quando o tempo do jornal era maior. Antes eram 45 minutos e agora é meia hora...

DG – Como se deu adaptação ao novo tamanho do telejornal da noite?

MP – Para mim foi ótimo, foi ótimo. Porque antes era difícil fechar o jornal com o número de profissionais que se tem...então você tem que fazer matérias, lotar, correr para fazer matérias e nem sempre você conseguia “A” matéria.

DG – E, às vezes, fica enchendo linguiça, estica o tempo da reportagem para dois, três minutos...

MP - Na verdade os repórteres nem procuram esticar a matéria. Assim, nem sempre a produção consegue matérias interessantes para todos os jornais. Então, por exemplo, hoje eu não consegui achar uma matéria interessante para amanhã, eu deixo um repórter mais ou menos solto por conta do factual porque vai pintar. Antes você se sentia na obrigação... meu Deus do céu, tenho que arrumar uma coisa interessante para pautar para o telejornal de amanhã...porque Brasília também é atípica porque você não tem parque industrial, então nunca vou fechar uma matéria sobre a Anfavea por aqui... uma matéria sobre mobilidade

urbana eu até posso mostrar, o que surpreende as pessoas porque ninguém imagina o trânsito que tem por aqui, mas quando você compara com São Paulo...você tem que ter a vocação da matéria...eu acho que foi um ganho a redução do tempo do telejornal. Você faz mais enxuto e dá conta do recado...é muito ousado, 45 minutos, nem jornal de rede de outras emissoras... tem que ter muita bala na agulha para fechar um telejornal desse tamanho...eu acredito em nota também, mas imagem é tudo...e quantas vezes a gente pauta porque a gente fala puta, vai render imagem, né? Você começa pela imagem...agora recebi um release de uns designers brasilienses que vão apresentar moda e coleção de joias num evento internacional. Eu falei, pô, que legal, mas não veio no release a foto anexa nem dos designers nem do material que vão expor. Então eu não sei exatamente que tipo de imagens vou poder gravar sobre esse assunto, o que já me faz recuar um pouco da pauta...

DG – Voltando aquela pauta sobre ciências nos bares, como você faz, por exemplo, para cobrir um evento como esse?

MP – Nesse exato momento, a gente está com poucos repórteres. E o evento começa a partir de sete da noite. Aí já dificulta para mim porque o repórter teria que entrar no trabalho um pouco mais tarde para fazer a reportagem...eu teria que mexer no horário de entrada, o que não é mole por causa do relógio de ponto, para montar esse quebra cabeça...além disso, é uma matéria que o repórter e a equipe tem que estar com gosto...eles precisam de sobre som, de vários entrevistados, mas é o tipo de matéria super legal...é um negócio diferente e quando é diferente a gente quer fazer...mesmo que tenha que montar um quebra cabeças por hoje só ter, por exemplo, dois repórteres trabalhando...agora é isso, uma matéria como essa disputa com educação, com cultura, disputa com factual, né?

DG - Um assunto como esse desperta o interesse nacional?

MP – Ah, eu acho que sim por ser um evento diferente, mesmo porque não está acontecendo só em Brasília como em outras cidades do país...

DG – Você entende as ciências como uma ação desenvolvida em rede, com várias pessoas trabalhando em torno de um mesmo projeto? Quando vocês abordam um assunto se limitam ao cientista ou ouvem a opinião de alguma pessoa periférica envolvida com a questão?

MP – Muitas vezes, quando é uma iniciativa de uma Universidade, a gente pede que se ouça o aluno e o mestre, o aluno e o doutor. Uma preocupação que a gente tem, por exemplo, São Paulo vem com uma pauta “não, porque a gente tem uma pesquisa que merece atenção”...então eu falo qual o hospital que está chancelando isso? O especialista já publicou alguma pesquisa científica? Está em alguma revista científica? Tem chancela de uma Universidade? Porque é muito complicado abordar as ciências sem esse respaldo...